



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MURILO MESQUITA MELO E SILVA

O PRELÚDIO À TEMPESTADE:

a política externa dos Estados Unidos e o movimento de securitização na Guerra do Golfo
(1990-1991)

Recife

2022

MURILO MESQUITA MELO E SILVA

O PRELÚDIO À TEMPESTADE:

a política externa dos Estados Unidos e o movimento de securitização na Guerra do Golfo
(1990-1991)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Área de concentração: Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Lima

Recife
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586p Silva, Murilo Mesquita Melo e.
O prelúdio à tempestade : a política externa dos Estados Unidos e o movimento de securitização na Guerra do Golfo (1990-1991) / Murilo Mesquita Melo e Silva. – 2022.
248 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Lima.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Política internacional. 3. Segurança internacional.
4. Estados Unidos. 5. Golfo Pérsico, Guerra do, 1991. I. Lima, Marcos Costa (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2023-054)

MURILO MESQUITA MELO E SILVA

O PRELÚDIO À TEMPESTADE:

a política externa dos Estados Unidos e o movimento de securitização na Guerra do Golfo
(1990-1991)

Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutor em Ciência Política pelo
Departamento de Ciência Política da
Universidade Federal de Pernambuco

Aprovada em: 10/02/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Costa Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Andrea Quirino Steiner (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Cristina Carvalho Pacheco (Examinador Externo)
Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Dr. Leonardo César Souza Ramos (Examinador Externo)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (Examinador Externo)
Universidade Estadual da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Os Agradecimentos de uma tese é um momento importante da pesquisa. É quando, enfim, sentamos para lembrar de todo o processo e daqueles que, direta ou indiretamente, participaram do árduo trabalho físico e mental que é fazer pesquisa no Brasil. Ainda mais quando o contexto congrega obstáculos como o enfrentamento ao conhecimento científico, o sucateamento da Universidade Pública, a falta de investimentos e incentivos e uma pandemia.

Diante desse cenário de empecilhos, aqui, não há espaço suficiente para agradecer a todos com a intensidade que gostaria. Mas, basta dizer que, sem essas pessoas, esse trabalho não teria sido finalizado. Por isso, não há ordem de predileção, indivíduos ou instituições, todos tem uma contribuição fundamental para a elaboração dessa pesquisa. Assim, agradeço:

À CAPES pelo suporte financeiro desde o início do processo de doutoramento;

Ao meu Orientador, o Professor Doutor Marcos Costa Lima – que sempre me orientou a desenvolver um olhar crítico durante toda a pesquisa e que foi um ombro amigo e acolhedor em momentos de dificuldade;

Ao Departamento de Ciência Política da UFPE e a todo seu corpo Docente, nas pessoas dos professores Dalson Figueiredo e Flávio Rezende, por toda pressão exercida para que eu buscasse o aperfeiçoamento metodológico necessário à pesquisa científica;

Às professoras Cristina Carvalho e Andrea Steiner, e aos professores Paulo Kuhlmann e Leonardo Ramos que além de serem fontes de inspiração desde a minha graduação, aceitaram compor a Banca para a defesa dessa tese;

À minha parceira de vida e Academia, Monique Medeiros, que sempre me deu o suporte intelectual e afetivo em todas as horas para a elaboração desse trabalho;

Ao grupo de amigas e amigos que estavam ao meu lado por todos esses anos de doutoramento: Nayanna, Jeane, Wembley, Anna Beatriz, Thalita, Maria Alice, Igor, Bruno, Samir, Gabriel, Vico, Celso, Carlos, Giovana, não fossem vocês e as nossas conversas de aconselhamentos, terapia, de fuga da realidade e de discussão acadêmica, especialmente, durante as idas e vindas a Recife, sem dúvida alguma, esse trabalho não existiria.

Às professoras Lais Kuss e Júlia Rensi pelo suporte durante a docência na UnP.

À professora Mariana Baccarini da UFPB por se dispor a ensinar sobre a pesquisa dos documentos da ONU, parte essencial dessa tese.

Ao Grupo de Estudo em Metodologia Política Internacional (GEMPI), formado por André Carvalho, Poliana Almeida e Monique Medeiros, que juntos, nos lançamos a compreender melhor esse campo de estudo.

À todas e todos meus alunos. O rigor e qualidade que sempre busquei e exigi foi para produzir para vocês uma aula que lhes permitisse a instiga e a seriedade na produção de conhecimento científico.

RESUMO

Desde o momento final da Guerra Fria, a atuação dos Estados Unidos na política internacional se depara com um problema referente ao surgimento de novas ameaças sejam elas tradicionais, vinculadas aos próprios Estados, ou a atores não-estatais. Em torno dessa temática, essa investigação se desenvolve para responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como a Política Externa dos Estados Unidos provoca a securitização de Estados? Essa pergunta tem como objeto de análise um aspecto da produção de política externa que envolve a construção de ameaças e que permite formular outras indagações, tais como: quais fatores levam os EUA a iniciar um movimento de securitização? E, quando discursos são exitosos ao reivindicar medidas excepcionais para um problema de segurança? Em que pese essas perguntas, argumenta-se que o ato de fala de segurança é o mecanismo causal para a construção de ameaças em cenários de crise. Em torno desse argumento, é desenvolvido um Estudo de Caso para compreender a relação entre a percepção de *decision-makers* e a construção de ameaças estatais no contexto da Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991). Para tanto, são delimitados os seguintes objetivos específicos: (i) contextualizar o período final da Guerra Fria; (ii) identificar as condições necessárias que levam o Iraque a invadir o Kuwait; (iii) descrever o percurso entre a invasão iraquiana até a Operação Tempestade no Deserto; (iv) caracterizar os papéis do presidente dos EUA e de sua Delegação, no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, durante a crise na região do Golfo Pérsico; e (v) verificar a associação entre os discursos dos países-membros do Conselho de Segurança com o dos EUA. Com esses objetivos, a pesquisa é estruturada teoricamente a partir de uma abordagem construtivista por meio da qual opera a Teoria da Securitização dos Estudos de Segurança Internacional e a abordagem da Tomada de Decisão em Política Externa de Análise de Política Externa. Esse referencial teórico permite a robustez necessária para compreensão do caso e para operar dois métodos, uma análise descritiva em profundidade, que determina as peças de evidências da cadeia causal do evento em tela, e a Análise de Conteúdo Automatizada. Esse segundo método serve para testar o argumento proposto e suplementar o aspecto qualitativo da perquirição. O teste ocorre a partir dos *voting records* produzidos pelas delegações durante o processo de votação das resoluções levantadas durante a crise da região do Golfo Pérsico, devido a invasão iraquiana no Kuwait, até o início propriamente dito da guerra, com a Operação Tempestade no Deserto. Como resultado, julga-se que os dados corroboram parcialmente o argumento de que o ato de fala de segurança é o mecanismo causal para a construção de ameaças em cenários de crise. Essa consideração decorre do fato de que as evidências descritivas são sustentadas pelo estudo de

caso, mas a análise de conteúdo não conseguiu observar, de maneira cristalina, a relação de coocorrência dentro de todos os *votes records*.

Palavras-chave: Guerra do Golfo; Teoria da Securitização; Análise de Política Externa; Estudo de Caso; Análise de Conteúdo

ABSTRACT

Since the end of the Cold War, the role of the United States of America in international politics has been facing an issue related to the emergence of new threats, whether traditional, related to the States themselves, or to non-state actors. When it comes to this theme, this investigation is developed to answer the following research question: How does the US Foreign Policy induce the securitization of States? This question has as its object of analysis an aspect of foreign policy's production that involves the construction of threats and that allows the formulation of further questions, such as: what factors lead the US to initiate a securitization movement? And when are speeches successful in claiming exceptional measures for a security problem? Despite these questions, it is argued that the act of security speech is the causal mechanism for the construction of threats in crisis scenarios. Based on this argument, a case study is developed to understand the relationship between the perception of decision-makers and the construction of state threats in the context of the Persian Gulf War (1990-1991). Therefore, the following specific objectives are defined: (i) to contextualize the final period of the Cold War; (ii) to identify the necessary conditions that led Iraq to invade Kuwait; (iii) to describe the path from the Iraqi invasion to Operation Desert Storm; (iv) to characterize the roles of the US President and his Delegation in the United Nations Security Council during the crisis in the Persian Gulf region; and (v) to verify the association between the other Security Council's member countries' speeches and the USA's. With these objectives, the research is theoretically structured from a constructivist approach through which the Securitization Theory of International Security Studies and the Foreign Policy Decision Making approach operates. This theoretical framework allows the necessary robustness to understand the case and to operate two methods, an in-depth descriptive analysis, which determines the pieces of evidence in the causal chain of the event analyzed, and automated content analysis. This second method suits the purpose to test the proposed argument and to supplement the qualitative aspect of the inquiry. The test takes place from the voting records produced by the delegations during the voting process of the resolutions raised during the crisis in the Persian Gulf region, due to the Iraqi invasion of Kuwait, as far as the beginning of the war itself, with Operation Desert Storm. As a result, it is believed that the data partially support the argument that the security speech act is the causal mechanism for the construction of threats in crisis scenarios. This consideration is due to the fact that the descriptive evidence is supported by the case study, but the content analysis was not able to observe, in a clear way, the co-occurrence relationship within all voting records.

Keywords: Gulf War; Securitization Theory; Foreign Policy Analysis; Case study; Content analysis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Correntes construtivistas.....	37
Figura 2 - Processo de securitização	46
Figura 3 - Diagrama de Venn na Teoria da Securitização: o movimento de securitização.....	50
Figura 4 - Níveis de análise para uma estrutura analítica em APE	56
Figura 5 - Esquema do Processo de Percepção	62
Figura 6 - Arquitetura de escolha no processo cognitivo do indivíduo.....	64
Figura 7 - Fatores determinantes para a natureza da UDF em Ocasões para Decisão	70
Figura 8 - Estrutura do Processo Decisório	71
Figura 9 - Diagrama de Componentes dos Modelos Mentais	72
Figura 10 - Traços de Liderança.....	75
Figura 11 - Modelo inferencial para Análise de Conteúdo	87
Figura 12 - Operacionalização do Modelo inferencial para Análise de Conteúdo.....	87
Figura 13 - Representação do aspecto interativo do modelo de AC	88
Figura 14 - 1ª Fase da Guerra do Golfo: o prelúdio à tempestade.....	113
Figura 15 - Fatores que afetem a percepção de Saddam Hussein	120
Figura 16 - O modelo mental da decisão de Saddam Hussein para invadir o Kuwait	123
Figura 17 - Análise de Similitude do Discurso de George Bush na AGONU (1989).....	127
Figura 18 - Análise de Similitude da ESN de 1990.....	129
Figura 19 - Análise de Similitude das Entrevistas de George Bush (1990-1991).....	149
Figura 20 - CHD das 94 entrevistas de Bush durante a Crise do Golfo (1990-1991).....	151
Figura 21 - Diagrama de Venn da Teoria da Securitização aplicado à Crise do Golfo Pérsico	154
Figura 22 - CHD do S/PV.2932 (Resolução 660)	162
Figura 23 - AFC do S/PV.2932 (Resolução 660).....	164
Figura 24 - CHD do S/PV.2933 (Resolução 661)	167
Figura 25 - AFC do S/PV.2933 (Resolução 661).....	168
Figura 26 - CHD do S/PV.2934 (Resolução 662)	173
Figura 27 - AFC do S/PV.2934 (Resolução 662).....	174
Figura 28 - CHD do S/PV.2937 (Resolução 664)	178
Figura 29 - AFC do S/PV.2937 (Resolução 664).....	180
Figura 30 - CHD do S/PV.2938 (Resolução 665)	184
Figura 31 - AFC do S/PV.2938 (Resolução 665).....	186

Figura 32 - CHD do S/PV.2939 (Resolução 666)	190
Figura 33 - AFC do S/PV.2939 (Resolução 666)	192
Figura 34 - CDH do S/PV.2940 (Resolução 667)	196
Figura 35 - AFC do S/PV.2940 (Resolução 667)	198
Figura 36 - CHD do S/PV.2943 (Resolução 670)	202
Figura 37 - AFC do S/PV.2943 (Resolução 670)	204
Figura 38 - CHD do S/PV.2963 (Resolução 678)	208
Figura 39 - AFC do S/PV.2963 (Resolução 678)	209
Figura 40 - Mapa Mental da Invasão do Iraque à Tempestade no Deserto	217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenho de Pesquisa	18
Quadro 2 - Grandes Debates em RI.....	20
Quadro 3 - Tipos de Atos de Fala.....	44
Quadro 4 - Os Estudos Seminais de APE.....	59
Quadro 5 - Categorias de Unidade Decisão Final	69
Quadro 6 - Problemas para modelar um Estudo de Caso	81
Quadro 7 - Técnicas analíticas do IRAMUTEQ	95
Quadro 8 - Resoluções e Voting Records da Guerra do Golfo (1990).....	98
Quadro 9: -Resoluções contra o Iraque até a Operação Tempestade no Deserto (1990)	99
Quadro 10 - Dispêndio em Defesa x PIB dos Países membros-permanentes do CSONU.....	107
Quadro 11 - Arquitetura de Escolhas de Decisão de Saddam Hussein para invadir o Kuwait	121
Quadro 12 - Critérios de Validação das Entrevistas de George Bush.....	125
Quadro 13 - Vieses abandonados por George Bush.....	133
Quadro 14 - Vieses adquiridos por George Bush.....	133
Quadro 15 - Opinião dos Principals sobre a inevitabilidade da guerra	136
Quadro 16 - Primeiras Decisões dos EUA no tratamento da invasão iraquiana	138
Quadro 17 - Temas e Justificativas de George Bush para responder o Iraque.....	146
Quadro 18 - Fatores pacíficos e não-pacíficos para resolução da Crise Iraque-Kuwait.....	157
Quadro 19 - CHD x AFC do S/PV.2932 (Res. 660)	164
Quadro 20 - CHD x AFC do S/PV.2933 (Res. 661)	169
Quadro 21 - CHD x AFC do S/PV.2934 (Res. 662)	175
Quadro 22 - CHD x AFC do S/PV.2937 (Res. 664)	180
Quadro 23 - CHD x AFC do S/PV.2938 (Resolução 665).....	186
Quadro 24 - CHD x AFC do S/PV.2939 (Resolução 666).....	192
Quadro 25 - CHD x AFC do S/PV.2940 (Resolução 667).....	199
Quadro 26 - CHD x AFC do S/PV.2940 (Resolução 667).....	204
Quadro 27 - CHD x AFC do S/PV.2963 (Resolução 678).....	210

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de trabalhos com IRAMUTEQ no BR (2015-2021)	95
Gráfico 2 - Conflitos Armados (1946-2016)	104
Gráfico 3 - Número de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (1987-2017)	105
Gráfico 4 - Gastos em Defesa dos membros-permanentes do CSONU, 1988-2020.....	106
Gráfico 5 - Oscilação das Despesas Militares no Mundo (1988-2017).....	107
Gráfico 6 - Gastos em Defesa por Governo dos EUA (1989-2017).....	108
Gráfico 7 - Quantidade de Entrevistas de Bush na primeira fase da Guerra do Golfo.....	125
Gráfico 8 - Temas e justificativas de George Bush para responder o Iraque	147
Gráfico 9 - Participação Militar nas operações da Guerra do Golfo	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ACA	Análise de Conteúdo Automatizada
AFC	Análise Fatorial de Correspondência
APE	Análise de Política Externa
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
ESI	Estudos de Segurança Internacional
EUA	Estados Unidos
IPRI	Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais
OPC	observações de processos-causais
RAM	Revolução dos Assuntos Militares
RI	Relações Internacionais
UDF	Unidade de Decisão Final
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ASPECTOS CONCEITUAIS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	20
2.1	A GUERRA E A METÁFORA DA TEMPESTADE.....	20
2.1.1	A Importância das Metáforas	30
2.2	A VIRADA CONSTRUTIVISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	32
2.2.1	Os Construtivismos	33
2.2.2	Os Estudos de Segurança Internacional	41
2.2.2.1	A Teoria da Securitização da Escola de Copenhague	42
2.2.2.2	Securitização como um Mecanismo Causal	47
2.2.3	Política Externa E Análise De Política Externa (Ape)	51
2.2.3.1	O Fator Psicológico em APE.....	57
2.2.3.2	A Importância dos Líderes	65
2.3	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	78
2.3.1	O Process Tracing: a contextualização do fenômeno político	82
2.3.2	Textos como Dados: a Análise de Conteúdo.....	84
2.3.3.1	A Análise de Conteúdo Automatizada	91
2.3.1.2	O IRAMUTEQ	93
3	UM PONTO DE ENCRUZILHADA: O FINAL DA GUERRA FRIA	101
4	A GUERRA DO GOLFO REVISITADA (1990-1991): uma análise multinível	111
4.1	PRELÚDIO À TEMPESTADE: CAUSAS IMEDIATAS DA GUERRA DO GOLFO	112
4.1.1	A Decisão de Saddam Hussein	120
4.2	O PAPEL DOS EUA NA GUERRA DO GOLFO	123
4.2.1	Textos como Dados: percepção e decisões de George Bush	126
4.2.2	Textos como Dados: o papel da Delegação dos EUA na Crise do Golfo	153
4.2.2.1	A dinâmica do CSONU para a resolução da crise do Golfo	155
4.2.2.2	ACA dos voting records da Crise do Golfo.....	160
4.3	DA TEMPESTADE NO DESERTO AO FIM DA GUERRA.....	213
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
	REFERÊNCIAS	221

1 INTRODUÇÃO

Como a Política Externa dos Estados Unidos provoca a securitização de Estados? Por meio dessa pergunta-problema, essa investigação tem como objeto o que é usual no campo de estudo das Relações Internacionais (RI): a guerra. No entanto, o que a distingue é o fato da pesquisa não se debruçar sobre a guerra propriamente dita, mas no momento de crise que a antecede, pois é nesse momento que se estima verificar a ocorrência de um fenômeno político: a securitização.

Com a tarefa de compreender empiricamente o fenômeno da securitização, a investigação se debruça sobre um evento que ocorre em um contexto dentro do qual é possível analisar e avaliar o processo de construção de ameaças. No caso em tela, o contexto é o interregno entre o final da Guerra Fria e o pós-Guerra Fria, um momento das relações internacionais caracterizado como um ponto de inflexão, no qual está presente um período de incertezas e instabilidade.

Ademais, é em função desse contexto, quando o recurso retórico é operado como instrumento para alcançar objetivos políticos, que a mobilização de discursos é colocada como objeto de investigação. Destarte, para responder a pergunta que orienta a pesquisa, coloca-se como observação um evento dentro do ponto de inflexão supracitado: a Guerra do Golfo de 1990-1991, que abarca o governo de George Bush (1989-1993).

Nesse evento há um momento que antecede a guerra propriamente dita, rico em informações e evidências sobre o papel desempenhado pelo presidente dos EUA e por sua delegação no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU). Esse momento é denominado aqui como *prelúdio à tempestade*, quando os atores políticos percorrem um caminho em que o conflito é travado a partir de discursos.

Dessa forma, a pesquisa caminha com três perguntas que perfazem a lógica teórico-metodológica a ser desenvolvida. A primeira, já expressada, é pertinente ao problema de pesquisa. A segunda e terceira são: quais fatores levam os EUA a iniciar um movimento de securitização? E, quando discursos são exitosos ao reivindicar medidas excepcionais para um problema de segurança? Essas perguntas estão vinculadas ao argumento central da investigação: *atos de fala de segurança, decorrentes da percepção da unidade decisória final dos EUA, são o mecanismo causal para a construção de ameaças.*

Destarte, o fator que intersecciona essas indagações é apresentado na pesquisa como um mecanismo causal. Em outras palavras, é o discurso operado pelos tomadores de decisão dos

Estados Unidos em torno de um problema que percebem como de segurança que se configura como ato de fala de segurança. Esse fator, quando empregado de maneira apropriada, sedimenta o caminho exitoso para a guerra, pois consegue gerar a legitimidade necessária para o exercício de um procedimento excepcional executado a partir do emprego de forças militares. Ademais, a concepção do discurso como mecanismo causal busca testar o argumento rival, qual seja: é a condição estrutural da anarquia que afeta o comportamento dos Estados Unidos.

Nesses termos, a mobilização de discursos por atores políticos pode ser tratada como um comportamento de política externa decorrente da percepção de um problema de segurança que reivindica uma ação por meio da qual a política externa é conduzida. A partir dessa premissa, a pesquisa é operada em torno do objetivo geral que busca compreender a relação entre a percepção de *decision-makers* e a construção de ameaças estatais no contexto da Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991).

Para tanto, são delimitados cinco objetivos específicos: (i) contextualizar o período final da Guerra Fria; (ii) identificar as condições necessárias que levam o Iraque a invadir o Kuwait; (iii) descrever o percurso entre a invasão iraquiana até a Operação Tempestade no Deserto; (iv) caracterizar os papéis do presidente dos EUA e de sua Delegação, no CSONU, durante a crise na região do Golfo Pérsico; e (v) verificar a associação entre os discursos dos países-membros do Conselho de Segurança com o dos EUA.

Com esse desenho, a tese é dividida em três seções e cinco capítulos. Os três primeiros capítulos são a base teórica-metodológica da pesquisa. Essa divisão tem como objetivo fornecer ao leitor uma robusta base teórica e metodológica que, julga-se, necessária para a compreensão dos dados trabalhados ao longo dos capítulos 4 e 5, quando os objetivos da tese são desenvolvidos.

Destarte, no Capítulo 1, o leitor se depara com o motivo referente ao tema de pesquisa e com a explicação para o título dessa tese. Esse capítulo, portanto, tem uma característica didática que situa o leitor dentro do problema de pesquisa trabalhado no estudo de caso. O Capítulo 2, por seu turno, apresenta os suportes epistemológico e teórico que guiam a pesquisa e delimitam como a análise dos dados é operada. Nesse capítulo é feita uma revisão de literatura acerca de duas abordagens teóricas que sustentam a investigação. Assim, a partir de uma epistemologia construtivista, a tese recorre à Análise de Política Externa (APE), com a abordagem da Tomada de Decisão em Política Externa, e aos Estudos de Segurança Internacional (ESI) com a Teoria da Securitização, como prismas teóricos que permitem a compreensão do problema proposto.

O Capítulo 3 é o último dessa primeira seção. Nele é apresentada a base da cultura metodológica que permite o desenvolvimento do estudo de caso, bem como das técnicas que a tese faz uso para pesquisar, delimitar e tratar os dados para que se tornem operacionalizáveis e estejam em conformidade com a pergunta de pesquisa. Para tanto, recorre-se a duas técnicas de pesquisa, o *Process-Tracing* e a Análise de Conteúdo Automatizada (ACA), para alcançar o aspecto descritivo a ser desenvolvido no capítulo 5.

Assim, a tese se envereda para sua segunda seção, que trata da contextualização do evento em tela. Esse processo se dá no Capítulo 4 que versa sobre um período histórico relevante para as relações internacionais, porque se configura como um período de encruzilhada. Nesses termos, o capítulo tem como objetivo contextualizar o período final da Guerra Fria.

Feita a contextualização histórica pertinente a análise da observação, a pesquisa adentra na sua terceira e última seção com o Capítulo 5, que trata do estudo de caso da Guerra do Golfo de 1990-1991. Nesse capítulo é executado o repertório teórico e metodológico desenvolvido na primeira seção da tese. Por isso, o aspecto descritivo necessário para o entendimento de todo o processo que resulta na guerra do Golfo, o que engloba os objetivos específicos: (ii) identificar as condições necessárias que levam o Iraque a invadir o Kuwait e (iii) descrever o percurso entre a invasão iraquiana até a Operação Tempestade no Deserto.

Com o alcance desses objetivos, a pesquisa consegue operar a segunda técnica, a ACA, em cima dos discursos, pronunciamentos e declarações do Presidente George Bush, bem como da delegação dos EUA no CSONU. Com isso, busca-se alcançar os seguintes objetivos: (iv) caracterizar os papéis do presidente dos EUA e de sua Delegação, no CSONU, durante a crise na região do Golfo Pérsico e (v) verificar a associação entre os discursos dos países-membros do Conselho de Segurança com o dos EUA. Por fim, ainda nesse capítulo, resta a descrição final do evento.

À guisa de conclusão, são feitas as considerações finais dentro das quais está posto o que foi possível responder da pergunta-problema, bem como os encaminhamentos que foram julgados necessários para o prosseguimento da pesquisa. Destarte, para tornar didática a imersão no desenvolvimento do trabalho e em que pese o desenho de pesquisa, o Quadro 1 a seguir pode auxiliar o leitor ao tatear cognitivamente a estrutura dessa investigação.

Quadro 1 - Desenho de Pesquisa

Contexto	Final da Guerra Fria
-----------------	----------------------

Observação		Crise da Guerra do Golfo
Período		1990-1991
Pergunta		Como a Política Externa dos Estados Unidos provoca a securitização de Estados?
Objetivos	Geral	Compreender a relação entre a percepção de <i>decision-makers</i> e a construção de ameaças estatais no contexto da Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991).
	Específicos	(i) Contextualizar o período final da Guerra Fria; (ii) Identificar as condições necessárias que levam o Iraque a invadir o Kuwait; (iii) Descrever o percurso entre a invasão iraquiana até a Operação Tempestade no Deserto; (iv) Caracterizar os papéis do presidente dos EUA e de sua Delegação, no CSONU, durante a crise na região do Golfo Pérsico; e (v) Verificar a associação entre os discursos dos países-membros do Conselho de Segurança com o dos EUA.
Argumento central		Os atos de fala de segurança, decorrentes da percepção da unidade decisória final dos EUA, são o mecanismo causal para a construção de ameaças
Método		Estudo de Caso
Ferramentas metodológicas		<i>Process tracing</i> e Análise de Conteúdo Automatizada

Fonte: elaboração própria (2021)

2 ASPECTOS CONCEITUAIS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1 A GUERRA E A METÁFORA DA TEMPESTADE

Compreender as relações internacionais é uma tarefa de fôlego que atravessa uma atividade sistemática de pesquisa e análise, pautada pela explicação lógica, coerente e parcimoniosa que permita a compreensão, por toda e qualquer pessoa, de um evento ou fenômeno político. Essa tarefa, no entanto, é difícil de ser alcançada devido à complexidade que envolve esse campo de estudo, pois atrelada a dois problemas centrais: (i) a multicausalidade e (ii) a relação agente-estrutura, dentro da qual está o problema do nível de análise. Diante deles, o estudo das relações internacionais reivindica o esforço em incorporar múltiplas dimensões e abordagens (STARR, 2006, p. 2).

Além disso, dois fenômenos orbitam aqueles dois problemas e marcam a disciplina de RI: a guerra e a paz. O seu estudo não é novo e está historicamente atrelado ao próprio desenvolvimento da cátedra de RI. Todavia, por mais que seja possível observar a importância dos dois, é, especificamente, a guerra que assume a centralidade das análises. Esse fenômeno, por ser o principal mecanismo de mudança no sistema internacional, ao impactar na distribuição de poder e de riqueza da política internacional, permeia os principais debates que constroem as RI (CARR, 2001; WALTZ, 2001; ANGEL, 2002; BULL, 2002; MORGENTHAU, 2003; LEVY; THOMPSON, 2010; STEVE, 2010; CASARÕES, 2012; COLLINS, 2013; SHEEHAN, 2013).

Devido a isso, essa tese inicia com uma breve apresentação desse fenômeno a partir de uma premissa que cerca o debate teórico de RI. Em seguida é apresentado um conceito de guerra, por meio do qual, a pesquisa faz uso na sua etapa operacional. Para finalizar, essa subseção opta por explicar o motivo pelo qual o título da pesquisa é uma metáfora. Assim, aqui, os debates teóricos em RI são didaticamente divididos¹ conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Grandes Debates em RI

Grandes Debates			
	1º Grande Debate	2º Grande Debate	3º Grande Debate
Período	1920-1930	1950-1980	1980 - Atual

¹ Importa observar que alguns autores trabalham com a existência de quatro debates, para mais ver (SMITH, 2010)

Escolas	Realistas	Behavioristas (Neorealistas e Neoliberais)	Racionalistas
	x Idealistas	x Tradicionalistas (Escola Inglesa) x Marxistas	x Reflexivistas

Fonte: elaboração a partir de LAPID, 1989; WALT, 1998; BURCHIL et al, 2005; SMITH, 2013; CARLSNAES; RISSE; SIMMONS, 2013

Visto que não é objetivo da pesquisa, a maneira como cada uma dessas abordagens trata o fenômeno da guerra, elas não são trabalhadas de maneira pormenorizada. Todavia, resta imprescindível apresentar como a discussão sobre a guerra é transversal a esses debates, porque, conforme Bull (2009, p. 214), é

a guerra e a ameaça de guerra que ajudam a determinar a sobrevivência ou eliminação de certos Estados, seu crescimento ou declínio, se as suas fronteiras mudam, se seus povos têm este ou aquele governo, se os conflitos persistem ou são resolvidos e de que forma, se há um equilíbrio de poder no sistema internacional ou a preponderância de um Estado.

Assim, tem-se que o exercício teórico para compreender a guerra, quais suas causas e como erradicá-la não é novo e se desenvolve desde antes da constituição de RI como uma cátedra. Desde então, conceitos atrelados ao nível sistêmico, como balança de poder, dilema de segurança ou a anarquia da estrutura internacional, são considerados para explicar a política internacional. Entretanto, entende-se que é a ideia de *inevitabilidade da guerra* que se destaca nos debates que cercam a disciplina de RI e adentra mais facilmente outros níveis de análise, especialmente, como o do indivíduo.

Essa ideia está inserida em obras canônicas, como a História da Guerra do Peloponeso, de Tucídides (BAGBY, 1994; TUCIDIDES, 2001); O Príncipe, de Maquiavel (GILBERT, 1986; CHEVALIER, 1999; LEUNG, 2000; FEMIA, 2005; ALMEIDA, 2009; LEUNG, 2013); o Leviatã, de Thomas Hobbes (BOBBIO; BOVERO, 1994; BARNABÉ, 2006), quando a noção de natureza humana negativa, pautada na desconfiança e na ameaça, passam também a ser central. Nesse momento, o aforismo filosófico *si vis pacem, para bellum*² denota a constituição

² Se desejas a paz, prepara-te para a guerra (tradução nossa)

da *realpolitik* e do Realismo Clássico³ e suas variantes (BEDIN, 2000; MORGENTHAU, 2003; VASQUEZ, 2009; LEBOW, 2010, p. 144). Essas abordagens realistas passam a se configurar como o *mainstream* teórico de RI.

Nas décadas de 1960-1970, RI acompanha uma revolução observada nas Ciências Sociais, quando passa a reivindicar uma sofisticação metodológica para a execução de qualquer análise que tenha como objeto a sociedade. Nesse momento, a Disciplina é marcada pelo 2º Grande Debate, também chamado de Debate Neo-Neo que envolve o Neorrealismo e o Neoliberalismo, uma convergência teórica pelo aperfeiçoamento metodológico da disciplina. Esse debate ultrapassa concepções filosóficas, vinculadas às noções de natureza humana, para buscar padrões comportamentais, moldados pela estrutura, com o objetivo de explicar as relações internacionais desde uma concepção objetiva, simples e elegante (; BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, WALTZ, 2002; CASARÕES, 2012).

Assim, apesar dessa reivindicação, entende-se aqui que o aforismo filosófico *si vis pacem, para bellum* é mantido ao ser condicionado à estrutura do sistema internacional. Como um efeito estrutural, a noção de inevitabilidade da guerra permeia a garantia de sobrevivência do Estado em um sistema internacional marcado pela anarquia (WALTZ, 2001; BUZAN; JONES; LITTLE, 1993). Além de conferir à análise um poder preditivo e explicativo, anula qualquer explicação que não esteja dentro da premissa da segurança e das capacidades, notadamente, a militar (CASARÕES, 2012, p. 58). Dentro dessa concepção, o fenômeno da guerra atinge as três imagens waltzianas, do homem, do Estado e do Sistema, com as quais transborda para outras vertentes teóricas e suas respectivas particularidades.

No Neoliberalismo, a lógica da anarquia e o seu efeito estrutural são mantidos. Todavia, observa-se a possibilidade de alteração na máxima da inevitabilidade da guerra a partir da instrumentalização de uma outra lógica para a anarquia – a da cooperação. Dentro dessa lógica, os atores atomizados, se comportam de maneira semelhante à lógica realista. A interação ocorre por meio de um cálculo custo-benefício, porém, com a diferença que operam por meio de uma outra lógica que não a do jogo de soma-zero, mas dos ganhos absolutos (SNIDAL, 1991).

Por isso, os atores, em um ambiente pautado na cooperação, continuam desconfiados uns dos outros, mas é o processo de interação, dentro do qual permeia práticas de negociação,

³ Esse Realismo pode ser resumido nos 6 princípios de Morgenthau (2003, p. 20): i) tanto a política como a sociedade em geral são regidas por leis baseadas na natureza humana; (ii) na política internacional os interesses são definidos em termos de poder; (iii) conceber os interesses em termos de poder é uma lógica objetiva e universalmente válida, mas não é fixa e permanente; (iv) o realismo político “é consciente da significação moral da ação política” e da tensão que há entre a moral e a própria ação política; (v) não há possibilidade de tornar universal aspirações morais de uma determinada nação; e (vi) a esfera política é autônoma.

que faz com que, no longo prazo, o comportamento entre eles entre em ressonância, dada a coordenação política entre suas ações e interesses (AXELROD; KEOHANE, 1985, p. 226). Essa característica é observada em processos de integração regional, quando Estados passam a coordenar suas ações e cooperar entre si como estratégia para dirimir a desconfiança mútua (HAAS, 1980). Sendo assim, a ideia de uma estrutura anárquica intransponível e ahistórica passa a ser concebida como uma cultura política que pode ser alterada a ponto de construir outras formas de interação (WENDT, 2013; 2014).

Por isso, arranjos cooperativos são a consequência de quando atores racionais coordenam seu comportamento dentro de uma lógica que ultrapassa o papel puramente atomístico e egoísta dos Estados. Nesse processo de interação, os atores concebem como a coordenação comportamental permite a aposta na cooperação (KEOHANE, 1984, p. 51, AXELROD, 1984; AXELROD; KEOHANE, 1985) como mecanismo para inibir o efeito estrutural (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993). Esse cenário é reforçado ou ajustado a uma lógica de ganhos absolutos, quando instituições multilaterais normatizam regimes que conseguem instituir regras que afetam a expectativas dos atores e, conseqüentemente, sua interação (HAAS, 1980; KEOHANE, 1982; KEOHANE; MARTIN, 1995; MARIANO, 1995; KRASNER, 2012).

As instituições multilaterais têm por objetivo promover a conformidade dos atores aos padrões de comportamento aceitos de modo geral por todos; elas fornecem informações aos governos graças ao maior contato entre eles; facilitam a cooperação entre o grande número de Estados mais fracos; e ajudam na adoção descentralizada de regras, estabelecendo padrões de desempenho que o Estado poder supervisionar (MARIANO, 1995, p. 18).

Essa mudança decorre de um contexto em que resta evidente um processo de intensificação da interdependência complexa e assimétrica, da emergência de atores não estatais e da quebra da hierarquia entre *high e low politics*. Essas transformações não implicam grandes mudanças teóricas, mas questionam duas máximas realistas, i) a exclusividade estatal nas relações internacionais; e ii) a racionalidade e razoabilidade estatal (CASARÕES, 2012, p. 55).

Em correntes reflexivistas, como o Construtivismo, a compreensão da guerra sai das condições atreladas à estrutura sistêmica e à causalidade decorrente da lógica do dilema de segurança. Com o construtivismo, o fenômeno da guerra passa a ser trabalhado a partir de outros níveis de análise e dentro da noção de que as relações internacionais são construídas também por fatores não-materiais, e não apenas por uma lógica de poder que reifica o dilema de segurança na inevitabilidade da guerra (VASQUEZ, 2009, p. 91).

Nesses termos, a lógica da autoajuda não pode ser tomada como exógena ou causal à estrutura anárquica (WENDT, 2013, p. 425), mas, a um processo de interação que constitui relações sociais específicas e reforçam práticas sociais. Por isso, a estrutura não é um fator ahistórico, cujos poderes causais reforçam um comportamento específico que retroalimenta a própria estrutura. Como uma construção social, “a anarquia é o que os Estados fazem dela” (WENDT, 2013, p. 426) e, “como tal, é um repositório vazio e não tem uma lógica intrínseca” (WENDT, 2014, p. 304).

Com esse entendimento, a perspectiva de inevitabilidade da guerra não é mais uma premissa lógica atrelada à estrutura, mas à identidade e percepção dos atores, notadamente, dos indivíduos que passam a ter um papel de destaque na condução das relações internacionais. Com esse destaque, o que os líderes acreditam, suas ideias, identidades e percepções passam a ser variáveis importantes para as causas da guerra (JERVIS, 1994, p. 772).

Dentro dessa leitura, por mais que a distribuição de poder afete o comportamento dos Estados nas relações internacionais, é a partir de como os indivíduos percebem determinado objeto, evento ou fenômeno que faz com que os Estados ajam com devida peculiaridade. Em outras palavras, o significado coletivo ou conhecimento compartilhado implica dizer que a estrutura assume uma feição cultural (WENDT, 2013, p. 429; 2014, p. 304).

Nesses termos, além de relacional, as identidades e as percepções são funcionais. Estão em função de um contexto e de relações ideacionais e de poder que permitem, por exemplo, que um mesmo Estado seja observado ao mesmo tempo como *líder do mundo livre*, um *Estado Imperial*, ou *Polícia do Mundo*. Assim, é o fator não-material que faz com que o fenômeno da guerra continue como uma atividade recorrente no cenário internacional. Porque não é apenas o evento em si que afeta a dinâmica entre os Estados, mas os fatores que o circunscrevem e que estão no âmbito doméstico e individual (VASQUEZ, 2009, p. 95; LEBOW, 2010).

Por isso, importa trabalhar estrategicamente com a premissa de que a ausência de um consenso sobre a determinação das causas imediatas e subjacentes da guerra é uma característica da própria evolução do fenômeno. Assim, anteriormente vinculada à busca do Estado para a garantia da própria sobrevivência, a guerra está cada vez mais relacionada às fronteiras domésticas estatais, como é o caso das guerras civis, étnicas, separatistas, insurgências, revoltas ou mesmo o terrorismo. Em que pese a semelhança – quanto ao emprego da violência – cada um desses tipos de guerra possui elementos que os distinguem entre si (LEVY; THOMPSON, 2010; LEBOW, 2010).

Nesses termos, e apesar da mudança no exercício da violência, a guerra interestatal ainda é a que domina a atenção. Dentre outros motivos, é esse modelo de exercício de violência que

termina por afetar a dinâmica das relações internacionais já que está diretamente vinculada à política externa dos Estados. Sendo assim, não é possível avançar nesse estudo sem que uma pergunta, há muito debatida, seja retomada. Para Lebow (2010), qualquer estudo que trate da guerra necessita apresentar uma definição para esse fenômeno. Destarte, o que é guerra?

Isso posto, no momento, há três correntes gerais de pensamento que debatem sobre a natureza da guerra. A primeira corrente advoga acerca dos novos participantes não-estatais. A segunda, sobre a Revolução dos Assuntos Militares (RAM) e a terceira se cerca de uma noção pós-moderna da guerra, que a visualiza em um sentido virtual, atrelado não necessariamente a um palco físico de operações (ANGSTROM, 2004, p. 4).

Dado esse embate, essa investigação não tem a pretensão de pacificar o debate sobre a definição de guerra, tampouco tem o intento de apresentar uma inovação conceitual. Mas, entende que esse fenômeno pode ser trabalhado para além de um ato isolado, formal ou simplesmente em função da magnitude de mortes, como ocorre com a definição da *The Correlates War*⁴, que entende a guerra como “um conflito militar travado entre (ou entre) entidades nacionais, pelo menos uma das quais é um Estado, que resulta em pelo menos 1000 mortes em batalha de militares⁵” (VASQUEZ, 2009, p. 26, tradução nossa).

Dessa maneira, a pesquisa entende que há uma natureza na guerra que se manifesta de formas variadas ao longo do tempo e espaço (ANGSTROM, 2004, p. 5) e que, por isso, é possível dividir a definição de guerra a partir de três abordagens (WILLIAMS, P. 2008):

- (i) Legal. Essa concepção tem como marco o estudo seminal de Quincy Wright, que concebe a guerra como um contato violento entre atores distintos, mas semelhantes. A guerra é distinta da paz devido a legitimidade que o Estado possui, ao reivindicar o monopólio legítimo do uso da violência, para defender sua soberania contra ameaças externas. Essa legitimidade decorre do princípio da soberania estatal que configura uma *condição legal*, uma norma assimilada e percebida como fator legítimo, que garante o exercício da guerra a partir de forças armadas constitucionalmente organizadas para a defesa do território (WRIGHT, 1942, p. 8).

⁴ Conforme identificado no site, *The Correlates War* é um projeto de pesquisa fundado por David Singer em 1963 cujo objetivo científico é reunir um conjunto preciso de dados sobre o fenômeno da guerra interestatal desde o período pós-napoleônico, de modo a identificar os fatores que poderiam explicar sua variação no tempo e espaço. Para mais, vide: <https://correlatesofwar.org>

⁵ A military conflict waged between (or among) national entities, at least one of which is a state, which results in at least 1000 battle deaths of military personnel

A guerra só é guerra, no seu sentido legal, convencional e contemporâneo, quando as *unidades políticas* ou *organizações políticas* são Estados, porque são eles, como unidades/organizações políticas, que possuem a autoridade legítima do uso da violência (WEBER, 2004; BULL, 2009) no atual sistema internacional⁶. Essa perspectiva da guerra surge com a experiência europeia, notadamente como consequência do Tratado de Westphalia. Isso quer dizer que outras formas de conflito permeiam a atividade humana, mas é o exercício organizado da guerra que marca a política entre Estados modernos (TILLY, 1996; HOLSTI, K. 2004).

- (ii) Política. Antes da formação e consolidação do Estado moderno, em meados do século XVII, os conflitos ocorriam por direitos de propriedade e sucessão, reivindicação de obediência e por motivos religiosos. A “guerra como um instrumento de política de Estado é uma forma relativamente nova de violência organizada⁷” (HOLSTI, K. 2004, p. 2, tradução nossa). Ela vem sendo colocada ao longo dos últimos 350 anos como principal mecanismo para garantir e proteger os interesses e objetivos do Estado. Essa concepção tem como marco a obra *Da Guerra* de Carl von Clausewitz.
- (iii) Cultural. A guerra como cultura é uma concepção que tem John Keegan (2006) como expoente⁸. A partir a história desse fenômeno social, entende-se que a guerra não é uma extensão da política, como concebe Clausewitz. Porque (i) a guerra precede o Estado e a diplomacia; (ii) está atrelada à cultura humana, o que permite observá-la ao longo do tempo e espaço e, por isso como uma expressão cultural, da qual a política faz parte. Assim, (iii) a cultura é fator determinante na natureza da guerra.

Dadas essas três abordagens, nota-se que a diferença entre a abordagens Legal e Política é mais didática do que propriamente operacional. Isso decorre do fato de que ambas observam o Estado como organização política racionalizada, a qual, por definição, executa a guerra de

⁶ É importante fazer uma ressalva. A pesquisa trabalha com a premissa que a guerra ocorre somente entre Estados, mas não descartar abordagens teóricas que concebiam o exercício da guerra em períodos em que o Estado Moderno não existia. Para tanto, recomenda-se as seguintes leituras: DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço - os destinos das sociedades humanas* (1997) (2013) HEUSER, Beatrice. *The Strategy Makers - Thoughts on War and Society from Machiavelli to Clausewitz* (2010); BOYER, Yves; FREEDMAN, Lawrence. *Defining War*. In: LINDLEY-FRENCH. *The Oxford Handbook of War*. 2012;

⁷ war as an instrument of state policy is a relatively new form of organized violence

⁸ Para um debate sobre a interpretações de Keegan e Clausewitz sobre a guerra vide: DINIZ, 2010.

forma legítima. Dada essa característica, a pesquisa faz uso da abordagem política que implica observar a guerra como “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 7) e executada por atores legítimos.

No pensamento clausewitziano, a guerra é vista como um fenômeno político, que envolve a metáfora de um jogo competitivo, resultante da decisão tomada por uma autoridade política com um objetivo específico (LAKOFF, 1991; WILLIAMS, P., 2008, p. 153; 156). De tal forma, assevera-se que a guerra, como “a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 27), possui uma gramática própria e tem servido historicamente como meio efetivo para que Estados busquem seus objetivos. Sendo, assim, uma manifestação da *ultima ratio* das relações de poder (FERREIRA, O. 1994, p. 5; CLAUSEWITZ, 1996; PASSOS, 2005; BULL, 2009, p. 214; TEIXEIRA, JR, 2019).

É dentro dessa perspectiva que o retorno a Clausewitz é interessante. Ainda mais quando se observa a complexidade multicausal da guerra (LEBOW, 2010, p. 11). Nesse sentido, a guerra, como uma extensão da política, recorre a um ato de força para compelir um ator a fazer uma vontade que não é naturalmente sua, mas de quem emprega o uso da violência. Essa noção relacional do exercício da guerra lembra o conceito de poder de Dahl (1957), quando afirma que “A tem poder sobre B na medida em que ele obtém de B algo que de outra maneira não faria” (DAHL, 1957, p. 202-203).

Dentro dessa lógica, e ao observar a guerra desde uma perspectiva clausewitziana, entende-se que esse fenômeno é essencialmente coercitivo (LEVY; THOMPSON, 2010). Essa compreensão permite uma definição didática, quiçá operacional, para os objetivos dessa investigação. Assim, tem-se que a guerra é *um ato de violência organizado e sustentado entre si por unidades ou organizações políticas* (BULL, 2009, p. 211; LEVY; THOMPSON, 2010, p. 5). De tal modo, se distingue da mera violência individual devido os objetivos políticos que a sustentam (LEBOW, 2010, p. 10).

Destarte, desde Clausewitz (1996), Bull (2002), Vasquez (2009) e Levy e Thompson (2010), essa definição possui quatro componentes que devem ser compreendidos com maior precisão:

- (i) *Ato de violência*. Na definição, esse componente tem a ver com o uso da força para matar ou injuriar, destruir recursos militares e/ou econômicos da outra parte. Esse entendimento é consoante a noção de guerra de Clausewitz, que identifica nesse comportamento a *violência primordial* que não possui um limite lógico para sua aplicação, ao não ser converter o inimigo para a vontade daquele

que está a empregar a violência. Nesses termos, o emprego da violência pode ser considerado uma condição para separar a guerra de outras formas conflitos, como a rivalidade, hostilidade, competição, disputa, dentro dos quais o emprego da violência não é considerado um procedimento normal e esperado;

- (ii) *Organizado e Sustentado* - esse componente da definição permite distinguir uma guerra de um simples exercício de violência. A diferença está na *magnitude da violência* ou *impacto* e na *sistematização da violência*. Assim, tem-se que incidentes entre dois atores podem ocorrer de modo a gerar algum tipo de conflito entre as partes. Todavia é o processo de escalonamento do conflito, ou seja, a magnitude da violência e como ela é empregada, com regras ou não, feita de maneira organizada e sustentada ou não, que faz com que um incidente, rivalidade ou hostilidade, tenha um impacto decisivo para ser considerado uma guerra.
- (iii) *Entre e por organizações políticas* – esse componente indica que o emprego da violência ocorre entre atores e de maneira recíproca. Ou seja, não há guerra quando um ato de violência não é respondido de igual maneira. Senão, tem-se uma invasão, um ataque preventivo, mas não uma guerra. Além disso, a guerra não é feita entre indivíduos, mas entre organizações políticas, por isso a guerra não é uma violência interpessoal.
- (iv) *Motivação da violência* – esse componente não está escrito, é subjacente à definição. Assim, embora não esteja explícito, tem-se que a violência, quando sustentada e orquestrada por uma organização política, possui uma motivação, objetivos, interesses. Normalmente, organizações políticas possuem líderes, representantes, autoridades às quais são conferidas a legitimidade de adotar estratégias, dentre elas a própria guerra, para resolver um conflito que está exasperado;

Dados esses componentes, observa-se que existe um caminho para a guerra que reivindica estudos sistemáticos a envolver outros níveis de análises capazes de alcançar a complexidade do fenômeno (LEBOW, 2010). Nesse sentido, o avanço metodológico ao incorporar ao debate teórico o problema dos níveis de análise, permite perceber que a atuação estatal em direção à guerra ocorre, dentre outros motivos, pela tentativa de operar uma *realpolitik* (VASQUEZ, 2009). Porém, motivos vinculados aos interesses pessoais ou às

características dos tomadores de decisão parecem ser os motivos que mais impulsionam os atores estatais ao exercício da guerra.

Para Lebow (2010, p. 12), ao longo do século XX, motivos vinculados a problemas de âmbito privado, como vingança, ressentimento, foram razões frequentes para decidir pela guerra, de modo que é possível falar que, algumas vezes, quando Estados entram em guerra, nada tem a ver com segurança, mas pela decisão singular de líderes. Por isso, importa entender suas razões.

Nesse sentido, a guerra se configura como uma janela de oportunidades para compreender a percepção dos tomadores de decisão, já que normalmente são eventos mais bem documentados (LEBOW, 2010). O que implica dizer a guerra pode ser analisada como um processo de construção decisória que perpassa a complexidade de interesses e a interação entre indivíduos que estão a jogar a política internacional (HERZ, 1994).

Isso significa que, para explicar a decisão de um Estado de adotar uma estratégia de guerra, precisamos saber mais do que as preferências, crenças e personalidade do líder. Cabe a nós explicar como as preferências do líder, juntamente com as preferências de outros tomadores de decisão, são traduzidas em uma decisão de política externa para o Estado⁹ (LEVY; THOMPSON, 2010, p. 19, tradução nossa).

Nesses termos, entende-se que fatores ideacionais perfazem a dinâmica de construção de todo o fenômeno e não apenas do conflito em si. É devido a essa característica que a pesquisa faz uso da clássica metáfora hobbesiana para dar título a esse trabalho. Uma metáfora que equipara a guerra, um fenômeno político e social, a um fenômeno natural – a tempestade. Esses fenômenos, apesar de se encontrarem em locais distantes, um na sociedade, e o outro, na natureza, possuem um ponto de convergência – a percepção do indivíduo em relação à ameaça que antecede a guerra/tempestade.

Esse ponto de convergência consiste no entendimento de que “a guerra, não consiste apenas na batalha ou no ato de lutar, mas no intervalo de tempo, em que a vontade de lutar é suficientemente conhecida¹⁰ (HOBBS, 1998, p. 84, tradução nossa). Dentro dessa perspectiva, o fenômeno da guerra ultrapassa o ponto de fricção entre as partes. Ao ir além do conflito em si, torna-se possível adicionar à análise fatores que sobressaem a materialidade imediata do evento (VASQUEZ, 2009).

⁹ This means that to explain a state's decision to adopt a strategy of war, we need to know more than the preferences, beliefs, and personality of the leader. It is incumbent upon us to explain how the leader's preferences, along with the preferences of other decision-makers, are translated into a foreign policy decision for the state.

¹⁰ For war, consisteth not in battle only, or the act of fighting; but in a tract of time, wherein the will to contend by battle is sufficiently known:

Na equiparação da guerra com a tempestade, Hobbes (1998, p. 84, tradução nossa) afirma que

(...) como a natureza do mau tempo não ocorre em uma ou duas chuvas; mas na inclinação para isso de muitos dias juntos: assim, a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na disposição conhecida para isso, durante todo o tempo em que não há segurança para o contrário¹¹.

Com esse sentido, a guerra pode ser trabalhada como um *continuum*, um caminho que demarca o *prelúdio à tempestade*. Esse prelúdio é importante para a compreensão do ato beligerante em si, porque nele estão as condições necessárias e suficientes que, se identificadas e analisadas com precisão e rigor metodológico, possibilitam perceber percursos alternativos que não levam necessariamente ao conflito propriamente dito. Nesse caso, como em um processo gradativo, os atores utilizam de meios não-violentos, como o diálogo, negociações e concessões, para lançar a ideia, através das palavras e discursos, de que o exercício da guerra pode ser inibido, conquanto, evitável.

Por isso, discursos recorrem a uma ferramenta linguística que torna possível que ideias complexas em situações de crise sejam acessadas de maneira mais fácil e objetiva. Com base nessa concepção, observa-se que, independentemente do referencial teórico, as obras canônicas que marcam as RI recorrem à metáfora para simplificar ou, ao menos, tornar cognoscível a complexidade por trás de fenômenos tão complexos. Destarte, ao mesmo tempo em que apresenta uma característica lúdica, o uso de metáforas está diretamente vinculado aos aspectos teóricos e metodológicos que dão suporte à essa investigação.

2.1.1 A IMPORTÂNCIA DAS METÁFORAS

Mais do que um dispositivo retórico, a metáfora é uma ferramenta linguística-cognitiva que serve para a comunicação e compreensão de fenômenos complexos (LAKOFF, 1991, p. 25). Com tal importância, esse artifício consegue evocar a imagem do que é compreensível para provocar um novo entendimento sobre um tema em investigação. Assim, em uma investigação científica, a metáfora assume uma característica multiforme que pode definir um problema, delinear o escopo de análise e sugerir hipóteses para serem testadas (MARKS, 2011).

¹¹For as the nature of foul weather, lieth not in a shower or two of rain; but in an inclination thereto of many days together: so the nature of war, consisteth not in actual fighting; but in the known disposition thereto, during all the time there is no assurance to the contrary

Em RI, esse dinamismo é notado em praticamente todas as abordagens teóricas. Marco para isso é a recorrente metáfora sobre a *estrutura* internacional, a personificação do Estado e o jogo político pautado na imagem de uma balança de poder. Essas metáforas, transversais aos debates da disciplina, se configuram como eixos centrais das abordagens racionalistas e pautas dos debates que cercam as correntes reflexivistas ao tratar do problema agente-estrutura (LITTLE, 2007).

Por isso, é razoável entender as metáforas como “um conjunto de ferramentas discursivas com as quais as bases factuais das relações internacionais podem ser representadas em teorias que são usadas para conceitualizar os assuntos mundiais¹²” (MARKS, 2011, p. 4, tradução nossa). Sendo assim, possuem a capacidade operar conceitos já estabelecidos de forma a desempenhar um papel de compreensão de aspectos e problemas das relações internacionais que não são facilmente acessíveis (LITTLE, 2007).

Essa possibilidade de representação decorre do fato de que a compreensão e a percepção humana são limitadas e atreladas a um cenário de complexidade social que reivindica a atualização da compreensão de fenômeno macro, como a guerra, mas também de fenômenos micro, como uma decisão individual. Nessa relação entre o macro e o micro de um mesmo fenômeno, observa-se a construção de um cenário tripartite no qual importa (i) as particularidades do indivíduo, suas ideias, identidades e percepções; o seu (ii) *background* social – o contexto sociopolítico que envolve os mais variados atores sociais; e a (iii) forma – o comportamento desses atores ao tomar decisões (TVERSKY; KAHNEMAN, 2008; LEVY; THOMPSON, 2010; KAHNEMAN, 2012; BANCO MUNDIAL, 2015; JERVIS, 2017).

Fazer essas relações e associações entre categorias e diferentes níveis de análise requer linguagens que permitam o uso de atalhos mentais para reconhecer similaridades e diferenças entre os mais diversos fenômenos sociais e políticos, como é o caso do caminho para a guerra e das decisões que perfazem essa atividade. É nesse sentido que as metáforas importam, porque as ideias, percepções e interesses são fatores relevantes que constituem a interação entre os Estados, já que endógenos¹³ à estrutura das relações internacionais (WENDT, 2013).

¹² one set of discursive tools with which the factual bases of international relations can be represented in the theories that are used to conceptualize world affairs

¹³ A concepção de que os fatores não-materiais são endógenos à estrutura é um dos aspectos centrais de concepções reflexivistas das RI. Dentro dessa abordagem, a concepção cognitiva e intersubjetiva de processos de tomada de decisão em política externa entende que ideias, identidades e interesses são endógenos à interação. Assim, os atores não possuem uma característica puramente racionalista, por meio da qual o comportamento maximizador de preferências é exógeno à interação. Para uma leitura racionalista e dentro de uma perspectiva institucionalista de como as ideias afetam os resultados nas relações internacionais vide Goldstein; Keohane, 1993.

Assim, é a compreensão de que o caminho para a guerra é tão importante como a guerra propriamente dita que a pesquisa passa se debruçar sobre ele. Esse momento é identificado como um aspecto do problema de pesquisa porque consegue envolver os três níveis de análise que são pertinentes para explicar o evento em tela. Com base nesta perspectiva, é apresentada a seguir uma revisão de literatura que envolve o referencial epistemológico, teórico e metodológico que dão substrato à investigação e que tem os atos de fala de segurança como mecanismo causal para ações no âmbito da política externa.

2.2 A VIRADA CONSTRUTIVISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Essa seção tem como objetivo fazer uma síntese do que constitui os Construtivismos em RI, bem como apresentar as bases teóricas centrais da pesquisa que permitem fazer o elo com as outras duas concepções teóricas. Assim, no contexto do pós-Guerra Fria, a antiga hierarquia entre o que é considerado *high politics* e *low politics*, dentro da agenda política internacional, é quebrada. Essa quebra permite o alargamento e aprofundamento de temas e agendas que tornam a política internacional muito mais complexa do que foi vista durante quase 50 anos que marcam o conflito bipolar (BUZAN; HANSEN, 2012).

O alargamento e aprofundamento da agenda política internacional faz com que abordagens paralelas ao *mainstream* teórico das RI ganhem fôlego para produzir explicações causais e descritivas para fenômenos políticos complexos (WILLIAMS, M. 2003; WILLIAMS, P. 2008; BUZAN; HANSEN, 2012). O que torna possível retomar os estudos das décadas de 1950, 1960 e 1970 sobre política externa e como ela é produzida. Na década de 1990 esses estudos são trabalhados a partir de um aporte teórico-metodológico que permite uma análise mais robusta e multinível da relação entre *decision-maker*, o aparato burocrático do Estado e o contexto no qual estão inseridos.

Por isso, a pesquisa utiliza a combinação de dois campos de estudos com uma perspectiva teórica construtivista que auxilia a compreensão da relação entre a produção de política externa e o processo de construção de ameaças. Esses campos são os (i) ESI, com foco na teoria da securitização, e a (ii) APE, com o enfoque sobre o processo de tomada de decisão.

A partir desses dois campos de estudos, observa-se que não há relevância operacional medir a concretude de uma ameaça, ou seja, se ela é real ou não. Como um fenômeno político, importa compreender o processo intersubjetivo entre os atores e o contexto subjacente à construção e manutenção de um suposto problema de segurança, a ponto de constituí-lo como uma ameaça. Porque é nesse processo intersubjetivo que se desdobram os mecanismos causais

que implicam a relação por meio da qual um problema qualquer se torna uma ameaça de segurança (CÔTÉ, 2014; 2016).

Nesse sentido, ameaças de segurança são entendidas como um constructo social e definidas a partir da intersubjetividade que acomete atores sociais, sejam eles indivíduos, organizações sociais, burocracias ou mesmo Estados. Como um fenômeno político que transforma um problema qualquer em um problema de segurança tem-se a base do que é denominado de securitização. Assim, resta saber quando e como esse fenômeno ocorre.

. Com esse foco, a tese utiliza uma base epistemológica com a qual concebe a existência de mecanismos que governam a realidade, mas que não são diretamente observáveis. Mas, ao mesmo tempo, não podem ser desprezados (RICHE, 2012, 2015; PARANHOS; FIGUEIREDO FILHO; ROCHA, 2013; WENDT, 2014). Por isso, faz parte do recorte epistemológico identificar, a partir de uma orientação teórica construtivista, os mecanismos subjacentes aos fenômenos políticos em tela (PORTA; KEATING, 2008).

Com esse exercício de compreensão, estima-se criar as condições argumentativas e lógicas que permitam uma explanação coerente sobre esse fenômeno para responder a pergunta-problema da pesquisa. Para tanto, reivindica-se um rigor metodológico relativamente novo às pesquisas construtivistas (KACOWICZ, 2004; CHECKEL, 2017) que permita auferir validade à essa investigação, bem como observar mecanismos causais capazes de gerar inferências válidas para responder a pergunta-problema da tese.

2.2.1 OS CONSTRUTIVISMOS

As abordagens construtivistas ganham terreno nesse campo de estudo durante a década de 1980, fruto de um debate epistemológico entre, de um lado, as escolas racionalistas e positivistas (realistas e liberais), e de outro, as escolas reflexivistas (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993; HERZ, 1994; ADLER, 1999; REUS-SMIT, 2005; KLOTZ; LYNCH, 2007; FLOCKHART, 2016).

Dentro desse embate, no entanto, não é possível conceber os Construtivismos como uma teoria monolítica, mas como abordagens, uma meta-teoria que serve à investigação das relações sociais, para entender como funcionam o mundo social e político, que não é mais observado apenas como natural, mas como produto de relações sociais, conquanto, da construção social decorrente da atividade humana (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993; HERZ, 1994; ADLER, 1999; REUS-SMIT, 2005; KLOTZ; LYNCH, 2007; BALZACQ, 2010; FLOCKHART, 2016).

Em RI, essas abordagens não concebem os Estados como atores materialistas, puramente racionais, a se comportar dentro de uma lógica de autoajuda, constrangidos pela estrutura anárquica. Mas, constituídos a partir de relações sociais, por meio das quais os fatores ideacionais afetam a forma como interagem entre si. Por isso, esses fatores são compreendidos como endógenos à estrutura internacional. Com essa perspectiva, os atores sociais se relacionam a partir tanto de estruturas materiais, como não-materiais, cujos significados são construídos coletivamente e a partir do próprio processo de interação de ideias, identidades, interesses e percepções, as quais formam e são formadas pela ação política e pelo processo de aprendizagem entre esses mesmos atores (ONUF, 1989; CHECKEL, 1998; ADLER, 1999; REUS-SMIT, 2005; KLOTZ; LYNCH, 2007; MCDONALD, 2008; BUZAN; HANSEN, 2012; CASARÕES, 2012; RICHE, 2012; WENDT, 1995, 2013, 2014; AGIUS, 2013; GUZZINI, 2013; FLOCKHART, 2016).

Com essa diferença, o construtivismo em RI se debruça sobre a relação agente-estrutura a partir de dois objetivos gerais: (i) compreender como fatores ideacionais afetam a realidade material; e (ii) interpretar uma relação que é identificada como mutuamente constitutiva. Dentro dessa perspectiva, que tem como marco a obra seminal de Berger e Luckman (1991) de 1966, as ideias, ao serem expressas como um sistema de sinais, ou seja, como uma linguagem, correspondem a uma estrutura de conhecimentos compartilhados. Essa estrutura, constituída pela interação entre os atores sociais, ao ser institucionalizada, evidencia como as ideias podem ser materializadas em normas e constrangimentos que afetam e constituem as condições necessárias à análise do fenômeno político internacional (WENDT, 1998; 2013; 2014; CHECKEL, 1998; 2001; REUS-SMIT, 2005; KLOTZ; LYNCH, 2007; MCDONALD, 2008; CASARÕES, 2012; RICHE, 2012; AGIUS, 2013; FLOCKHART, 2016).

Tais condições estão atreladas à ação dos atores, que só se tornam inteligíveis como um fato porque decorrem de construções sociais que compõem uma estrutura constituída e compartilhada por fatores ideacionais, os quais geram expectativas comportamentais que também afetam as percepções desses atores. Por isso, a análise do fenômeno está em função do significado coletivo atribuído e da interação que o compartilhamento de significados gera entre os atores (ONUF, 1989; GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993; HERZ, 1994; ADLER, 1999; CHECKEL, 2001; REUS-SMIT, 2005; KLOTZ; LYNCH, 2007; MCDONALD, 2008; CASARÕES, 2012; RICHE, 2012; CARLSNAES; RISSE; SIMMONS, 2013; WENDT, 1995; 1998; 2013, 2014; 2015; AGIUS, 2013; FLOCKHART, 2016).

Essas noções, centrais às abordagens construtivistas, permitem sintetizar três assertivas que constituem o substrato dessa abordagem em RI:

- (i) Normas e ideias são tão importantes quanto estruturas materiais, pois os sistemas de ideias, credos e valores também têm características estruturais que afetam a prática social, que constitui o comportamento e a ação política dos atores;
- (ii) Fatores materiais constroem a identidade dos atores, que, por seu turno, afeta seus interesses e ações. Dentro dessa lógica, os atores não podem atuar sem uma identidade, porque é ela que concebe seus interesses e percepções dentro das interações sociais em que está inserido;
- (iii) Atores e estruturas são, portanto, mutuamente constituídos. Ou seja, estruturas ideacionais e normativas afetam os interesses e as identidades dos atores, que, ao exercerem agência, afetam a estrutura.

No entanto, apesar da convergência atrelada ao aspecto constitutivo das relações sociais, é possível separar as abordagens construtivistas em duas correntes: a convencional e a crítica (HOPF, 1998; BALZACQ, 2010; CHECKEL, 2017).

Dentro da abordagem convencional, os fenômenos sociais são compreendidos de maneira processual. Eles ocorrem dentro de relações causais construídas por mecanismos decorrentes da interação entre os atores num contexto histórico específico (WENDT, 1995; 1998; 2013; 2014; JEPPEPERSON; WENDT; KATENSTEIN, 1996; ADLER, 1999; DESSLER, 1999; REUS-SMIT, 2005; MCDONALD, 2008; CHECKEL, 1998; 2006; 2017; RICHE, 2012, 2015; AGIUS, 2013). Além disso, enseja, mas não delimita a aplicação de métodos de pesquisa mais robustos, de forma que o rigor metodológico ainda é caro essa corrente epistemológica construtivista¹⁴ (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993; CHECKEL, 1998; DESSLER, 1999; KACOWICZ, 2004).

Por seu turno, abordagens construtivistas críticas podem ser subdivididas entre: interpretativistas e pós-positivistas. Os interpretativistas exploram o papel da linguagem no processo de construção da realidade social e entendem os fenômenos sociais a partir do seu exercício. Essa corrente trabalha a partir de uma lógica explanatória que não decorre necessariamente de uma relação causal, mas da inteligibilidade alcançada quando algo estranho passa a ser familiar ou quando um fenômeno pode ser lido de maneira apropriada dentro de um

¹⁴ Essa característica, todavia, é enfrentada por algumas obras que buscam fornecer um conteúdo empírico para as análises de cunho construtivista. Para obras seminais que enfrentam essa fraqueza vide, Friedmann e Starr (2004) e, especialmente, Katzenstein (1996) e Wendt (2014).

conceito (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998; DESSLER, 1999; FARREL, 2002; WILLIAMS, M., 2003; MCDONALD, 2008; BUZAN; HANSEN, 2012; GUZZINI, 2013).

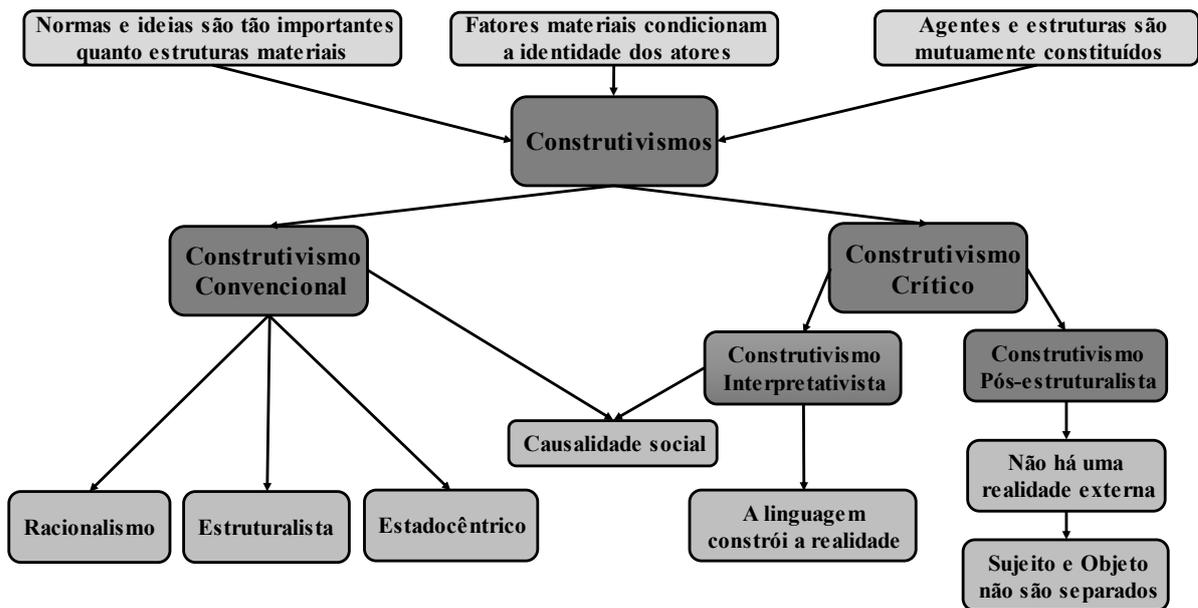
As abordagens pós-positivistas¹⁵, por sua vez, trabalham a partir de uma noção eminentemente pós-estruturalista. Nessa concepção, os discursos assumem centralidade da análise porque são concebidos como expressões das relações de poder observadas dentro de narrativas construídas para representar o mundo. Segundo Foucault (2008, p. 23-24), o discurso que é desenvolvido sob o símbolo da tradição, constrói significados que determinam a validade e autoridade sobre um objeto específico, à revelia de todos os outros discursos e objetos. Com essa capacidade o discurso pode naturalizar determinadas características, que servem de interesses aqueles que estão a construir os discursos. É nesse sentido que, para essa corrente, “o saber científico é uma espécie de discurso” (LYOTARD, 1988, p. 3).

Por isso, na medida em que tudo é uma construção social, essa corrente repudia as premissas positivistas e racionalistas que concebem a existência de uma realidade externa aos atores sociais e que é movida por leis naturais. Dessa maneira nega a existência de um mundo exterior decorrente da separação entre sujeito e objeto, que é lógica e causalmente independente da mente e da percepção dos indivíduos. Ao mesmo tempo, rejeita a possibilidade de conceber o mundo materialmente e qualquer noção de verdade factual, que é irrelevante, dado que não existe (ASHLEY, 1984; LYOTARD, 1988; LAPID, 1989; WALKER, 1992; CAMPBELL, 1992; DESSLER, 1999; FOUCAULT, 2008).

Para sintetizar, abaixo, em um esquema didático, tem-se a Figura 1 que segmenta essas correntes construtivistas:

¹⁵ Essa abordagem não é utilizada nessa investigação

Figura 1 - Correntes construtivistas



Fonte: elaboração própria (2021)

Desde essa segmentação, o construtivismo convencional é enquadrado a partir de uma abordagem epistemológica que utiliza o realismo científico e se aproxima do racionalismo e de uma ontologia fundacionista. Tanto a ontologia, quanto a epistemologia do realismo científico, partem de três premissas: (i) existe um mundo natural que não é dependente lógica e causalmente da mente; (ii) algumas concepções sobre esse mundo são precisas, mesmo que incompletas, e, por isso, podem ser corroboráveis; (iii) métodos de pesquisa permitem testar hipóteses sobre o mundo natural (DESSLER, 1999, p. 124; KEAT; URRY, 2010, p. 20; BALZACQ, 2010; RICHE, 2012, 2015).

Nesse sentido, o mundo ou o fenômeno político e social observado independe do conhecimento do observador. De tal modo, para compreendê-lo busca-se por relações causais, pautadas em condições de necessidade e suficiência, que permitem a distinção entre questões positivas e normativas. Essa busca é permeada pela identificação de mecanismos que possam ligar essas condições. Nesses termos, fatores não-materiais podem ser observados como estruturas reificadas que, em razão de processos de interação, aprendizagem e entendimentos, são difundidos até serem naturalizadas e materializadas (REUS-SMIT, 2005; MCDONALD, 2008; KEAT; URRY, 2010; BALZACQ, 2010; AGIUS, 2013; WENDT, 2013; 2014; RICHE, 2015).

A aproximação com essa base ontológica faz com que a chave do conhecimento se encontre em estruturas complexas não observáveis, que, frequentemente, condicionam

socialmente o conhecimento a desafios e interpretações. Ou seja, concebe-se a existência de mecanismos que governam a realidades e que não são diretamente observáveis, mas que não podem ser desprezados, já que o conhecimento é filtrado teoricamente (WENDT, 1998; PORTA; KEATING, 2008; KEAT; URRY, 2010; BALZACQ, 2010; RICHE, 2012, 2015).

Sendo assim, admite-se que é possível identificar mecanismos que, relacionados às causas e resultados, podem se configurar como fatores explanatórios para regularidades empiricamente observáveis (PORTA; KEATING, 2008; PARANHOS; FIGUEIREDO FILHO; ROCHA, 2013). Isso, logicamente, se analisados a partir de um referencial teórico robusto, coeso e coerente com dados que tornem possível o estabelecimento relações de causalidade social, um processo por meio da qual a ação se constitui socialmente (ADLER, 1999; FARREL, 2002; KEAT; URRY, 2010; RICHE, 2012, 2015; PARANHOS; FIGUEIREDO FILHO; ROCHA, 2013; WENDT, 2014).

Nesses termos, a causalidade social se dá quando fatores ideacionais são materializados em normas, regras, constrangimentos coconstituídos de práticas sociais. Esse processo enseja uma sequência temporal entre o fenômeno social observado e condições causais suportadas por mecanismos descritos e interpretado a partir de uma teoria capaz de gerar uma inferência descritiva (ADLER, 1999; REUS-SMIT, 2005; KEAT; URRY, 2010; WENDT, 1998; 2013; 2014).

A causalidade social demarca, portanto, a diferença epistemológica entre as abordagens construtivistas, que se baseiam em processos constitutivos, e teorias racionalistas que trabalham com relações de causa e efeito. Apesar dessa diferença, no entanto, abordagens construtivistas ainda trabalham com uma lógica inferencial preocupada em formular leis gerais, porém, de médio alcance e válidas no tempo e no espaço (WENDT, 1998; KEAT; URRY, 2010; PARANHOS; FIGUEIREDO FILHO; ROCHA, 2013). Por isso, o construtivismo convencional é um meio termo entre racionalistas e pós-positivistas (CHECKEL, 1998; DESSLER, 1999; ADLER, 1999; REUS-SMIT, 2005; RICHE, 2012, 2015; GUZZINI, 2013).

Como salienta Wendt (2014, p. 71), é uma via-média do construtivismo moderno. Para Adler (1999, p. 25), “é a perspectiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação¹⁶ e interação humana [que] depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material”.

Em síntese, é a perspectiva que procura compreender a relação de coconstituição entre estruturas ideacionais e materiais. Dentro dessa busca, o cerne da compreensão está na relação

¹⁶ A ação humana é entendida aqui desde uma lógica weberiana como “toda a conduta humana, cujos sujeitos vinculem a esta ação um sentido subjetivo” (WEBER, 2002, p. 5)

agente-estrutura, que envolve processos históricos de interação e aprendizagem os quais constituem a estrutura social de conhecimento compartilhado que dá sentido ao mundo material (HERZ, 1994; CHECKEL, 1998; DESSLER, 1999; ADLER, 1999; REUS-SMIT, 2005; FARREL, 2002; KLOTZ; LYNCH, 2007; MCDONALD, 2008; WENDT, 1998; 2013; 2014; RICHE, 2012; AGIUS, 2013).

Com essa perspectiva, o construtivismo entende que interesses e identidades são moldados através da interação. Esses fatores não-materiais decorrem da quebra da agência autocentrada do indivíduo atomizado, que passa a adquirir novas informações e, conseqüentemente, alterar seu comportamento. Nesses termos, é a partir da interação que os atores se concebem e compreendem o mundo e os fatores atrelados a eles (HAAS, 1980; 2001; HERZ, 1994; ADLER, 1999; CHECKEL, 2001; KLOTZ; LYNCH, 2007; AGIUS, 2013).

Dessa maneira, a particularidade construtivista decorre do fato de que a agência do indivíduo permite o reconhecimento dos fatores não-materiais a partir coconstituição com a estrutura. De tal modo, concebe-se que “o mundo é social e não puramente material¹⁷” (AGIUS, 2013, p. 88, tradução nossa), especialmente porque são as ideias, a partir dos seus efeitos constitutivos que tornam possível o mundo material (WENDT, 1998, p. 107).

Nesse sentido, em RI, a estrutura internacional e o efeito estrutural não são exógenos, mas construções sociais passíveis de mudança. Isso implica dizer que o modelo anárquico e a lógica hobbesiana que lhe dá sustentação não são naturais, mas, construções sociais decorrentes do processo de interação e aprendizagem social. Nesses termos, a anarquia não possui uma característica ahistórica e perene, mas se configura como um repositório vazio que não possui uma lógica idiossincrática (WENDT, 2014, p. 304). Assim, entende-se, por consequência, que mesmo as identidades e os interesses não são fixados no tempo e espaço, mas produtos diretos de mudança e da atividade dos atores em suas mais variadas relações sociais (MCDONALD, 2008; AGIUS, 2013, p. 89).

A relativização da anarquia decorre, no pensamento wendtiano, quando é observado a existências de tipos de identidade, cujos significados socialmente construídos implicam relações e comportamentos sociais diferentes (AGIUS, 2013, p. 92; WENDT, 2014). Assim, reforça-se a noção de que identidades não são fatores dados, exógenos à estrutura, mas parte de um processo histórico de interações sociais, feito a partir de crenças e valores que perfazem uma cultura (MCDONALD, 2008; WENDT, 2014).

¹⁷ the world is social, and not purely material

É essa percepção que torna possível a noção de coconstituição. Em outras palavras, a normalização de práticas sociais em normas acarreta a institucionalização de um comportamento específico. Ao institucionalizar um comportamento frisa-se uma estrutura que passa a regular esse comportamento. Para as abordagens construtivistas, notadamente a perspectiva wendtiana atrelada à corrente convencional, essa estrutura é uma consequência de processos históricos de interação social que reforça e, ao mesmo tempo, é moldada pela estrutura. Dentro dessa concepção, a coconstituição de uma norma ou prática social permite observar a possibilidade de mudança (MCDONALD, 2008; WENDT, 2014; RICHE, 2015).

Por isso, o construtivismo não é uma abordagem antiliberal ou antirrealista. Como uma ferramenta teórica de análise, entende os fatores não-materiais como causais com consequências para o mundo material e social. Desse entendimento, constrói-se a base do portfólio teórico que consegue tornar evidente a relação direta entre fatores não-materiais e materiais.

Em síntese, a relação entre identidade, percepção e interesses e o comportamento dos atores depende do contexto e está diretamente ligado a questão da coconstituição. Todavia, a inquirição assume a necessidade de um maior rigor metodológico para verificar a relação de causalidade social e alcançar, conforme estabelece Wendt (2014, p.87), uma “inferência à melhor explicação”, que ultrapasse os aspectos tautológicos de afirmações que não são falseáveis.

Segundo Riche (2012, p. 34-35), abordagens que trabalham com uma epistemologia pautada pelo realismo científico concebem que a *inferência à melhor explicação* não produz a mesma certeza que a dedução lógica, mas, desde que amparada teórica e metodologicamente, conseguem uma indução capaz de produzir conhecimento científico sobre fenômenos não-observáveis. Isso porque, a explanação desse modelo inferencial está mais associada ao aspecto descritivo do mecanismo causal do que propriamente na constituição de leis gerais (WENDT, 2014; RICHE, 2015).

Por fim, esse tipo inferencial também é denominado de abduutivo e é mais bem desenvolvido na parte metodológica dessa pesquisa. Aqui, cabe como exemplo observar o Estado como uma resposta dessa inferência abdutiva. Nos termos do realismo científico, o Estado constitui-se como um fenômeno político real e não-observável, mas capaz de produzir efeitos e apreensão empírica (RICHE, 2012, p. 55, 2015). No plano doméstico, quando aplica uma sanção contra um indivíduo que comete uma infração; no plano externo, quando invade um país ou o percebe como ameaça.

Assim, à abordagem construtivista defendida nessa seção – a convencional – são adicionados dois campos de estudos cujo objetivo é complementar e suplementar a análise. O primeiro é o campo de ESI, por meio do qual faz-se uso do conceito de *atos de fala de segurança* da Teoria da Securitização. Com a compreensão desse conceito e ajustado ao desenho de pesquisa, a seção subsequente opera-o dentro do arcabouço teórico e metodológico de APE.

2.2.2 Os Estudos de Segurança Internacional

Os ESI surgem no momento pós-Segunda Guerra Mundial, quando se debruçam em debates sobre como proteger o Estado de ameaças internas e externas (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 33). Todavia, com base no que foi exposto na seção anterior, observa-se que os ESI também sofrem o impacto do exercício teórico construtivista para explicar as relações internacionais.

Esse impacto ocorre em um contexto marcado pelo recrudescimento das relações entre as superpotências. Na década de 1980 três fatores propiciam a retomada das hostilidades: i) o crescimento bélico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); ii) as intervenções da URSS no processo de descolonização de Angola, Etiópia e a intervenção no Afeganistão; e iii) a inclinação à direita da administração estadunidense. Nota-se, porém, que, apesar de Reagan tratar a URSS como “o império do mal”, o retorno à Guerra Fria não se dá no nível da década de 1950. De modo que, mesmo havendo um certo retorno às hostilidades, a rivalidade entre as superpotências, no final da década de 1980, é marcada pela *détente*.

Isso decorre de alguns fatores relevantes para o campo de estudo de Segurança Internacional, como o avanço da interdependência complexa, que permite temas fora da seara militar serem observados com mais importância nas discussões entre os Estados. Assim, áreas-problemas¹⁸ passam a dialogar entre si ao quebrar a hierarquia entre o que até então é considerado como *high e low politics* e que molda a agenda política internacional do período. Nesse momento, os temas de segurança, considerados *high politics*, deixam de ser exclusivos ao setor militar e de preocupação central do Estado (VILLA, 1994; BUZAN; HANSEN, 2012).

Diante desse cenário, a *détente* é marcada pelo estabelecimento de regras ou procedimentos na relação entre as superpotências. Dessas regras, a possibilidade de prever comportamentos, dado que os interesses passam a se configurar como mútuos, permite minimizar o cenário de incerteza em relação ao confronto direto ou mesmo nuclear (NYE, 2014,

¹⁸ *issue-areas*

p. 168). Assim, como em um processo, os ESI passam a elevar, na agenda de segurança, fatores considerados *low politics*, ditos pertinentes às questões domésticas dos Estados.

Nesse alargamento da agenda de segurança, apesar da manutenção da centralidade estatal e da importância fundamental do setor de segurança, o Estado deixa de ser observado como ator exclusivo do sistema internacional, bem como deixa de ser observado como a única ameaça a impactar as relações internacionais. Ademais, fatores não-materiais, que estão fora do escopo estatal, passam também a representar ameaças (VILLA, 1994; BUZAN, 1997; HUNTINGTON, 1998; WENDT, 1995, 2013; 2014; KATZENSTEIN, 1996; FARREL, 2002 WILLIAMS, M. 2003; WILLIAMS, P., 2008; BUZAN; HANSEN, 2012; AGIUS, 2013).

É dentro desse contexto que “as palavras representam o exercício do poder na forma de ameaças e promessas ou na forma de invocar autoridade para apoiar ou opor-se a ações entre Estados ou outros atores na política mundial¹⁹” (SHAFER; WALKER, 2006, p. 31, tradução nossa). Com essas características, a conjuntura permite que abordagens paralelas ao *mainstream* teórico das RI ganhem fôlego para produzir explicações mais robustas sobre temas que antes estavam fora da agenda de segurança e que não eram fatores explicativos das relações internacionais.

Por isso, os ESI, desde uma abordagem construtivista, seguem uma linha de pesquisa que permite abrir a *caixa preta* do Estado e repensar a noção de Estado unitário. Ao mesmo tempo, passa a observar quais fontes domésticas da produção de política externa afetam o processo decisório que acomete o Estado a decidir quem e quais são as ameaças a sua segurança (LEVY; THOMPSON, 2010; FERREIRA, M. 2020).

Em face disso, a Escola de Copenhague, com sua Teoria da Securitização, apresenta uma ferramenta teórica construtivista que pode auxiliar a investigação sobre o surgimento de novas ameaças, sejam elas reais ou decorrentes da construção discursiva entre os atores. A seguir, essa teoria é mais bem desenvolvida para poder ser alocada ao subcampo de APE.

2.2.2.1 A Teoria da Securitização da Escola de Copenhague

O Construtivismo, nos ESI, é mais bem identificado a partir da Escola de Copenhague. Com essa Escola, uma nova estrutura de análise é concebida para compreender a segurança internacional. Essa nova estrutura utiliza a noção de atos de fala de segurança para dar base à

¹⁹ Words represent the exercise of power in the form of making threats and promises or in the form of invoking authority to support or oppose actions between states or other agents in world politics

Teoria da Securitização (BUZAN; WAEVER; WILDE, 2008; MCDONALD, 2008; BALZACQ, 2010; EMMERS, 2013)

Por meio dessa teoria, dada sua convergência com as abordagens construtivistas, a noção de *Segurança* é uma construção social. A ideia de *construção* aqui tem a ver com o fato de que “construir algo é um ato que traz à existência um sujeito ou objeto que de outra forma não existiria²⁰”(MCDONALD, 2008, p. 61, tradução nossa). O que denota a necessidade de uma relação na qual a percepção do outro é chave-explicativa para compreender segurança. Em outros termos, a segurança importa, mas depende de quem fala, do seu nível de vulnerabilidade, do que é considerado uma ameaça e de quem escuta o que está a ser considerado uma ameaça.

Essa estrutura de análise da Escola de Copenhague está inserida em um debate que perpassa a existência de uma dualidade teórica que versa sobre a existência de construtivistas-realistas ou realistas-construtivistas (KLOTZ; LYNCH, 2007). Essa dualidade implica uma máxima clássica dentro de ESI: a segurança é uma prática autorreferenciada (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998). Essa assertiva quer dizer que, dentro de um contexto específico, um ator pode identificar e afirmar algo como uma ameaça e, portanto, um problema de segurança. Esse ato de afirmar é uma prática, uma ação, que pode transformar qualquer tema como um tema de segurança. Não porque exista algo verdadeiramente a ameaçar, mas porque um ator específico percebe um problema particular como uma ameaça.

Isto não implica afirmar que não exista segurança de fato, mas que a mesma existe em função da percepção, das ideias e das identidades dos atores sociais. Em outros termos, a noção de segurança está em função do que é considerado uma ameaça, de modo que identificar o que é, quem e o quê ameaça, é mais importante do que a própria definição de segurança, porque é isso que faz com o conceito não seja fluído a ponto de não permitir pesquisas empíricas.

Segundo Saint-Pierre (2011, p. 420), essa perspectiva faz com que a ameaça seja observada como uma representação, sinal ou a percepção sobre um cenário de risco e incerteza que atinge aquele que está a perceber. Por ser assim, a ideia ou representação de uma ameaça se constitui dentro de uma relação que exige identificar quem envia o sinal, quem recebe e o meio pelo qual a ameaça é propagada. Por isso, o construtivismo evita definições universais e trabalha com fatores não-materiais.

Com esses fatores, a lógica construtivista torna possível estabelecer a relação de causalidade social entre a percepção de ameaças e um comportamento decorrente de uma estrutura ideacional que reverbera e legitima uma ação, por exemplo, de política externa

²⁰ to construct something is an act which brings into being a subject or object that otherwise would not exist'

(MCDONALD, 2008, p. 63). Ao avaliar como os fatores ideacionais afetam a percepção de ameaça e constrangem ou encorajam comportamentos específicos, o construtivismo reivindica uma nova estrutura de análise, dentro da qual fatores ideacionais são trabalhados como variáveis endógenas e explicativas para tomadas de decisão, práticas e ações de política externa que envolvem problemas de segurança.

O que corrobora a interpretação de que “segurança é uma construção social específica ao contexto²¹” (MCDONALD, 2008, p. 64, tradução nossa), e que “é sempre uma escolha política securitizar ou aceitar a securitização²²” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 29). Dentro dessa leitura, encontra-se o substrato teórico do fenômeno da securitização concebido pela Escola de Copenhague. Esse substrato é baseado na teoria dos atos de fala de John Austin (1990), que percebe a existência de três tipos de atos de fala (BALZACQ, 2010; MOTTA, 2014).

Quadro 3 - Tipos de Atos de Fala

Atos de Fala		
Tipos	Característica	Exemplo
Locucionário	A fala em si: O ato de falar Quando a fala se configura como uma expressão.	“As ideias e percepções importam”
Ilocucionário	O agir da fala: A ação depois do falar Quando a fala deixa de ser uma expressão para se configurar como ação ou tomada de decisão.	“As ideias e percepções importam para eu decidir o que é um tema de segurança”
<u>Perlocucionário</u>	A fala como causa e consequência: A consequência depois da ação de falar Quando a fala possui um efeito no ator receptor que altera seus fatores não-materiais	A pobreza é uma <u>ameaça</u> à <u>segurança</u> do Haiti e é resolvida com uma operação de paz

Fonte: Elaboração própria (2021)

A teoria da securitização, tradicionalmente, opera com esses dois últimos atos de fala: o ilocucionário, com Buzan (1998), e o perlocucionário, com Balzacq (2005; 2011). Em ambos, o uso da linguagem é observado como um veículo de construção de problemas de segurança, o que denota o alargamento conceitual desse campo de estudo e permite trabalhar com a noção

²¹ security is a context-specific social construction

²² “it is always a political choice to securitize or to accept a securitization”

de que segurança é mais bem concebida como ausência de ameaças (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998).

Dessa maneira, o ato de fala de segurança opera com uma ação. A prática ou comportamento que afeta a percepção da audiência sobre o que ou quem é uma ameaça. Com essa ação, atores com capacidade e autoridade são capazes de requerer medidas excepcionais para a resolução de um problema que, em um determinado contexto, é referenciado como sendo de segurança (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998; WILLIAMS, M. 2003; MCDONALD, 2008; GUZZINI, 2011; CÔTÉ, 2014).

Com essa noção, um ato de fala de segurança é dinâmico. Ele é operado dentro de um processo em que temas aleatórios passam a ser enquadrados em cinco setores que envolvem problemas de segurança, como o militar, ambiental, econômico, societal e político. Nessa estrutura multisetorial, apesar do alargamento conceitual de segurança, a lógica continua sendo pautada pela noção de sobrevivência, com a qual torna possível analisar a relação entre um ator securitizador, um objeto referente e uma audiência (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998; WAEVER, 2015).

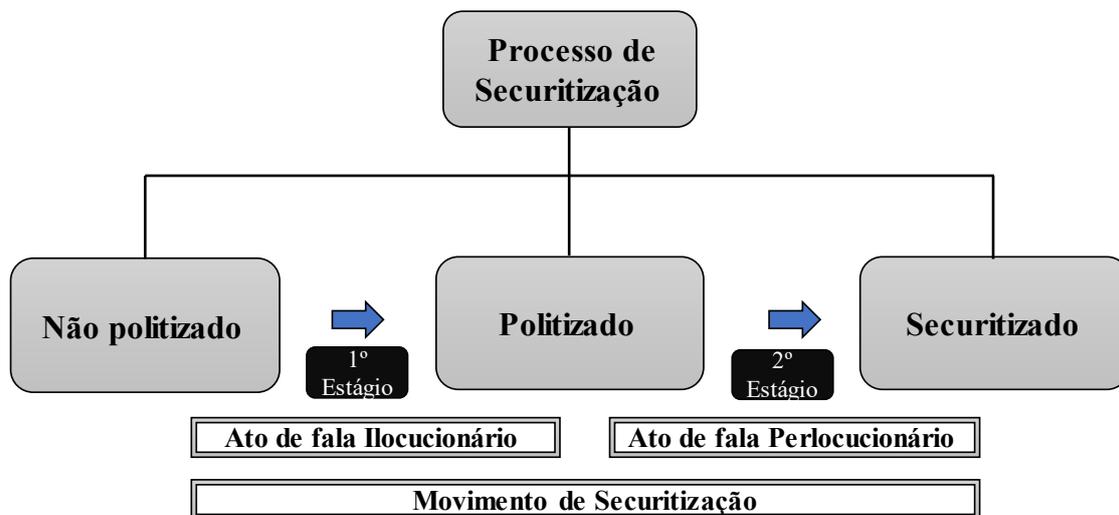
Para entender essa relação importa conceber cada uma das partes, então, tem-se que (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998; MCDONALD, 2008 EMMERS, 2013, p. 132; WAEVER, 2015; CÔTÉ, 2016):

- (i) Ator securitizador é o ator social que tem a capacidade e autoridade de declarar – de acionar –, que algo, um objeto referente, é uma ameaça existencial. Normalmente, o ator securitizador é um líder político, um governo, burocracias ou grupos de pressão que possui capacidade e autoridade em sua fala;
- (ii) Objeto referente é um fator que, localizado dentro dos setores acima mencionados, passa a ser considerado um problema de segurança, conquanto, uma ameaça existencial. Um objeto referente pode ser um Estado (setor militar), uma ideologia (setor político), a economia (setor econômico), um grupo social (setor societal) ou mesmo um habitat (setor ambiental);
- (iii) Audiência é um corpo político de atores que escuta o discurso do ator securitizador. Dentro da teoria da securitização, é esse corpo político que dá legitimidade à requisição do ator securitizador para usar medidas excepcionais contra o que identifica como uma ameaça existencial.

Dado esse modelo de análise, apesar da crítica de Baldwin²³ (1997), a proposta analítica da Escola de Copenhague permite estudos sistemáticos, comparados e metodologicamente robustos que tratam da construção discursiva da ameaça de maneira empírica (MCDONALD, 2008; EMMERS, 2013, p. 132; WAEVER, 2015). Nesses termos importa verificar o modelo da teoria da securitização.

Esse modelo tem como premissa a noção de que a securitização é um processo ou um “movimento que toma a política para além das estabelecidas regras do jogo e enquadra o tema como um tipo especial de política ou como acima da política²⁴” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 23; WILLIAMS, P., 2008; MCDONALD, 2008; GUZZINI, 2011). De tal modo, um tema qualquer, dentro da estrutura multisetorial de segurança, pode ser processado ou transformado em um problema que requer medidas excepcionais para ser tratado. Essa transformação ocorre em dois estágios que, somados, constituem o movimento de securitização, conforme observado na Figura 2:

Figura 2 - Processo de securitização



Fonte: Elaboração própria a partir de BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998; MCDONALD, 2008; BALZACQ, 2010

No primeiro estágio, o ato de fala empregado pelo ator securitizador é o ato ilocucionário. Dentro da concepção de Austin (1990, p. 26), o discurso do ator securitizador se exprime, nesse estágio, como uma ação, uma atividade que é pensada e que pressupõe o

²³ Baldwin entende que, devido seu alargamento, o conceito o conceito de segurança é muitas vezes utilizado de maneira retórica ou a partir de um valor heurístico, o que faz com a noção de segurança perca sua relevância.

²⁴ the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics

proferimento de palavras específicas que permitam a politização do tema. Por isso, é um ato performativo que faz com que um tema não-politizado, ou seja, um tema que não faz parte da agenda pública de discussão, seja politizado e, assim, passe a ser discutido na seara pública.

O segundo estágio, por sua vez, ocorre quando o tema politizado é declarado como um problema de segurança. Nesse momento, o ator securitizador produz um ato de fala perlocucionário. Esse ato se configura como uma prática que, ao enviar a mensagem, exige uma reação, efeito ou resultado no receptor da mensagem. Como esse ato de fala está inserido em uma lógica de segurança, a exigência que perfaz a perlocução do ato é a reivindicação de medidas excepcionais e urgentes, normalmente militarizadas e fora das regras do jogo político, para conter um problema que está a ser considerado uma ameaça existencial a um objeto referente (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998; MCDONALD, 2008; EMMERS, 2013; BALZACQ, 2010; MOTTA, 2014, WAEVER, 2015).

No segundo estágio, portanto, a audiência possui um papel fundamental, porque a sua percepção é fator coconstitutivo da representação de ameaça construída pelo ato de fala do ator securitizador. Isso implica afirmar que a percepção da audiência em relação à agência daquele ator ocorre de maneira processual e dinâmica. Nesses termos, o resultado positivo do movimento de securitização perfaz o próprio processo de securitização, o que quer dizer que ele está diretamente vinculado ao reconhecimento da audiência (EMMERS, 2013; CÔTÉ, 2016) e não necessariamente na aplicação das medidas de exceção, como defendeu Côté (2014).

Assim, o resultado final do movimento de securitização, que é aplicação das medidas de exceção, não é de fato relevante, mas sim o ensejo processual que permite trabalhar a securitização como um mecanismo causal (WILLIAMS, M. 2003; GUZZINI, 2011). Por isso, a próxima seção desenvolve de maneira mais detalhada essa concepção da securitização como um mecanismo.

2.2.2.2 Securitização como um Mecanismo Causal

Essa interpretação da securitização como um mecanismo causal pode ser testada com a partir de duas observações, a Guerras do Golfo, de 1991, e do Iraque, de 2003. Em ambos os eventos, os atos de fala de segurança são utilizados para mobilizar a audiência em torno da necessidade e urgência de medidas excepcionais para conter uma ameaça. No primeiro exemplo, a percepção de ameaça é direcionada para três fatores: (i) anexação do Kuwait e (ii) avanço da ofensiva militar iraquiana contra Arábia Saudita e países vizinhos e (iii) Saddam

Hussein. No segundo exemplo, o ato de fala de segurança é direcionado para dois fatores: (i) Saddam Hussein e (ii) produção e uso de armas de destruição em massa.

A partir da lógica do modelo da securitização como um mecanismo causal, a diferença entre esses dois eventos está em função do papel que a audiência desenvolve durante os dois eventos (EMMERS, 2013, p. 141-142). No primeiro evento, aceita-se e legitima-se o ato de fala de segurança do ator securitizador, enquanto no segundo, não. Evidência disso é que as medidas reivindicadas como excepcionais e operadas pelos EUA, em 1991, tiveram sucesso, como foi o caso da legitimação dada à medida excepcional denominada nesse evento como Operação Tempestade no Deserto, formada por uma coalizão de países liderados pelos EUA e sob a bandeira da ONU. Enquanto, em 2003, os EUA, por mais que atuassem de maneira semelhante, com o movimento de securitização, terminaram por agir de maneira unilateral e sem legitimidade, portanto, sob fortes críticas domésticas e internacionais.

Por isso, a securitização como um mecanismo causal, que ocorre dentro de um processo, pode ser mensurada. Ao mensurar os atos de fala verifica-se o resultado do movimento de securitização, se positivo (securitizado) ou negativo (não securitizado). Esse resultado é medido a partir da ressonância entre os atos de fala de segurança do ator securitizador e da audiência que advém da coocorrência das palavras empregadas dentro da interação entre esses atores.

Nessa perspectiva, a relação entre os atores envolvidos no movimento de securitização não é coercitiva, mas de consentimento, o que permite afirmar que a “securitização é [um processo] intersubjetivo e socialmente construído²⁵” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 31; GUZZINI, 2011; CÔTÉ, 2016), atrelado às relações de poder. Por isso, o movimento de securitização pode ser observado como um mecanismo causal dentro de um contexto, que pode ser observado a partir de uma estrutura de análise que trabalha com fatores ideacionais.

Isso implica levantar algumas questões que são pertinentes para compreender como o movimento de securitização pode ter sucesso ou falhar. Sendo assim, importa saber: (i) qual o contexto do ato de fala, as condições políticas, culturais e econômicas; (ii) quem é a audiência; e (iii) quem é o ator securitizador, o que fala e como produz o ato de fala de segurança (GUZZINI, 2011, p. 331).

Ao ser tratado dessa maneira, o processo de securitização é operado a partir de condições necessárias e/ou suficientes, o que lhe confere a possibilidade de testar e comparar o mecanismo causal em mais de uma observação (PIERSON, 2000). Por isso, é mais coerente que a noção de securitização ultrapasse a percepção de um movimento conceitual, para se inserir como uma

²⁵ securitization is intersubjective and socially constructed.

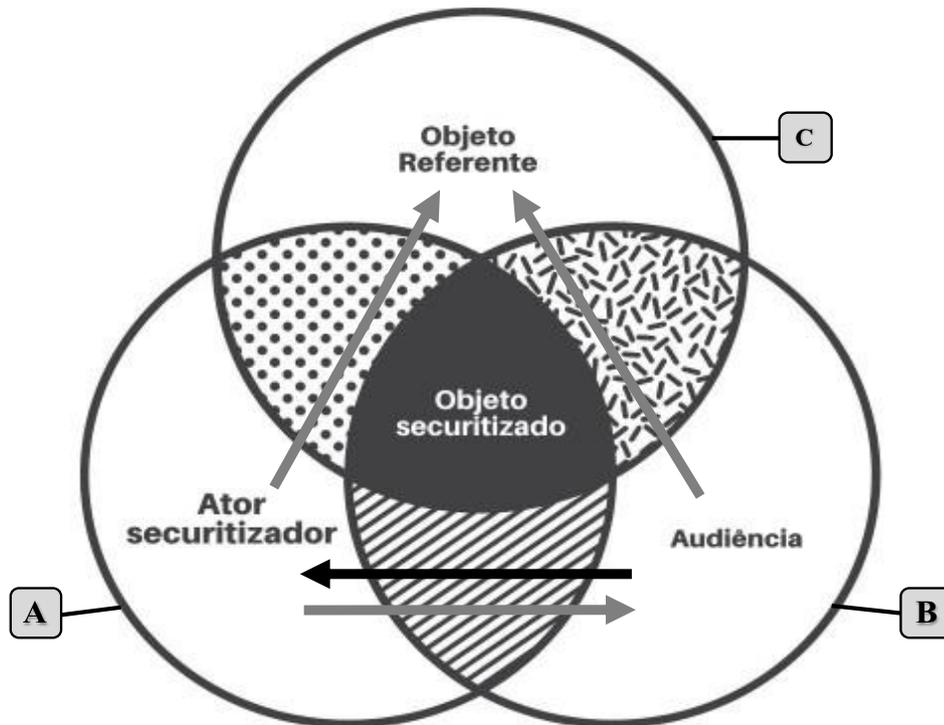
estrutura de análise. Uma estrutura que, ao identificar condições específicas, serve como modelo para outros casos.

Com essa estrutura de análise, o movimento de securitização é conectado aos discursos e práticas dos atores, o que permite compreendê-lo, segundo Guzzini (2011, p. 332) como um mecanismo causal baseado na concepção de causalidade de Elster. Ou seja, não como leis gerais, embora possua um poder explanatório capaz de esmiuçar as condições que levam ao fenômeno, sem que isso seja usado para predições, já que não é possível saber se um mecanismo sempre terá os mesmos resultados em contextos e entre atores diferentes.

Por isso, a estrutura de análise que tem o movimento de securitização como um mecanismo causal, observa a Teoria da Securitização como uma teoria empírica de segurança (GUZZINI, 2011), por meio da qual é possível operar com inferências descritivas. Com essa teoria, os discursos não são palavras escritas ou faladas de maneira aleatória, mas parte da agência que envolve a interação dos atores sociais (AUSTIN, 1990). Através dessa agência, os discursos são mecanismos causais que produzem um resultado comportamental na audiência, não são construções generalizadas de algo, mas atos construídos em direção a algo ou alguém em uma dada interação/atividade com um objetivo específico (TUATHAIL; AGNEW, 1992; WILLIAMS, M. 2003; BALZACQ, 2010).

Sendo assim, os discursos dos atores são observados como evidências empíricas, dados concretos, que podem ser mobilizados a partir de uma análise que envolve técnicas específicas de Análise de Conteúdo e interpretação do contexto para identificar cadeias causais que dão substância à relação entre Contexto, Discurso, Capacidades e Agência. Desde essa premissa, é possível aplicar a lógica de conjuntos do Diagrama de Venn à Teoria da Securitização para esquematizar o processo que envolve o ato de fala de segurança, pertinente ao movimento de securitização, como um mecanismo causal para a produção e reconhecimento de ameaças.

Figura 3 - Diagrama de Venn na Teoria da Securitização: o movimento de securitização



Legenda:

A → C: Ato de Fala

A → B: Ato de Fala

B → C: Percepção do objeto referente

B → A: Ressonância e legitimidade do ato de fala

Fonte: Elaboração própria (2021)

No Diagrama de Venn, o conjunto A é formado pelo ator securitizador; o conjunto B, pela audiência; enquanto o C, pelo objeto referente. O ponto de intersecção entre os três conjuntos demarca o resultado positivo do *Input* – o ato de fala de segurança, representado pelo vetor da relação: $A \rightarrow C$. Esse ato é operado como um mecanismo causal dentro da relação $A \rightarrow B$. Isso porque, o ato de fala, mesmo que seja direcionado ao objeto referente, tem como alvo a Audiência, localizada no Conjunto B. Sendo assim, para que o vetor referente à relação $B \rightarrow C$ seja positivo, importa, que exista a ressonância $B \rightarrow A$ e o ato de fala $A \rightarrow B$, representada na figura com o vetor destacado em negrito.

Assim, quando o efeito do ato de fala gera ressonância com a audiência, o *output* é positivo e ocorre a securitização do objeto referente. Nesse momento, as medidas excepcionais só são empregadas para tratar o problema porque a audiência dá legitimidade para essa atividade. Dentro dessa lógica, o *outcome* do mecanismo causal não são as medidas excepcionais, mas a legitimidade causada pela reação da audiência ao *input* produzido pelos atores de fala de segurança.

Com essa configuração, é possível mobilizar a teoria da securitização em APE de modo a envolver os três níveis de análise, especialmente, o nível do indivíduo. Assim, com essa perspectiva empírica da Teoria da Securitização, a próxima seção versa sobre o campo de APE e de como esses estudos permitem operar o modelo de análise dessa pesquisa ao identificar a importância dos líderes no processo decisório em Política Externa e na produção dos atos de fala de segurança.

2.2.3 POLÍTICA EXTERNA E ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE)

É de praxe apresentar a evolução de um campo de estudo para que se entenda a complexidade que envolve a formulação de conceitos fundamentais²⁶. Todavia, como não é objetivo desse trabalho fazer um estado da arte sobre o que é política externa, opta-se pelo recurso didático de apresentar o conceito que dá corpo à pesquisa e, por meio do qual, entende-se está estruturado o campo de estudo de APE.

Assim, ciente de que não há uma definição consensual (FREIRE; VINHA, 2011), a pesquisa trabalha com a concepção de política externa como a totalidade de políticas, estratégias e instrumentos que os Estados e atores não-estatais constroem para além de suas fronteiras (BREUNING, 2007; ROSATI; SCOTT, 2010). Em outras palavras, política externa é compêndio de *issue-areas* por meio do qual os Estados, seus representantes e demais outros atores interagem a partir de objetivos que extrapolam as fronteiras nacionais. Esses objetivos buscam, tradicionalmente, sustentar, preservar e realçar a segurança e o bem-estar da sociedade que representam no cenário internacional.

Essa concepção, ao não trabalhar com a abordagem clássica realista de um Estado unitário, racionalista e maximizador de preferências, permite uma maior elasticidade de objetivos e atores que produzem ou influenciam a produção da política externa. Ela se desenvolve *pari passu* o debate teórico-metodológico que envolve o campo de Relações Internacionais.

Ciente disso, sabe-se que nas décadas de 1960-1970, correntes neoliberais passam observar que a incerteza da lógica da autoajuda, dentro de um cenário marcado pela interdependência econômica decorrente da quantidade cada vez maior de jogadores, torna excessivo os custos da interação. Devido a isso, passa-se a requisitar outra lógica que não a dos

²⁶ Para observar a evolução do campo de Estudo em Análise de Política Externa e do conceito de Política externa vide: HUDSON; VORE, 1995; BREUNING, 2007; FREIRE; VINHA, 2011; BEASLEY, 2012; HUDSON, 2005; 2014; HILL, 2016; WALKER; MALICI; SCHAFFER, 2016; ALDEN; ARAN, 2017; NEACK, 2008; 2019; FERREIRA, 2020.

ganhos relativos, mas, dos ganhos absolutos (HAAS, 1980; KEOHANE, 1982; AXELROD, 1984; AXELROD; KEOHANE, 1985; HERMANN; PRESTON, 1994; KEOHANE; MARTIN, 1995; MARIANO, 1995; BREUNING, 2007; KRASNER, 2012).

Dentro dessa lógica, o comportamento dos Estados é passível de coordenação em função de instituições e regimes. Esses fatores permitem o desenvolvimento de canais de comunicação e negociação, a partir de interesses mútuos, sobre *issues-linkages*. Com essa comunhão interesses e o processo de aprendizagem decorrente da interação, os Estados angariam maior confiança nos comportamentos uns dos outros e apostam na continuação dessas instituições e regimes. Sob tal cenário, a institucionalização dos arranjos cooperativos se torna cada vez mais complexa e abrange mais Estados (HAAS, 1980; KEOHANE, 1982; AXELROD, 1984; AXELROD; KEOHANE, 1985; HERMANN; PRESTON, 1994; KEOHANE; MARTIN, 1995; MARIANO, 1995; BREUNING, 2007; KRASNER, 2012).

Nesse momento, a produção de política externa passa ser vista a partir de sua idiossincrasia: o caráter multinível para sua operacionalização (HUDSON, 2005; CARLSNAES, 2016). Essa política é ligada a um *jogo de dois níveis* (PUTNAM, 1988, 2010). Nesse jogo, o nível doméstico é marcado pela atuação de grupos de interesse e de pressão que buscam fazer com que seus anseios sejam alcançados pelo governo. Ao mesmo tempo *policymakers* atuam de maneira a correlacionar esses anseios às decisões do *decision-maker*, que, por sua vez, observa os interesses do país no cenário internacional. No plano internacional, líderes e governos buscam alcançar seus interesses de modo a satisfazer²⁷ a pressão de atores domésticos, bem como angariar recursos para que o Estado atue de maneira soberana e garanta o bem-estar da sua população (PUTNAM, 1988, 2010; RISSE-KAPPEN, 1991; HUDSON, 1995, 2005; CARLSNAES, 2002; BREUNING, 2007; KAARBO, LANTIS; BEASLEY, 2013; BEASLEY; SNARR, 2013; ALDEN; ARAN, 2017).

É diante dessa concepção que se defende a natureza *sui generis* da política externa. Para Milani (2015, p. 60), a idiossincrasia dessa política se dá quando, ao mesmo tempo que se configura como uma política de Estado, atenta às questões pertinentes à soberania, integridade

²⁷ O termo *satisfação* merece atenção. Ele demarca um ponto de ruptura com visões clássicas de processos decisórios que observam o tomador de decisão como um indivíduo puramente racional e calculista, que consegue decidir a partir de cálculos de custo-benefício que maximizam suas preferências como se não houvesse quaisquer intempéries no seu raciocínio ou nas informações que recebe. Essa concepção surge com Herbert Simon, no desenvolvimento da noção de racionalidade limitada, quando substitui a noção de maximização de preferências, por satisfação, quando o indivíduo decide em cima de informações incompletas, do contexto em que está inserido e da limitação de suas percepções. Com isso, a satisfação alcança os anseios dos indivíduos dentro de suas limitações psicológicas e conjunturais. Para mais vide: STERNBERG, 2010; EYSENCK; KEANE, 2017

territorial, segurança e aos interesses do Estado no jogo da política internacional, também se configura como uma política pública.

Sob esse ponto de vista, a política externa é mais uma arena de discussão entre os mais variados grupos de pressão domésticos que buscam, com o governo de ocasião, projetar seus interesses, percepções e agendas. Nesse processo, a pressão desses grupos pode constituir a formação de *policimakers* que, junto ao governo, pautam as discussões de como se comportar diante de algum problema de política externa.

Importa observar, todavia, que essa política, quando operacionalizada como política de Estado, é, historicamente, atrelada às elites políticas estatais, o que faz com que seja alçada fora dos controles democráticos e do escrutínio público. Com essa característica, lança-se a ideia de uma *política estática*, operada em um processo *top-down*, em que a opinião pública é mobilizada a partir do consenso da elite política (RISSE-KAPPEN, 1991; CARLNAES, 2002; ALDEN; ARAN, 2017).

Todavia, o avanço da interdependência complexa, o fim da Guerra Fria e os vários momentos de crise, como uma guerra, fazem com que essa ideia de uma *política estática* desapareça ou, ao menos, seja seriamente abalada. Dois motivos para esse abalo, julga-se, são (i) complexidade social que envolve as relações internacionais e (ii) o aumento de atores que passam deter importância na produção de política externa.

Por exemplo, horizontalmente, além do Presidente e do Ministério de Relações Exteriores, demais outros ministérios, que compõem a burocracia de um Estado, passam também a atuar dentro dos limites de produção de política externa. Verticalmente, o aumento se dá quando instâncias subnacionais, como secretarias estaduais, grupos empresariais e mesmos líderes políticos atuam em conjunto com atores oficialmente encarregados para a formulação e produção de externa (RISSE-KAPPEN, 1991; HERMANN; PRESTON, 1994; HUDSON; VORE, 1995; KAARBO, LANTIS; BEASLEY, 2013; ALDEN; ARAN, 2017).

Dessa forma, percebe-se que o processo decisório por trás da produção de política externa se torna cada vez mais poroso, pois atrelado a vários atores e canais de comunicação que recebe *inputs* pertinentes ao próprio processo de formulação e implantação de uma política pública, o que, invariavelmente, afeta os *outputs*. Dessa maneira, a característica *top-down* da política externa perde força para a sua contraparte, a *bottom-up*, que versa sobre a perspectiva de que a opinião pública interfere no processo decisório (RISSE-KAPPEN, 1991).

Ao fim e ao cabo, no entanto, o que se observa é que a configuração de uma política *sui generis* está atrelada a *policy networks*, isto é, “mecanismos e processos de representação de interesses por partidos políticos e grupos de interesse que liga o meio social ao sistema político”

(RISSE-KAPPEN, 1991, p. 485, tradução nossa). Em outras palavras, *policy network* trabalha com a capacidade dos atores políticos em construir consensos entre um grupo da elite política e uma demanda social específica. Desde essa noção, é a relação entre o desenho institucional e as fontes domésticas de política externa que permitem observar e avaliar o suporte à produção de políticas específicas (RISSE-KAPPEN, 1991, p. 485)

Com esse entendimento do que é política externa, ascende a necessidade de analisar como essa política afeta a interação entre os países e como um país específico a projeta para além de suas fronteiras. Nesse momento, coloca-se em pauta a APE, um exercício teórico e observacional necessário para compreender como a política externa de um Estado é produzida e operada.

APE não envolve apenas o entendimento do porquê Estados atuam no cenário internacional, mas de como as políticas domésticas e internacionais interagem a ponto de constranger decisores e afetar o comportamento dos Estados. Dessa forma, para compreender a política externa de um Estado importa tornar cristalino o problema que se busca explicar, de modo a contextualizá-lo e compreendê-lo desde uma noção de equifinalidade (BREUNING, 2007; ALDEN; ARAN, 2017).

Esse entendimento surge quando o paradigma realista do Estado unitário e monolítico começa a ser criticado. É a crítica a esse modelo tipo-ideal, observado como anacrônico, limitado e que limita análises que se debruçam sobre a complexidade social do contexto histórico, que torna possível abrir a *caixa-preta* estatal em busca de outras formas de compreensão das relações internacionais e de fontes para a produção de política externa (HUDSON, 2005; CARLSNAES, 2016).

Nessa abertura, a APE surge como um campo de estudo voltado para fontes domésticas que podem ser alocadas ao processo decisório de política externa. A emergência dessa literatura coaduna os interesses em torno de evitar a guerra, bem como de estudar o comportamento humano que desencadeia escolhas e decisões para o exercício da guerra. É com esse intuito que a APE, como um subcampo de estudo, busca explicar tomadas de decisão e comportamentos de atores estatais e não-estatais. Porque está centrada na análise da relação entre a estrutura institucional dos Estados e o papel que indivíduos com autoridade e capacidade desempenham na produção de políticas direcionadas ao plano exterior (RISSE-KAPPEN, 1991; HERZ, 1994; HUDSON, 2005; KAARBO, LANTIS; BEASLEY, 2013; BEASLEY; SNARR, 2013; JESUS, 2014; CARLSNAES, 2016; ALDEN; ARAN, 2017; FERREIRA, M. 2020).

Esse subcampo trabalha, portanto, com fatores estruturais, sociais e cognitivos que afetam o processo decisório por trás de políticas que são reverberadas para além das fronteiras

nacionais, ou seja, na esfera internacional. Essa noção tem como marco histórico inicial o fim da 2ª Guerra Mundial, quando dá início um processo de mudanças de interpretação e avaliação sobre a política externa dos países. Se desenvolve, todavia, no período da Guerra Fria e tem como ponto de inflexão o final desse período, notadamente a década de 1980, quando a virada ideacional construtivista permite uma análise cognitiva mais atenta às ideias e percepção no processo de produção e decisório de política externa (HERZ, 1994; HUDSON; VORE, 1995; FREIRE, 2011; KAARBO, LANTIS; BEASLEY, 2013; BEASLEY; SNARR, 2013; JESUS, 2014; ALDEN; ARAN, 2017; FERREIRA, M. 2020).

Dessa maneira, características que outrora foram ofuscadas, como as especificidades do contexto histórico, as particularidades e experiências individuais e os fatores não-materiais, passam a ser revistas como fatores que afetam a produção de política externa. Essa revisão fornece leituras mais profundas e substanciosas de mundo, do contexto e de comportamentos específicos que Estados desenvolvem nas relações internacionais (HUDSON; VORE, 1995; HUDSON, 2002, 2005; CARLSNAES, 2016).

Assim, o Estado monolítico e unitário é retirado do foco de análise e um outro ator passa a ganhar importância como chave-explicativa para o processo de tomada de decisão – o indivíduo. Ao fazer isso, o ser humano é observado como agente, um ator social que é produtor e produzido por interesses, identidades, percepções, valores e papéis que, em seus processos de interação e aprendizagem, demarca e afeta as relações internacionais (HUDSON, 2005; LEVY; THOMPSON, 2010; CARLSNAES, 2016).

Com essa perspectiva, a análise de política externa, que é desenvolvida nessa pesquisa como um exercício analítico de políticas públicas e de Estado no campo das Relações Internacionais, adota a abordagem da Tomada de Decisão em Política Externa e abre mão da visão *mainstream* das RI. Com essa abordagem centra-se atenção nos indivíduos que constituem algumas instituições, como a Presidência, os ministérios de um governo, as burocracias governamentais, grupos de pressão, Partidos Políticos, Mídia, Opinião Pública, que passam também a ser representativos do Estado e a ter agência, de forma conjunta ou difusa, no processo de formulação e produção de política externa (HERMANN; PRESTON, 1994; HUDSON; VORE, 1995; HUDSON, 2005; LEVY; THOMPSON, 2010; CARLSNAES, 2016).

Com esse entendimento, os traços de personalidade que envolvem as características pessoais, como experiências, visão de mundo, sistemas de crenças, fatores cognitivos e o estilo de liderança, por exemplo, passam a ser variáveis importantes para compreender o processo de tomada de decisão em política externa. Esses fatores psicológicos e ideacionais passam a ter um peso maior na análise porque permitem o desenvolvimento de um exame com maior

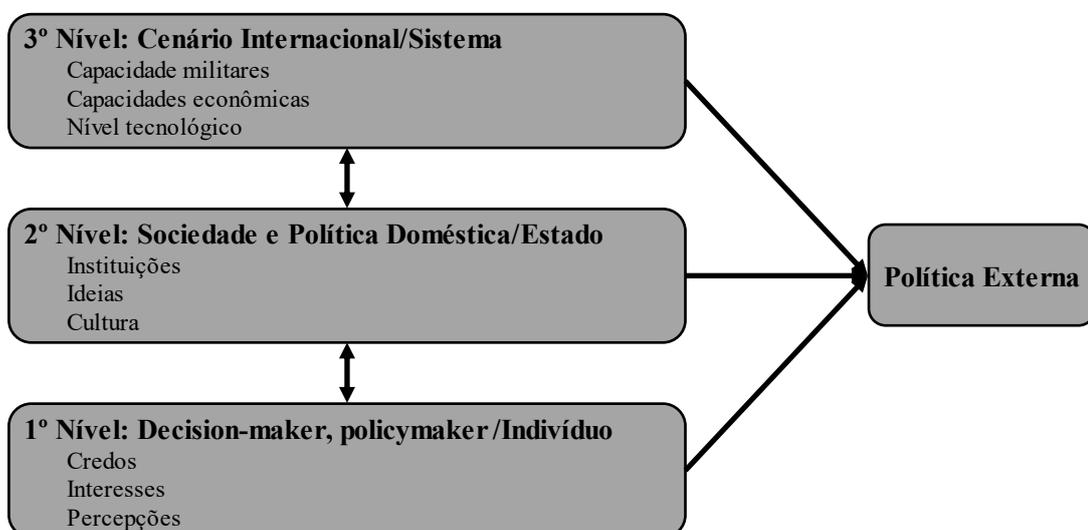
profundidade analítica (HERMANN; PRESTON, 1994; HUDSON; VORE, 1995; HUDSON, 2005; LEVY; THOMPSON, 2010; CARLSNAES, 2016).

Ao mesmo tempo permitem dirimir o problema da equifinalidade e dos multiníveis, dada a estratégia da complementaridade e da importância que os fatores psicológicos e ideacionais atingem no processo de formulação da decisão nos *decision-makers*. Nesse sentido, ao passo que a abordagem da Tomada de Decisão coloca os três níveis de análises como complementares, é possível um modelo de análise que trabalha esses fatores como mecanismos causais do fenômeno político em tela (TETLOCK; MCQUIRE JR, 1986; BREUNING, 2007; ROSATI; SCOTT, 2010; BEASLEY; SNARR, 2013; JESUS, 2014).

Assim, de forma similar à concepção waltziana (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993; WALTZ, 2002), os níveis de análise são observados como uma estrutura de análise multicausal (ROSATI; SCOTT, 2010). Mas, diferentemente da perspectiva neorrealista defensiva, não é a terceira imagem ou nível sistêmico que permite um entendimento mais preciso da política internacional. Mas, a complementaridade entre os níveis de análise, porque é ela que torna possível observar esses níveis como coparticipes dos processos de tomada de decisão e dos resultados da política externa dos Estados (BREUNING, 2007; BEASLEY; SNARR, 2013).

Em outras palavras e conforme Figura 4, os níveis de análise são complementares porque associam (i) credos, interesses e as percepções dos líderes, (ii) características culturais e institucionais dos Estados e (iii) a relação entre os países mediante suas capacidades militares, econômicas e tecnológicas, dentro de um contexto histórico específico.

Figura 4 - Níveis de análise para uma estrutura analítica em APE



Fonte: Adaptado de ROSATI; SCOTT, 2010, p. 9; BREUNING, 2007, p. 12, tradução nossa

Com isso, a APE permite uma maior robustez explanatória sobre as relações internacionais, porque dá atenção aos três níveis de análise. No primeiro nível, importam os fatores ideacionais que constituem os indivíduos e que afetam o processo decisório. No segundo nível, os grupos de pressão, a organização do Estado e suas institucionais influenciam o tipo de comportamento que o Estado desenvolve no cenário internacional. No terceiro nível, por sua vez, o comportamento do Estado, ao levar em consideração a distribuição de capacidade entre os atores do sistema internacional, reivindica os dois primeiros níveis (HERMANN; HAGAN, 1998; STARR, 2004; HUDSON, 2005; BREUNING, 2007; ROSATI; SCOTT, 2010; JESUS, 2014).

Desde essa concepção, a APE não observa a política internacional como fato isolado, mas o resultado do que é construído domesticamente por aqueles que elaboram e tomam decisões (TETLOCK; MCQUIRE JR, 1986; HUDSON, 1995). Por isso, Breuning (2007, p. 11) assevera que, para entender as decisões e comportamentos de política externa, é necessário entender os líderes, suas personalidades, percepções e motivações. Destarte, a próxima seção busca esmiuçar o fator psicológico como uma importante variável de análise para APE

2.2.3.1 O Fator Psicológico em APE

A Psicologia pode ser compreendida como o estudo científico dos processos mentais e comportamentais dos seres humanos analisados desde uma abordagem que versa sobre leis gerais. Nesses termos, entende-se que a política, ao ser trabalhada como um comportamento humano, permite a construção de uma ponte entre a Ciência Política e a Psicologia que torna possível suplementar os objetivos dos cientistas políticos de descrever e explicar sistematicamente o mundo político (SEARS; HUDDY; JERVIS, 2003; MCGRAW, 2008).

Com esse entendimento, concebe-se que as características pessoais e ambientais devem ser trabalhadas como fatores contextuais que, por sua vez, devem ser incorporadas dentro da análise do comportamento político. A combinação dessas características pode configurar as condições necessárias para a descrição e compreensão sistemática do fenômeno político estudado.

Destarte, a Psicologia como um campo de conhecimento é utilizado em APE desde a década de 1950-1960 com o trabalho seminal de Syder, Bruck e Sapin (HOLSTI, O. 2006). Na década de 1970, são expoentes os trabalhos de Robert Jervis, notadamente *Perception and Misperception in International Politics*; e em 1978 é marco o *The International Society of*

Political Psychology. Na década de 1980 dois marcos são importantes, a criação da revista *Political Psychology* e os trabalhos de Margaret e Charles Hermann com foco no indivíduo e em seus aspectos cognitivos. Nesse momento os fatores não-materiais passam a ser sistematizados e esquematizados para explicar comportamentos e práticas de política externa. Em APE, essa abordagem, como já expressado, é denominada Tomada de Decisão em Política Externa (HERMAN, 1980; HERMANN; HERMANN 1989; HUDSON, 2002; 2005; 2013; SEARS; HUDDY; JERVIS, 2003; LEVY, 2003; HOLSTI, O. 2006; WALKER; SCHAFER, 2006; LEVY; THOMPSON, 2010; RENSHON; KAHNEMAN, 2017; JERVIS, 2017).

A seguir, o Quadro 4 sumariza didática e cronologicamente essas obras e destaca a importância do fator cognitivo em cada uma delas. Importa observar que esse quadro também representa as obras seminais de APE e que, conjuntamente, formam o que Hudson (2005) chama de *base teórica* desse campo de estudo.

Quadro 4 - Os Estudos Seminais de APE

Vagas	Autores	Obras	A importância do fator cognitivo		
1ª (1954-1965)	Richard Snyder, H. W. Bruck Burton Sapin	<i>Decision-Making as an approach to the Study of International Politics</i>	As variáveis cognitivas dos <i>decision-makers</i> são condições necessárias para a produção e explicação de política externa; Fatores cognitivos são observados em função do contexto em que os tomadores de decisão estão inseridos.		
	Harold Sprout; Margaret Sprout	<i>Man-milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics;</i> <i>The Ecological Perspective on Human Affairs with Special Reference to International Politics;</i> <i>Environmental Factors in Study of International Politics</i>	Fatores cognitivos são variáveis independentes para abordagens teóricas <i>covering law</i> de médio alcance; A diferença entre o ambiente operacional e o ambiente psicológico faz com que a decisão seja tomada em um processo que considera os fatores ambientais, o que configura a <i>tríade ecológica</i> ; O que importa é como o tomador de decisão imagina que o <i>milieu</i> deveria ser.		
	James Rosenau	<i>Pre-theories and the Evolution of the Comparative Study of Foreign Policy</i>	APE é constituída por múltiplos níveis de análise; Importa um repertório metodológico quantitativo para alcançar análises de médio alcance e generalizáveis.		
Grupos	<i>Small Group Decision Making</i>	<i>Organizational process and bureaucratic politics</i>	<i>Comparative Foreign Policy</i>	<i>Psychological Influences on FPDM</i>	<i>Societal Milieux</i>
2ª (1965- 1976)	Graham Allison	<i>The Essence of Decision: explaining the Cuban missile crises</i>		Modelos de APE envolvem transdisciplinaridade; Grupos dinâmicos com suas normas organizacionais, rotinas e procedimentos de operação padrão podem moldar ou distorcer problemas, desafiar informações e implementar decisões.	
	Irving Janis	<i>Victims of Groupthink</i>		Os fatores c3gnitos s3o importantes para a manuten33o do consenso interno de um grupo pol3tico que se pretende homog4neo. Essa manuten33o da homogeneidade, no entanto, afeta negativamente na qualidade decis3ria.	

	Robert Jervis	<i>Perception and Misperception in International Politics</i>	Fatores cognitivos como as percepções, falsas percepções e os sistemas de crenças afetam as preferências individuais e a arquitetura de escolhas dos indivíduos.
	Ole Holsti	<i>Cognitive Process Approaches to Decision-Making - foreign policy actors viewed psychologically</i>	Processos cognitivos importam para a construção de sistemas de crenças que afetam a decisão e as ações em Política Externa.
3ª (1976-1993)	Margaret Hermann; Richard Hermann	<i>Explaining Foreign Policy Behavior Using the Personal Characteristics of Political Leaders</i> <i>Who Makes Foreign Policy Decisions and How: an empirical inquiry</i>	Os fatores cognitivos afetam os traços de personalidade de uma liderança que, por sua vez, afeta o processo decisório sobre um problema de política externa.
	Robert Putnam	<i>Diplomacy and Domestic Politics - the logic of two-level games</i>	Ao trabalhar com o jogo de dois níveis, a atuação dos atores políticos do nível doméstico é afetada pelos fatores cognitivos.

Fonte: Elaboração própria a partir de SPROUT; SPROUT, 1957; HERZ, 1994; HUDSON; VORE, 1995; SNYDER; BRUCK; SAPIN, 2002; HUDSON, 2002; 2005; 2016; RENSHON; KAHNEMAN, 2017; JERVIS, 2017; FERREIRA, M. 2020.

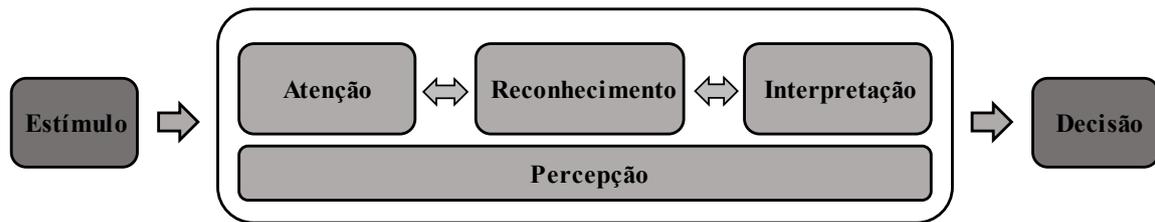
Com o quadro acima é possível observar que as três primeiras obras constituem a primeira vaga de autores por meio da qual APE se desenvolve e se ramifica em cinco abordagens que possuem, cada qual, uma importância metodológica e epistemológica que dá força à agenda de pesquisa que envolve a Psicologia Política. A partir desses subcampos observa-se a formação da segunda e terceira vaga de autores de APE, cada qual com características teóricas e metodológicas que lhes conferem um subcampo. Apesar da pluralidade, observa-se uma convergência entre essas obras em função da crítica à capacidade cognitiva dos atores políticos em tomar decisões plenamente conscientes sobre problemas complexos dentro de um contexto de urgência e com um nível de informação que, normalmente, é de difícil acesso (HERZ, 1994, p. 78; HUDSON, 1995; 2002; 2005; MCGRAW, 2008).

Ademais, essas obras salientam a importância do sistema de crenças, valores, ideias e percepções dos indivíduos, grupos de pressão e dos líderes para compreender o processo de produção de política externa. Também é válido salientar que são essas obras que tomam o contexto como uma variável interveniente ou, como é utilizado nessa pesquisa, uma condição necessária, para análise de toda e qualquer decisão em política externa. Assim, tira-se o foco do Estado que passa a ser recepcionado sob um escopo analítico horizontalizado e multinível (HUDSON; VORE, 1995; HUDSON, 2002; 2005; FREIRE, 2011).

Com essa mudança de foco, ao centrar-se no líder, entende-se que, sob certos contextos, dentro dos quais há um alto nível de estresse e incerteza, a posição de liderança passa a ser significativa, porque com ela estão as características pessoais do indivíduo, seus traços de lideranças e percepções sobre o mundo. Por isso, ao buscar entender esses atores e como eles percebem o mundo e produzem política externa, deve-se levar em consideração como as percepções individuais afetam, influenciam, constroem e definem os interesses no processo de tomada de decisão. Nesse sentido, a forma como o indivíduo concebe a realidade afeta a recepção de informações pertinentes a um problema de política externa e que reivindica uma decisão ou um comportamento específico (HUDSON, 1995, 2002; 2005; HOLSTI, O. 2006).

Importa observar que, ao invés de conceber esse processo a partir de um modelo serial *top-down* no qual um estímulo externo gera um efeito em cadeia até a decisão do indivíduo, a decisão também é influenciada por um processamento paralelo *bottom-up* em que as expectativas dos indivíduos filtram a informação e afetam o processo decisório (EYSENCK; KEANE, 2017). Dessa maneira, a relação entre um estímulo externo, a percepção do indivíduo e a decisão ocorre dentro de um processo cognitivo ilustrado conforme Figura 5 a seguir:

Figura 5 - Esquema do Processo de Percepção



Fonte: Adaptado de LEWICK; SAUNDERS; BERRY, 2014, p. 121; EYSENCK; KEANE, 2017.

Como é possível observar, a Percepção é constituída por Atenção, Reconhecimento e Interpretação do estímulo. Ou seja, a percepção se configura como a coleta e análise de dados que servem para tomar a decisão. Essa decisão, no entanto, não ocorre de maneira puramente racional. A percepção se desenvolve em cima de heurísticas que guiam o processo decisório até gerar um resultado que é, normalmente, infundado, como uma má decisão ou comportamentos inoportunos (YETIV, 2013). Importa deixar claro aqui o que se entende por heurísticas: são atalhos mentais ou vieses utilizados pelos indivíduos como uma estratégia cognitiva para tomar decisões sem fazer uso de processos cognitivos mais elaborados e, portanto, que exijam mais tempo e esforço (LEVY; THOMPSON, 2010, p. 142; CODAGNONE, *et al*, 2014, p. 51; EYSENCK; KEANE, 2017, p. 549).

Assim, tem-se que, no momento em que o estímulo é reconhecido, três fatores podem constranger e afetar o processo cognitivo de modo a distorcer a percepção do estímulo. São eles:

- (i) O pensar automático. Esse fator faz com que indivíduos ajam e tomem decisões de maneira rápida, intuitiva e emotiva, que, por sua vez, resultam em decisões que são pautadas em modelos mentais construídos em cima de pré-julgamentos e preconceitos que fazem com que indivíduos avaliem situações a partir de associações automáticas, baseadas em crenças ou naturalizações que incorporam ao longo da vida (KAHNEMAN, 2012; BANCO MUNDIAL, 2015; EYSENCK; KEANE, 2017).

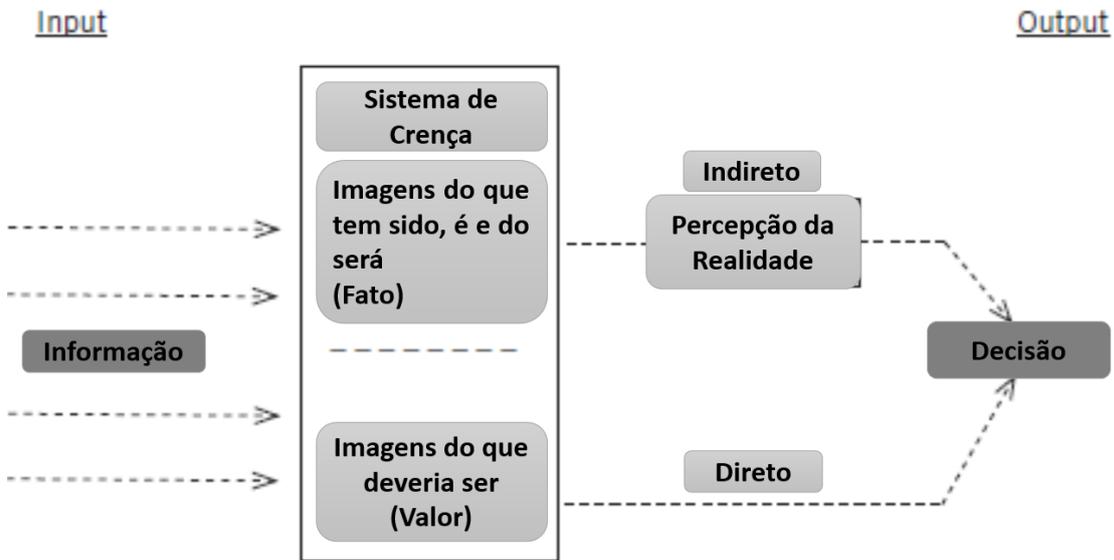
Em RI o pensamento automático pode ser observado a partir do dentro do dilema de segurança. Esse dilema faz com que atores, para garantir sua sobrevivência no estado de natureza do cenário internacional, modelem seus comportamentos a partir premissas que possam antecipar qualquer ataque (HERZ, 1950; JERVIS, 1982). Como uma relação coconstitutiva, na qual o contexto constrange a

formação desse dilema, os atores agem de maneira automática, seguindo uma lógica de autoajuda. Nesse sentido, o dilema de segurança nada mais é do que um efeito de um fator psicológico (JERVIS, 1994).

- (ii) O pensar socialmente. Esse fator faz com que indivíduos atuem através de um comportamento de manada. Ou seja, a forma como a grande parte das pessoas age em um contexto tende a modelar como a pessoa age individualmente. Desse fator, concebe-se que indivíduos, por serem animais sociais, possuem preferências e identidades sociais que estão sujeitas a interação. Dada essa sujeição, indivíduos são constrangidos por normas sociais a se encaixar em grupos específicos, dentro dos quais passam a imitar seus respectivos comportamentos (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 6-7). Isso quer dizer que as normas sociais ou as redes dentro das quais os indivíduos estão inseridos impelem certos modelos comportamentais coletivos;
- (iii) O pensar com modelos mentais. Com esse fator a atuação dos indivíduos ocorre a partir de uma percepção tribal. Ou seja, como estão inseridos em pequenos grupos, se comportam de maneira a serem aceitos. Como em uma tribo, pensam conjuntamente, mas de maneira diferente de outras tribos. Essa diferença reforça o aspecto tribal do pensamento, porque é constituído a partir de vieses e heurísticas que reforçam os modelos mentais e, dada a interação social, permite a constituição e diferenciação de uma comunidade (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 12). Por isso, esses modelos estão geralmente associados a uma visão de mundo pautadas em esquemas simplificados, mas com significados que ajudam o indivíduo a tomar decisão. Ao fim e ao cabo, esses modelos mentais são o conjunto de heurísticas e vieses com os quais o indivíduo concebe a realidade que o cerca.

Assim, para toda decisão importa observar a existência desses três fatores, porque é a partir deles que se monta uma arquitetura de escolhas que antecede a própria decisão. Essa arquitetura envolve um sistema de crenças com características cognitivas que o indivíduo atribui valor à informação recebida. A estrutura dessa arquitetura de escolhas é representada na Figura 6 a seguir:

Figura 6 - Arquitetura de escolha no processo cognitivo do indivíduo



Fonte: HOLSTI, O. 2006, p. 25, tradução nossa

Esse modelo, quando operado em política externa, resulta, muitas vezes, em problemas de representação que são produzidos dentro de um contexto decisório decorrente da interpretação de um ator específico (BREUNING, 2007). Ou seja, os problemas de representação não ocorrem singularmente, mas dentro de um conjunto complexo de interações sociais, dentro das quais, a informação é percebida (atenção + reconhecimento + interpretação).

Assim, em função dessas interações, os *decision-makers* não percebem as ações de política externa dos outros Estados como se fossem isentas ou estivessem em um vácuo de informações. Mas, ao contrário, já que o *background* social influencia as interações porque se constitui uma variável importante que afeta o sistema de crença dos decisores (BREUNING, 2007, p. 70). Dessa forma, a interação social está diretamente vinculada às percepções e interpretações do líder, que interpretam e dão sentido e significado aos fatores materiais e não-materiais que constituem o contexto, quando estruturam as decisões do governo para os assuntos internacionais (LEWICK, SAUNDERS, BARRY, 2014).

Esse *dar sentido* é produzido a partir dos processos cognitivos que envolvem o *sistema de crenças* do indivíduo, pautado na percepção, experiências, objetivos, credos e sensibilidade ao contexto político. Conquanto, forma um fator dinâmico, como um conjunto de imagens, que abarca variados contextos, sejam eles passados, presentes ou projeções, com os quais os indivíduos lidam para poder interagir uns com os outros (HERMANN; HAGAN, 1998; HOLSTI, O. 2006).

Por isso, segundo Hudson (2002, p. 5), desde a lógica de Sabin, Bruck e Snyder (1963), o sistema de crença é constituído a partir de práticas sociais que têm como objetivo explicar e interagir com as decisões produzidas pelos outros atores. Essas práticas reivindicam considerar os fatores ideacionais para criar canais que produzam uma comunhão de interesses sobre um problema de política externa.

Com isso, além do contexto e do fator cultural, devem ser levados em considerações os fatores psicológicos dos tomadores de decisão, que optam por certas escolhas mediante processos de interação e aprendizagem que os acometem. Dessa maneira, o fator agência passa a ter uma maior relevância nas explicações, pois faz com que a compreensão do indivíduo seja mais bem trabalhada, já que reivindica entender suas motivações, ideias, percepções, personalidade e o problema de representação que perfaz o processo de tomada de decisão.

Com essa característica e a importância desses fatores psicológicos no processo decisório em política externa busca-se identificar quais desses fatores e em quais condições é possível observá-los com regularidade a ponto de tornar possível a comparação entre decisões (HUDSON, 2002; 2013). Para tanto, a próxima seção salienta a importância desses fatores e de um indivíduo específico para o processo decisório.

2.2.3.2 A Importância dos Líderes

Na década de 1990, a renovação dos estudos da Psicologia dentro da Ciência Política, adicionada a noção de *racionalidade limitada*, torna ainda mais promissora a compreensão do processo decisório em política externa. Através dessa intersecção consolida-se a importância do indivíduo e dos fatores ideacionais como condições necessárias para explicar as relações internacionais e o processo de tomada de decisão em política externa, especialmente, em contextos de crise, como uma guerra (HERZ, 1994; JERVIS, 1994; HUDSON, 1995; HUDSON; VORE, 1995; GOLDGEIER, 1997; WALKER; SCHAFER, 2006; LEVY; THOMPSON, 2010; YETIV, 2013; JESUS, 2014; STEIN, 2016; RENSHON; KAHNEMAN, 2017; FERREIRA, M. 2020).

Assim, no exercício de identificar o que ou quais fatores determinam a decisão em política externa observa-se que não há como apresentar uma condição suficiente para um comportamento estatal. A complexidade causal faz com que o analista de política externa percorra diferentes níveis de análise para compreender seu objeto de estudo. Todavia, é no nível individual que um fator ganha importância *sine qua non* à análise – o aporte psicológico dos

líderes (HERMANN; HERMANN, 1989; HERMANN; THOMPSON, 1994; HUDSON, 1995; 2002, 2005; GOLDGEIER, 1997; BREUNING, 2007; LEVY; THOMPSON, 2010).

O fator psicológico dos líderes por não refletir propriamente a realidade, porque atrelado ao sistema de crenças, faz com que a informação que é percebida seja afetada por vieses cognitivos que distorcem, bloqueiam ou reformulam os *inputs*, o que gera, como salientado, *outputs* sem lastros. Nesses termos, os fatores psicológicos são construídos a partir heurísticas e vieses decorrentes do próprio processo de construção de modelos mentais que o tomador de decisão elabora para tentar compreender a realidade (WALKER; SCHAFER, 2006, p. 5).

Essa perspectiva concebe que tomadores de decisão não são cognitivamente hábeis em fazer cálculos de custo-benefício e raciocinar em um contexto que importa uma decisão rápida, robusta e eficiente. Dada essas limitações, o indivíduo faz uso de modelos, atalhos ou mecanismos cognitivos para prospectar cenários e, assim, tomar decisões. Essa descoberta culmina na Teoria dos Prospectos, que tem como premissa a ideia de racionalidade limitada (TVERSKY; KAHNEMAN, 2008; MINTZ, 1993; WALKER; SCHAFER, 2006; SCHAFER; WALKER, 2006; YETIV, 2013; HUDSON, 2014; STEIN, 2016; RENSHON; KAHNEMAN, 2017; EYSENCK; KEANE, 2017).

Para Kahneman (2012) essa teoria é operada a partir de um modelo teórico que trabalha com a existência de dois sistemas cognitivos por meio dos quais todos os indivíduos tomam decisão em cima de cenários dos mais banais aos mais complexos. O Sistema 1: baseado em respostas automáticas e rápidas; e o Sistema 2: baseado em respostas mais reflexivas, por isso, mais lentas. Esses sistemas possuem características que demonstram que não existe um *homo economicus* puramente racional, que maximiza preferências dentro de uma noção utilitária de custo-benefício. O que existe são indivíduos cuja racionalidade limitada o faz buscar a satisfação na decisão.

Essa busca decorre de uma realidade que constringe cognitivamente o indivíduo, porque a informação é quantitativa e qualitativamente limitada e o indivíduo não consegue avaliar objetivamente as evidências postas à sua frente. Assim, recorre a fatores cognitivos como as heurísticas, para tomar uma decisão (GOLDGEIER, 1997; LEVY; THOMPSON, 2010; YETIV, 2013; KAHNEMAN, 2012; HUDSON, 2014; STEIN, 2016; RENSHON; KAHNEMAN, 2017; EYSENCK; KEANE, 2017).

Esses fatores cognitivos devem ser trabalhados como endógenos ao modelo decisório, dado o ambiente de incertezas, informações escassas, ambíguas, contraditórias que dificultam a organização do processo de tomada de decisão. Diante de tal cenário, o líder, ao invés de

maximizar sua preferência dentro de uma lógica puramente racional, busca satisfazer sua decisão. Esse processo que satisfaz é feito em cima de heurísticas que podem ser acessadas de maneira rápida e econômica a ponto de satisfazer uma melhor escolha decisória (GOLDGEIER, 1997; JERVIS, 1994 *apud* WALKER, SCHAFER, 2006; STERNBERG, 2010; LEVY; THOMPSON, 2010; YETIV, 2013; STEIN, 2016; RENSHON; KAHNEMAN, 2017).

Assim, como esses fatores cognitivos afetam a razoabilidade de uma decisão, importa que eles sejam observados com mais cuidado. Por isso, pesar uma resposta sobre como e o porquê de um comportamento estatal específico, implica responder algumas questões que podem suplementar a análise do processo decisório: (i) Líderes afetam a política externa de um país? Se sim, (ii) quais fatores interferem no processo de tomada de decisão de um líder? (iii) a decisão é tomada por um indivíduo ou por um grupo? (iv) a decisão tomada é baseada na experiência individual ou na expertise de especialistas? e (v) a decisão é construída em contexto normal ou de crise? (HERMANN; HERMANN 1989; HERMANN, 2001; BREUNING, 2007; HUDSON, 2014).

A busca por responder essas questões faz com que o processo decisório e a decisão propriamente dita sejam observadas como fundamentais para as relações internacionais e, conseqüentemente para APE. Ao fim e ao cabo, são os líderes que, ao tomarem decisões no campo de política externa, comprometem o país, seus recursos e capacidades dentro de uma agenda que representa os interesses do Estado, de modo a justificar comportamentos, escolhas e percepções que implicam conseqüências (HERMANN; HAGAN, 1998; BREUNING, 2007; YETIV, 2013; BARBER, 2017).

Dessa maneira, o nível individual também é um ambiente propício para a coleta de dados que representam as ideias, percepções e escolhas dos tomadores de decisão. Isso implica dizer que a personalidade e a percepção da liderança têm importância fundamental na estrutura decisória porque, ao está envolvida no jogo de dois níveis, a forma como percebe um problema de política externa afeta o comportamental estatal (GOLDGEIER, 1997; HERMANN; HAGAN, 1998; BREUNING, 2007; YETIV, 2013; BARBER, 2017).

Por isso, entende-se que sim, líderes políticos afetam a política externa de uma país, dado os fatores psicológicos que interferem no processo decisório. Diante dessa interferência, do contexto e do estilo de liderança, as decisões são tomadas de maneira individual ou em grupo (HERMANN; HAGAN, 1998; BREUNING, 2007; EDWARDS, 2008; BARBER, 2017).

Dessa forma, não é possível pensar eventos importantes sem que um líder específico ou um grupo político tenha tomado uma decisão e gerado reverberações nas relações internacionais, especialmente em momentos de crise. Porque são nesses momentos que a figura

do líder se torna uma condição necessária para explicar a política externa de um país (GOLDGEIER, 1997; HERMANN; HAGAN, 1998; BREUNING, 2007; EDWARDS, 2008; BARBER, 2017).

Segundo Hermann e Preston (1994, p. 75-76), a figura de uma liderança importa porque, ao participar do processo de seleção do seu gabinete, lhe confere suas características de personalidade, organização e estabelece critérios de importância para se envolver em temas que julga pertinente à sua agenda política. Por isso, entende-se que a liderança de uma presidência não é exercida exclusivamente pelo líder, mas também pelos associados.

Nesse sentido, a decisão de um problema de política externa envolve um conjunto de pessoas que estão próximas ao centro decisório, o que implica a existência de uma hierarquia que tem o líder como eixo central e principal responsável sobre o que se decide. Todavia, por não estar sozinho, suas decisões, via de regra, são acompanhadas a partir de uma plataforma decisória gerada por especialistas, o que forma uma *equipe decisória*, um *círculo interno* (DUROSELE, 2000, p. 226-227).

Dessa maneira, a figura do líder, a partir dos processos de interação que desenvolve com seu círculo interno, estabelece características pessoais que o permitem moldar uma relação mais coesa entre os indivíduos que compõem esse círculo, a ponto de construir um *pensamento de grupo* ou tribal, repleto de atalhos mentais. Isso é ainda mais notório na instituição presidencial, porque como ofício, a presidência projeta, no líder, um poder que garante a construção de uma percepção e de um símbolo nacional. Porquanto, a presidência e o Presidente de um país assumem uma responsabilidade que ultrapassa liturgias meramente burocráticas para marcar a história para além do seu tempo (EDWARDS, 2008; BARBER, 2017).

Não ao acaso Barber (2017, p. 3, tradução nossa) assera que “quem é o presidente em um determinado momento pode fazer uma profunda diferença em todo o impulso e direção da política nacional²⁸”. No caso dos EUA esse ator assume papel fundamental para qualquer análise que se queira fazer da política internacional, porque peça-chave à prática discursiva que engloba a produção de política externa (LEITE, 2013). Em outras palavras, “a construção presidencial de inimigos é um dos componentes centrais do léxico de política externa de um presidente e torna-se um guia básico para compreender a política externa norte-americana em geral²⁹” (EDWARDS, 2008, p. 831).

²⁸ Who the President is at a given time can make a profound difference in the whole thrust and direction of national politics

²⁹ presidential enemy construction is one of the central components of a president’s foreign policy vocabulary, and becomes a primary guide for understanding American foreign policy at large

Por isso, análise que tem o líder como peça-chave não se resume tão somente ao estilo de liderança. Isso porque o cenário internacional também é constrangido por tomadores de decisão. Dessa forma, quais interpretações prevalecem na formulação da política externa depende da natureza da unidade decisória e de quem é a responsabilidade final para tomar a decisão (HERMANN; HAGAN, 1998).

Para Hermann e Hermann (1989), uma decisão é tomada a partir do que denomina de *Unidade de Decisão Final* (UDF), um indivíduo ou grupo político que possui capacidade e autoridade para tomar uma decisão que não pode ser revertida. A capacidade está vinculada à faculdade de “comprometer ou reter os recursos do governo em assuntos externos³⁰”; e a autoridade à possibilidade de “impedir que outras entidades dentro do governo revertam abertamente sua posição sem custos significativos³¹” (HERMANN; HERMANN, 1989, p. 363, tradução nossa).

Destarte, tem-se, o Quadro 5 apresenta a configuração dessas três categorias de UDF:

Quadro 5 - Categorias de Unidade Decisão Final

Unidade de Decisão Final			
Categoria	Definição	Como Identificar?	Exemplos
Líder predominante	Indivíduo que tem capacidade e autoridade de escolher e sufocar opositores, bem como tomar uma decisão sozinho, se julgar necessário	Através da traços de liderança que envolve a forma como (i) acessa informações; (ii) percebe o mundo; e (iii) se comporta diante de um ambiente político adverso	Fidel Castro Saddam Hussein George Bush (?)*
Grupo Simples	Conjunto de indivíduos de um corpo político identificável, coeso e com acesso ao <i>decision-maker</i>	Através da convergência e divergência de interesses entre os indivíduos que compõe o grupo decisório	Politiburo Soviético Estado Maior Conjunto dos EUA <i>The Principals</i> do governo George Bush (?)*
Coalizão de Atores Autônomos	Indivíduos, grupos ou coalizões que são ou contém indivíduos necessariamente atomizados	Através da convergência e divergência entre atores que compõe um grupo de interesse, mas, especialmente, a partir da evidência de que esses atores não têm capacidade e autoridade para tomar qualquer decisão, seja ela individual ou em grupo.	Grupos políticos-religiosos no Irã, liderados pelo Aiatolá Khamenei Lobbies

³⁰ to commit or withhold the resources of the government in foreign affairs

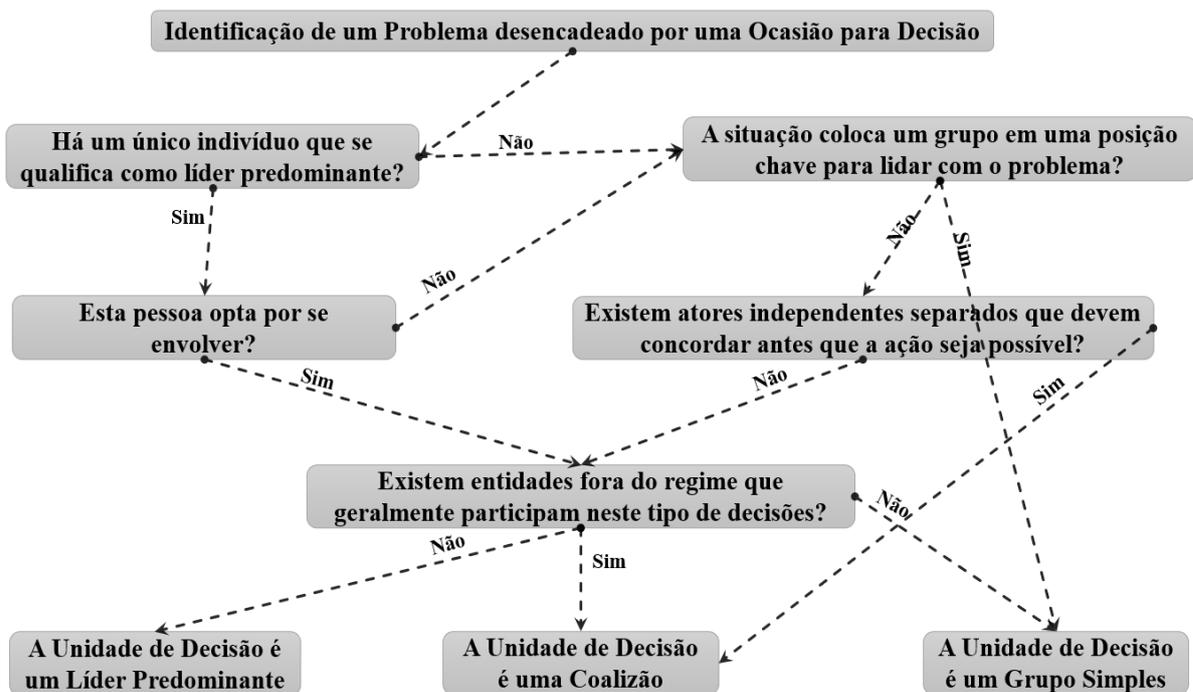
³¹ to prevent other entities within the government from overtly reversing their position without significant costs

Fonte: Adaptado de HERMANN; HERMANN, 1989, p. 363-368; HERMANN, 2001, p. 56-57; FERREIRA, M. 2020, p. 91.

* Nota: A presença de George Bush e *The Principals* nas respectivas categorias faz parte dessa investigação

Com o quadro acima entende-se que o processo de produção de política externa envolve participantes experientes e uma complexa rede de atores que faz com que a natureza da decisão seja um processo de escolha complexo e multivariado e que ocorre em função de um problema de política externa. Por isso, antes de se deparar com o problema, importa determinar a UDF e assim entender a estrutura decisória que perpassa a relação entre um problema e uma ação de política externa. Para isso, Hermann (2001), estabelece, conforme Figura 7, um *check-in-box* com o qual infere a UDF pertinente ao problema de política externa e que domina o processo decisório de resolução.

Figura 7 - Fatores determinantes para a natureza da UDF em Ocasões para Decisão

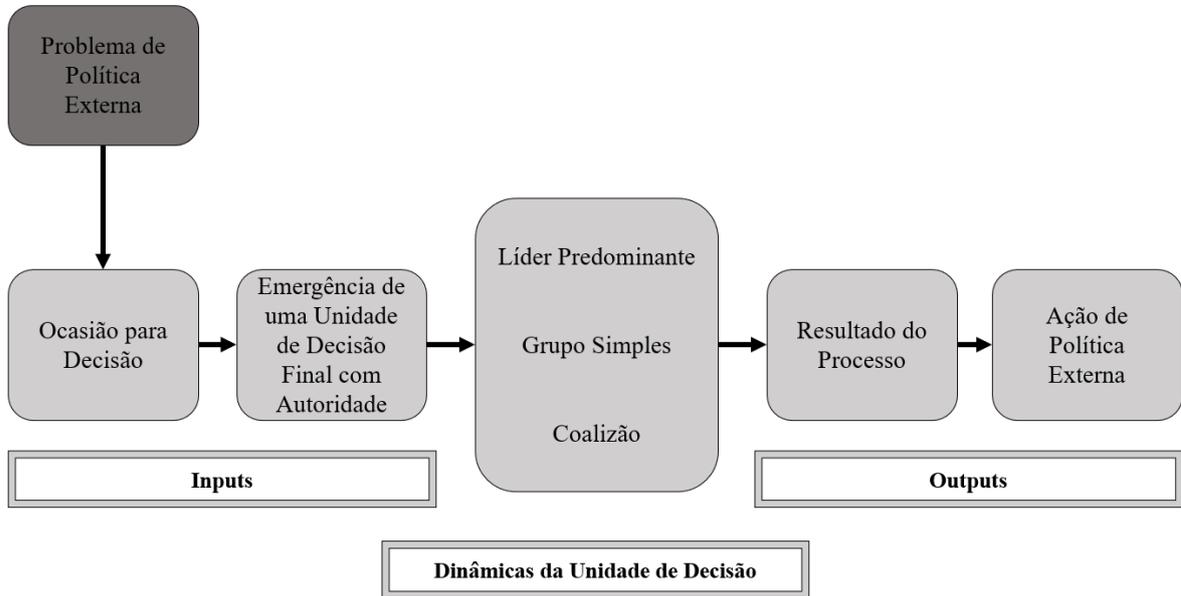


Fonte: Adaptado de HERMANN, 2001, p. 56, tradução nossa

Com a ciência de qual é a UDF, a estrutura decisória é trabalhada como um processo que possui seis elementos: Problema de Política Externa; Ocasão para Decisão, Emergência de uma Unidade Decisória com Autoridade, Constituição da UDF, Resultado do Processo e Ação em Política Externa. Dentro dessa estrutura, um *input* reverbera um processo decisório e, conseqüentemente, uma ação de política externa – um *output* que é referenciado no comportamento estatal (HERMANN; HERMANN, 1989; HERMANN, 2001).

A Figura 8 esquematiza essa estrutura do processo decisório:

Figura 8 - Estrutura do Processo Decisório



Fonte: Adaptado de HERMANN, 2001, p. 52; FERREIRA, M, 2020, p. 92

Nesse esquema, a noção de Problema de Política Externa, tem a ver com uma situação discrepante que, *a priori*, o *decision-maker* julga ser normal. Por isso, o problema não necessariamente precisa ser real. Ele surge quando o líder percebe uma janela de oportunidade para alcançar seus interesses com o exercício de sua autoridade e capacidade. Esse modelo, portanto, parte do pressuposto de que líderes políticos têm objetivos que julgam importantes e que querem alcançar durante suas administrações. Dentre eles está exatamente a perseguição de uma agenda de política externa que seja resolúta. É essa perseguição que faz com que governos possuam um comportamento e uma prática que resulta em uma ação de política externa (HERMANN, 2001, p. 50-53).

Dessa maneira, o impacto do líder na resolução do problema não depende apenas dos constrangimentos e oportunidades do ambiente político, mas do *estilo de liderança* que adota e que pode afetar o contexto. Nesse sentido, o *estilo de liderança* é referente às “maneiras pelas quais os líderes se relacionam com aqueles ao seu redor, sejam constituintes, conselheiros ou outros líderes - como eles estruturam interações e as normas, regras e princípios que eles usam

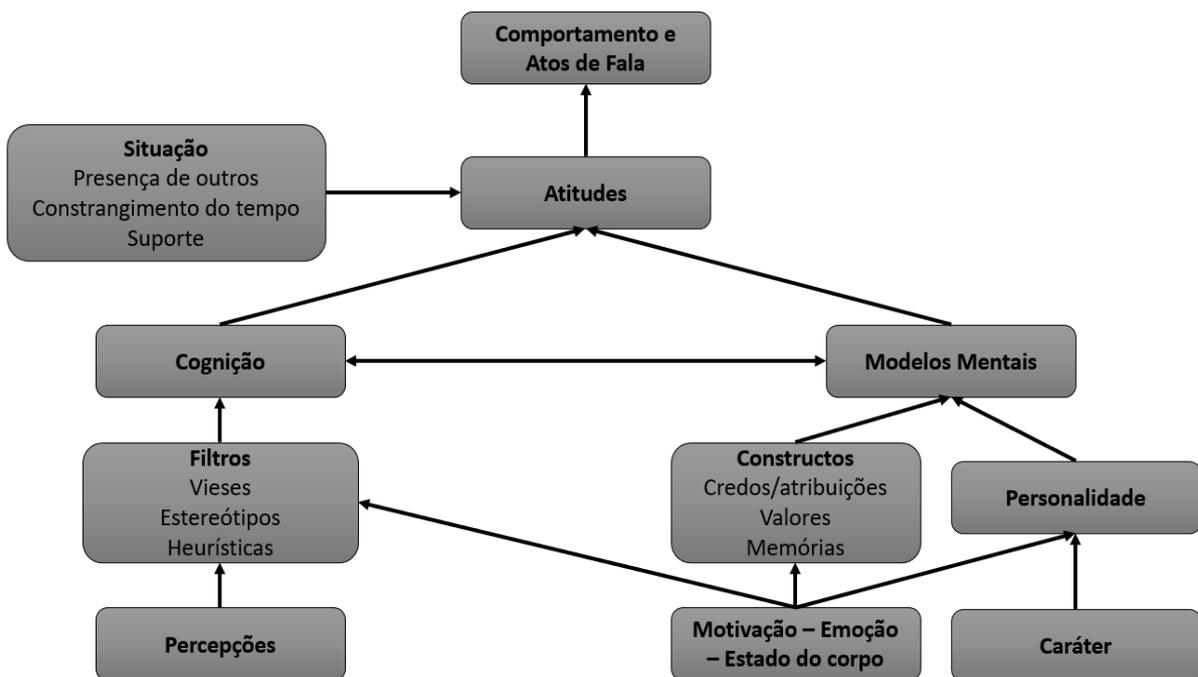
para guiar tais interações³²” (KAARBO, HERMANN, 1998, p. 243-244; HERMANN, 2002, p. 5, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, estilo de liderança tem a ver com sua personalidade. A forma como se comporta em situações de crise, o que envolve modelos mentais estruturados com base em seus sistemas de crenças, valores e memórias que criam expectativas, devido a forma como essa personalidade interage com seu entorno (HUDSON, 2014, p. 56; BARBER, 2017, p. 4).

Destarte, quando os atores interagem e se relacionam, o fazem em momentos que são denominados *Ocasão para Decisão*. Nesses momentos são tomadas uma série de decisões a partir das leituras que os atores fazem do problema. Com isso, Ocasões para Decisão são normalmente percebidas como arenas de discussão para consultar sobre as características do problema, possíveis soluções, a necessidade de uma ação específica para sua resolução e a forma como a liderança percebe e se envolve na questão (HERMANN, 2001, p. 54-55; BARBER, 2017, 4-5).

As respostas encontradas nessas Ocasões decorrem da percepção do indivíduo, que, por sua vez, é marcada por atalhos cognitivos que filtram a informação absorvida e processam em comportamentos e atos de fala (HOLSTI, O. 2006; YETIV, 2013). Essa filtragem ocorre conforme apresentado na Figura 9 (HUDSON, 2014).

Figura 9 - Diagrama de Componentes dos Modelos Mentais



³² ways in which leaders relate to those around them, whether constituents, advisers, or other leaders – how they structure interactions and the norms, rules, and principles they use to guide such interactions.

Fonte: HUDSON, 2014, p. 42, tradução nossa

A partir desse esquema tem-se que indivíduos ao interagirem atuam a partir de suas percepções, motivações e caráter. As Percepções são filtradas por vieses, heurísticas e modelos mentais. O conjunto desses filtros formam a cognição do indivíduo, sua cosmovisão, que, normalmente, está atrelada aos modelos ou atalhos mentais (HOLSTI, O. 2006). As Motivações e Emoções são filtradas por construções sociais, como credos, valores e memórias. E o Caráter por traços de personalidade que são vinculados ao estilo de liderança do líder político.

Os modelos ou atalhos mentais são construídos a partir da cognição, motivações e traços de personalidade dos indivíduos, que, em função da situação (presença de outros atores, noção de tempo, normas, complexidade do cenário, urgência para a decisão), molda a atitude (comportamento e atos de fala) do tomador de decisão.

Com a importância que esses fatores não-materiais passam a deter no processo decisório em um evento crítico concebe-se uma *metodologia à distância* que Hermann (2002) denomina de Análise de Traços de Liderança (ATL). Por meio dessa metodologia, os três filtros da figura acima e as características pessoais dos tomadores de decisão são tratados como dados que podem ser mensurados (HERMANN, 2002; SCHAFER; WALKER, 2006; LEVY; THOMPSON, 2010; HUDSON, 2014).

A lógica por trás desse tratamento decorre do pressuposto de que é possível inferir características psicológicas baseadas no comportamento verbal. Esse comportamento também é chamado nessa pesquisa de *ato de fala* e se refere ao fato de que, segundo Shafer e Walker (2006, p. 26), a fala, o seu conteúdo e a forma como esse conteúdo é expresso em um contexto pode expressar fatores importantes sobre as percepções dos indivíduos. Segundo Hudson (2013, p. 62), “palavras são artefatos de personalidade, traços particulares de personalidade [que] podem ser ligados a uma escolha particular de palavras³³”.

Esse *ato de fala* é então considerado uma evidência quando exposto de maneira espontânea, como em uma entrevista. Nesse cenário, o líder responde, rapidamente e sem auxílio, a uma pergunta capciosa de um jornalista. Devido essa interação, a análise sistemática do comportamento verbal permite inferir teoricamente características psicológicas sobre o indivíduo, dada a possibilidade de entender a ideologia, ideia, valores e a percepção que alguém constrói em relação a um objeto referente (HERMANN, 1999; WEINTRAUB, 2003).

³³ words are artifacts of personality, then particular personality traits can be linked to particular word choice

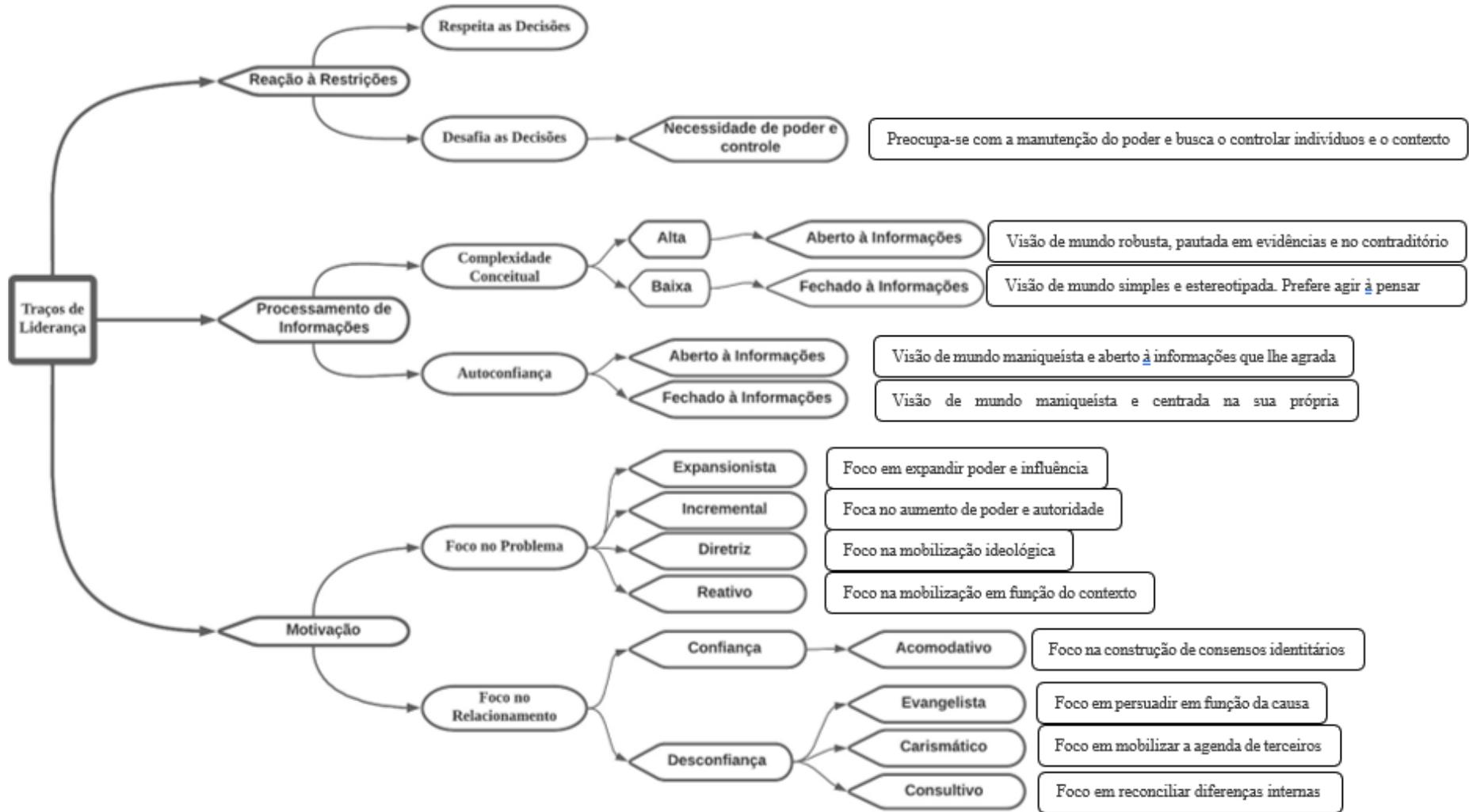
Por isso, entrevistas são importantes. Nelas os líderes têm menos controle sobre o que dizem e, conseqüentemente, há uma maior chance de tornar evidente suas próprias percepções. O que não ocorre em discursos prontos, ditos de maneira oficial em fóruns nacionais e, especialmente, internacionais (HERMANN, 2002, p. 2).

Destarte, com a mensuração desses dados, produzidos nas entrevistas, é possível fazer comparações diretas e significativas, a partir de análises estatísticas operadas com técnicas de análises de conteúdo, que permitem generalizações de médio alcance. O que implica dizer que é possível estimar valores, crenças ou mesmo a personalidade de *policymakers* e *decision-makers*, além de descrever, analisar a política externa e testar generalizações sobre o comportamento de um Estado na arena internacional (WINHAM, 1969; HERZ, 1994; SCHAFER; WALKER, 2006, p. 27).

Por meio da metodologia à distância de Hermann (2002), essa ligação com APE pode ser observada a partir da resposta para três perguntas. A primeira é referente à reação ao ambiente político: (i) o líder respeita ou desafia as restrições/constrangimentos do ambiente político? A segunda, ao processamento de informações: (ii) o líder é aberto ou fechado a informações, ele as usa de maneira seletiva ou está aberto à informações que podem colocar em cheque suas considerações iniciais? E a terceira, às motivações: (iii) o líder é movido pelo foco na resolução de um problema ou nos relacionamentos que permitem a sustentação do seu cargo? (KAARBO, HERMANN, 1998, p. 247; HERMANN, 2002, p. 5).

Ao fim e ao cabo, em função das respostas às três questões acima, Hermann (2002) infere seis características gerais para três traços de liderança sistematizados conforme Figura 10 a seguir:

Figura 10 - Traços de Liderança



Fonte: Adaptado de HERMANN; PRESTON (1994); HERMANN (2002); LYRA (2018)

A depender dos traços de liderança, o líder pode ser sensível ou insensível aos constrangimentos políticos, o que implica as necessidades de poder e de controlar o ambiente no qual está inserido. Líderes insensíveis, normalmente, se comportam de maneira a centralizar e controlar o processo de formulação da política externa. São dependentes dos atalhos cognitivos que constroem com sua percepção de mundo. De tal forma, estão menos dispostos às informações que vão de encontro àquelas que julgam verdadeiras. Por isso, observam a necessidade de um sistema estável de informações formado por conselheiros fiéis e ligados ideologicamente. Ao fim, líderes insensíveis à conselhos especializados, dados robustos e confiáveis são ideológicos e autocratas (HERMANN; HERMANN, 1989, p. 365; HERMANN, PRESTON, 1994; HERMANN, 2002).

Por seu turno, quando são sensíveis às restrições do ambiente político, demonstram ser mais empáticos com quem os cerca e mais abertos a opiniões contrárias, barganha e concessões. Esses líderes são pragmáticos e respeitadores das restrições. São interessados em ter acesso a informações conflitantes antes que uma decisão seja tomada. A abertura desses líderes a opiniões opostas faz com que sejam. “flexíveis e adaptáveis, perspicazes e pragmaticamente capazes de adaptar seu comportamento para atender às demandas da situação³⁴ (HERMANN; HERMANN, 1989, p. 365; HERMANN, PRESTON, 1994; HERMANN, 2002).

No tocante ao processamento de informações, os líderes podem ser maniqueístas e abertos às informações que lhes agradam ou fechados às informações e assim pautados na sua própria opinião. Independentemente desses fatores, são autoconfiantes. Mas, quando operam a partir de um nível de complexidade conceitual, se é alta, o líder possui uma visão de mundo robusta, pautada em evidências e no contraditório. Se é baixa, a visão de mundo é estereotipada e avesso à reflexão (HERMANN; HERMANN, 1989, p. 365; HERMANN, PRESTON, 1994; HERMANN, 2002). Essa visão de mundo importa porque é o que o líder acredita e tenta implantar (BARBER, 2017, p. 456)

No caso das motivações, os líderes são pautados pela resolução do problema ou pela manutenção do seu cargo. Quando o foco é o problema, o líder é mais confiante. Por seu turno, quando o foco é o seu cargo, o líder possui um comportamento predominantemente pautado na desconfiança, o que faz com que a construção de um grupo coeso que lhe dê apoio independentemente do problema a ser resolvido (HERMANN; HERMANN 1989; HERMANN, 2002; HUDSON, 2002; 2013).

³⁴ flexible and adaptable, shrewdly and pragmatically able to tailor their behavior to fit the demands of the situation

Por fim, em função dos traços de liderança, da forma como eles afetam a interação entre os Estados e tendo em vista o aspecto complementar entre os níveis de análise, entende-se como estratégico a combinação de APE com ESI. Através dessa combinação teórica é possível avaliar as decisões, ao identificar quais fatores cognitivos afetam o processo decisório, e o papel do líder, a partir dos atos de fala de segurança, que reverbera um *comportamento de política externa*³⁵ (YETIV, 2013).

Ou seja, por meio dessa combinação, tem-se um repertório teórico capaz de validar um desenho de pesquisa cujos fatores ideacionais dos líderes podem ser medidos. Dessa maneira, o próximo capítulo apresenta o aporte metodológico da pesquisa, o qual faz permite operacionalizar os atos de fala para avaliar o papel dos líderes no processo de securitização.

³⁵ Comportamento de política externa tem a ver com palavras e ações mobilizados como *inputs* que geram resultados pertinentes à *policy – outputs*. A prática de política externa, por sua vez, se refere a um conjunto de comportamentos que é institucionalizado e, devido a isso, reverbera um modelo específico de comportamento, como fazer uma aliança, ameaçar um estado que se comporta de uma maneira específica (VASQUEZ, p. 95, 2009)

2.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

No Brasil, parte da pesquisa científica em RI assume uma característica problemática que acompanha o que vinha acontecendo com o campo da Ciência Política durante os anos 2000: uma aversão a métodos quantitativos sem desenvolver algo com rigor metodológico que possa equilibrar a posição crítica de aversão (SOARES, 2005). Logo, ao invés de métodos rigorosos, põem-se no lugar um tipo de pesquisa que Vasquez (2009, p. 6) entende como “consideravelmente menos rigorosa e até especulativa³⁶”

Em que pese essa observação, essa investigação compreende que os fundamentos de uma pesquisa pautada no realismo científico são estabelecidos pela busca de relações causais do fenômeno político em observação (CHECKEL, 1998; WENDT, 1998; 2014). Nesse sentido, o estudo das relações internacionais ou de qualquer outro fenômeno político se torna mais interessante à medida que recebe características científicas em torno de inferências causais e descritivas válidas (KING; KEOHABE; VERBA, 1995; COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010; MAHONEY, 2010; GOERTZ; MAHONEY, 2012; KELLSTEDT; WHITTEN, 2015; CUNHA; ARAÚJO, 2018).

Alcançar essas inferências perpassa o cuidado com quatro critérios que alicerçam uma boa pesquisa (i) o objetivo inferencial; (ii) a falseabilidade dos dados, (iii) a incerteza e (iv) a validação dos resultados (KING; KEOHANE; VERBA, 1995; COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010). Com esses critérios não importa qual a cultura metodológica a ser utilizada na pesquisa, se qualitativa ou quantitativa, mas o rigor para alcançar os critérios acima mencionados e para dirimir o *problema fundamental da inferência causal* (MAHONEY, 2010; REZENDE, 2011; 2017).

Esse problema denota a necessidade de estruturar um desenho de pesquisa parcimonioso, mas, ao mesmo tempo, com robustez teórica e metodológica, que dirima a complexidade causal das relações sociais (MAHONEY, 2010, COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010). Segundo Rezende (2017, p. 244), esse problema tem a ver com o fato de “não [ser] possível observar, em simultâneo, uma dada unidade de análise na condição de tratamento e de controle”. Ou seja, não é possível gerar inferências causais e descritivas válidas sem recorrer a bons contrafactuais e desenhos de pesquisa bem estruturados e operacionalizáveis (GEORGE; BENNETT, 2005), o que reivindica um problema de pesquisa claro e objetivo, casos selecionados teoricamente,

³⁶ considerably less rigorous and even speculative manner

uma teoria robusta, uma boa descrição do caso e um argumento causal (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010; CUNHA; ARAÚJO, 2018).

Isso se dá porque, diferentemente das ciências exatas e da natureza, as ciências sociais se deparam com a questão da complexidade casual - a *equifinalidade*.

A equifinalidade está diretamente associada ao problema da causação múltipla. Diferentes processos causais podem produzir resultados similares no comportamento da variável dependente por diferentes caminhos ou trajetórias. A equifinalidade importa de modo decisivo para a análise dos fenômenos políticos, dado que estes são sensíveis ao contexto, aos agentes, às instituições, aos processos históricos e à agência (humana e não-humana) (REZENDE, 2011, p. 318).

Devido a essa questão, Estudos de Caso são observados como desenhos de pesquisa que permitem o pesquisador tratar de forma mais adequada a complexidade causal, quando estrutura uma explicação que atinge bons níveis de confiança ao superar o problema da validade científica. No entanto, atingir bons níveis de confiança está associado, normalmente, a desenhos de pesquisa cuja cultura metodológica permite a mensuração do fenômeno social a partir de lógicas frequentistas com a aplicação de técnicas de regressão (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010).

Sendo assim, como alcançar a inferência causal em Estudos de Caso cujo problema central reside no fenômeno reverberado pela equifinalidade? Uma das estratégias para validar esse tipo de desenho de pesquisa reside na construção de uma triangulação metodológica pautada em três fatores idiossincráticos à cultura metodológica qualitativa: (i) a equifinalidade dos fenômenos políticos; (ii) a análise dos processos causais; e (iii) as explicações centradas em mecanismos. Somado a esses três fatores, concebe-se a importância da contextualização do fenômeno e, se possível, a comparação³⁷.

Para Rezende (2011, p. 316), com a “importância dada aos contextos, os casos são observados como configurações de atributos – causas e consequências – que estão diretamente associadas”. Essa associação decorre do fato de que é o contexto, por meio da determinação das condições necessárias e de suficiência, que torna claro o processo e o mecanismo observados como evidências para a estruturação de uma cadeia causal capaz de produzir inferências descritivas ou causais.

Importa lembrar que Estudos de Caso operam desde premissas ontológicas determinísticas, o que implica as seguintes afirmações: (i) os achados de uma pesquisa são

³⁷ A comparação em um Estudo de Caso avalia objetos ou eventos que são similares, mas, suficientemente separados no espaço e no tempo para permitir que sejam tratados como instâncias comparáveis de um mesmo fenômeno geral (RAGIN, 2009).

pertinentes ao caso em análise e (ii) as proposições são feitas sobre as causas de um resultado e não sobre as causas de um não-resultado (GOERTZ; MAHONEY, 2012; CUNHA; ARAÚJO, 2018)

Dessa maneira, Estudos de Caso conseguem produzir explicações causais e interpretações robustas sobre um fenômeno político específico. A causalidade decorre da construção lógica de contrafactuais que advém de uma explicação teoricamente orientada das condições necessárias – as causas – que são encadeadas, como em um processo, para explicar o fenômeno. Segundo Goertz e Levy (2007, p. 15), “afirmar uma condição necessária é simultaneamente afirmar um contrafactual: eles estão unidos³⁸”.

A lógica qualitativa por trás desse modelo é denominada *causes-of-effect*. Esse modelo estipula a combinação de condições que produzem caminhos/trajetórias entre o resultado e sua(s) causa(s). Essa combinação é construída de forma implícita ou explícita a partir de uma lógica matemática atrelada à teoria de conjuntos, por meio da qual “pesquisadores qualitativos estão menos preocupados com o efeito médio e focam principalmente sobre as causas que produzem resultados em casos específicos³⁹” (GOERTZ; MAHONEY, 2012, p. 42).

Nesse sentido, a relação entre uma causa *C* e um resultado *R* denota uma concepção contrafactual que assera a noção de que se *C* não ocorrer, *R* não ocorre. Numa expressão:

$$C \rightarrow R, \text{ se, } \sim C \rightarrow \sim R.$$

Com essa estrutura explanatória, o resultado de um caso individual pode acometer um grupo de casos e expressar um convencimento geral ao mesmo tempo em que produz a explanação sobre o caso individual. Essa perspectiva segue o seguinte princípio: “uma boa explicação geral de *Y* também é uma boa explicação de casos individuais de *Y*⁴⁰.” (GOERTZ; MAHONEY, 2012, p. 46).

A lógica subjacente a esse princípio tem a ver com a noção de que as *causas dos efeitos* trabalham, normalmente, com *outliers*. Nesse sentido, modelar um Estudo de Caso envolve o que a crítica frequentista concebe como cinco *problemas*. Esses problemas são identificados e descritos no Quadro 6. Por causa deles o *status* de cientificidade de uma pesquisa baseada em uma cultura metodológica qualitativa pode ser afetado negativamente.

³⁸ to assert a necessary condition is simultaneously to assert a counterfactual: they are bound together

³⁹ "qualitative scholars to be far less concerned with average effects and to focus centrally on the causes that produce outcomes in specific cases"

⁴⁰ "A good general explanation of *Y* is also a good explanation of individual cases of *Y*"

Quadro 6 - Problemas para modelar um Estudo de Caso

Problema	Descrição
(i) Validade externa	Fundamento metodológico para desenho de pesquisa factível e produção de inferências causais válidas
(ii) Viés de seleção	Conhecido como <i>many variables, few cases</i> , estima-se que, quando o desenho de pesquisa leva em consideração um ou mais casos para gerar inferências causais tem-se um problema metodológico de seleção de casos. Tal problema reivindica a necessária precisão de quais são as observações escolhidas para a análise, bem como os critérios epistemológicos que permitem tal escolha
(iii) Causalidade	A geração de inferências causais válidas. A complexidade causal que envolve um estudo de caso não permite o estabelecimento preciso de uma relação de causa e efeito.
(iv) Operacionalização das variáveis	Tornar a pesquisa aplicada ao mundo real.
(V) Endogeneidade	Como não é possível tratar as variáveis de maneira isolada e testá-las como em um experimento, há uma forte possibilidade de conceber uma relação espúria entre as variáveis de uma observação
(vi) Indeterminação	A partir de uma crítica frequentista tem-se que a ausência de métodos experimentais e de análises estatísticas faz com que as variáveis não sejam controladas de forma satisfatória. De tal modo, não é possível produzir inferência causal e generalização

Fonte: elaboração própria a partir de BENNETT, 2004; KACOWICZ, 2004; COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010; REZENDE, 2011.

Esses problemas reivindicam estratégias quantitativas e qualitativas que podem, por um lado, formalizar e mensurar as análises para o teste de hipóteses e de teorias. E, por outro, angariar inferências causais e descritivas a partir do processo de identificação de mecanismos causais e de avaliação de hipóteses através da estruturação de uma cadeia de eventos. Todavia, em que pese o problema de lidar com a equifinalidade e a necessidade de suplementar as pesquisas qualitativas com modelos comparativos, esses problemas não podem ser vistos como intransponíveis, tampouco como *problemas*. Isso porque eles são características de um desenho de pesquisa que aceita a subjetividade desde que teoricamente orientada (REZENDE, 2011, p. 300-308).

Exatamente por isso, essa investigação trabalha com a combinação de duas técnicas, o *Process Tracing* e a ACA que são apresentadas na subseção seguinte. A primeira justifica-se dada a estruturação argumentativa que permite o estabelecimento lógico-causal de um caminho que relaciona causas e/ou eventos a um determinado resultado que ocorre a partir condições

necessárias e ou suficientes em um dado contexto (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010; GOERTZ; MAHONEY, 2012; CHECKEL, 2017).

A segunda técnica é justificada por dois fatores: (i) a operacionalização da *metodologia à distância* de Hermann (2002) e a possibilidade de mensurar fatores ideacionais dentro de um Estudo de Caso (GOERTZ; LEVY, 2007; CHECKEL, 2017). Esse recorte metodológico se configura como uma estratégia para tratar problemas complexos que envolvem a interação multicausal em diferentes níveis de análise (BENNETT; ELMAN, 2007).

2.3.1 O Process Tracing: a contextualização do fenômeno político

A primeira técnica tem importância devido sua capacidade descritiva com poder de gerar relações causais a partir de mecanismos e dentro de observações caracterizadas pela multicausalidade. Além disso, se configura como o principal método de análise qualitativa para os estudos de segurança internacional porque consegue ligar esse campo à APE, quando envolve processos de tomada de decisão e liderança (TANNWALD, 2015)

Em que pese essa importância, o ponto central de uma pesquisa que utiliza a técnica de *process tracing* para estudos de caso é ir além da identificação de uma relação direta entre as variáveis independentes (x) e a variável dependente (y) (BEACH; PEDERSEN, 2016) de modo a testar hipóteses ou validar teorias. Assim, faz parte da ambição dessa pesquisa identificar, dentro de um espaço longitudinal específico, mecanismos e condições necessárias e/ou suficientes de uma cadeia de eventos que perfaça uma relação entre causas e resultados.

Esses mecanismos decorrem da própria relação entre atores, sejam eles indivíduos, organizações, ou mesmo, Estados. Dessa interação os atores produzem eventos que podem ser observados no contexto dentro do qual essas atividades são operadas (WALDNER, 2012; GOERTZ e MAHONEY, 2012, p. 100; PARANHOS; FIGUEIREDO FILHO; ROCHA, 2013; CUNHA; SILVA, 2014). Nas palavras de Mahoney (2004, p. 35), “mecanismos causais podem ser definidos como entidades ou estruturas inobserváveis que operam em contextos específicos para gerar os fenômenos que observamos no mundo físico ou social⁴¹”.

Por isso, os eventos, quando analisados a partir do *process tracing*, são definidos como *observações de processos-causais* (OPC⁴²). Essas observações são informações específicas de um dado contexto que permitem avaliar se um mecanismo exerce papel causal entre essas

⁴¹ mechanisms can be defined as the ultimately unobservable entities or structures that operate in specific contexts to generate the phenomena that we observe in the physical or social world

⁴² causal-process observation

informações (GOERTZ; LEVY, 2007; BENNETT; ELMAN, 2007; BROOKS; WOHLFORT, 2007; COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010; COLLIER, 2011; GOERTZ; MAHONEY, 2012; MAHONEY, 2015).

Com esse sentido, OPCs permitem o estabelecimento de uma cadeia causal, cujo aspecto sequencial pode ser avaliado a partir de uma “ferramenta analítica para desenhar inferências descritivas e causais a partir de pedaços de evidências diagnosticadas como partes de uma sequência temporal de eventos ou fenômenos⁴³” (COLLIER, 2011, p. 824). O que implica a formulação de uma série de hipóteses que ajudam a compreender e explicar o porquê de um determinado resultado.

Na pesquisa, o encadeamento causal é desenhado a partir de um denso conteúdo descritivo que possibilita estruturar a estratégia metodológica *backforward*. Através dessa estratégia, a investigação assume uma lógica pautada na noção de *cause-of-effects*, que faz com que o fenômeno estudado necessite da seleção de OPCs, tratadas a partir de um escrutínio analítico (GOERTZ; MAHONEY, 2012; CUNHA; SILVA, 2014).

Desse escrutínio, esquematiza-se uma representação processual em que diagramas identificam explicitamente as evidências que permitem a relação entre causas e resultados. Essa relação é feita em cima dos seguintes modelos: $X \rightarrow n \rightarrow Y$ ou $X \rightarrow s \rightarrow Y$. Esses modelos são lidos da seguinte forma, respectivamente: “X é uma causa necessária de Y”, e “X é uma causa suficiente de Y”. Esses modelos começam a partir de uma relação bivariada, para então introduzir uma terceira variável teste, que pode ser uma variável interveniente Z, isto é, $X \rightarrow Z \rightarrow Y$, ou uma variável antecedente Z’, isto é, $Z' \rightarrow X \rightarrow Y$. Com esses modelos, o analista avalia a relação bivariada original à luz da nova relação introduzida pela terceira variável que pode fortalecer a relação original, ao aumentar a confiança, ou pode apresentá-la como uma relação espúria (MAHONEY, 2007, p. 281-282).

É em cima desse modelo que se aplica, aqui, o *process-tracing*. Para tanto, a pesquisa utiliza a lógica milliana de método da diferença como critério de seleção para as OPCs. Com essa lógica, a construção de uma cadeia de eventos e contrafactuais torna-se produtora pois permite ao investigador alcançar maior confiabilidade. Quando eventos principais são examinados, e deles estabelece-se contrafactuais, observa-se aí a possibilidade deduzir uma variável explicativa para a diferença (FEARON, 1991; GOERTZ; LEVY, 2007; BROOKS; WOHLFORT, 2007; COLLIER, 2011).

⁴³ is an analytic tool for drawing descriptive and causal inferences from diagnostic pieces of evidence - often understood as part of a temporal sequence of events or phenomena”

Nesses termos, para que uma causa *C* tenha o resultado *R* estabelece-se condições de necessidade e/ou suficiência. Essas condições são utilizadas como causas que podem satisfazer a lógica argumentativa no estabelecimento de uma cadeia causal explanatória (FEARON, 1991; GOERTZ; LEVY, 2007; BROOKS; WOHLFORT, 2007; COLLIER, 2011; SILVA; CUNHA, 2014). Desde essa cadeia e do exame sistemático das evidências, alcança-se um valor inferencial à lógica explanatória que é teoricamente orientada e relacionada às hipóteses ou argumento central e ao problema de pesquisa (COLLIER, 2011, p. 823).

Para reforçar metodologicamente a relação de causalidade construída com o processo descritivo e explanatório do *process-tracing*, a tese utiliza a técnica de Análise de Conteúdo para tornar mais robusta a inferência à melhor explicação e testar o argumento central da pesquisa.

2.3.2 Textos como Dados: a Análise de Conteúdo

Nessa subseção, a pesquisa apresenta o método de Análise de Conteúdo (AC) como uma estratégia de investigação na pesquisa qualitativa, que possibilita aumentar a capacidade de inferência a partir da utilização de *textos como dados*. Nesse sentido, importa um breve apanhado histórico acerca do que é a AC.

O texto é de longe o artefato mais difuso do comportamento político, remonta desde tempos mais remotos da convivência humana, notadamente, com marco para a invenção da escrita. A possibilidade de analisar textos e providenciar *insights* sobre o processo político também consta de longa data (WINHAN, 1969; KRIPPENDORFF, 2004; CERVI, 2018;). Dado esse imenso aspecto longitudinal, identificam-se, didaticamente, 4 fases de desenvolvimento da moderna forma de análise de conteúdo.

A primeira fase, por volta de 1940-1950, chamada de Científica, ocorre nos EUA, quando pesquisadores buscam um maior rigor científico à interpretação de texto. É nesse momento que as técnicas de Harold Lasswell ganham ressonância e transbordam dos textos jornalísticos para as peças publicitárias, quando passam a ser utilizadas para identificar a existência de propaganda subversiva em jornais estadunidenses (WINHAN, 1969; LASSWELL, 1979; KRIPPENDORFF, 2004; CAMPOS, 2004; CAREGNATO; MUTTI, 2006; DRISKO; MASCHI, 2016; CERVI, 2018). No projeto Comunicação em Tempo de Guerra (*Wartimes Communication Project*), a AC se torna a técnica padrão para análise de comunicações inimigas (MONROE; SCHRODT, 2008) e para predizer ou inferir fenômenos que não podem ser observados diretamente (KRIPPENDORFF, 2004).

A segunda fase ocorre na década de 1960. Aqui reconhece-se as limitações do modelo quando se passa a afirmar que não é possível extrair do texto mais do que ele apresenta explicitamente. Qualquer informação a mais seria fruto da subjetividade interpretativa do analista (KRIPPENDORFF, 2004; CAREGNATO; MUTTI, 2006; DRISKO; MASCHI, 2016; CERVI, 2018). Sendo assim, passa-se a conceber a AC como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1977, p. 19).

A terceira fase ocorre por volta do final da década de 1970 até os anos 2000. Nesse momento, as limitações teórico-metodológicas observadas no período anterior são reconhecidas, porém o desenvolvimento tecnológico passa a permitir a utilização de programas de computadores que auxiliam a AC. Com o processamento de dados a partir de *softwares* específicos aumenta-se o rigor analítico e a amplitude de análise, o que permite que a AC ultrapasse a descrição dos dados para buscar a inferências analíticas (LASSWELL, 1979; CERVI, 2018).

A partir do final dos anos 2000 até o presente, deduz-se que é possível observar a existência de uma quarta fase de desenvolvimento da AC. No contexto de uma realidade com *big data*, uma quantidade imensurável de dados que circulam na *internet*, reivindica-se uma renovação técnica que permita a operação com velocidade e capacidade adequada para o volume de dados que existem. Sendo assim, é a partir do desenvolvimento tecnológico com *softwares* mais robustos e sofisticados que marca a quarta fase do processo de automação da AC.

Desde essa breve apresentação histórica, uma definição para essa técnica tende a ser feita a partir de concepções berelsianas (STEMLER, 2001), como “um conjunto de técnicas de comunicações que tem como objetivo a descrição sistemática de conteúdo das mensagens a partir de indicadores quantitativos que permitem fazer inferências sobre as condições de produção” (CERVI, 2018, p. 7).

Essa definição está atrelada ao que Drisko e Maschi (2015) chamam de Análise de Conteúdo Básica⁴⁴, caracterizada pela pouca interferência humana, pelo uso de *software* para

⁴⁴ Importante destacar que há variações epistemológicas nas técnicas de Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo padrão trabalha com uma lógica frequentista, que reivindica métodos quantitativos de contagem, para auferir validade e replicação em função da frequência e da relação de coocorrência das palavras. A Análise de Conteúdo interpretativista e qualitativa, como é o caso, por exemplo, da Análise do Discurso, trabalha com uma lógica reflexivista que reivindica técnicas qualitativas de análise, por isso, versa sobre procedimentos subjetivos para compreensão do discurso e dos seus sistemas de significados resultantes do contexto das relações de poder. Apesar dessa diferença, ambos os modelos de análise comungam da necessidade de rigor metodológico para a sistematização e a análise dos dados, bem como reiteram a importância e indispensabilidade da subjetividade do analista para compreender o dado em um contexto específico. Nesses termos, apesar dessas variações, essas

sistematização dos dados e, geralmente, atrelada às técnicas quantitativas da estatística descritiva. Esse modelo de AC costuma ser elaborada por métodos que permitem a dedução frequencial ou análise por categorias temáticas (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Desde essa percepção, a AC é “uma técnica de pesquisa para fazer inferências válidas e replicáveis de textos (ou outro assunto significativo) para os contextos de seu uso⁴⁵” (KRIPPENDORFF, 2004, p. 18).

Por isso, uma análise de conteúdo rigorosa envolve procedimentos técnicos que providenciam novos *insights* e aumentam o conhecimento sobre o fenômeno estudado dentro de um contexto. Especialmente quando trabalha com uma noção de sistematização do que é descrito para que o modelo de análise seja possível de replicação (DRISKO; MASCHI, 2016). Portanto, é a compreensão clínica da AC, porque objetiva e sistemática, que ao requerer a replicação e validação dos dados, torna a inferência uma questão fundamental ao método (BARDIN, 1977; JANIS, 1979, KRIPPENDORFF, 2004).

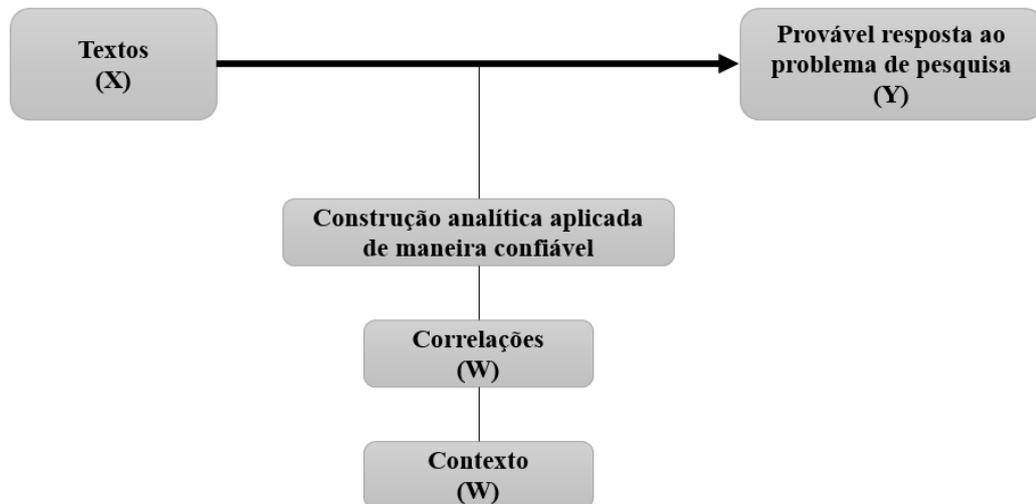
Essa inferência pode ser alcançada pelos indicadores de frequências e/ou de coocorrências (contingência), quando, a partir deles, a análise pode regressar às causas ou chegar aos resultados das características das comunicações. Para Krippendorff (2004), essa lógica inferencial trabalha a partir da concepção de que um dado “X” gera um resultado “Y” se ele é sustentado pela(s) condição (ões) “W”. Na AC esses dados são os textos e o resultado é a resposta à pergunta-problema da pesquisa, enquanto W são as correlações oriundas do modelo procedimental que é contextualizado e teoricamente orientado.

As Figuras 11 e 12 ilustram didática e respectivamente a relação inferencial da AC e como ocorre sua operacionalização:

técnicas não são mutuamente excludentes, ao fim e ao cabo, são modelos complementares (DRISKO; MACHI, 2016). Para uma abordagem quantitativista de AC vide: NEUENDORF (2002) e KRIPPENDORFF (2004). Para uma abordagem reflexivista da AC vide: MILLIKEN (1999), CAMPBELL (1992), ASHLEY (1984), WALKER R. (1989).

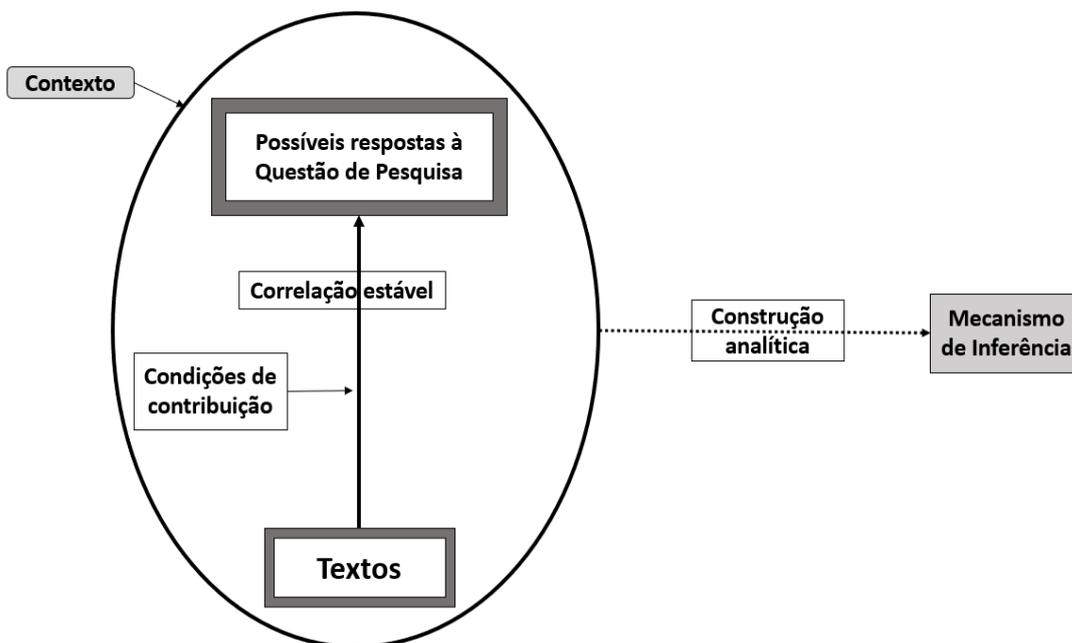
⁴⁵ a research technique for making replicable and valid inferences from texts (or other meaningful matter) to the contexts of their use.”

Figura 11 - Modelo inferencial para Análise de Conteúdo



Fonte: Krippendorff, 2004, p. 38, tradução nossa

Figura 12 - Operacionalização do Modelo inferencial para Análise de Conteúdo



Fonte: KRIPPENDORFF, 2004, p. 90, tradução nossa

Com a interpretação dessas figuras é possível observar que a AC possui algumas distinções para a produção de inferência quando comparada a outras técnicas. A primeira distinção é a inferência do tipo abdutiva. Essa inferência se baseia “em construções analíticas ou modelos do contexto escolhido como garantias⁴⁶” (KRIPPENDORFF, 2004, p. 83). Com ela, o contexto se configura como uma variável interveniente na investigação, porque “direciona

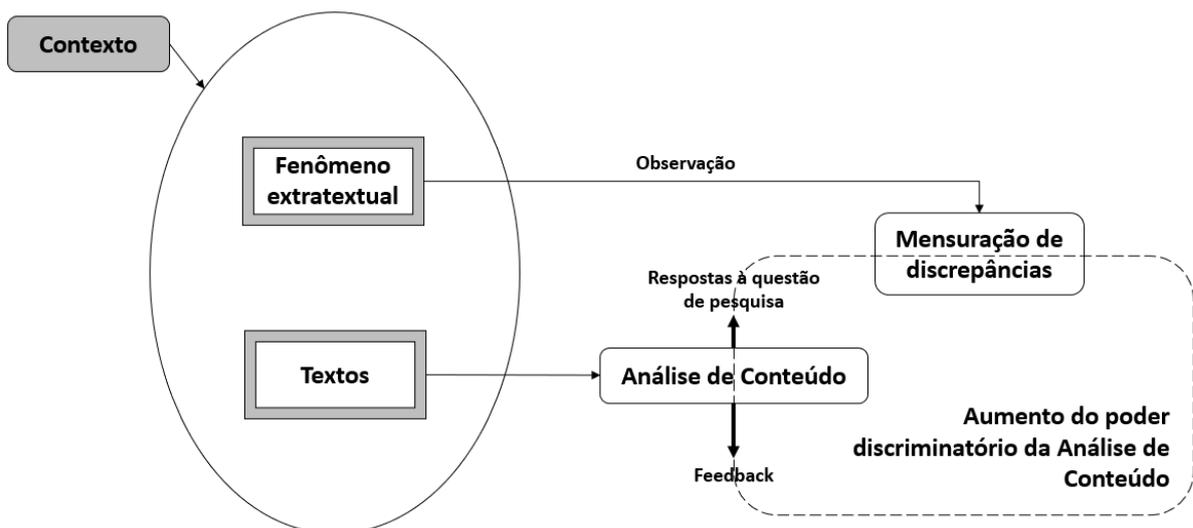
⁴⁶ on analytical constructs or models of the chosen context as warrants

a análise de um texto, e os resultados da análise contribuem para uma (re) conceituação do contexto⁴⁷” (KRIPPENDORFF, 2004, p. 86).

A segunda distinção é a importância que a correlação possui entre os dados e as condições atreladas ao contexto. Essa correlação é atribuída deterministicamente e com um direcionamento teórico que permita sua validação. Essa característica faz com que seja ressaltado a noção de correlação estável, porque opera em um contexto específico, mas, a depender da sua força, tem a capacidade de generalização de médio alcance. Segundo Krippendorff (2004, p. 91-92), “o analista compara as inferências de uma análise de conteúdo do texto com observações relevantes do contexto e usa quaisquer discrepâncias encontradas para alterar incrementalmente as partes relevantes da análise⁴⁸”. Através desse procedimento, constrói-se um desenho que pode ser paulatinamente ajustado no intuito de ultrapassar a dúvida razoável sobre o modelo.

A terceira distinção ocorre porque esse modelo é interativo. Isso quer dizer que a medida que os dados são obtidos e analisados, eles devem ser observados em função do contexto e da teoria. Dessa maneira o procedimento analítico da AC permite avaliar a relação dos dados em função do contexto e assim aumentar a discriminação dessa função para chegar na inferência e responder o problema de pesquisa. Para Krippendorff (2004, p. 92), essa distinção é didaticamente expressada na Figura 13:

Figura 13 - Representação do aspecto interativo do modelo de AC



Fonte: Krippendorff, 2004, p. 92, tradução nossa

⁴⁷ directs the analysis of a text, and the results of the analysis contribute to a (re)conceptualization of the context,

⁴⁸ The analyst compares inferences from a content analysis of text with relevant observations of the context and uses any discrepancies found to alter incrementally the relevant parts of the analysis

Diante disso, o rigor metodológico da AC passa a ter como objetivos dirimir as incertezas referentes ao que se julga observar nas mensagens e, conseqüentemente, enriquecer a compreensão do fenômeno estudado. Nesses termos, o caráter científico da análise ocorre quando o analista, através de descrições precisas e da transparência procedimental para obtenção e análise dos dados, consegue estabelecer uma relação entre as características dos dados, o comunicador e a audiência (JANIS, 1979, p. 63; DRISKO; MASCHI, 2016).

Por isso, esse tipo de análise tem duas funções que se complementam: (i) heurística, de enriquecimento do procedimento exploratório; e de (ii) administração da prova, quanto testa hipóteses ou argumentos teóricos (BARDIN, 1977; JANIS, 1979; KRIPPENDORFF, 2004; DRISKO; MASCHI, 2016). Com essas funções, a AC é desenvolvida, via de regra, em três fases (BARDIN, 1977):

- (i) Pré-análise: Nessa fase a intuição ainda é muito forte, a partir dela sistematiza-se as ideias iniciais de maneira a estabelecer um caminho de desenvolvimento para as operações de tratamento que ocorre em três momentos não necessariamente lineares:
 - a. Escolha dos documentos que constituem o *corpus* de pesquisa. A sua constituição implica seguir 3 regras:
 - i. não-seletividade, o procedimento de seleção deve ser claro, objetivo e justificável;
 - ii. homogeneidade, a seleção deve obedecer a critérios precisos;
 - iii. pertinência, os documentos devem ser adequados ao problema da pesquisa e atrelados à hipótese e objetivos;
 - b. Formulação de hipóteses e dos objetivos; e
 - c. Formulação dos indicadores que fundamentem a interpretação final (à guisa de fundamentação teórica) (BARDIN, 1977, p. 95-99).
- (ii) Exploração material: Nessa fase, os resultados são levados a *falarem*, ou seja, a possuir significados válidos. Nesse momento, operações estatísticas permitem a produção de dados com informações relevantes do conteúdo extraído dos documentos analisados. Por isso, é pertinente o processo de codificação. Esse é o momento em que o *como* (a técnica) pode precisar o *porquê* (a teoria). Assim,

a codificação corresponde a uma transformação - efetivada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto (BARDIN, 1977, p. 103).

- (iii) Tratamento dos resultados: Essa fase é caracterizada pelo processo de categorização do conteúdo. A categorização “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117).

Esses critérios podem ser:

- a. Semânticos (por temas),
- b. Sintáticos (verbos ou adjetivos),
- c. Lexicais e/ou expressivos

E seguem algumas regras (BARDIN, 1977, p. 120; CARLOMAGNO; ROCHA, 2016, p. 178):

1. Exclusão mútua: um elemento não pode estar contido em duas categorias;
2. Homogeneidade: as categorias são parcimoniosas a ponto de não conceber duplo sentido;
3. Pertinência: as categorias e os elementos alocados são convergentes ao quadro teórico definido;
4. Objetividade e fidelidade: o processo de alocação dos elementos às categorias é feito de forma simples e elegante, ou seja, de forma objetiva e sem viés; e
5. Produtividade: o quadro categórico elaborado passa pelo escrutínio científico de forma a ter seus resultados validados.

Por tanto, a AC é uma técnica especificamente atrelada a um processo de identificação, descrição e predição de elementos textuais que, ao mesmo tempo em que assume uma lógica metodológica frequentista, (CAMARGO; JUSTO, 2013; CARLOMAGNO; ROCHA, 2016; CERVI, 2018), requisita a interferência e subjetividade do pesquisador, com a diferença de que essa interferência, por mais que seja indispensável, deve ser a menor possível (KRIPPENDORFF, 2004; DRISKO; MASCHI, 2016).

Por isso, um dos destaques dessa técnica de análise é a confiabilidade e validade dos resultados obtidos decorrente da interpretação dos dados. Em que pese essa característica, importa entender que, na AC, o texto não possui um significado único. Ele é refém do contexto, do processo de tratamento e, especialmente, da interpretação e robustez teórica dos analistas (KRIPPENDORFF, 2004; DRISKO; MASCHI, 2016; RIFFE et al 2014 *apud* CERVI, 2018;).

Por se configurar assim, a AC pode ser compreendida como uma abordagem metodológica híbrida que comunga tanto de epistemologias quanto metodologias quantitativas e qualitativas (CRESWELL, 2011; DRISKO; MASCHI, 2016). Devido a isso, opta-se aqui por otimizar a referência quantitativa da AC a partir da sua automatização. Tal intento, descrito na próxima subseção, permite minimizar a interferência de possíveis subjetividades humanas no processo de tratamento dos dados.

2.3.3.1 A Análise de Conteúdo Automatizada

A análise de dados se configura hoje como um dos imperativos à pesquisa qualitativa. Em função da subjetividade humana e do volume de dados do atual momento histórico, cada vez mais requisita-se um maior rigor metodológico para o tratamento desses dados. Em face disso, a ACA se configura como um novo campo de estudo e uma nova ferramenta para a pesquisa científica que trabalha desde uma cultura qualitativa. Para tanto, *softwares* são desenvolvidos e tornam-se cada vez mais presentes nos estudos das áreas das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, notadamente para aquelas áreas do conhecimento que têm seus estudos baseados em um volumoso *corpus* para análise (SALVADOR, 2018).

Nesse sentido, a análise automatizada permite a realização de tarefas sistemáticas, longas e exaustivas em largas escalas de dados textuais, sem que seja necessário o emprego demasiado da subjetividade e interferência humana. Nessa análise, métodos automatizados permitem que a complexidade da linguagem seja trabalhada como suporte à leitura detalhada e cuidadosa dos textos (MOREIRA; IZUMI, 2018). Por isso, as técnicas de análise automatizadas de conteúdos são identificadas como amplificadoras e ampliadoras e ocorrem em função da revolução causada pela Internet, que permite os pesquisadores das ciências sociais mobilizar uma quantidade de dados nunca antes disponível (MONROE; SCHRODT, 2008; GRIMMER; STEWART, 2013).

Nesse processo de ampliação e amplificação duas tarefas são pertinentes, a classificação e a categorização. A classificação organiza textos dentro de categorias. Para essa tarefa dois modelos são úteis. O primeiro modelo de análise recorre a um dicionário, que usa a frequência

de palavras-chave para determinar sua categoria (GRIMMER; STEWART, 2013, p. 268). Dentro desse método há um caminho supervisionado que ocorre quando o pesquisador inicia a codificação dentro de um conjunto predeterminado de categorias, para então introduzir modelos estatísticos que classificam o restante dos documentos.

Esse modelo é regido por quatro princípios (GRIMMER; STEWART, 2013, p. 269-271; MOREIRA; IZUMI, 2018, p.140):

- (i) *Todo modelo quantitativo de linguagem está errado, mas alguns são úteis.* A partir desse princípio tem-se que o processo de geração de dados a partir de qualquer texto é um mistério. A dependência estrutural de qualquer sentença ao todo do texto torna qualquer documento complexo, o que implica dizer que todo método necessariamente falha ao precisar uma conta a partir do processo de geração de dados desde textos.
- (ii) *Métodos quantitativos aumentam a capacidade humana de análise, mas não a substitui.* Nesse princípio tem-se que os métodos quantitativos auxiliam a análise do pesquisador, eles não podem ser tomados por si só, mas como ferramentas que ampliam e amplificam as habilidades do pesquisador.
- (iii) *Não há um melhor método para análise automatizada de texto.* Esse princípio regula a noção de que diferentes conjuntos de dados e diferentes questões de pesquisa levam a diferentes interesses, diferentes modelos, diferentes métodos de validação.
- (iv) *É imperativo a validação da pesquisa de análise de conteúdo.* Esse princípio se refere exatamente ao fato de que diferentes métodos para diferentes desenhos de pesquisa requisitam a validação da pesquisa.

Com esses princípios resta ao pesquisador estruturar sua pesquisa a partir de um *corpus* de análise que possa ser operacionalizado por programas estatísticos. Ao ser configurado dessa forma, o *corpus*, como unidade de análise passa a ser visto como uma “bolsa de palavras⁴⁹”, dentro da qual não importa como estão distribuídas para que a análise possa ser instrumentalizada. Assim, ao descartar o ordenamento das palavras, o vocabulário é simplificado com o *stemming*, que “remove o final das palavras para reduzir o número total de

⁴⁹ *bag of words*

palavras exclusivas no conjunto de dados ou reduzir a dimensionalidade do texto⁵⁰” (GRIMMER; STEWART, 2013, p. 272).

Ou seja, esse processo reduz e deflexiona as palavras ao mapeá-las em função do seu conceito original – o radical das palavras. Além disso, também são excluídas a *stop words*: pontuações, palavras muito incomuns e conectivos. De regra, remove-se palavras que aparecem menos de 1% e mais que 99% nas unidades de análise do *corpus* (GRIMMER; STEWART, 2013, p. 273; MOREIRA; IZUMI, 2018, p.142).

Esse modelo de análise de conteúdo tem experimentado um crescimento considerável em anos recentes e a aplicação pivô é aquela desenvolvida por Benoit e Laver com seu modelo *WordScores* de 2003. Marco do desenvolvimento desse modelo ocorre em 2006 com um *workshop* na *American Political Science Association* intitulado *Automated Content Analysis and Computer Annotation*, organizado por Stephen Purpura (MONROE; SCHRODT, 2008).

Importa registrar que a utilização de textos como dados perpassa observar que o processo de geração, produção e seleção de dados resultantes da comunicação humana ainda se configura como demasiado complexo. “Tal complexidade faz com que modelos estatísticos desenvolvidos falhem na tarefa de prover um relato preciso do processo de geração de dados” (MOREIRA; IZUMI, 2018, p. 139). Exatamente por isso, a ACA não deve ser mobilizada como único instrumento de análise, mas, como ferramenta analítica suplementar ao exercício de interpretação teoricamente orientada do analista que, ao fim e ao cabo, continua indispensável.

Como ferramenta para executar a automatização da análise, a pesquisa faz uso de um software específico que permite a operacionalização da vasta quantidade de dados. Esse *software* é apresentado na próxima subseção

2.3.1.2 O IRAMUTEQ

Como salientado acima, o volume de dados com que o analista se depara nos dias atuais faz com que recursos tecnológicos se configurem como ferramentas importantes para o desenvolvimento de pesquisas que trabalham com um volume excessivo de dados. Além disso, recursos tecnológicos, como *softwares* de análise textual, permitem ultrapassar a clássica e já anacrônica dicotomia entre pesquisas qualitativas e quantitativas, porque possibilitam a mensuração e o emprego estratégias estatísticas de análise em cima de variáveis que são

⁵⁰ Stemming removes o the ends of words to reduce the total number of unique words in the data set, or reduce the dimensionality od text

essencialmente qualitativas, como um texto, sem dispensar a subjetividade do pesquisador, necessária para compreender o que é produzido pela ACA (SALVADOR, 2018, p. 2).

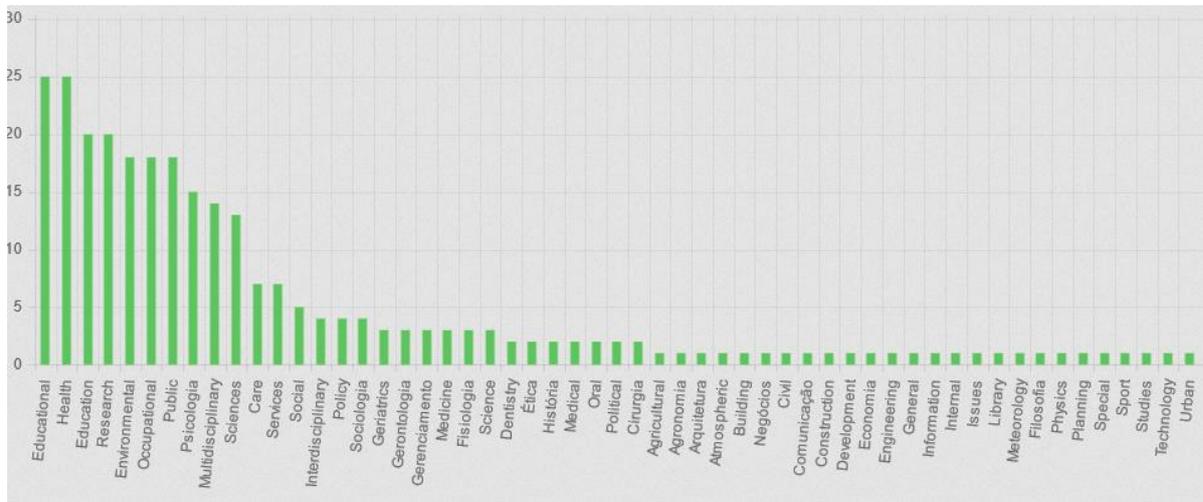
Dada essa importância, a técnica de ACA empregada nessa pesquisa busca verificar a relação entre os dados produzidos por diferentes atores em um contexto específico. Através dessa relação, o modelo analítico concebe que a especificidade conjuntural permite a existência de um mundo lexical em que as palavras podem ser relacionadas umas às outras dentro de uma relação de coocorrência e de similaridade entre aqueles que produzem as palavras (SALVADOR, 2018, p. 2).

Destarte, para operar esse modelo de análise, a pesquisa faz uso de um *software* livre, o IRAMUTEQ, uma sigla usual para *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, versão 0.7 alpha 2. No Brasil, é muito utilizado na área Psicologia, Enfermagem e Educação quando busca identificar as percepções dos indivíduos em função de algum tratamento que estão a receber (CARMARGO; JUSTO, 2013a; 2013b).

Sua utilização data de 2013 com o Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição da Universidade Federal de Santa Catarina (LACCOS/UFSC), em parceria com o Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade, da Fundação Carlos Chagas (CIERS-ed/FCC) e com o grupo de pesquisa Valores, Educação e Formação de Professores da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (SALVADOR, 2018).

Na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) do Brasil, ao utilizar o restritor IRAMUTEQ são encontrados 82 trabalhos, porém, nenhum na área de RI, conforme é possível observar no Gráfico 1. Na área de RI, a pesquisa não encontra referências de seu uso no Banco de Teses do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI), o que evidencia o caráter inovador desse recurso dentro desse campo de estudos no Brasil.

Gráfico 1 - Distribuição de trabalhos com IRAMUTEQ no BR (2015-2021)



Fonte: SCIELO, 2021

Ademais, esse programa possui uma base algorítmica ancorada em outro *software*, o *R*, que permite a utilização de pacotes úteis à análise de dados textuais. Nessa pesquisa, a versão do *R* que permite o bom funcionamento do IRAMUTEQ é a 3.5.2 com o qual é possível realizar análises estatísticas sobre variáveis qualitativas (CAMARGO; JUSTO, 2013 a; 2013b; 2018).

As análises produzidas pelo IRAMUTEQ, ao invés de usar um livro de códigos ou um dicionário como ocorre no procedimento padrão de AC e que exige uma maior intervenção do pesquisador, faz uso do próprio *corpus* empírico para identificar os termos que mais aparecerem, se aproximam e se distanciam entre si (CERVI, 2018, p. 9). Nesses termos, as análises podem ser operadas a partir de técnicas desde as mais simples até as mais complexas, conforme especificadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Técnicas analíticas do IRAMUTEQ

Técnica	Meio	Objetivo
Núvem de Palavras	Núvem de Palavras Apresenta as palavras com maior frequência no texto;	Identificar a frequências das palavras;
Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	Dendograma. Por meio da lematização e teste qui-quadrado, é apresentada a relação entre as classes de palavras de um corpus, dado o seu (i) percentual de composição e sua (ii) a significância estatística (χ^2) no <i>corpus</i> ; É importante ressaltar que a leitura de um Dendograma é feita da esquerda para a direita;	Obter categorias de palavras a partir de segmentos de textos (st) semelhantes entre e si, e diferentes de outras categorias;

<p>Análise Fatorial de Correspondência (AFC).</p>	<p>Plano cartesiano</p> <p>São evidenciados a relação de coocorrência entre os dados e entre os atores;</p> <p>Demonstra a aproximação ou distanciamento entre os dados;</p>	<p>Verificar a relação entre categorias de palavras de um mesmo ou de diferentes conjuntos de dados;</p>
<p>Análise de Similitude</p>	<p>Arvore de similitude</p> <p>As ocorrências de palavras são apresentados em função da disposição das suas categorias dentro de um ordenamento específico de importância do centro para a periferia.</p>	<p>Estabelecer a relação de coocorrências entre <i>clusters</i> de palavras estatisticamente significantes.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de CAMARGO; JUSTO, 2013a; 2013b, 2018; CERVI, 2018; SALVADOR, 2018

Com essas técnicas, o próprio *software* gera *clusters* de palavras com homogeneidade interna e heterogeneidade externa, medidos a partir do χ^2 (chi-quadrado) e do p-valor $<0,0001$ das palavras dentro e entre os *clusters*. Essas duas medições estão na base do Método de Reinert, que servem como ferramentas lógicas para conceber a correlação entre os termos que compõem os segmentos de texto, porque conseguem observar o limite do *corpus* e a intensidade de presença dos termos nos diferentes *clusters* de um mesmo *corpus*, o que torna possível, ultrapassar a simples verificação da frequência e quantidade dos termos lexicais, para observar sua associação por proximidade e intensidade. Por isso, ACA com o IRAMUTEQ não faz uso de um dicionário, um livro de códigos com variáveis pré-estabelecidas que servem de guia para análise dos dados (CERVI, 2018).

Assim, com a operacionalização das técnicas descritas acima, os discursos decodificados são quebrados em função da significância estatística das palavras dentro e entre as classes, para, então, formar uma variedade de segmentos de texto pertinentes à classe e ao ator que produziu o ato de fala. Na pesquisa, essas técnicas são operadas em três fontes de dados:

- (i) As entrevistas de George Bush ao longo da crise na região do Golfo Pérsico;
- (ii) A Estratégia de Segurança Nacional. Um documento produzido pelo governo dos Estados Unidos que apresenta as diretrizes de sua política externa e de segurança; e
- (iii) Os *voting records* do CSONU. Esses documentos são os atos de fala (pronunciamentos, declarações, discursos, *statements*) produzidos pelas delegações que compõem o CSONU e registrados durante o processo de votação de uma resolução, por exemplo.

A operacionalização desses dados ocorre em dois momentos. No primeiro, a ACA é empregada para analisar o que é produzido diretamente por George Bush, de modo a avaliar percepção do presidente sobre o contexto político internacional e que torna a conjuntura importante para o desempenho dos Estados Unidos. Dentro dessa análise é gerado um gráfico referente à análise de similitude que torna possível observar a visão do presidente em relação ao papel dos EUA no contexto do período final da Guerra Fria e da crise da Guerra do Golfo.

Para tanto, são utilizados os documentos referentes à Estratégia de Segurança Nacional, em que a ideia de segurança recebe maior destaque e a noção de ameaças passa a ser mais abrangente, especialmente, quando relacionada aos interesses e às zonas de influência dos EUA. Mas, o enfoque que ganha mais importância nesse momento é a análise de similitude e a CHD feita a partir de 94 entrevistas concedidas pelo presidente durante o período que abrange a invasão iraquiana no Kuwait até o dia que antecede o início da operação Tempestade no Deserto.

O segundo momento de operacionalização do método de ACA é feito quando a pesquisa encontra, nos arquivos do CSONU, 30 *voting records* que tratam da crise do Golfo e dos momentos que antecedem a entrada da coalização liderada pelos EUA no palco de operações do conflito. Nessa análise, o *corpus*, formado especificamente por esses documentos, é utilizado como *proxy* para a relação entre os atos de fala do ator securitizador e a audiência.

Nesses documentos constam os *statements* de todos os atores que compõem o CSONU durante a crise. São discursos, declarações, afirmações, decorrentes do debate entre as delegações em torno do problema ora discutido. Esses debates versam sobre a aprovação ou não das resoluções levantadas contra o Iraque para conter a crise e reverter a invasão no Kuwait e produzem evidências empíricas de como cada delegação está a se associar ou se distanciar umas das outras.

Assim, quando a CHD é operacionalizada, a técnica produz-se uma variedade de segmentos de textos que impõem a necessidade de seguir critérios para selecionar as peças de evidência que devem compor o dendrograma. Esses critérios são dois: (i) um objetivo, referente ao p-valor $<0000,1$, que elimina palavras que não estão diretamente associadas à respectiva classe; e (ii) um subjetivo, vinculado à interpretação da palavra com o segmento de texto correspondente à sua classe.

Por sua vez, ao operacionalizar a AFC, o plano cartesiano produzido deixa evidente, porque visualmente mais didático, como as delegações se aproximam ou se distanciam umas das outras em torno do que está a ser discutido durante o processo de aprovação das Resoluções.

Com esse dado, a associação por proximidade e intensidade entre os termos produzidos pelas delegações torna possível verificar a correlação entre as ideias e interesses dos atores envolvidos no debate.

Importa observar que dos 30 *voting records* encontrados, são mobilizados 12⁵¹(40%), porque são esses documentos que estão relacionados diretamente com a votação das resoluções pertinentes ao período de 02 de agosto de 1990 a 29 de novembro de 1990. Destarte, a seguir, o Quadro 8, referente aos *voting records*, identifica o documento e os votos dados por cada delegação; enquanto o Quadro 9, referente as resoluções, apresenta a pautas de votação relacionadas à crise.

Quadro 8 - Resoluções e Voting Records da Guerra do Golfo (1990)

Data	Resolução	Voting Record	Voto		
			A favor	Abstenção	Contra
02.08.1990	660	S/PV.2932	14	0	0
06.08.1990	661	S/PV.2933	13	2 Cuba, Iêmen	0
09.08.1990	662	S/PV.2934	15	0	0
18.08.1990	664	S/PV.2937	15	0	0
25.08.1990	665	S/PV.2938	13	2 Cuba, Iêmen	0
13.09.1990	666	S/PV.2939	13	0	2 Cuba, Iêmen
16.09.1990	667	S/PV.2940	15	0	0
24.09.1990	669	S/PV.2942 ⁵²	15	0	0
25.09.1990	670	S/PV.2943	14	0	1 Cuba
29.10.1990	674	S/PV.2951	13	0	2 Cuba, Iêmen

⁵¹ Dado o objetivo da pesquisa, um critério inicial para análise é a presença dos EUA dentro desses documentos. Por isso, o *voting record* S/PV.2950 está ausente da análise.

⁵² O *voting records* referente à Resolução 669, o S/PV.2942, não apresenta os *statements* das delegações que compõem o Conselho de Segurança para que os dados possam ser mobilizados pela AAC. Para mais, o documento está disponível em: <https://undocs.org/en/S/PV.2942>

28.11.1990	677	S/PV.2962	15	0	0
29.11.1990	678	S/PV.2963	12	1 China	2 Cuba, Iêmen

Fonte: Elaboração própria (2021)

Quadro 9 - Resoluções contra o Iraque até a Operação Tempestade no Deserto (1990)

Res.	Conteúdo
660	Condenação da a invasão iraquiana; exigência da retirada incondicional e imediata das forças iraquianas do Kuwait;
661	Aplicação de um regime de sanções econômicas; menção ao Artigo 51 da Carta;
662	Declaração de “nulo e sem efeito” o ato de anexação do Kuwait pelo Iraque;
664	Condenação do uso de reféns como escudos humanos, do fechamento de embaixadas kuwaitianas e da remoção da imunidade de diplomatas;
665	Ampliação das sanções da Res. 661, especificamente contra o transporte marítimo; Autorização o uso mínimo de força para impor as sanções
666	Reafirmar a Convenção de Genebra para Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra; determinação da necessidade humanitária urgente de fornecer alimentos ao Iraque e Kuwait;
667	Condenação do Iraque por “atos agressivos”; Demanda do Iraque a garantia de proteção, segurança e liberdade de funções do corpo diplomático e consular de outros países;
669	Criação do Comitê de Sanções para examinar assistência de provimentos, sob base do Art. 50 da Carta;
670	Limitação do acesso ao espaço aéreo iraquiano e kuwaitiano ou mesmo sobrevoar ambos os territórios, salvo autorizado pelo Conselho de Segurança
674	Exigência do cessar da tomada de reféns civis e pessoas de outros Estados, bem como a garantia de acesso a água, alimentos e serviços básicos aos kuaitianos e cidadãos de terceiros Estados; Reivindicação de compensação financeira
677	Condenação das tentativas do Iraque de alterar a composição demográfica do Kuwait e a destruição dos registros civis kuwaitianos
678	Ultimato para o Iraque cumprir todas as resoluções até 15 de janeiro de 1991, quando o CS autoriza utilizar todos os meios necessários para tratar do conflito, inclusive o uso de força militar

Fonte: Elaboração própria e a partir de BRECHER (2008)

Com a posse desses documentos, é então apresentado na análise um quadro com a relação entre os dados obtidos. Nesse quadro estão presentes as Classes de palavras e as respectivas delegações, bem como as evidências selecionadas como representantes dos atos de falas que estão nos *statements* das delegações no processo de votação das resoluções.

Disso posto, importa reiterar que, independentemente do nível de complexidade da técnica operada com o IRAMUTEQ, os resultados só podem ser analisados a partir de uma interpretação teoricamente orientada e em função do contexto em que os atores estão inseridos. Somente assim é possível produzir inferências a partir das evidências encontradas (CAMARGO; JUSTO, 2013 a; 2013b; 2018).

3 UM PONTO DE ENCRUZILHADA: O FINAL DA GUERRA FRIA

Depois de 30 anos do fim da Guerra Fria ainda não é possível uma interpretação pacífica sobre o que foi observado naquele contexto e quais reverberações atingem o atual momento da política internacional. Ainda permanecem relativamente atuais as dúvidas que permearam o mundo acadêmico e político naquele momento, quando o *débaçle* da União Soviética faz surgir um mundo com uma única superpotência (CRUZ, 2012).

Desde essa perspectiva, esse capítulo trabalha o primeiro objetivo específico da pesquisa: contextualizar o período final da Guerra Fria. Destarte, busca responder as perguntas que seguem abaixo, com o intuito de auxiliar o aspecto descritivo do argumento desenvolvido para a investigação. Nesses termos, indaga-se: (i) Qual a característica do sistema internacional que emerge no transcurso do fim da bipolaridade? E qual papel e interesses dos Estados Unidos nesse novo cenário?

As respostas à essas indagações estão inseridas em uma reflexão sobre a política externa dos Estados Unidos para um período da política internacional que ainda é permeado por características da Guerra Fria, mas, que a linguagem utilizada não tem funcionalidade (MEAD, 2006, p. 366). Dentro desse aspecto, uma dessas características é o fato de os EUA construírem ameaças contra as quais sua política externa é direcionada e por meio das quais desenvolve seu papel nas relações internacionais.

Dessa reflexão, sabe-se que o cenário internacional da Guerra Fria, que permitia a fácil identificação de um inimigo e a relativa estabilidade para a atuação das duas superpotências (WALTZ, 2002; MEAD, 2006; DINIZ, 2007), não existe mais no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Ao contrário, o cenário internacional que transita de um período a outro é construído a partir de Estados que desenvolvem papéis semelhantes, mas em um contexto diferente, o que implica uma maior possibilidade de crises na política internacional (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993).

Nesse contexto, é possível avaliar o que o então Presidente dos Estados Unidos, George Bush, denomina como uma “Nova Ordem Mundial” e entender como é operada a política externa que utiliza discursos como ferramentas para a construção de ameaças e se depara com um problema de ordem operacional: sem um contexto, como construir ameaças? A percepção desse problema e sua solução tem como *case* de análise a Guerra do Golfo e é por meio dela que a pesquisa busca operar todo o aporte teórico e metodológico desenvolvido nos primeiros

capítulos dessa pesquisa. Por isso, importa contextualizar o cenário em que a Guerra do Golfo ocorre.

O período que vai de 9 de novembro de 1989, da queda do Muro de Berlim, até 26 de dezembro de 1991, com o colapso da URSS, é um momento da política internacional em que está presente um dos eventos mais importantes das relações internacionais contemporâneas desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Este evento produz uma das maiores transformações das relações de poder que estruturaram o cenário internacional por quase 50 anos. O fim da Guerra Fria, portanto, se constitui como um ponto de inflexão das relações internacionais contemporâneas (KRAUTHAMMER, 1990/1991; GADDIS, 1991; LAYNE, 1993; POSEN e ROSS, 1996-1997; BUZAN, 1997; WOHLFORTH, 1999; NYE JR, 2002, 2004, 2012; ART, 2004; FIORI, 2004; HERMANN; LEBOW, 2004; AYERBE, 2005; BRZEZINSKI, 1998; 2007; HALLIDAY, 2007; BROOKS e WOHLFORTH, 2007; SAINT-PIERRE, 2007; LEBOW, 2010; PECEQUILO, 2013; CRUZ, 2014; ANDERSON, 2015; BANDEIRA, 2017).

Esse ponto de inflexão é descrito como um *big bang* que cria um novo universo político. A metáfora de um *big bang* serve para observar que esse evento cataclísmico é observado a partir de duas propriedades: (i) a magnitude de mudança em relação ao momento ou prática que o antecede; e (ii) a dificuldade de reverter o evento, dados os prejuízos materiais e políticos de um reordenamento institucional (HERMANN; LEBOW, 2004).

Nesses termos, como um ponto de inflexão, o fim da Guerra Fria, faz com que a política internacional deixe de ser observada a partir do conflito político-ideológico entre Capitalismo e Comunismo, e geopolítico, entre Leste x Oeste, para ser observada pelo embate entre o Ocidente e Oriente. Nesse momento, capacidades materiais deixam de ser a única ameaça à segurança dos EUA, que passa a observar símbolos, identidades, culturas e civilizações como novas ameaças à sua segurança e interesses (GADDIS, 1991; TUATHAIL; AGNEW, 1992; HUNTINGTON, 1998).

Sintetizado a partir do olhar da superpotência, esse momento histórico começa a ser construído pela máxima de Francis Fukuyama de 1992, quando declara “o fim da história”. Essa declaração, que expressa o imediato pós-Guerra Fria, serve como representação do que é lançado como um período de relativa paz e prosperidade, quando o capitalismo, como sistema econômico, e o liberalismo, como ideal político, se colocam como vencedores do embate político-ideológico orquestrado durante a Guerra Fria.

Todavia, ao mesmo tempo, que o fim da Guerra é enaltecido diante de uma dita vitória do mundo liberal contra a ameaça comunista, o novo período “(...) não traz o fim das ameaças, mas sim uma difusão delas [, de modo que] não se pode mais apontar plausivelmente para uma

única fonte de perigo (...)” (GADDIS, 1991, p. 113). Nesse sentido, o fim da Guerra Fria é um período em que a ascensão de *novas ameaças*, sejam elas estatais ou não-estatais, atreladas à seara de segurança ou não, não são mais identificadas com o comunismo soviético e passam a ser localizadas também fora dos limites do controle do Estado (BUZAN; HENSEN, 2012). De tal forma, uma variedade de atores passa a ser identificados como ameaças.

Diante de tal alargamento e fluidez, a noção de ameaça passa abranger critérios comportamentais específicos que podem ser identificados, categorizados e classificados como ameaça à segurança não só dos EUA, mas de toda a comunidade internacional (MESQUITA, p. 113). Por isso, nesse novo contexto, em que não há a rivalidade gerada pela URSS, tampouco um inimigo comum a ser combatido, duas características são observadas: (i) um momento de *vácuo de ameaças* e (ii) um momento de relativa paz e estabilidade.

Com essas características, o cenário internacional é palco para a construção de um poder verdadeiramente global (BRZEZINSKY, 1998). Uma superpotência cujo papel é referenciado como *líder global* ou como uma *nação indispensável* ao desenvolvimento das relações internacionais, da economia global e da manutenção de uma comunidade política arraigada nos valores que foram aclamados como vencedores da Guerra Fria. Ao fim de dezembro de 1991, os EUA emergem, então, como a primeira e única superpotência, como um Estado com um poder verdadeiramente global (KRAUTHAMMER, 1990-1991; GADDIS, 1991; RUSSETT, 1993; HUNTINGTON, 1999; WOHLFORTH, 1999; FIORI, 2004; PECEQUILO, 2013; ART, 2004; AYERBE, 2005; MEAD, 2006; BRZEZINSKY, 2007; SAINT-PIERRE, 2007; CRUZ, 2014; NYE JR, 1990, 2002, 2004, 2012; ANDERSON, 2015; BANDEIRA, 2017).

Esse contexto passa então ser analisado a partir da construção de uma política externa caracterizada pelo papel de preponderância ou primazia desenvolvida pela política externa dos EUA. Esse papel é entendido como a habilidade do Estado em garantir sua segurança, perseguir seus interesses e moldar o ambiente internacional em função dos seus interesses e valores. No caso em tela, esse papel é desempenhado de tal forma que permite Huntington (1993, p. 82) afirmar que “a manutenção da primazia dos EUA é importante para o mundo, bem como para os Estados Unidos⁵³” e que a segurança de um implica, necessariamente, a segurança de outro.

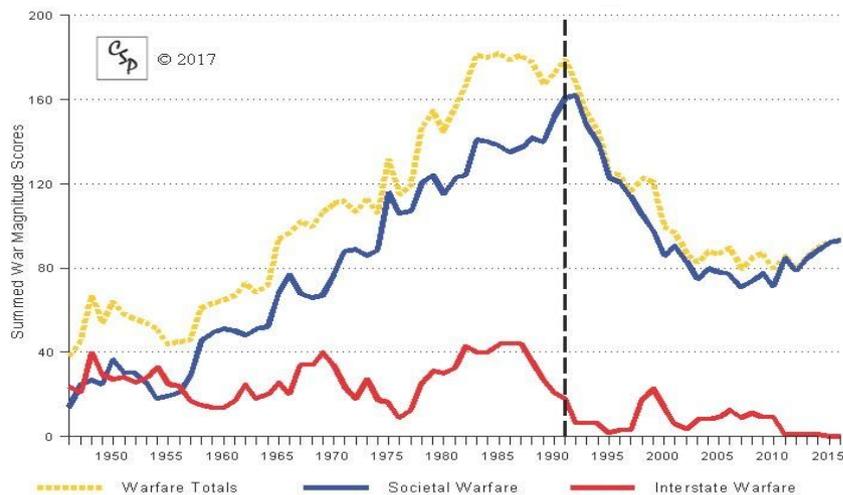
Dado o desenvolvimento desse papel pelos EUA, o cenário internacional do imediato pós-Guerra Fria é caracterizado ora como *unipolar* (WOHLFORTH, 1999), ora como *momento unipolar* (KRAUTHAMMER, 1990-1991), ora como *ilusão unipolar* (LAYNE, 1993), ora como *fase uni-multipolar* (HUNTINGTON, 1999). Em cada uma dessas denominações há uma

⁵³ The maintenance of U.S. primacy matters for the world as well as for the United States

visão legitimadora da nova ordem internacional que desacredita alternativas ao capitalismo e à ordem liberal liderada pelos EUA (AYERBE, 2005).

Destarte, com as duas características acima mencionadas, um momento de *vácuo de ameaças* e de relativa paz e estabilidade, são identificados dois resultados no imediato pós-Guerra Fria. O Gráfico 2 apresenta as evidências de (i) um forte declínio dos conflitos interestatais e ascensão dos conflitos intraestatais, atrelados às novas ameaças. Ao mesmo tempo é possível observar no Gráfico 3 (ii) uma maior atuação do Conselho de Segurança da ONU, a partir da quantidade de Resoluções aprovadas para tratar desses conflitos.

Gráfico 2 - Conflitos Armados (1946-2016)

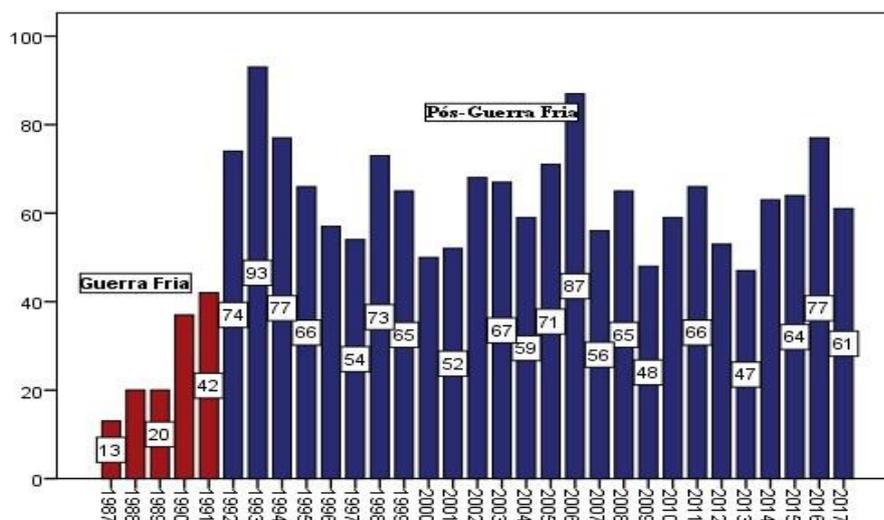


Fonte: Integrated Network for Societal Conflict Research (INSCR)/Center for Systemic Peace (CSP)⁵⁴ (2017)⁵⁵

⁵⁴ Esse é um *think tank* localizado nos Estados Unidos, fundado em 1997, que trabalha com o problema da violência política. Um dos seus marcos é a formulação do Polity IV, uma base de dados para mensurar os regimes políticos ao redor do mundo. Para mais vide: www.systemicpeace.org/

⁵⁵ <http://www.systemicpeace.org/CTfigures/CTfig03.htm>

Gráfico 3 - Número de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (1987-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir de Security Council Resolutions⁵⁶ (2018)

É diante desse cenário que a visão legitimadora da nova ordem internacional conclama a supremacia de uma hegemonia pautada em um sistema de alianças e coalizões que se espalha pelo mundo (BRZEZINSKY, 1997; IKENBERRY, 2001) ou de um “Império benevolente” (KAGAN, 1998), em que o poder da superpotência é exercido sem fronteiras. Como característica desse cenário, a atuação de organizações internacionais se dá em conformidade com o papel que a potência hegemônica protagoniza, notadamente em função do exercício do seu *hard* e *soft power*, traduzidos pela supremacia econômica, tecnológica, geopolítica, cultural e, especialmente, militar (WOHLFORTH, 1990; HUNTINGTON, 1993; 1999; LAYNE, 1993; BRZEZINSKY, 1998; NYE JR, 2002, 2004, 2012; KRAUTHAMMER, 1999).

Conquanto, essa supremacia é exercida a partir de uma estratégia que não se pauta necessariamente em uma atuação agressiva, nem a partir de medidas preventivas para suprimir a emergência de novos grandes atores. A Grande Estratégia dos EUA para o período que nasce é de persuadir atores emergentes a um cenário em que os ganhos absolutos, sob sua preponderância, são mais vantajosos do que os ganhos relativos de um cenário multipolar (MEAD, 2006). Sob essa estratégia preserva-se “o *status quo* da Guerra Fria mesmo que a Guerra Fria tenha acabado⁵⁷” (LAYNE, 1993, p. 7, grifo nosso).

Essa supremacia é desenhada a partir de três pilares, (i) estrutural, (ii) institucional e (iii) ideológico, que correspondem, segundo Nye Jr (2002 *apud* PECEQUILO, 2013, p. 5), ao *hard* e *soft power*, e que colocam os Estados Unidos em uma posição de destaque no sistema

⁵⁶ Para acesso aos dados visite: <https://www.un.org/securitycouncil/content/resolutions-0>

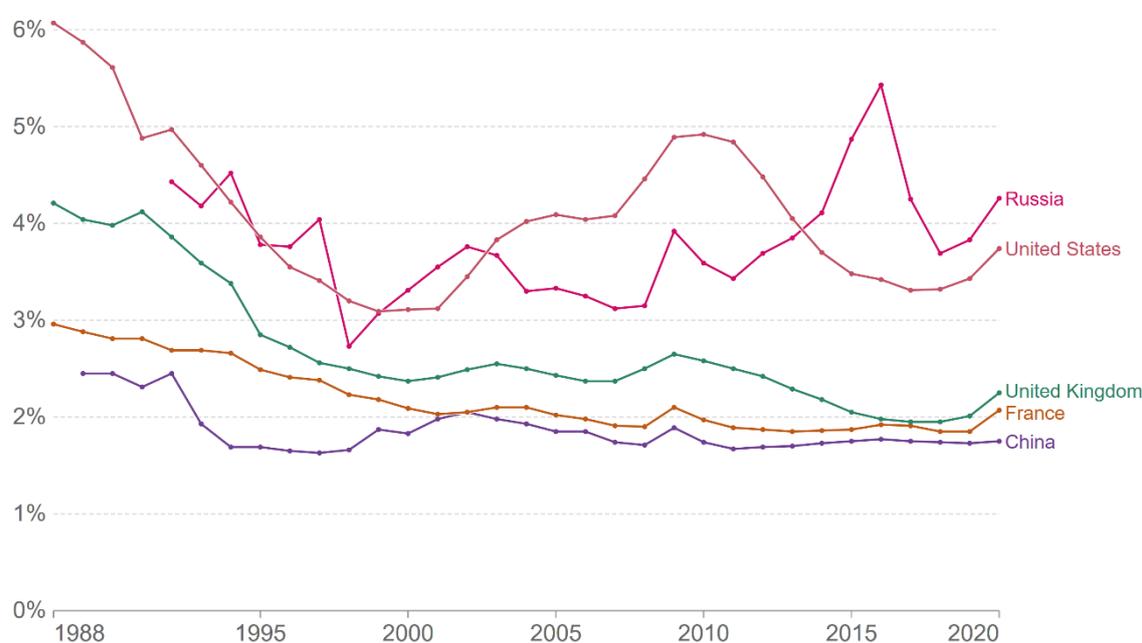
⁵⁷ the Cold War status quo, even though the Cold War is over

internacional. Essa posição é de uma “superpotência solitária” (HUNTINGTON, 1999), cujos pilares são o poder econômico e militar, que possibilita o engajamento em qualquer crise política ao redor do mundo, conforme julgar pertinente aos seus interesses vitais.

Como evidência desse argumento são apresentados a seguir uma série de dados que pesam a importância do fator militar como condição necessária ao papel que os EUA desenvolvem durante esse período. Destarte, o Gráfico 4 e o Quadro 10⁵⁸ apresentam, respectivamente, o montante do Dispendio em Defesa e sua percentagem em função do PIB referente aos países que detêm assento permanente no Conselho de Segurança da ONU no período de 1988 e 2016⁵⁹.

Da análise desse gráfico observa-se que, apesar da redução durante o início da década de 1990, há um hiato entre esses países. É esse hiato entre as capacidades dos principais atores que faz com Nye Jr (2002, p. 45) conceba a plausibilidade dessas características ser a fonte de paz e estabilidade para o contexto. Além disso, com a manutenção desse nível de despesas militares no mundo, observado no Gráfico 5, o hiato de poder permite uma maior envergadura de ação por parte dos Estados Unidos, especialmente durante toda a década de 1990.

Gráfico 4 - Gastos em Defesa dos membros-permanentes do CSONU, 1988-2020



Fonte: Elaboração a partir de SIPRI (2020) e Ourworldindata (2023).

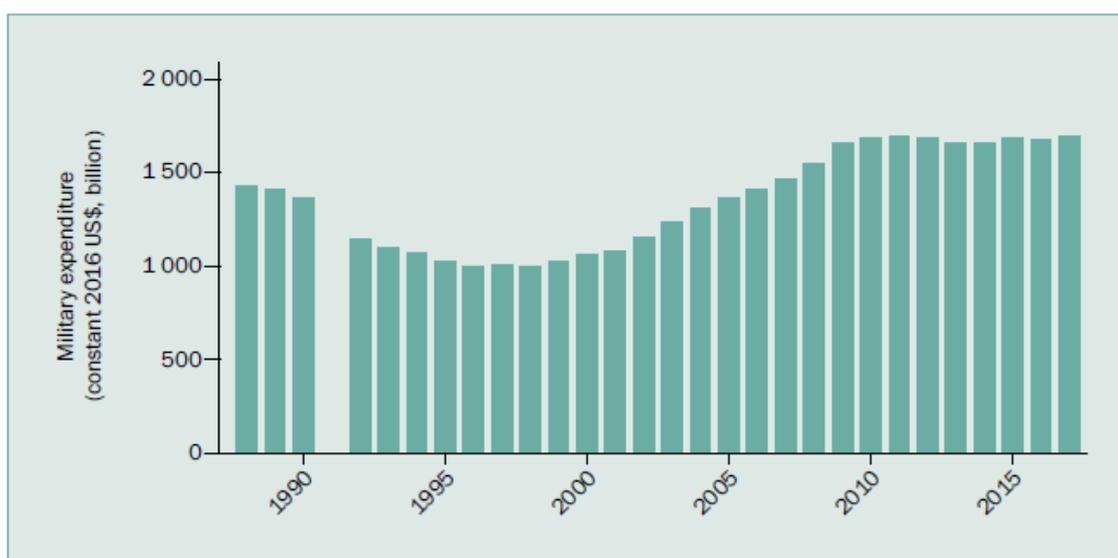
⁵⁸ Para mais vide: https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?name_desc=false

⁵⁹ O marco final de 2016 decorre de que, nos primeiros momentos da pesquisa, havia o objetivo de modelar um estudo comparativo que envolvesse quatro governos estadunidenses, porém não foi possível concretizar.

Quadro 10 - Dispendio em Defesa x PIB dos Países membros-permanentes do CSONU

Estado	Dispendio anual (% PIB)			
	1988	1989	1990	1991
EUA	6,07%	5,87%,	5,06%,	4,88%;
URSS	-	-	-	-
China	-	2,44%	2,45%	2,31%
França	2,96%	2,88%	2,8%	2,81%
Inglaterra	4,21	4,04	3,98	4,11

Gráfico 5 - Oscilação das Despesas Militares no Mundo (1988-2017)

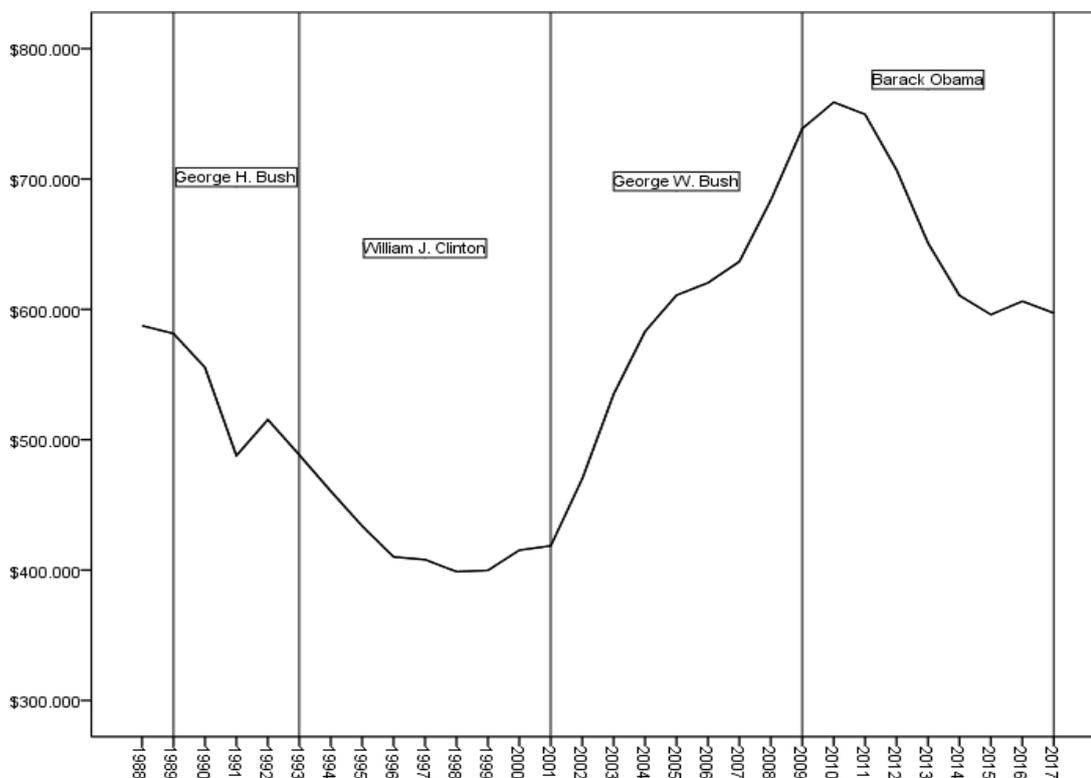


Fonte: Trends in World Military Expenditure (SIPRI, 2018)

Dada a possibilidade para um maior engajamento na política internacional em nome do que considera seus interesses vitais, é possível observar e estabelecer uma relação com os gastos de Defesa⁶⁰ de cada administração estadunidense. Nesses termos, o Gráfico 6 apresenta a oscilação desses gastos em Defesa por governo que se sucede no comando dos EUA, a partir do final da Guerra Fria, com George Bush, seguido pela administração de Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama.

⁶⁰ Como não é objetivo dessa pesquisa, na categoria “Gastos” não está discriminado o que é referente à segurança interna, reposição de equipamentos ou adição à capacidade militar. De tal forma, abarca os gastos militares em seu conjunto

Gráfico 6 - Gastos em Defesa por Governo dos EUA (1989-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir de SIPRI (2018).

* Os valores estão em US \$ milhões, a preços constantes e taxas de câmbio de 2015

Da análise desses dados e com a observação de cada contexto histórico, verifica-se que os gastos em defesa no período de transição da Guerra Fria para o pós-Guerra Fria possui uma oscilação negativa, com um momento de repique, que pode ser explicada em razão do contexto. Nesses termos e em função do gráfico acima, é possível fazer as seguintes considerações:

- (i) Enquanto a retórica do governo de George Bush salienta a importância dos EUA no momento pós-Guerra Fria, o seu investimento em capacidades militares apresenta um considerável declínio, com uma relativa oscilação positiva apenas em meados de 1990 até 1992, no período da Guerra do Golfo;
- (ii) Durante praticamente toda a década de 1990, nas administrações de Bill Clinton, o gasto em Defesa sofre uma redução considerável, especialmente quando comparado com outros momentos históricos. A oscilação positiva ocorre no período da Guerra do Kosovo, quando os Estados Unidos passam a ter um maior destaque naquele conflito;

- (iii) Em 2001, depois do ataque terrorista ao World Trade Center, o gasto em defesa sofre uma forte oscilação positiva que marca toda a administração Bush II, especialmente quando é colocado em evidência a Doutrina Bush e a Guerra ao Terror.
- (iv) A administração Obama mantém brevemente essa oscilação positiva em gastos em Defesa, dada a continuidade da Guerra ao Terror até a captura de Osama Bin Laden, com ápice em 2011, na Guerra da Líbia. Após essa ascensão, os gastos começam a ser reduzidos, notadamente em função do processo lento e paulatino de retirada das forças militares do Iraque.

Dessas considerações observa-se que a oscilação observada nos gastos em Defesa está correlacionada ao contexto histórico e à identidade que os Estados Unidos passam a construir para si e sobre os outros. O objetivo é representar um papel em função de suas capacidades e dos atributos de uma política externa pautada pelo internacionalismo liberal (MEAD, 2006).

Ademais, dentro dessa lógica argumentativa é possível assertar que: (i) no momento histórico pertinente ao final da Guerra Fria, a política externa dos EUA, pautada pela lógica de segurança de contenção da URSS, não é mais instrumental; (ii) a Guerra do Golfo se coloca como um evento decisivo para projetar e testar o papel a ser desempenhado pelos EUA em um novo momento das relações internacionais; (iii) com a ONU a desempenhar uma atividade mais incisiva, sem os antigos obstáculos da Guerra Fria, a atuação dos Estados Unidos passa a ser mais seletiva; assim (iv) os EUA passam, então, a engajar-se em regiões e espaços considerados vitais aos seus interesses para consolidar sua posição internacional, sem que necessariamente o recurso à guerra seja um atributo para demonstração de poder.

Destarte, com base nessas quatro assertivas e em função do contexto histórico, entender o papel que os Estados Unidos desenvolvem perpassa compreender o processo decisório em política externa. Esse processo envolve um contexto, fatores materiais e ideacionais e atores com diferentes níveis de habilidade, autoridade e capacidade decisória. Devido a isso, as unidades de análise que perfazem a construção da política externa dos EUA podem ser identificadas a partir da relação entre os três tipos de UDF que Hermann e Hermann (1989) concebem como fontes para a produção de política externa, a lembrar: o Líder Predominante, o Grupo Simples e a Coalizão de atores autônomos inseridos na própria burocracia estatal.

Ciente disso, importa reiterar que a identificação da UDF para a produção de política externa envolve uma complexidade que muitas vezes é difícil de ser indubitável. Todavia, a

análise do contexto de crise e o exercício das técnicas de *process tracing* combinada com a ACA tornam possível fazer considerações mais incisivas.

Assim, ao finalizar o primeiro objetivo desse capítulo – (i) contextualizar o imediato pós-Guerra fria – a pesquisa passa a descrever o evento-chave da análise, a Guerra do Golfo de 1990-1991. Com a descrição do contexto que circunscreve o evento é possível encontrar evidências para identificar o papel das UDFs e inferir a arquitetura de escolhas com a qual esses atores têm que lidar para tomar decisões em um momento de crise e escolher percorrer ou não o caminho para a guerra.

Por isso, a próxima seção analisa o contexto histórico que envolve a Guerra do Golfo de modo a descrever o percurso entre a invasão iraquiana até a Operação Tempestade no Deserto e identificar as condições necessárias que levaram ao exercício da guerra na região do Golfo Pérsico.

4 A GUERRA DO GOLFO REVISITADA (1990-1991): UMA ANÁLISE MULTINÍVEL

A Guerra do Golfo é um conflito interestatal que ocorre entre 02 de agosto⁶¹ de 1990 e 28 de fevereiro de 1991. É um dos eventos mais importantes do período pós-Segunda Mundial pois envolve a principal superpotência em um cenário de relativa incerteza (HALLIDAY, 1994). Além disso, está localizado, historicamente, em um ponto de inflexão que é o fim da Guerra Fria, o que auxilia a compreensão do processo decisório da política externa dos EUA para o pós-Guerra Fria (BRECHER, 2008).

Com essas características, a Guerra Golfo assume a importância de condição necessária para entender o comportamento dos Estados Unidos para o período pós-Guerra Fria. Dada o cenário de ascensão da unipolaridade, os EUA estão diante de um momento em que passam a exercer um papel tripartite nas relações internacionais, o de liderança, polícia e de estabilizador da política internacional. Dessa maneira, é a Guerra do Golfo que fornece as peças de evidências que auxiliam a análise do processo decisório por trás da construção da política externa dos EUA e de como ela é projetada nos discursos do Presidente e de sua delegação no CSONU para construir a identidade desse novo papel para um novo contexto (NYE, 1990; BROOKS e WOHLFORTH, 2007; BRECHER, 2008; HENRIKSEN, 2007; CRUZ, 2012),

Todavia, a complexidade causal que envolve esse evento faz com que as peças de evidências possam ser remetidas à Primeira Guerra Mundial. Para dirimir esse problema e a possibilidade da pesquisa se enveredar em um *loop infinito* em busca das causas das causas (LEVY, 2003), a investigação se atém as causas históricas imediatas do conflito localizadas após a Guerra Irã-Iraque.

Outrossim, o problema de pesquisa e o evento analisado reivindicam um modelo de análise multinível. Esse modelo acompanha a premissa de Matthews (1993) e Brecher (2008) ao conceber que os fatores explicativos da Guerra do Golfo podem ser analisados conforme discutido na seção referente à APE dessa tese, quando é salientado a multicausalidade e complementaridade entre os níveis de análise para a Guerra do Golfo. Por isso, a interação entre esses níveis é considerada parte integrante do argumento que ultrapassa a dúvida razoável sobre o encadeamento causal do evento em tela.

⁶¹ Importa frisar aqui que a datação histórica descrita nessa etapa da pesquisa corresponde ao local do evento. Ou seja, é pertinente às datas do Oriente Médio. Essa ressalva se preocupa com o fato de que há literatura que ao invés de datar a invasão do Iraque no dia 02 de agosto, data no dia 01 de agosto. Além disso, nos relatórios vinculados aos discursos e entrevistas de Bush, a data de 01 de agosto também é referente ao dia da invasão

Com essa estrutura argumentativa, a proposta pertinente aos objetivos específicos desse capítulo: (ii) identificar as condições necessárias que levam o Iraque a invadir o Kuwait e (iii) descrever o percurso entre a invasão iraquiana até a Operação Tempestade no Deserto, é trabalhada em três subseções.

A primeira desenvolve um conteúdo histórico-descritivo, por meio do qual são identificados os momentos-chave que antecedem o conflito e as evidências históricas que afetam a percepção dos líderes e tomadores de decisão. A segunda subseção observa como os Estados Unidos se comportam no caminho para a guerra. Nesse momento, emprega-se o método de ACA para avaliar o papel do Presidente estadunidense diante da crise. Na terceira subseção, analisa-se o papel da delegação dos EUA na sua interação com os países-membros no CSONU. É nesse momento que o argumento da tese é testado a partir da ACA.

Com esse esquema do capítulo importa agora uma imersão histórico-descritiva do evento para investigar as evidências que permitam entender o porquê líderes tomaram as decisões que levaram os Estados da região a um ponto que não fosse a guerra, de tal modo a envolver a principal superpotência, os EUA.

4. 1 PRELÚDIO À TEMPESTADE: CAUSAS IMEDIATAS DA GUERRA DO GOLFO

A Guerra do Golfo de 1990-1991 ocorre como um processo com duas fases distintas. Na primeira fase o conflito não é físico. A interação entre os atores ocorre a partir de palavras e discursos operados através de meios não-violentos como a negociação, sanções diplomáticas e econômicas e mesmo as Resoluções do CSONU. A primeira fase do conflito é dirigida em função desses recursos, porque nessa fase impera um momento em que a crise é administrada sem que a inevitabilidade da guerra estivesse clara, devido ao ato belicoso atrelado à invasão iraquiana ao território kuwaitiano.

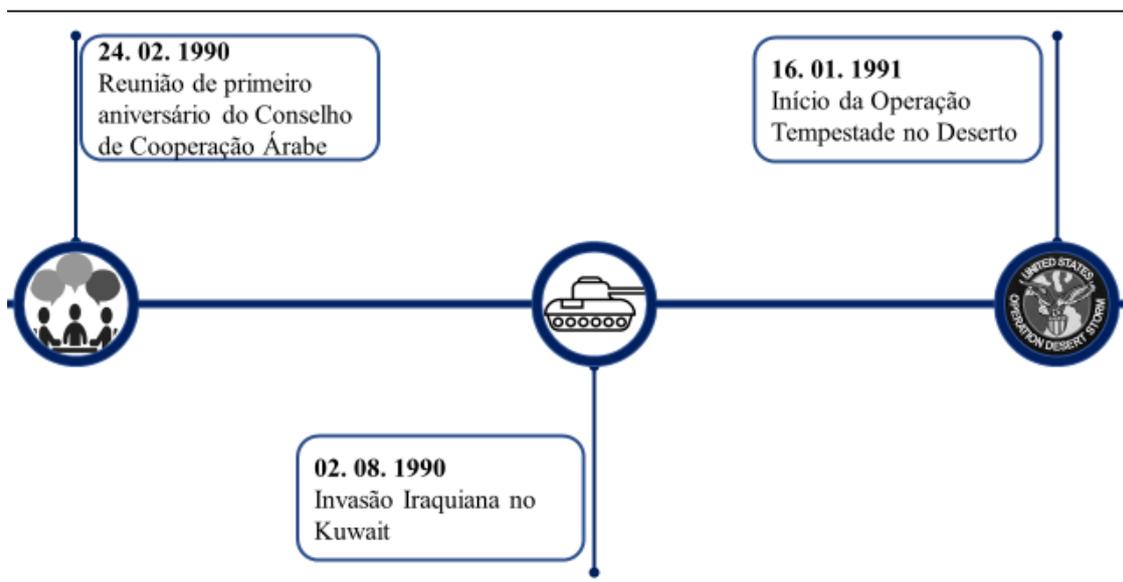
Essa primeira fase é denominada na pesquisa como *O prelúdio à tempestade*. Ela é analisada como a representação de um contexto específico que antecede o conflito propriamente dito. Nessa fase são investigados e identificados os momentos-chave que fazem com que os atores percorram o caminho para a guerra. Ela dura quase 12 meses e é central para a pesquisa porque além da identificação das evidências históricas, permite o exercício analítico que envolve a complementaridade multinível de APE.

Destarte, são identificados três momentos-chave para essa fase (WALKER, G., 1991; MATHEWS, 1993; SALINGER, 1995; KHADDURI; GHAREEB, 2001; FINLAN, 2003; HENRIKSEN, 2007; BRECHER, 2008; STEWART, 2010):

- (i) A reunião de primeiro aniversário do Conselho de Cooperação Árabe (CCA), em 24 de fevereiro de 1990;
- (ii) A invasão iraquiana no Kuwait, em 02 de agosto de 1990; e
- (iii) O início da Operação Tempestade no Deserto, a coalizão liderada pelos EUA para libertar o Kuwait, em 16 de janeiro de 1991, quando a guerra *de facto* começa.

Em que pese esses momentos-chave, a linha do tempo da Figura 14 tem o objetivo de demarcação didática desse período:

Figura 14 - 1ª Fase da Guerra do Golfo: o prelúdio à tempestade



Fonte: Elaboração própria (2020)

Ao pesar desses momentos, observa-se que eles não podem ser tomados como suficientes para compreender a crise. Dessa maneira importa identificar as evidências que tornam esses momentos como condições necessárias para compreender a decisão de Bagdá para invadir o Kuwait e de Washington em liderar uma coalizão para libertar o Kuwait. Com essa tarefa, a pesquisa desenvolve a descrição do percurso histórico de cada um desses três momentos-chaves.

Destarte, conforme a Figura 14, a decisão de invadir o Kuwait não ocorre de maneira imediata, mas como um processo que se inicia quase seis meses antes da invasão, em **24 de**

fevereiro de 1990⁶². Essa data marca a reunião de primeiro aniversário do Conselho de Cooperação Árabe – também chamado de Conselho de Cooperação do Golfo – com Egito, Jordânia e Iêmen. Nessa data, quando o Iraque preside o Conselho, Saddam Hussein discursa contra qualquer influência ou ingerência de países estrangeiros na região do Golfo (SALINGER, 1995; KHADDURI; GHAREEB, 2001; FINLAN, 2003; BRECHER, 2008; YETIV, 2008).

Esse discurso irrita o principal aliado dos EUA na região, o Egito, e faz com que Husni Mubarak, o líder egípcio, se retire do local. Porém, antes de sair, é convencido pelo rei da Jordânia, Husayn, a ter uma reunião privada com o presidente iraquiano (SALINGER, 1995). Segundo Salinger⁶³ (1995), nesse evento, Saddam reclama a Mubarak sobre o empréstimo de 30 bilhões de dólares que fez com o Kuwait e Arábia Saudita durante à Guerra contra o Irã e o consequente problema econômico decorrente desse empréstimo. Por causa desse problema, Saddam Hussein afirma estar a dar um passo em direção à retaliação, o que faz com Mubarak alerte-o sobre o perigo de criar um imenso problema na região.

Em 4 de março de 1990, Saddam Hussein, trilha o caminho para a retaliação e convoca uma reunião com o alto comando militar iraquiano para desenhar planos sobre o envio de tropas para a fronteira sul com o Kuwait.

Em 2 de abril, em um comunicado oficial na rádio iraquiana, o líder iraquiano refere-se às armas químicas produzidas por seus cientistas e alerta Israel de represália, caso tente qualquer ação contra Bagdá (YETIV, 2008, p. 69). Segundo Khadduri e Ghareeb (2001, p. 100, tradução livre), Saddam Hussein afirma que “fará o fogo consumir metade de Israel, se tentar fazer algo contra o Iraque⁶⁴” e “quem nos ameaçar com bombas atômicas será exterminado com armas químicas⁶⁵” (SALINGER, 1995, p. 597).

Tal discurso gera a repulsa de vários líderes mundiais, dentre eles George Bush. Muito embora, no dia seguinte, **em 03 de abril**, o presidente estadunidense relativiza a ameaça iraquiana fazer a seguinte declaração em entrevista⁶⁶: “(...) eu não tenho evidência de que tenha

⁶² Essa etapa da pesquisa é marcada pelo tracejamento histórico das evidências concernentes à crise que antecede a Guerra do Golfo. Por causa disso, opta-se por destacar em negrito as datas para facilitar, ao leitor, a compreensão linear dos acontecimentos.

⁶³ Conforme observado na página da Diretório Biográfico do Congresso dos Estados Unidos, Pierre Salinger foi um político vinculado ao Partido Democrata, mas também, ou principalmente, um jornalista investigativo que atuou como professor na faculdade de Mills College na Califórnia. Foi investigador no Senado americano, quando passou a servir como secretário de imprensa de John F. Kennedy até o governo de Lyndon Johnson. Também editor sênior e correspondente-chefe estrangeiro da ABC News. Com tal aporte possui influências e canais que lhes dão acesso a informações importantes para o momento histórico ora trabalhado.

Para mais vide: <https://bioguideretro.congress.gov/Home/MemberDetails?memIndex=s000016>

⁶⁴ will make the fire eat up half of Israel, if it ever tries to do anything against Iraq

⁶⁵ whoever threatens us with atomic bombs will be exterminated with chemical weapons

⁶⁶ Disponível em: <https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/1718>

havido qualquer ameaça⁶⁷ (...)” iraquiana sobre a posse e o uso de armas químicas contra Israel⁶⁸.

Em 15 de abril, em uma conversa reservada entre Shimon Peres, Primeiro-Ministro israelense, o general Whud Barak, chefe das forças militares israelenses, e um amigo de Salinger (1995), que o confidenciou a reunião, é informado que a ameaça de Saddam Hussein é um blefe – o seu plano não é atacar Israel, mas atentar contra o Kuwait, na fronteira sul iraquiana. Por isso, a disruptiva contra Israel não pode ser lida como um discurso meramente retórico, mas como um objetivo político de Saddam Hussein contra os Estados Unidos de um modo geral, e contra seus vizinhos especificamente, em especial o Kuwait (YETIV, 2008, p. 69).

Em maio, 21 monarcas árabes se reúnem em Bagdá, numa cimeira da Liga Árabe. Nessa reunião, Saddam Hussein passa a criticar enfaticamente o Kuwait e sua política econômica para o petróleo, acusa-o de afetar negativamente a segurança econômica iraquiana e o faz a partir do apoio estrangeiro dos Estados Unidos. Dentro desse cenário, a ameaça, a priori, econômica, passa a ser lida como um problema de segurança que reivindica uma atitude que o líder iraquiano diz ser inevitável (SALINGER, 1995; KHADDURI; GHAREEB, 2001, YETIV, 2008).

Em 25 de abril, como uma indicação para atenuar qualquer mal-entendido, George Bush envia uma mensagem a Saddam Hussein para marcar o fim do Ramadã. Nela manifesta esperança de que os laços de amizade entre Iraque e Estados Unidos possam gerar a paz e estabilidade no Oriente Médio (SALINGER, 1995). Tal manifestação, todavia, obscurece o que realmente está a caminho.

Em 30 de maio o Iraque acusa o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos de violar a quota de produção de petróleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), a fim de atingir os interesses vitais iraquianos na região. Para Bagdá, a relação entre aqueles países era pautada em uma lógica geopolítica que ia de encontro aos interesses iraquianos na região, além de expressarem a vontade de uma potência estrangeira (BRECHER, 2008; YETIV, 2008).

⁶⁷ I have no evidence that there's been any threat

⁶⁸ Apesar dessa relativização, horas depois e no mesmo dia, o Secretário de Imprensa da presidência dos EUA declara: “Tivemos agora a oportunidade de rever o texto do discurso proferido ontem pelo presidente iraquiano Saddam Hussein. O presidente considera as declarações sobre a capacidade do Iraque de armas químicas e sua ameaça a Israel particularmente deploráveis e irresponsáveis. Essas declarações podem apenas exacerbar as tensões e desestabilizar ainda mais esta região já volátil. O que é necessário no Oriente Médio não é uma retórica inflamada, mas passos concretos para livrar a região de armas químicas e outras armas não convencionais e avançar em direção à paz.” Para acessar vide: <https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/1715>

Em junho, o Centro de Inteligência Americano (CIA) alerta a Casa Branca de que uma guerra na região do Golfo pérsico é altamente possível (SALINGER, 1995). Com esse alerta, os eventos subsequentes passam a ter ainda mais importância no encadeamento causal que leva à decisão iraquiana de invadir o Kuwait, por isso importa observar com atenção o que ocorre na segunda semana do mês de julho.

Em 16 de julho, Tariq Aziz, então Ministro das Relações Exteriores do Iraque, chega a Tunísia para uma reunião da Liga Árabe com um memorando que é distribuído entre os presentes. Na reunião, antes de ler o documento, fala com o Ministro das Relações Exteriores da Jordânia, Marwan al-Qasmin, e afirma estar convencido de que alguns países estão engajados em uma conspiração contra o Iraque e que Bagdá não ficará inerte. Ao passo que é alertado por al-Qasim de que ele está a caminho de uma armadilha e, por isso, deve ter cuidado (SALINGER, 1995; KHADDURI; GHAREEB, 2001).

O memorando afirma que (SALINGER, 1995, p. 599):

O que tem motivado a presente nota é que nos encontramos, infelizmente, perante uma situação que, por causa da política do governo kuwaitiano, não apenas contradiz completamente os princípios nacionalistas que acabamos de mencionar, mas ameaça a sua própria essência. Embora sempre tenhamos insistido em relações fraternas sinceras e sempre tentado manter um diálogo com eles em todos os momentos, os líderes kuwaitianos se comprometeram, metódica e conscientemente, a prejudicar o Iraque. Tentando enfraquecê-lo no exato momento em que emergia de uma terrível guerra de oito anos, durante a qual, na opinião de todos os líderes, intelectuais e cidadãos árabes sinceros, incluindo os chefes dos Estados do Golfo, o Iraque defendeu a soberania do toda a nação árabe, especialmente, a dos países do Golfo, e, em particular, a do Kuwait⁶⁹

A partir desse trecho do documento observa-se um dado eloquente que apresenta os interesses iraquianos como se estivessem alinhados ao de todos os Estados da região em uma comunhão política de cooperação. Ao passo que Bagdá observa a disposição política de alguns jogadores desertarem diante de uma possível contenda internacional, para enfraquecer economicamente a posição iraquiana no tabuleiro geopolítico do Oriente Médio.

⁶⁹ What has motivated the present note is that we find ourselves, alas, faced with a situation that, because of the policy of the Kuwaiti government, not only completely contradicts the nationalistic principles we have just mentioned, but threatens their very essence. Although we have always insisted upon sincere fraternal relations and have always tried to pursue a dialogue with them at all times, the Kuwaiti leaders have undertaken, methodically and knowingly, to harm Iraq. Attempting to weaken it at the very moment when it was emerging from a terrible eight year war, during which, in the opinion of all sincere Arab leaders, intellectuals, and citizens, including the heads of the Gulf States, Iraq defended the sovereignty of the whole Arab nation, especially, that of the countries in the Gulf, and, in particular, that of Kuwait

Com essa leitura concebe-se que, apesar do Iraque identifica que “os árabes são uma nação⁷⁰” (KHADDURI; GHAREEB, 2001, p. 107), existem três diferenças centrais na sua relação com um país específico – o Kuwait:

- (i) Fronteiriça – apesar da demarcação de 1963, o Kuwait aproveita a Guerra Irã-Iraque para expandir seu território e firmar zonas militares e de segurança em solo iraquiano;
- (ii) Econômica – o Kuwait aumenta a sua quota de produção de barris de petróleo em detrimento da segurança econômica iraquiana; e
- (iii) Geopolítica – a falta de contribuição do Kuwait ao Fundo Árabe de Desenvolvimento. Esse fundo seria resultado da contribuição dos países produtores de petróleo em função da contribuição do Iraque para a autonomia da região na guerra Irã-Iraque (KHADDURI; GHAREEB, 2001; LEBOW, 2010, p. 152).

No dia seguinte, em **17 de julho**, essas diferenças passam a ser marcantes no discurso do líder iraquiano. Por ocasião do 22º aniversário da Revolução *Ba'th*, Saddam Hussein agradece as novas armas e confirma a eventualidade de uma nova guerra e que qualquer reação militar e econômica contra o Iraque não terá êxito. Em seu discurso, deixa claro seu descontentamento em relação a política de preço do petróleo kuwaitiano, a qual considera como sendo conscientemente elaborada para afetar a economia e a segurança iraquiana (SALINGER, 1995; KHADDURI; GHAREEB, 2001; BRECHER, 2008).

Diante de tal cenário, entende que não lhe resta alternativas, senão reestabelecer o que entende como estado correto dos negócios, bem como restaurar os direitos territoriais iraquianos (SALINGER, 1995; BRECHER, 2008). Assim, em **19 de julho**, as primeiras tropas são movimentadas em direção às fronteiras com o Kuwait e, uma tropa de quase 40.000 soldados resta em posição de alerta (FINLAN, 2003; BARBER, 2017).

Em entrevista à rede PBS⁷¹, anos após a Guerra do Golfo, Tariq Aziz, confirma as intenções observadas no discurso do líder iraquiano. Para tanto, diz:

No final de junho começamos a perceber que há uma conspiração contra o Iraque, uma conspiração deliberada contra o Iraque, pelo Kuwait, organizada, idealizada

⁷⁰

⁷¹ Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/aziz/1.html>

pelos Estados Unidos. Então, quando chegamos a essa conclusão, começamos a pensar em como reagir contra os futuros agressores no Iraque⁷².

Na mesma entrevista, salienta que a questão da fronteira com o Kuwait não era tão importante, apesar de haver algumas conversas sobre a temática. O fator determinante para a tomada de decisão em relação ao país vizinho decorre da questão econômica, vinculada às dívidas da Guerra contra o Irã e da política de preços do petróleo kuwaitiano, que, para Aziz, tinham objetivos políticos e de segurança, para abalar a projeção do Iraque na região.

Conforme Aziz:

Naquela época, demoramos dois anos para discutir os detalhes das fronteiras. Mas se demorou muito, não pensamos nisso como muito, muito sério e ameaçador, mas a situação de inundar o mercado com muito petróleo e provocar um colapso econômico no Iraque era uma ameaça séria⁷³.

Por isso, o Ministro concebe que a decisão de invadir o Kuwait é mais uma ação preventiva do que propriamente uma retaliação. Pela lógica de Aziz, um pequeno Estado como o Kuwait não teria capacidade para qualquer postura ameaçadora, o que o leva a conjecturar que um terceiro Estado – os EUA – atuava para dar sustentação à sua política de preço do petróleo. É dentro dessa lógica que assevera sua leitura do cenário: uma potência como os EUA, ao observar a decadência da URSS, precisa projetar poder em uma região para firmar sua posição em um novo cenário internacional que está a emergir.

Para Aziz,

os Estados Unidos, após o enfraquecimento da União Soviética, quando George Bush começou a se sentir o líder mais poderoso do mundo. Ele decidiu assumir esta região. Ele decidiu colocar a mão nas reservas de petróleo. Ele não poderia fazer isso totalmente com sucesso sem destruir o Iraque e destruir o poder militar do Iraque e remover essa liderança nacionalista e patriótica⁷⁴

Apesar dessa leitura, em **25 de julho**, em uma reunião entre Tariq Aziz, April Glaspie e o próprio Saddam Hussein, a diplomata e embaixadora dos EUA no Iraque, expressa

⁷² By the end of June we started to realise that there is a conspiracy against Iraq, a deliberate conspiracy against Iraq, by Kuwait, organised, devised by the United States. So when we came to that conclusion then we started thinking of how to react against the future aggressors on Iraq

⁷³ It took us two years at that time to discuss details of the borders. But if it took a long period we didn't think of that as very very serious and threatening but the situation of flooding the market with a lot of oil and bringing about an economic collapse in Iraq was a serious threat

⁷⁴ the United States, after the weakening of the Soviet Union, when George Bush started to feel that he's the most powerful leader in the world. He decided to take over this region. He decided to put his hand on the oil reserves. He couldn't do that successfully fully without destroying Iraq and destroying the military power of Iraq and removing this nationalist, patriotic leadership

admiração pelo líder iraquiano e pelos seus esforços para a reconstrução do Iraque. Contudo, não tece qualquer opinião que possa transparecer algum desacordo com Bagdá sobre os conflitos na região. Esse encontro ocorre um dia após a CIA informar a Casa Branca que Saddam Hussein emprega duas divisões em direção às fronteiras com o Kuwait (SALINGER, 1995; FINLAN, 2003; BARBER, 2017).

Na mesma reunião, Saddam Hussein expressa seu descontentamento diante da atual relação com os EUA e, segundo Khadduri e Ghareeb (2001), afirma não aceitar ameaças de ninguém. Sendo assim, aconselha os EUA a buscarem fazer novos amigos ao invés de aumentar o número de inimigos. Nas palavras do líder iraquiano: “Os Estados Unidos devem ter uma melhor compreensão da situação e declarar com quem desejam manter relações e quem são seus inimigos⁷⁵” (KHADDURI; GHAREEB, 2001, p. 111)

Em **26 de julho**, 30.000 mil soldados iraquianos estão na fronteira com o Kuwait. No dia seguinte, em **27 de julho**, a CIA envia fotos à Casa Branca com imagens a mostrar a concentração de homens e equipamentos na região. Em **30 de julho**, a CIA alerta sobre a aglomeração de 100 mil homens, o que inclui as tropas de elite da Guarda Republicana iraquiana, 300 a 350 tanques e 300 peças de artilharia pesada (YETIV, 2008; STEWART, 2010).

Mesmo ciente dessa mobilização, a administração de George Bush permanece em silêncio. Até o momento, o Pentágono não considera a possibilidade de um ataque iraquiano, pois entende que a ausência de um sistema de comunicações, artilharia e munições que pudesse incapacitar o Kuwait são fatores que desencorajam o intento iraquiano (SALINGER, 1995; SCHWAB, 2008; BRECHER, 2008)

Assim, **31 de julho** é um dia crítico. A convite do rei da Arábia Saudita, Fahd, Iraque e Kuwait são convidados para uma reunião de negociação que pudesse reduzir o impasse (KHADDURI; GHAREEB, 2001). No lado iraquiano, as negociações com o Kuwait e a Arábia Saudita, que têm o líder egípcio como mediador, além de confusas, resultam em um cenário em que ninguém se faz diplomático e hábil o suficiente para escutar, agir e evitar a guerra (SALINGER, 1995; BRECHER, 2008; FINLAN, 2003).

O resultado dessa reunião é visto em **1º de agosto**, quando Aziz afirma que a delegação iraquiana retorna a Bagdá com a percepção de que os kuwaitianos, além de arrogantes,

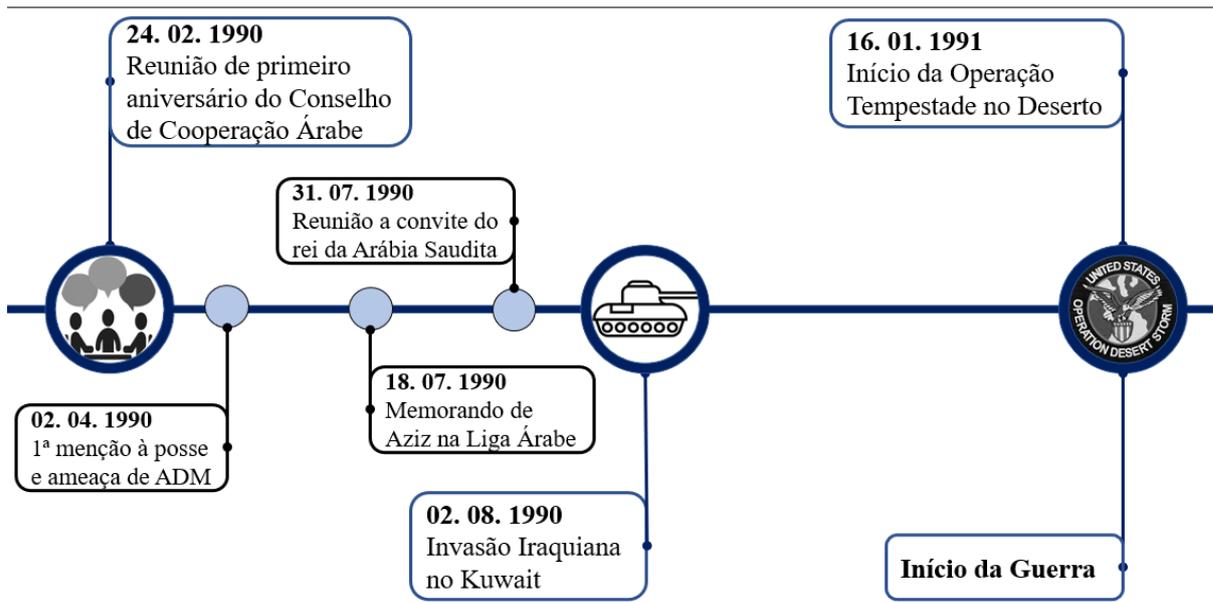
⁷⁵ The United States must have a better understanding of the situation and declare who it wants to have relations with and who its enemies are.

desprezam os interesses iraquianos, o que faz com que o seu governo consolide a decisão pela invasão do Kuwait (SALINGER, 1995; BRECHER, 2008).

Destarte, por meio desse tracejamento histórico é possível observar que alguns eventos são apresentados como fatores que podem ser interpretados com uma capacidade maior para afetar a percepção e a escolha de Saddam Hussein pela invasão. Além dos três momentos-chave representados na Figura 14, tem-se, respectivamente, (i) a primeira menção à posse e ameaça de uso de armas de destruição em massa, que ocorre em 2 de abril; (ii) o Memorando de Aziz, na reunião da Liga Árabe, em que consta as três principais razões do desafeto iraquiano, em 18 de julho; (iii) a reunião a convite do rei da Arábia Saudita que marca a tentativa desastrosa das partes em se entender, em 31 de julho.

Esses três outros fatores são adicionados na figura supracitada e representados agora na Figura 15:

Figura 15 - Fatores que afetem a percepção de Saddam Hussein



Fonte: Elaboração própria (2021)

A seguir, esses três fatores identificados são trabalhados e relacionados à arquitetura de escolhas que constitui a percepção de Saddam Hussein dentro do processo decisório que resulta na invasão ao país vizinho.

4.1.1 A DECISÃO DE SADDAM HUSSEIN

Como observado no capítulo teórico ao se deter no aspecto cognitivo de APE, a percepção de um *decision-maker* não é construída dentro de uma noção puramente racional, mas dentro de uma noção de racionalidade limitada, constituída a partir da interação do ator tomador de decisão com o meio que está inserido. Além disso, sabe-se que um sistema de crenças e as características cognitivas do indivíduo também são fatores relevantes que atribuem valor ao estímulo/informação recebido em um contexto.

Desde essa noção, a arquitetura de escolhas que perfaz a decisão de Saddam Hussein é composta por um sistema de crenças pautada em duas ideias que servem de ancoragem à sua percepção e para a construção dos vieses e heurísticas que perfazem o comportamento incisivo da política externa iraquiana. Essas ideias são: (i) o panarabismo – a convergência de interesses regionalistas do mundo árabe aos de Bagdá e (ii) a memória do Vietnã – o trauma gerado pela derrota e mortandade estadunidense na Guerra do Vietnã que passa a constranger o Ocidente, notadamente os EUA, a se envolver em mais uma crise no Oriente Médio (HALLIDAY, 1994; HERRMANN, 1994; BRZEZINSKY, 2007; YETIV, 2008; BRECHER, 2008; ALVES, 2018).

Em função dessa ancoragem, os motivos e os argumentos de Saddam Hussein são classificados em três categorias: territorial, econômico e geopolítico e militar. O quadro abaixo estabelece a relação entre as ideias, motivos e argumentos dentro de uma arquitetura de escolha que molda a percepção do líder iraquiano para decidir pela invasão do Kuwait.

Quadro 11 - Arquitetura de Escolhas de Decisão de Saddam Hussein para invadir o Kuwait

Ideias	Motivos	Argumentos
Panarabismo	Territorial/Histórico	Apesar do reconhecimento iraquiano, em 1963, a fronteira norte kuwaitiana é parte do território iraquiano sobrepujado pelos interesses coloniais
	Econômico	Há uma dívida dos países que compõem a península arábica com o Iraque, dado o esforço de guerra de conter a projeção de poder iraniano na região durante a Guerra Irã-Iraque na década de 1980; As quotas da OPEC para a quantidade de barris de petróleo afetam negativamente a economia iraquiana e beneficiam o Kuwait.
Memória do Vietnã	Geopolítico e militar	O Iraque, dada sua capacidade militar, é único capaz de conter a ingerência de um país estrangeiro que anseia os recursos naturais da região: o petróleo. Além disso, é único a liderar a região a partir de uma noção panárabe.

Fonte: Elaboração própria a partir de MATHEWS, 1993; KHADDURI; GHAREEB, 2001; FINLAN, 2003; BRECHER, 2008; LEBOW, 2010, p. 152.

Assim, tem-se que, independentemente do motivo, a decisão de invadir o Kuwait é feita de uma maneira racional, mesmo que limitada pelos vieses e atalhos cognitivos sobre o cenário. Ao fim e ao cabo, a decisão é estruturada dentro de uma lógica de *raison d'État*, que observa a distribuição de poder e pressupõe a sobrevivência e a preponderância do Estado iraquiano na região. Por isso, conforme observa Halliday (1994), Yetiv (2008) e Schwab (2008), não é possível lançar mão de um argumento que coloca o líder iraquiano como um homem louco a tomar decisões impensadas e aleatórias.

Assim, por mais que o motivo territorial não tenha respaldo histórico, ele serve como ferramenta retórica para criar heurísticas confirmatórias em torno da percepção do líder iraquiano e assim justificar a aliados o posicionamento agressivo da política externa de Bagdá contra um país vizinho. Por seu turno, o substrato dos motivos econômico, geopolítico e militar que afetam a percepção de Saddam Hussein estão atrelados à experiência e a capacidade iraquiana adquiridas ao longo do conflito Irã-Iraque, que resulta em 1 milhão de homens nas forças armadas, o quarto maior exército do mundo no período; uma grande quantidade de equipamentos modernos soviéticos e ocidentais, como aviões *Mirage* e mísseis *Exocet*; um sistema de defesa antiaérea, mísseis móveis e 4000 tanques (PERRY, 1991; FINLAN, 2003; YETIV, 2008; ALVES, 2018).

Nesses termos, os motivos que sustentam a arquitetura de escolhas de Saddam Hussein estão diretamente vinculados à sua percepção sobre a capacidade militar iraquiana, a importância econômica do petróleo e à não-ingerência de uma superpotência na região. Essa percepção faz com que sua interpretação sobre o papel que os Estados do Golfo Pérsico devem ter na região é de vigilância para impedir que Estados estrangeiros, como os EUA, possam exercer poder e contrabalancear a ascensão iraquiana. É uma das maneiras para evitar a projeção estadunidense é acabar com a política econômica de preço fixo do petróleo, exercida pelo Kuwait, que afeta diretamente a economia e os interesses iraquianos na região e, por consequência, beneficia os interesses dos EUA (MATHEWS, 1993; SALINGER, 1995; KHADDURI; GHAREEB, 2001; FINLAN, 2003; BRECHER, 2008; YETIV, 2008).

Com isso, fica evidente que dois fatores compõem a arquitetura cognitiva do líder iraquiano: (i) uma personalidade centralizadora; e (ii) as ideias que marcam sua percepção: (ii.i) o panarabismo e (ii.ii) a memória sobre o Vietnã. Essas ideias, por sua vez, criam heurísticas sobre as questões históricas, vinculadas ao território iraquiano; econômicas, atreladas à dívida externa iraquiana e ao preço do petróleo; e geopolíticas, vinculada à capacidade militar iraquiana e ao enfrentamento contra a ingerência estrangeira. Juntos, esses fatores constituem

o modelo mental do líder iraquiano, por meio do qual toma suas decisões – no caso em tela, a invasão ao Kuwait.

A seguir está estruturada a Figura 16 que representa a relação *input-output* entre as ideias e o comportamento de política externa iraquiano

Figura 16 - O modelo mental da decisão de Saddam Hussein para invadir o Kuwait



Fonte: Elaboração própria (2021)

Assim, com essas condições a compor a análise do início da crise no Golfo Pérsico, é possível agora enveredar a pesquisa para compreender o processo decisório que envolve a outra parte no conflito – os Estados Unidos.

4.2 O PAPEL DOS EUA NA GUERRA DO GOLFO

Nessa etapa da pesquisa o conteúdo descritivo é desenvolvido em continuação com a seção anterior, mas acrescenta-se o arcabouço teórico de APE. Esse aporte serve como ferramenta teórica para identificar as UDFs proeminentes à produção de política externa dos Estados Unidos no contexto da crise do Golfo Pérsico.

Destarte, nessa seção, a pesquisa trabalha o quarto objetivo específico da tese: caracterizar os papéis do presidente dos EUA e de sua Delegação, no CSONU, durante a crise na região do Golfo Pérsico. Esse objetivo é desenvolvido dentro do contexto pertinente ao segundo momento-chave do percurso para a guerra, que se inicia com a invasão iraquiana e vai

até o emprego da Operação Tempestade no Deserto, quando os EUA lideram uma coalizão de países, sob a bandeira da ONU, para retirar as tropas iraquianas do território kuwaitiano.

Assim, como um processo, esse segundo marco também constitui um caminho pautado pela tentativa de resolução do conflito a partir de meios não-violentos. Esses meios, como já ressaltados, podem ser as negociações, bem como as resoluções levantadas no âmbito do CSONU para coagir o Iraque a retornar às suas fronteiras.

Nesses termos, ao longo dessa etapa e para alcançar o objetivo específico pertinente, a pesquisa utiliza os discursos e entrevistas dadas pelo Presidente dos EUA e o ESN como fontes de dados para caracterizar o papel do Presidente na Crise do Golfo Pérsico. Esses dados são tratados como atos de fala, uma prática social que é operada como uma evidência empírica, um dado capaz de fornecer robustez à compreensão e interpretação do papel desempenhado por ambos os atores. De tal modo, esses dados salientam as características cognitivas por trás do processo decisório que envolve a projeção da identidade e do papel dos EUA no contexto internacional.

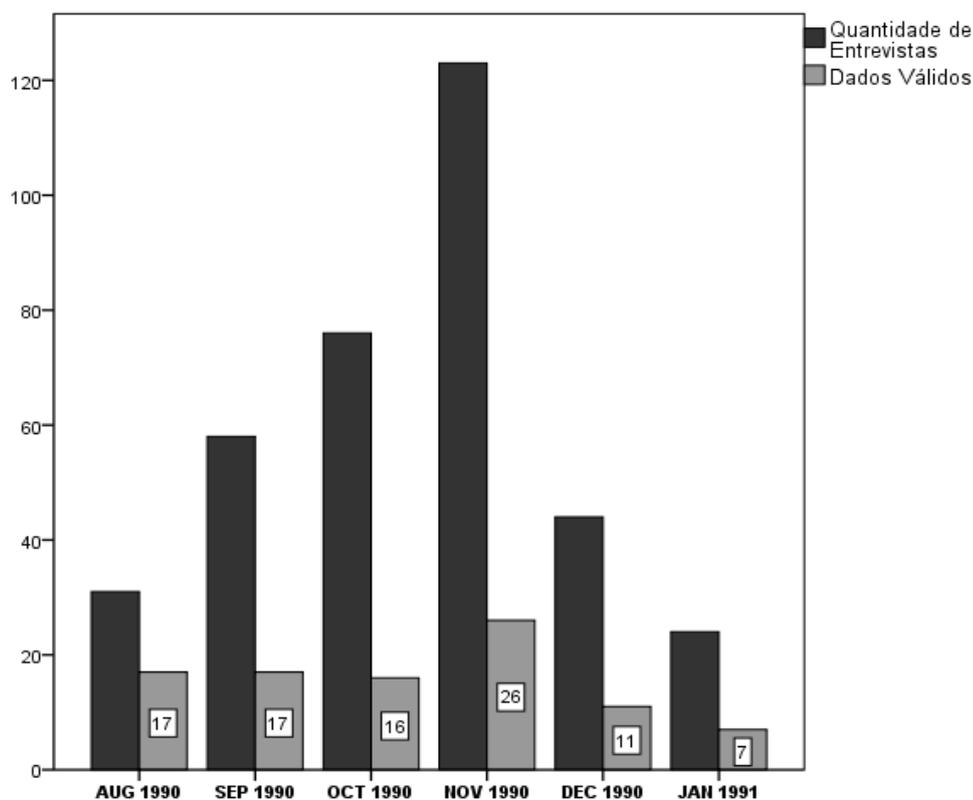
Para tanto, em relação aos atos de fala referentes ao Presidente dos Estados Unidos, são utilizados três conjuntos de dados.

- (i) Dois discursos proferidos na Assembleia Geral da ONU, um de 25 de setembro de 1989 e outro de 01 de outubro de 1990. Esses discursos podem transparecer como o presidente compreende o cenário vinculado ao final da Guerra Fria.
- (ii) A Estratégia de Segurança Nacional de março de 1990, um documento que fornece as diretrizes da política externa e de segurança dos EUA para o período em tela.
- (iii) As entrevistas⁷⁶ que George Bush concede ao longo da crise na região do Golfo Pérsico, ao longo do período de 02 de agosto de 1990 até 16 de janeiro de 1991, quando é iniciada a Operação Tempestade no Deserto.

No Arquivo Nacional dos Estados Unidos estão contidos 356 documentos públicos dispostos no tempo conforme o Gráfico 7:

⁷⁶ Os dados citados nessa subseção são encontrados no Arquivo Nacional dos Estados Unidos referente aos Documentos Públicos dos Presidentes, no site <https://www.archives.gov/federal-register/publications/presidential-papers.html>. No caso do Presidente George Bush o site oficial é da Livraria Presidencial George Bush: <https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/>.

Gráfico 7 - Quantidade de Entrevistas de Bush na primeira fase da Guerra do Golfo



Fonte: Elaboração própria (2021)

Desses documentos, 94 (23,74 %) são entrevistas que servem para a composição do *corpus* referente aos atos de fala do presidente. Essas entrevistas, para serem tratadas como dados válidos, seguem três critérios de seleção apresentados no Quadro 11:

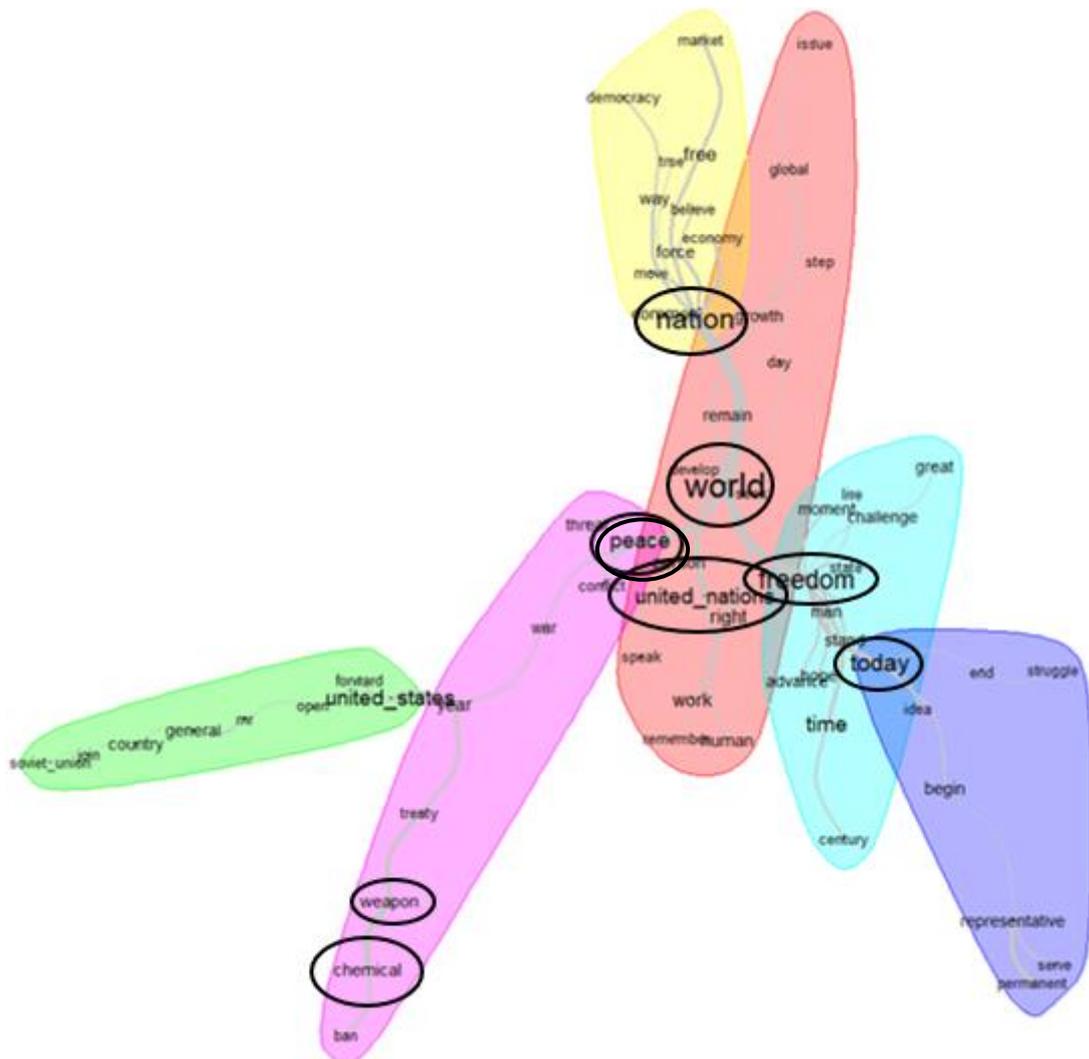
Quadro 12 - Critérios de Validação das Entrevistas de George Bush

Critério	Explicação
Período	É dada preferência ao contexto de crise que marca o período entre a invasão iraquiana e o envolvimento direto dos EUA no conflito, com a Operação Tempestade no Deserto
Tipo	Opta-se por entrevistas em que o presidente é arguido diretamente pelos repórteres, conforme recomendação de Hermann (2002). Essas entrevistas são marcadas com as seguintes designações: <ul style="list-style-type: none"> i. <i>Remarks,</i> ii. <i>President News's Conference,</i> iii. <i>Exchange With Reporters;</i> iv. <i>Question-and-Answer Session With Reporters.</i> v. <i>Outros</i> (Essa categoria é referente a entrevistas cujo título faz referência direta a Crise do Golfo Pérsico, mas não se enquadra em nenhuma das classificações anteriores)

próprio destino, sua dignidade e exercer livremente seus direitos fundamentais. De tal modo, por esse discurso, é possível afirmar que George Bush, ao antever o fim da Guerra Fria sem uma hecatombe nuclear, dada a distensão entre as superpotências, projeta o papel de líder aos EUA dada a emergência de um novo contexto internacional.

Importa observar que mesmo otimista, George Bush assevera a existência de ameaças não convencionais que, para ele, não são menos perigosas, já que ainda ameaçam a paz e estabilidade internacional. Dentro desse discurso algumas palavras ganham destaque dado o contexto de final da Guerra Fria. Com a Figura 17, um gráfico representado pela árvore de similitude referente à análise de similitude, é possível observar como a visão do presidente é focada em um internacionalismo no qual os EUA são alçados como figura importante para um mundo centrado na sua ideia de paz e liberdade.

Figura 17 - Análise de Similitude do Discurso de George Bush na AGONU (1989)



Fonte: elaboração própria 2021

A Figura 17 ilustra a compreensão do mundo de George Bush em 1989. Formada por seis *clusters* de palavras, representados pelos diagramas coloridos, demonstra sua percepção sobre o papel dos EUA para garantir a paz e liberdade no cenário internacional. Interessante notar que a paz internacional está diretamente vinculada à atenção que George Bush dá às ameaças e armas químicas e não a URSS. Evidência disso é a relação de coocorrência entre a palavra *peace* e o *cluster* que contém as palavras *threat, conflict, war, weapons* e *chemical*. Essa relação denota o sistema de crenças com o qual George Bush percebe o cenário internacional sem um inimigo comum e a emergência de ameaças não-convencionais.

Em **março de 1990**, ainda no final da Guerra Fria, mas depois da queda do Muro de Berlim, os EUA apresentam um dos documentos que marcam as diretrizes da sua política externa, a ESN. Da análise desse documento é possível verificar verossimilhança com o pronunciamento de Bush na AGONU, quase 6 meses antes. Notadamente, nesse documento, a ideia de segurança recebe maior destaque e a noção de ameaças passa a ser mais abrangente, especialmente, quando relacionada aos interesses e às zonas de influência dos EUA.

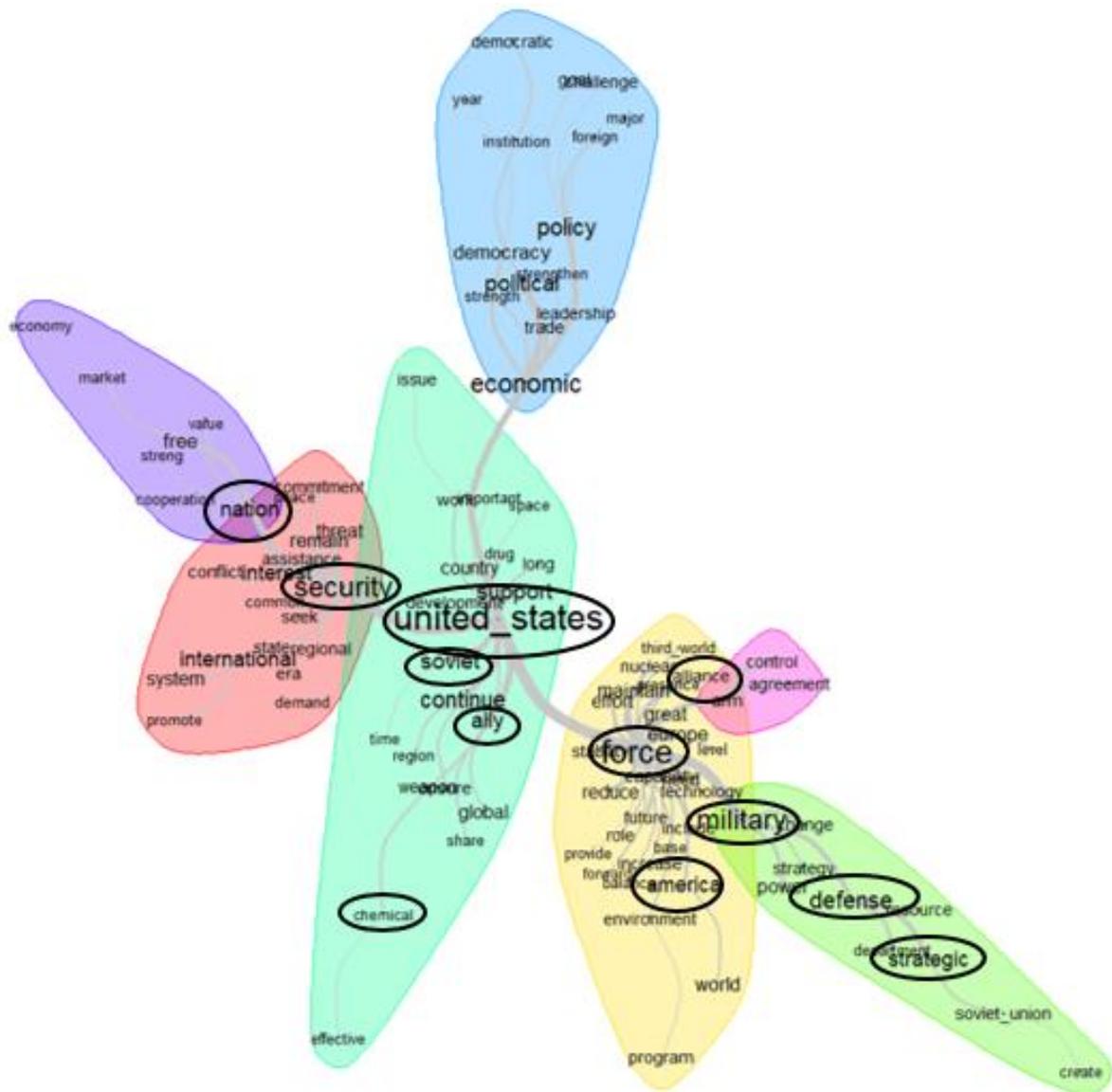
Destarte, o Presidente assina o que considera ser os objetivos e interesses dos EUA para o contexto internacional. Para tanto, afirma “proteger o legado da era pós-Guerra Fria e, ao mesmo tempo, permitir que os Estados Unidos ajudem a moldar uma nova era, que vai além da contenção (...)”⁸⁰. A ideia de novo cenário internacional leva-o a observar que a responsabilidade de garantir a estabilidade do equilíbrio internacional permanece com os EUA e que, “à medida que o mundo entra em um período de nova esperança de paz, seria temerário negligenciar as condições básicas de segurança (...)”⁸¹. Por isso, entende que o poderio militar estadunidense permanece como condição necessária para a estabilidade global, porém de maneira diferente, porque com maior abertura à vontade política e diplomática.

A Figura 18 a seguir apresenta a árvore de similitude referente à ESN de 1990:

⁸⁰ to protect the legacy of the postwar era while enabling the United States to help shape a new era, one that moves beyond containment

⁸¹ As the world enters a period of new hope for peace, it would be foolhardy to neglect the basic conditions of security

Figura 18 - Análise de Similitude da ESN de 1990



Fonte: elaboração própria 2021

Com essa árvore de similitude são observados sete *clusters* de palavras em que a noção de segurança dos EUA está diretamente ligada às suas capacidades. Não ao acaso a relação de coocorrência é mais próxima entre os termos *Security*, *United States*, *Force* e *Military*. Como esse documento está vinculado às diretrizes de política externa dos Estados Unidos, observa-se que mesmo ciente de que a URSS não se configura mais como uma ameaça aos seus interesses vitais, os EUA não deixam de centrar atenção às suas capacidades. Esse fato está vinculado a percepção de Bush sobre o papel dos Estados Unidos e sua atuação nas suas zonas de interesse.

Essa perspectiva denota uma percepção geopolítica de Bush sobre a necessidade de garantir a busca pelos interesses dos Estados Unidos em um cenário que está em transformação,

dado o fato de que a relação com a URSS perpassa pela *détente*. Por seu turno urge a identificação de uma nova ameaça que permita a projeção de poder dos Estados Unidos. Essa identificação pode ser vista a partir da menção às armas químicas e à relação que Bush faz entre o terceiro mundo e armas nucleares.

Ao sopesar essas evidências discursivas, o caso da Guerra do Golfo se configura ainda mais emblemático, porque através dele é possível mobilizar as percepções do líder estadunidense sobre o contexto geopolítico e sobre qual papel os Estados Unidos devem desempenhar para enfrentar um novo problema de segurança. Esse problema é contextualizado no ponto de inflexão, o evento de encruzilhada que separa dois períodos históricos, a Guerra Fria e o período pós-Guerra Fria. Esse fato importante para o sistema de crenças de George Bush ao perceber na região do Golfo Pérsico como de interesse vital aos EUA. Um cenário sob ameaça de interferência de potências estrangeiras, como a URSS, bem como da emergência de um poder que pode causar instabilidade e atingir os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos na região.

Para dar substância a essa interpretação são adicionadas à análise dois fatores pertinentes: (i) a contextualização da atuação do Presidente e (ii) as evidências encontradas nas entrevistas que George Bush fornece sobre a crise na região do Golfo Pérsico. A partir desses fatores estima-se ser possível adentrar à visão de mundo de George Bush sobre a necessidade de atualizar o papel dos EUA em um contexto da política internacional que a estratégia da contenção não é mais necessária.

Disso posto, dada a ameaça de invasão iraquiana, o papel que George Bush desempenha na crise do Golfo segue o fluxo dos acontecimentos e não se compromete com uma resposta enfática às investidas iraquianas no Kuwait. Sua estratégia inicial é de cooptar o Iraque e Saddam Hussein, o que faz com que hesite e relativize o comportamento iraquiano, mesmo quando o Iraque assume uma posição mais belicosa e invade o Kuwait.

Essa relutância não é ao acaso. Na guerra Irã-Iraque, alguns Estados observam a necessidade de tornar o Iraque mais forte para contrabalancear a revolução iraniana e sua escalada de poder na região. Nesse contexto é notório o auxílio fornecido por França e URSS às capacidades iraquianas, que transformam o Iraque em um poder regional preponderante. Segundo Yetiv (2008, p. 66), Kenneth Pollack, um analista da CIA do período, afirma que “a devastação do poder militar iraniano significou que, pela primeira vez, o Iraque estava efetivamente irrestrito em como poderia perseguir suas ambições regionais⁸²”.

⁸² the devastation of Iranian military power meant that, for the first time, Iraq was effectively unrestrained in how it could pursue its regional ambitions

Diante desse cenário e após a guerra Irã-Iraque, os Estados Unidos tentam alterar o comportamento iraquiano apaziguando-o a partir de uma estratégia de cooptação. Isso porque a política externa de Bush em direção à região do Golfo Pérsico é operada, inicialmente, a partir do *National Security Review* 10 de outubro de 1989, do período Reagan. Logo, segue uma lógica de engajamento construtivo, motivado pelo fato de que o Iraque emerge com uma capacidade que o coloca como o Estado mais poderoso da região e peça-chave aos interesses regionais dos Estados Unidos dentro da lógica da Guerra Fria. Em face disso, o *National Security Review* 10 opera com a manutenção e aproximação estratégica, especialmente, a partir da construção de uma relação de amizade entre EUA e Saddam Hussein (SCOWCROFT, s.d.; YETIV, 2008).

Dentro dessa lógica, coloca-se em prática a Diretiva de Segurança Nacional 26, cujo processo de aproximação e acomodação é feito a partir de artifícios econômicos e políticos (YETIV, 2008, p. 66). Segundo Brent Scowcroft, Conselheiro de Segurança Nacional de George Bush:

Queríamos ver se poderíamos transformar o Iraque em um líder moderadamente responsável na política mundial. Sabíamos que o Iraque era rico e que iniciaria um grande programa de reconstrução e não víamos razão para que os negócios dos EUA não existissem⁸³ (YETIV, 2008, p. 70).

Da mesma forma, Baker, quando indagado sobre a relação dos EUA com o Iraque em entrevista⁸⁴ à Rede PBS, asserta que: “tínhamos embarcado em uma política de tentar moderar seu comportamento, tentando nos engajar com ele, tentando nos engajar política e economicamente e de fato trazer o Iraque para a comunidade de nações responsáveis⁸⁵”.

O intento material dessa relação é observado no mesmo período em que o Iraque envia suas tropas para a fronteira kuwaitiana. Nesse evento, observado acima, na data de 19 de julho, a administração de George Bush basicamente declara não-envolvimento. Segundo Barber (2017, p. 476), um funcionário do Departamento de Estado dos EUA afirma que “Não temos nenhum tratado de defesa com o Kuwait e não há nenhum compromisso especial de defesa ou segurança com o Kuwait⁸⁶”.

⁸³ We wanted to see if we could transform Iraq into a moderately responsible leader in world politics. We knew Iraq was rich and that it would initiate a massive reconstruction program and we saw no reason why U.S. business shouldn't be there

⁸⁴ Para mais vide: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/baker/1.html>

⁸⁵ We had embarked on a policy of trying to moderate its behavior, trying to engage with it, trying to engage politically and economically and actually bring Iraq into the community of responsible nations.

⁸⁶ We do not have any defense treaties with Kuwait and there are no special defense or security commitments to Kuwait

Em **25 de julho de 1990**, em uma troca de mensagens⁸⁷, Saddam Hussein, através da Embaixadora April Glaspie, afirma ao Presidente George Bush, que o *Iraq wants friendship*. Essa leitura também pode ser observada quando, no dia da invasão iraquiana, a postura de George Bush é de não antever qualquer possibilidade de intervenção ou envio de tropas para a região. Indagado diante de tal possibilidade, responde: “Eu não estou contemplando tal ação⁸⁸” (KHADDURI; GHAREEB, 2001; BARBER, 2017).

Sua preocupação naquele imediato instante são duas: (i) tentar transparecer ao Iraque a sua não intensão de hostilidade e (ii) a dependência econômica estadunidense ao petróleo da região. Também pode ser confirmada a partir de uma entrevista que dá seis dias após a invasão, quando afirma: “não me arrependo de ter tentado ter discussões que possam ter levado a um relacionamento melhor⁸⁹”.

Por isso, essa hesitação é relativa e momentânea. É relativa porque tem a ver com o sistema de crenças de George Bush (YETIV, 2013) que tem o Vietnã na memória e busca transparecer uma relação de amizade com o Iraque. Esses fatores inibem, *a priori*, uma posição mais incisiva. Isso quer dizer que, apesar da nota⁹⁰ de 02 de agosto, o presidente estadunidense hesita em dar uma resposta mais dura ao comportamento agressivo da política externa iraquiana. É momentânea, porque as mesmas características da personalidade que afetam o sistema de crenças Bush e o fazem hesitar, também o permitem mudar de posição.

Essa mudança também pode ser lida como a transformação de alguns vieses cognitivos. Em outras palavras, George Bush abandona e adquire novos vises em função do contexto que permitem observar a construção e projeção de um comportamento de política externa conhecido como *hawkishi* e que é caracterizado pela propensão a resolver uma crise a partir de meios hostis e agressivos, ao invés de cooperativos e pautados na confiança (RENSHON; KAHNEMAN, 2017). Ao salientar esse fato é mister lembrar que esse tipo de comportamento *hawkish* é muito utilizado pelos EUA durante os anos áureos da Guerra Fria, de modo que é quase consensual uma relativa estabilidade sobre os traços da política externa estadunidense para o período (MEAD, 2006, p. 363).

⁸⁷Para mais ver: <https://c59574e9047e61130f13-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.ssl.cf1.rackcdn.com/0DFD0DDB2BA34EF59F2570CE7EEE03C8.pdf> ou <https://www.margaretthatcher.org/archive/us-bush.asp>

⁸⁸ I'm not contemplating such action

⁸⁹ no regret about having tried to have discussions that might have led to a better relationship

⁹⁰ The United States strongly condemns the Iraqi military invasion of Kuwait and calls for the immediate and unconditional withdrawal of all Iraqi forces. We have conveyed this message to the Iraqi Ambassador in Washington and to the Iraqi Government through our Embassy in Baghdad. We deplore this blatant use of military aggression and violation of the U.N. Charter. Together with Kuwait, we are calling for an emergency session of the U.N. Security Council.

Em relação aos vieses de George Bush, eles são respectivamente elencados no Quadro 12 e 13 a seguir:

Quadro 13 - Vieses abandonados por George Bush

Vieses abandonados	
Vieses de tomada de decisão, crença e comportamentais	
(i) Ancoragem	O indivíduo se pauta nas impressões e informações iniciais
(ii) Viés de confirmação	o indivíduo interpreta a realidade a partir de informações que confirmem os pré-conceitos
(iii) tomada de decisão não compensatória	no processo decisório de política externa, foca em uma decisão e rejeita outras, sob a perspectiva de que opções essas rejeitadas não seriam compensatórias
(iv) excesso de confiança	Confiança subjetiva nos próprios julgamentos a despeito da precisão objetiva de outras pessoas.
(v) viés do status quo	Preferência exacerbada pela manutenção do sistema à, sequer, avaliação de alternativas
Vieses sociais	
(vi) Ilusão da transparência	O indivíduo superestima a capacidade recíproca de um compreender o outro

Fonte: Elaboração própria a partir de YETIV, 2013, p. 117-119; RENSHON; KHANEMANN, 2017

Quadro 14 - Vieses adquiridos por George Bush

Vieses adquiridos	
Vieses de tomada de decisão, crença e comportamentais	
(i) ilusão de controle	O indivíduo superestima a influência de alguém sobre um determinado resultado que pode ter acontecido por outros fatores
(ii) Aversão à Perda	O <i>decision-maker</i> opta pelo ganho certo, mesmo que mínimo, à possibilidade de perder algo com magnitude
Vieses sociais	
(ii) pensamento de grupo, também denominado de efeito manada,	O indivíduo, em uma tendência para concordar, dada a fase inicial do processo decisório, opta, consciente ou inconscientemente, por gerar unanimidade, de modo a ofuscar alternativas
(iii) erro fundamental de atribuição	O tomador de decisão centra no que julga ser as características pessoais do adversário, ao invés do contexto
Vieses de erro de memória	

(iv) pensamento analógico	O indivíduo faz uso de atalhos mentais, baseados em experiências passadas, para tomar uma decisão
---------------------------	---

Fonte: Elaboração própria a partir de YETIV, 2013, p. 117-119; RENSHON; KHANEMANN, 2017.

Essa transformação cognitiva começa a tomar forma após reuniões que ocorrem no mesmo dia da invasão com líderes mundiais do Oriente Médio e do Ocidente. No Oriente Médio, Hosni Mubarak do Egito, Turgut Ozal da Turquia e o Rei Fahd da Arábia Saudita não admitem qualquer alteração no *status quo* da região que possa pender a balança de poder de maneira favorável a Saddam Hussein. No Ocidente, o papel da primeira-ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, e do presidente da OTAN, Manfred Wörner, também são decisivos para mudar a posição de Bush. Depois dessas reuniões o presidente é impulsionado a tomar atitudes mais incisivas (BUSH; SCOWCROFT, 1999; BRANDS, 2004; MONTEN; BENNETT, 2010; BARBER, 2017).

Segundo o próprio Bush (*apud* MONTEN; BENNETT, 2010, p. 501, grifo nosso):

Durante minhas observações à imprensa no início da primeira reunião do NSC, eu disse que não estava pensando em uma intervenção que talvez, inadvertidamente, tenha levado a alguma confusão sobre minha intenção. Não tive a intenção de descartar o uso da força. Naquela conjuntura, *eu não queria regulamentar explicitamente*. Mas, após a série de reuniões, cheguei à conclusão de que alguns comentários públicos eram necessários para deixar clara minha determinação de que os Estados Unidos devem fazer o que for necessário para reverter o Iraque agressão⁹¹

Disso posto, o problema da estratégia de cooptação executada pelos EUA para conter os interesses iraquianos é, conforme a interpretação de Bush, o próprio Saddam Hussein que projeta uma política externa diametralmente oposta aos anseios estadunidenses. Dessa forma, ainda no dia **02 de agosto**, os EUA mudam sua estratégia e passam a atuar de forma unilateral em iniciativas econômicas e diplomáticas contra a invasão iraquiana (WALKER, 1991).

Exemplo dessas iniciativas são as Ordens Executivas 12722 e 12723, decorrentes da Lei dos Poderes Econômicos de Emergências Internacionais⁹², que bloqueiam os ativos do Iraque e do Kuwait nos EUA, além de congelar bens iraquianos e proibir transações comerciais com aquele país. Pelo lado das iniciativas diplomáticas, a evidência é a atuação do então secretário

⁹¹ During my press remarks at the outset of the first NSC meeting, I did say that I was not contemplating intervention that perhaps inadvertently led to some confusion about my intent. I did not intend to rule out the use of force. At that juncture I did not wish to explicitly rule it in. But following the series of meetings, I came to the conclusion that some public comment was needed to make clear my determination that the United States must do whatever might be necessary to reverse the Iraqi aggression

⁹² Em 9 de agosto, em função da Resolução 661 do CSONU, as Ordens Executivas 12727 e 127275 do Presidente americano revogam as ordens 12722 e 12723 do dia 02 de agosto.

de Defesa dos EUA, Dick Cheney, que inicia conversas com a Arábia Saudita sob os termos de acordos de autodefesa (WALKER, 1991; YETIV, 2008; PATRIOTA, 2010).

A escolha dessas decisões iniciais pode ser observada a partir da noção de que o uso da força em uma crise política internacional envolve uma série de cálculos políticos, militares e estratégicos. Esses cálculos, por sua vez, são operados dentro da lógica do jogo de dois níveis, em que pese a avaliação das capacidades econômicas e políticas do cenário doméstico e militares, para o cenário externo (MINTZ, 1993, p. 13). De tal forma, a complexidade que envolve ponderar sobre as decisões imediatas de entrar em uma guerra pode ser considerada uma explicação plausível para a relutância inicial de George Bush. Em termos mais otimistas, seria uma maneira de evitar vieses decorrentes do sistema de crenças que afetam o pensamento automático e decisões que reivindicam urgência.

Assim, em entrevista no dia **04 de agosto**, dois dias após a invasão iraquiana, o presidente estadunidense corrige o que disse no dia anterior para salientar que todas as medidas contra o Iraque estão à mesa, o que inclui o uso da força. E reitera sua intenção no dia seguinte, **05 de agosto**, quando afirma: *All options are open*. Todavia, apesar da menção à possibilidade de operar com todas as opções para forçar a retirada dos Iraque do Kuwait, em **08 de agosto**, George Bush reitera que a aplicação de sanções econômicas pode surtir o resultado esperado, já que “ninguém pode ficar para sempre em total privação econômica⁹³”.

Nesses termos, entende-se que ao dizer que todas as possibilidades estão abertas, George Bush se comporta de uma forma que permite enxergar, no seu papel, a visão de sua assessoria sobre como resolver a crise. Nessa pesquisa, o Grupo Simples que assessora George Bush é interpretado como o contrafactual. Isso quer dizer que se não existisse esse grupo, que passa a enfatizar sua percepção de inevitabilidade da guerra, talvez o caminho para o conflito não tivesse sido percorrido e os traços de liderança de Bush, pertinentes à resolução pacífica, fossem acionados.

Esse grupo é constituído por oito integrantes além do presidente, que é a peça central. O grupo é conhecido como *Principals* e é formado a partir do Conselho de Segurança Nacional (CSN)⁹⁴ (BRANDS, 2004; HENRIKSEN, 2007; BRECHER, 2008; MONTEN; BENNETT,

⁹³ nobody can stand up forever to total economic deprivation.

⁹⁴ Conforme consta no site do NSC, o Conselho é o principal órgão do Estado que trata de questões de segurança nacional e de política externa junto aos conselheiros de segurança e oficiais. Sendo assim, tem como função aconselhar e auxiliar o presidente em temas de segurança nacional e política externa. Para mais acesse: <https://www.whitehouse.gov/nsc/>

2010; BARBER, 2017), que constitui um órgão assessor da Casa Branca que elabora parte das diretrizes de política externa e a ESN (PECEQUILO, 2017).

Sob a liderança de George Bush, o *Principals* é composto pelo Vice Presidente, Dan Quayle; o Secretário de Estado, James Baker; Secretário de Defesa, Richard Cheney; o Chefe de Gabinete, John Nununu; o Conselheiro de Segurança Nacional, Brent Scowcroft; o Conselheiro Adjunto de Segurança Nacional, Robert Gates; o Comando Central (CENTCOM) dos EUA, o general Norman Schwarzkopf, e o Presidente do Estado-Maior Conjunto, Colin Powell (SALINGER, 1995; BRZEZINSKY, 2007; BRECHER, 2008; MONTEN; BENNETT, 2010).

Cada um desses atores possui um ponto de vista sobre a inevitabilidade da guerra contra o Iraque. Abaixo, a opinião de cada um desses atores é classificada em favorável, indeciso ou contrário em relação ao uso da força e a, conseqüente, inevitabilidade da guerra contra o Iraque.

Quadro 15 - Opinião dos *Principals* sobre a inevitabilidade da guerra

<i>Decision e policymakers</i>	Opinião sobre ir à Guerra		
	Favorável	Indeciso	Contrário
George Bush		X	
Dan Quayle	X		
James Baker		X	
Richard Cheney	X		
John Nununu*	-	-	-
Brent Scowcroft	X		
Robert Gates	X	-	-
Norman Schwarzkopf		X	
Colin Powell		X	

* Os dados acessados não permitiram ter uma resposta contundente

Fonte: Elaboração própria a partir de CHENEY, s.d.; SCOWCROFT, s.d; BAKER, s.d.; MINZT, 1993; BUSH; SCOWCROFT, 1998; BRECHER, 2008; MONTEN; BENNETT, 2010

A indecisão de Powell e Schwarzkopf, exposta no Quadro 14, decorre exatamente de uma questão pontual pertinente à falta de compreensão do que estava a ocorrer na região. Conforme Powell, em entrevista a PBS⁹⁵, “(...) foi apenas nos últimos dois dias, eu acho, que a

⁹⁵ Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/powell/1.html>

CIA, e especialmente Dick Kerr, se declarou e disse que isso seria uma invasão. E mesmo assim não estava claro qual era a natureza da invasão⁹⁶. De tal modo, qualquer resposta imediata a partir do uso da força militar não era plausível (MENTON; BENNETT, 2010).

Importa lembrar que no dia da invasão iraquiana, Powell está em uma conferência com George Bush cuja pauta é exatamente o problema iraquiano. Segundo Powell, nessa reunião, a incerteza é a principal característica que cerca o encontro. Afirma que “às oito horas daquela manhã, ainda não tínhamos um quadro completo do que estava acontecendo⁹⁷”. De tal modo, naquele momento, Powell afirma não ter informações precisas sobre as reais intenções de Saddam Hussein, tampouco sobre as proporções das forças iraquianas. O que sabia, no entanto, é que, independentemente do desfecho que Bagdá trilha, os EUA devem ir a ONU para buscar autoridade e condenar o comportamento iraquiano.

Assim, apesar das relutâncias pontuais, é esse grupo que planeja a guerra a partir de uma leitura sobre o papel dos EUA em um novo contexto internacional que emerge. Para tanto, constrói-se o argumento de proteção dos seus aliados e de seus interesses vitais. Com essas reivindicações busca-se legitimar futuras ações e aglutinar uma possível coalizão. Por isso, o objetivo inicial de defesa da Arábia Saudita contra uma possível invasão iraquiana não é ao acaso (SCHWAB, 2008).

Powell ressalta na entrevista à PBS que, desde o primeiro momento da invasão iraquiana, a Arábia Saudita é colocada como um ator importante para os interesses dos EUA e que sua defesa deve ser uma pauta-chave. Além disso, para Cheney⁹⁸, também em entrevista à rede PBS, não seria possível pensar qualquer manobra militar, além de um bloqueio naval, sem a entrada na Arábia Saudita. Tanto é assim que, em 04 de agosto, Bush muda seu posicionamento para afirmar categoricamente que todas as cartas estão à mesa para a retirada do Iraque do território kuwaitiano e para defender a Arábia Saudita de um possível ataque iraquiano (MONTEN; BENNETT, 2010).

Segundo Barber (2017, p. 477), o posicionamento de Bush decorre da seguinte declaração:

A América não busca conflito, nem buscamos traçar o destino de outras nações. Mas a América ficará ao lado de seus amigos. A missão de nossas tropas é totalmente defensiva. Felizmente, elas não serão necessários por muito tempo. Elas não iniciarão

⁹⁶ was only within the last two days, I think, that the CIA, and especially Dick Kerr, declared himself and said that this is going to be an invasion. And even then it wasn't clear what the nature of the invasion was.

⁹⁷ at eight o'clock that morning we still did not have a complete picture of what was going on

⁹⁸ <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/chenev/1.html>

hostilidades, mas defenderão a si próprios, o reino da Arábia Saudita e outros amigos no Golfo Pérsico⁹⁹.

O cálculo por trás da defesa da Arábia Saudita é feito a partir da percepção sobre receitas vinculadas às reservas de petróleo da região: se cair nas mãos de Saddam Hussein, a balança de poder pode ser alterada de modo desfavorável aos interesses dos EUA. Por isso, o argumento centrado na defesa da Arábia Saudita possui três núcleos (CHENEY, s.d.; BAKER, s.d.; SCOWCROFT, s.d.; BRANDS, 2004; HENRIQKSEN, 2007; BRECHER, 2008; YETIV, 2008 CALLUM, 2010):

- (i) Geopolítico: tendo em vista a manutenção da balança de poder na região e o declínio da rivalidade soviético-estadunidense, os EUA devem observar a necessidade de construir um outro inimigo que permita maior coesão à sua política externa para a região; e
- (ii) Geoestratégico: o apoio logístico às forças militares terrestres e aéreas estadunidenses; e
- (iii) Geoeconômico: o domínio sobre grandes campos de petróleo não pode cair nas mãos de Saddam Hussein, dado a possibilidade de quebrar o equilíbrio de poder na região

Importa observar que os EUA ou qualquer outro Estado que compõe o poder político ocidental e possui interesse na região, tampouco os Estados árabes moderados, permitiriam qualquer alteração no equilíbrio de poder que pudesse favorecer o Iraque de Saddam Hussein (SCHWAB, 2008, p. 6; YETIV, 2008, 76). Nesses termos, quatro ações estadunidenses são importantes para compreender o papel de George Bush no desenvolvimento dessa crise (BRECHER, 2008):

Quadro 16 - Primeiras Decisões dos EUA no tratamento da invasão iraquiana

Ordem	Data	Conteúdo decisório
Decisão 1	02.08.1990	Condenação de George Bush à invasão iraquiana no Kuwait; Exigência de retirada completa e incondicional das forças iraquianas;

⁹⁹ America does not seek conflict, nor do we seek to chart the destiny of other nations. But America will stand by her friends. The mission of our troops is wholly defensive. Hopefully, they will not be needed long. They will not initiate hostilities, but they will defend themselves, the kingdom of Saudi Arabia, and other friends in the Persian Gulf.

Decisão 2	03.08.1990	Congelamento dos ativos iraquianos e kuwaitianos nos EUA;
Decisão 3	04.08.1990	Defender a Arábia Saudita; e Empregar as forças estadunidenses a partir do território saudita;
Decisão 4	06.08.1990	Obtenção a Resolução 661 no CSONU, com sanções diplomáticas e econômicas contra o Iraque.

Fonte: Adaptado de Brecher, 2008.

Em que pese essas ações, nota-se a atuação dos Estados Unidos dentro da lógica do jogo de dois níveis. Dentro desse jogo, o Grupo Simples, que não está diretamente alinhado à delegação que representa o país no CSONU, é destacado no processo decisório sobre o que fazer em relação à crise do Golfo. Nesses termos, é possível deduzir a existência de três decisões tipo-ideias que podem ser consideradas como base para atuação de George Bush. Essas decisões vão de uma posição mais passiva para uma ativa: (i) exigir a retirada do forças iraquianas; (ii) contenção, com sanções econômicas e diplomáticas; e (iii) o uso da força (MINZT, 1993, p. 13).

Essas decisões são constituídas a partir da percepção do Grupo Simples sobre a invasão iraquiana: ela afeta diretamente os interesses e valores dos EUA, especialmente no contexto em que a ameaça da URSS começa a ser percebida de maneira mais amena, o que leva a necessidade de construir um novo inimigo (HERRMANN, 1994; BRECHER, 2008). Essa percepção majoritária é construída a partir da compressão que a crise tem quatro efeitos negativos (CHENEY, s.d.; SCOWCROFT, s.d; BAKER, A/A; HERRMANN, 1994; BRECHER, 2008; YETIV, 2008):

- (i) Na influência dos EUA na região, pois invade um Estado aliado, o Kuwait, e ameaça outro, a Arábia Saudita;
- (ii) Na estabilidade política e econômica no Oriente Médio;
- (iii) No fluxo normal de petróleo ao redor do mundo, notadamente para os EUA, que, segundo Baker, “tinha um interesse nacional vital em jogo na preservação do livre acesso ao petróleo do Golfo Pérsico¹⁰⁰”, para garantir o seu bem-estar econômico e o da economia mundial. Segundo Scowcroft, em entrevista à Rede PBS¹⁰¹, é o petróleo que dá o caráter de urgência à crise; e,
- (iv) Na paz e segurança da emergente nova ordem mundial

¹⁰⁰ had a vital national interest at stake in preserving free access to the oil of the Persian Gulf. Para mais vide: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/baker/1.html>

¹⁰¹ Para mais vide: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/scowcroft/1.html>

Por isso, a percepção de Bush e do *Principals* é de que o Iraque ameaça diretamente os EUA, o que reivindica, por sua vez, ações excepcionais que permitam alterar a situação e garantir a segurança estadunidense e de seus aliados. Disto posto, assevera-se que o objetivo militar dos EUA, além da retirada de Saddam Hussein do Kuwait, é defender a Arábia Saudita. Defesa que fica conhecida como *Desert Shield Operation* (YETIV, 2008). Conforme o presidente, em entrevista em **11 de agosto**, esses objetivos não dependem do suporte da ONU: “Eu não acho que nossos planos dependam de uma bandeira da ONU (...)”¹⁰²”.

Ao dar prosseguimentos a esses objetivos, no dia **22 de agosto**, o presidente confirma a existência de um forte aparato militar estadunidense na Arábia Saudita, sob a prerrogativa de que “devemos fazer tudo o que pudermos para ajudar os sauditas a se armarem contra a agressão”¹⁰³ (...). Segundo George Bush, essa iniciativa, além de possuir apoio internacional, também tem suporte político doméstico. Afirma: “conversei com os quatro líderes do Congresso hoje, e estou muito satisfeito por eles estarem nos dando o forte apoio (...), o Presidente, o senador Mitchell [líder da maioria], o senador Dole [líder da minoria], o congressista Michel [líder republicano]”¹⁰⁴”

No dia **28 de agosto**, em uma reunião da Casa Branca com o Congresso, a agência do Presidente começa a surtir efeito. No plano doméstico, afirma que o sucesso da iniciativa depende de, “(...) se todos nós - Executivo e Legislativo, republicanos e democratas – trabalharmos juntos”¹⁰⁵”. Essa observação demonstra a luta do governo pelo apoio da opinião pública e das instituições estadunidenses em torno de sua política externa.

Depois que a Resolução 665 não surte o efeito esperado, o Presidente volta a afirmar suas intenções em **30 de agosto**: “Temos um plano e o plano é trabalhar diplomaticamente, e o plano é colocar no terreno uma força militar significativa”¹⁰⁶”, porque o conflito “é verdadeiramente Iraque contra o mundo”¹⁰⁷”. A observação sobre o perigo representado pelo Iraque e de como o mundo está a cooperar contra a agressão daquele país faz com que, em **11 de setembro de 1990**, em discurso antes da Sessão Conjunta do Congresso, o Presidente

¹⁰² I don't think that our plans are contingent upon a UN flag

¹⁰³ we should do all we can to help the Saudis arm themselves against aggression

¹⁰⁴ I talked to the four leaders of Congress today, and I am very pleased that they are giving us the strong support (...) the Speaker, Senator Mitchell [majority leader], Senator Dole [minority leader], Congressman Michel [Republican leader]”.

¹⁰⁵ (...) if all of us – executive and legislative, Republican and Democrats – work together. (...)

¹⁰⁶ We've got a plan, and the plan is to work diplomatically, and the plan is to put on the ground a significant military force

¹⁰⁷ is truly Iraq against the world

reivindique uma nova ordem mundial, uma “uma nova era - mais livre da ameaça do terror, mais forte na busca da justiça e mais segura na busca pela paz¹⁰⁸”.

Nessa nova ordem que emerge, Bush observa o conflito no Golfo Pérsico como um ponto de inflexão que demarca e corrobora a liderança estadunidense no mundo e que diante da tirania, expressada pelo governo iraquiano, ninguém ousaria duvidar da capacidade e da confiança dos EUA, porque “para a América liderar, a América deve permanecer forte e vital. Nossa liderança mundial e força interna são mútuas e reforçadoras¹⁰⁹”.

Essa liderança é acionada a partir de uma noção de polícia do mundo que busca garantir a paz e a segurança. Com esse sentido, em **16 de setembro**, afirma que “ninguém – nem o povo americano, nem este presidente - quer guerra. Mas há momentos em que um país – quando todos os países que valorizam os princípios de soberania e independência – deve se posicionar contra a agressão¹¹⁰”.

Essa narrativa é reiterada em **21 de setembro**, em coletiva com a imprensa, quando salienta a esperança em relação aos resultados das sanções econômicas, mas demonstra hesitação quanto uma resposta pacífica iraquiana. É nessa coletiva que Bush menciona, pela primeira vez, desde o início do conflito, sua preocupação com o terrorismo. O “possível uso de terror é outra coisa que me preocupa muito¹¹¹” e “responsabilizamos Saddam Hussein se houver qualquer ato terrorista contra nós¹¹²”. Com essa menção, Bush tenta construir a imagem do líder iraquiano é como um ator irracional, um louco que ameaça à paz e a segurança de toda a comunidade de nações.

Em **24 de setembro** em uma reunião na Casa Branca entre Bush, Scowcroft, Cheney e Powell, o Presidente do Estado-Maior Conjunto argumenta sobre uma estratégia de conter o Iraque por meio de sanções e dissuasão, em vez de formar forças para uma ofensiva militar, embora também admita não garantir que essa estratégia tenha êxito. Para Powell, é imperativo que toda e qualquer ideia que pense o uso da força leve em consideração uma capacidade de executar o objetivo de maneira precisa e decisiva (CALLUM, 2010. A partir dessa conversa, Bush responde que todas as opções devem estar à mesa, tendo em vista não ser possível esperar que as sanções econômicas funcionem (POWELL, s.d.; MONTEN; BENNETT, 2010).

¹⁰⁸ new era - freer from the threat of terror, stronger in the pursuit of justice, and more secure in the quest for peace

¹⁰⁹ For America to lead, America must remain strong and vital. Our world leadership and domestic strength are mutual and reinforcing

¹¹⁰ No one - not the American people, not this President - wants war. But there are times when a country - when all countries who value the principles of sovereignty and independence - must stand against aggression.

¹¹¹ Possible use of terror is another thing that concerns me greatly

¹¹² We hold Saddam Hussein responsible if there is any terrorist act against us

O resultado dessa reunião condiz com o *background* de Bush, veterano da 2ª Guerra Mundial e Powell, veterano da Guerra do Vietnã: (i) os EUA nunca devem embarcar em um conflito sem apoio doméstico e internacional; (ii) decidido entrar em guerra, a ação deve ser objetiva e decisiva para, quando alcançar o objetivo, se retirar do palco de operações (GREENSTEIN, 2012, p. 167).

Nesse passo, **em 1 de outubro**, é levada para a Assembleia Geral da ONU, a narrativa de que o Iraque se configura como um ator irracional que se comporta de maneira agressiva e que detém e/ou busca a posse de armas de destruição em massa (HERRMANN, 1994). Sem ter a URSS como inimiga e reconhecendo novos tempos em que a política de contenção pode ser colocada de lado para permanecer no passado, Bush finaliza seu discurso com a afirmação de que “os Estados Unidos estão empenhados em desempenhar o seu papel, ajudando a manter a segurança global, promovendo a democracia e a prosperidade¹¹³”.

Em 09 de outubro, Bush declara que começa a observar Saddam Hussein mais belicoso devido sua retórica ofensiva e por causa das informações obtidas de que o Iraque desenvolve um tipo de armamento que pode atingir Israel e suas tropas estacionadas na Arábia Saudita. Em **10 de outubro**, a costumaz comparação com a Segunda Guerra torna-se mais enfática, porque passa a trazer a imagem de Hitler e associá-la a Saddam Hussein. Em uma entrevista¹¹⁴, a menção de um “*Hitler revisited*” dá início a esse processo de associação.

Em 11 de outubro, é a retórica de Bush que se torna mais agressiva e passa a não mais descartar um cenário de guerra direta. Essa observação é feita em cima ainda de pronunciamentos do presidente de que deseja trilhar um caminho pacífico, mas que, sem o cumprimento das resoluções, o que resta é um *movimento de força* que pode ser mais convincente. Nesse ponto, quando o presidente é indagado se poderia levar a cabo uma guerra sem autorização da ONU. Bush é categórico: *Yes, we have authority*.

Em função da reivindicação de tal autoridade, no dia **16 de outubro**, Bush envia uma Carta aos líderes do Congresso sobre a implantação de forças armadas estadunidenses no Golfo Pérsico a partir do “direito inerente de autodefesa individual e coletiva contra a agressão do Iraque¹¹⁵”. Importa observar que a narrativa sobre as armas nucleares tem continuidade no dia **22 de outubro**. Depois de uma série de pronunciamentos, acompanhado de líderes do Congresso, no Comando Aéreo Militar, às tropas do exército e a bordo do USS Nassau, Bush menciona novamente a existência de programa nuclear desenvolvido pelo governo de Saddam

¹¹³ The United States is committed to playing its part, helping to maintain global security, promoting democracy and prosperity

¹¹⁴ Disponível em: <https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/2328>

¹¹⁵ inherent right of individual and collective self-defense against Iraq's aggression

Hussein: “Todo dia que passa, Saddam está um passo mais perto de realizar seu objetivo de arsenal de armas nucleares¹¹⁶”

Sob essa conjectura, em **28 de outubro**, discursa efusivamente ao Congresso, nas eleições de meio de mandato, porém, mantém resguardos quanto a uma possível declaração de guerra, porque, conforme a constituição dos EUA, é de encargo do Poder Legislativo a declaração de Guerra (PECEQUILO, 2013).

Em **30 de outubro**, em uma reunião entre Bush, Baker, Cheney, Scowcroft e Powell, tem-se então a decisão final para a escalada da guerra. Nessa reunião fica posto o que é conhecido como Doutrina Powell, a necessidade de uma ação decisiva para situação de crise. A partir dela é dado apoio à demanda do general Schwarzkopf para aumentar significativamente o contingente de forças armadas na região do Golfo Pérsico. Na reunião, Bush concorda com essa demanda e, no dia seguinte decide formalmente pelo aumento das tropas estadunidenses na região, “de duzentos e trinta mil para quinhentos mil e forneceu as forças necessárias para realizar uma ofensiva terrestre em grande escala¹¹⁷” (MONTEN; BENNETT, 2010).

Em **8 novembro**, George Bush ordena o envio de 150 mil homens, das forças terrestre, aérea e naval para o Golfo Pérsico para a preparação de uma “opção militar ofensiva adequada” (HERRMANN, 1994, p. 119). Por seu turno, no âmbito do CSONU, passa-se a intensificar os esforços das administração estadunidense para conseguir resoluções que permitam a utilização do uso da força para repelir as tropas iraquianas do Kuwait (MONTEN; BENNETT, 2010).

Como já apresentado, o alcance de uma medida mais incisiva, que abre a possibilidade para o uso da força ocorre, com a Resolução 678, em **29 de novembro**. Esse documento emprega o termo *todos os meios necessários*¹¹⁸ para tratar do conflito, o que inclui o uso da força militar, caso o Iraque não retire todas as suas forças do Kuwait até a data limite de 15 de janeiro de 1991 (HENRIKSEN, 2007).

Segundo Baker¹¹⁹, em entrevista à Rede a PBS, esse termo decorre da intenção dos EUA em operar sob a autoridade e legitimidade concedida pelo CSONU. Os EUA já tinham o objetivo de empregar a força para retirar o Iraque das fronteiras kuwaitianas, mas recebiam não conseguir a legitimidade doméstica e externa, decorrente da autorização internacional necessária, representada pela ONU. Por isso, o termo *all necessary means* é formulado. Ele tem

¹¹⁶ Every day that passes brings Saddam one step closer to realizing his goal of a nuclear weapons arsenal

¹¹⁷ from two hundred thirty thousand to five hundred thousand and provided the forces necessary to carry out a large-scale ground offensive

¹¹⁸ *all necessary means*

¹¹⁹ <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/baker/1.html>

o intuito de, sob o direito internacional e o direito aplicado às ONU, garantir a autoridade suficiente para fazer a guerra.

Em síntese, a formulação desse termo decorre de um contexto em que, segundo Baker,

havia muito pouco apoio público nos Estados Unidos para a ideia de ir à guerra no Golfo Pérsico. Na verdade, houve uma oposição esmagadora e uma maneira pela qual construímos apoio político doméstico foi reunir uma coalizão internacional sem precedentes¹²⁰.

Essa Resolução, então, é uma vitória da delegação estadunidense no CSONU que aproveita o momento de estar na presidência rotativa, com o Secretário de Estado James Baker, para obter 12 votos favoráveis e nenhum veto dos cinco países membros permanentes. Esse fato é importante para a pesquisa porque é através dele que é possível observar o processo decisório dos EUA na busca de alcançar a legitimidade para a execução de medidas excepcionais. Como um processo, ocorre a partir da identificação de um objeto referente – Saddam Hussein – formaliza-se a partir da identificação de um sujeito com autoridade, legitimidade e capacidade – a Coalizão liderada pelos EUA, sob a bandeira da ONU – para resolver esse problema – a invasão iraquiana – para meio de medidas excepcionais – a guerra – e, então, retirar as forças iraquianas do Kuwait.

Com essa leitura, a Resolução 678 é o fator de legitimidade alcançado pela política externa dos EUA para resolver o problema de segurança a partir de medidas excepcionais, e, portanto, sedimentar o caminho para a guerra. Nesses termos, observa-se que a decisão de George Bush pela guerra é desenvolvida em duas frentes: no plano doméstico com o trabalho para obter apoio do Congresso e escalonar o conflito contra o Iraque; e, no plano internacional, a partir da busca pelo apoio da ONU para garantir autoridade e legitimidade decorrente das resoluções levantadas pelo CSONU.

Assim, em **8 de janeiro de 1991**, o Presidente solicita formalmente uma ação do Congresso que autorize o uso da força sob a Resolução 678. Porém, em **9 de janeiro** ainda é feita uma última conferência – a Conferência de Paz de Genebra, antes do prazo de 15 de janeiro. Nessa conferência estão reunidas as comitivas do Iraque e EUA, respectivamente lideradas pelo Ministro de Relações Exteriores iraquiano, Tariq Aziz, e pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker.

¹²⁰ there was very little public support in the United States for the idea of going to war in the Persian Gulf. In fact, it was overwhelmingly opposed and one way in which we'd built domestic political support was to bring together an unprecedented international coalition

A conferência além de demarcar a última tentativa de evitar a conflito direto e o início das operações de guerra da coalização liderada pelos EUA, demarca um desconforto entre os aliados estadunidenses, como a França e Alemanha, sobre o processo de resolução da crise (HOFFMANN; DROZDIK, 1991; SCOWCROFT, s.d.). A conferência dura cerca de seis horas, mas, desde o primeiro momento, com ambas as partes irredutíveis em apresentar concessões. Segundo Hoffman e Drozdiak (1991), Aziz alerta que “o Iraque não cede à pressão”, apesar de entrar na conferência com esperança de bom diálogo.

Por seu turno, é nessa conferência que Baker afirma, em entrevista à PBS, ter concebido a inevitabilidade da guerra. Isso porque, como consequência das decisões do dia 08 de novembro e 08 janeiro, entende que “uma vez que o presidente tomou a decisão de aumentar [a quantidade tropas na região], não havia chance de trazermos aquelas tropas para casa sem expulsá-lo [o Iraque] do Kuwait, a menos que ele deixasse o Kuwait incondicionalmente¹²¹”

Em **12 de janeiro**, sob fortes debates, a solicitação do Presidente ao Congresso pela autorização do uso da força sob a Resolução 678 é vitoriosa. Na Casa dos Representantes tem uma vitória de 250 favoráveis contra 181 e, no Senado, 52 a 47 (HERRMANN, 1994; HENRIKSEN, 2007, PECEQUILO, 2012; BARBER, 2017). Resta observar, todavia que, sim, tecnicamente, a guerra é decorrente da autorização do Congresso dos Estados Unidos, mas, nesse caso em específico, é uma decisão diretamente ligada à liderança de George Bush e ao seu círculo interno (BAKER, s.d.). Especialmente quando se tem, como retrato dessa decisão, o despacho do Secretário de Estado, James Baker, à ONU, em busca de apoio, e no CSONU, em busca de legitimidade (BARBER, 2017, p. 478-480).

Em síntese, o papel desempenhado por George Bush pode ser medido a partir da variação de temas e justificativas apresentadas pelo Presidente à opinião pública doméstica e internacional no transcurso da crise. Esse dado oferece evidência robusta de como os atos de fala do presidente são utilizados para construir a percepção de ameaça que permite auferir legitimidade à execução de medidas excepcionais para a resolução do conflito.

Nesses termos, a mobilização de temas e justificativas por parte do Presidente e do Grupo Simples ocorre de maneira deliberada e sistemática (HURST, 2004, p. 378-381). Esses temas são classificados de duas formas e em função do tempo, respectivamente conforme o Quadro 16 e o Gráfico 8 abaixo:

¹²¹ once the President made the augmentation decision there was no chance that we were going to bring those troops home without ejecting him from Kuwait unless he left Kuwait unconditionally. Para mais vide: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/baker/1.html>

Quadro 17 - Temas e Justificativas de George Bush para responder o Iraque

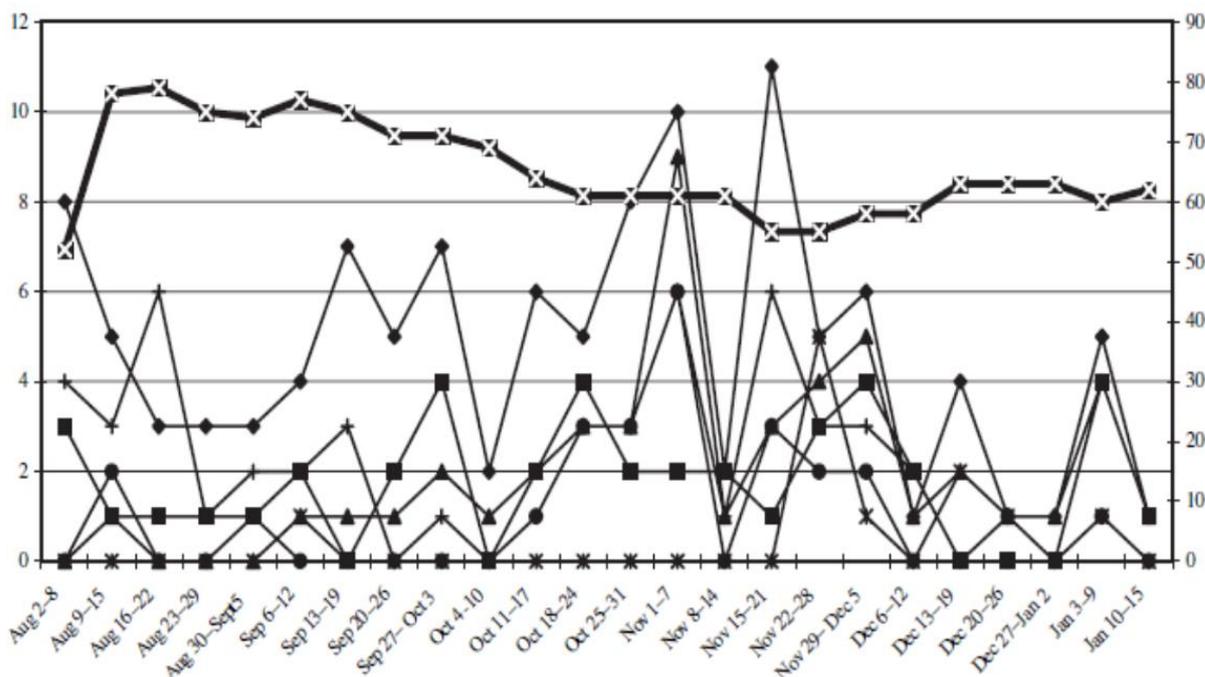
Tema	Período	
	Agosto (1990) a Setembro (1990)	Outubro (1990) a Janeiro (1991)
Acabar com a agressão iraquiana	X	
Fazer cumprir o direito internacional	X	
Restaurar a soberania kuwaitiana	X	
Proteger o acesso ao petróleo do Oriente Médio	X	
Situação dos reféns americanos no Iraque		X
Programa iraquiano de armas nucleares		X
Abusos aos direitos humanos no Kuwait		X
Demonização de Saddam Hussein		X

Fonte: Adaptado de Hurst, 2004.

Esses temas estão de acordo com o que é delimitado como objetivos dos EUA no conflito: “(1) a retirada incondicional e completa do Iraque do Kuwait, (2) a restauração do governo legítimo do Kuwait, (3) um compromisso com a segurança e estabilidade no Golfo Pérsico e (4) a proteção dos cidadãos americanos no exterior¹²²” (HERRMANN, 1994, p. 116; CALLUM, 2010). Por seu turno, o Gráfico 8 apresenta a variação desses temas ao longo da segunda fase do caminho para a guerra:

¹²² (1) the unconditional and complete Iraqi withdrawal from Kuwait, (2) the restoration of Kuwait's legitimate government, (3) a commitment to security and stability in the Persian Gulf, and (4) the protection of American citizens abroad.

Gráfico 8 - Temas e justificativas de George Bush para responder o Iraque



Nota: No Gráfico, o Quadrado (■) é referente às menções ao Petróleo; o Losango (◆) a Agressão iraquiana; o sinal de cruz (+) é referente menção aos reféns; o Asterisco (*) às armas nucleares; o Triângulo (▲) é referente aos Direitos Humanos; e o Círculo (●) a Demonização de Saddam Hussein. Por fim, a linha superior com um X branco é referente à porcentagem de aprovação pública ao Presidente George Bush.

Fonte: HURST, 2004, p. 379

Desde os dados apresentados por Hurst (2004, p. 379-381), tem-se que George Bush faz uso da referência *petróleo* 42 vezes durante a crise. Pelo gráfico, não há uma forte evidência quantitativa referente a uma variação no início e final do conflito. Todavia, desde uma análise qualitativa, o quadro interpretativo se altera. Isso porque na imediata invasão iraquiana essa referência é central no discurso de Bush. A centralidade é alterada no dia seguinte à invasão quando identifica que a guerra não é pode ser mobilizada por petróleo, mas contra a agressão propriamente dita e perpetrada pelo Iraque.

No tocante à variável *agressão*, o Presidente faz uso 113 vezes durante todo o conflito. Pela análise qualitativa não é forte a evidência de uma variação como ocorreu com petróleo. Todavia, de novembro em diante, ou seja, três meses após o início do conflito, George Bush busca relacionar a agressão aos direitos humanos, para demonstrar como a invasão iraquiana afeta mais a população do que propriamente a economia.

Em relação à variável *reféns*, o presidente a usa 51 vezes. Esse uso ocorre ao longo do conflito, porém de maneira saliente em dois momentos, em agosto e em novembro, quando o Iraque intensifica o uso de reféns como escudos humanos ou porque o Iraque impede que diplomatas e agentes saiam do cenário de guerra.

Em relação ao programa nuclear iraquiano, o presidente faz uso dessa variável algumas vezes, mas só passa a ter importância até novembro. Sobre os Direitos Humanos, o presidente faz 47 referências, especialmente entre outubro e dezembro.

No tocante a última variável, *Demonização de Saddam Hussein*, Hurst (2004, p. 381) deixa claro a dificuldade em quantificá-la, porém, desde a operacionalização de uma análise qualitativa, é possível observar que a demonização ganha ímpeto no momento em que George Bush o associa, implícita ou explicitamente, à Hitler.

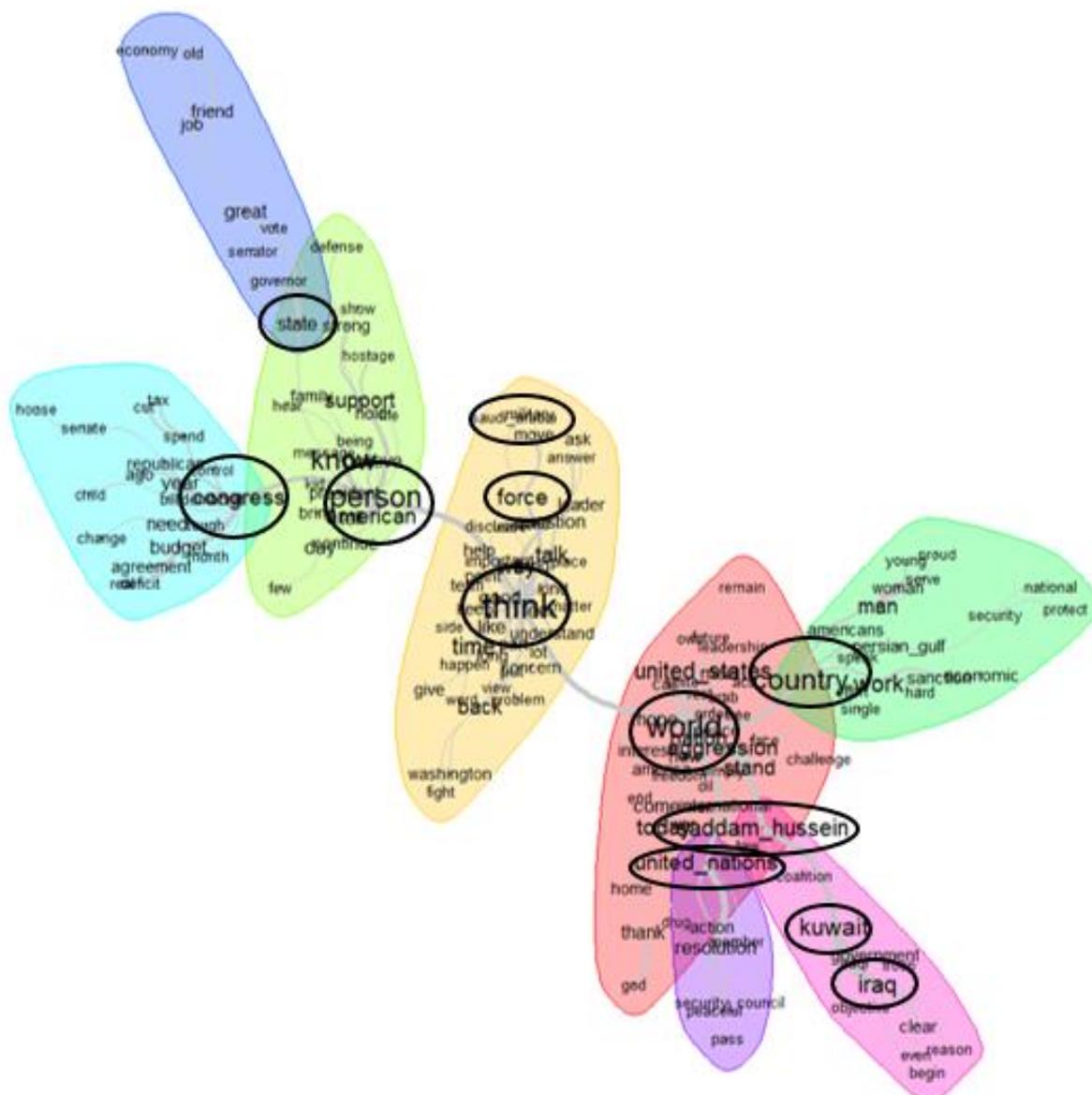
Importa observar que a linha que marca a taxa de popularidade de Bush entra em declínio logo após a segunda semana de Crise. Para Hurst (2004), a hesitação ou a demora na decisão do que fazer contra o Iraque podem ser fatores que afetam a aprovação da opinião pública a George Bush. Essa interpretação é validada ao observar que a aprovação volta a crescer a partir de 08 de novembro quando George Bush autoriza o envio de tropas para a região. Segundo Mintz (1993, p. 15) “a evidência empírica sugere que os líderes de países democráticos tendem a usar a força quando sua classificação de desempenho na opinião pública está em declínio¹²³” ou quando a economia doméstica não apresenta bons números.

Somado a isso, o discurso de Bush passa a enfatizar a agressão cometida pelo Iraque contra a comunidade internacional e destaca o tipo de comportamento exercido pelas forças iraquianas de afronta aos direitos humanos ao usar reféns como escudo humano. Em sintonia a esse destaque reitera que Saddam Hussein possui armas de destruição em massa e que seu papel na guerra é semelhante ao de Hitler.

Para dar substância à interpretação decorrente dos dados Hurst, a pesquisa apresentada a análise de similitude e a CHD das 94 entrevistas concedidas pelo presidente durante o período em tela que são pertinentes à crise do Golfo.

¹²³ Empirical evidence suggests that leaders of democratic countries likely to use force when their performance rating in public opinion declining”

Figura 19 - Análise de Similitude das Entrevistas de George Bush (1990-1991)



Fonte: Elaboração própria (2021)

A árvore de similitude, representada pela Figura 19, é construída a partir de oito *clusters* de palavras. O centro desse gráfico é composto pelo conglomerado que tem a palavra *think* como estatisticamente representativa. Esse conglomerado é ligado, à esquerda, a mais outros três *clusters*, respectivamente representados pelas palavras *person*, *congress* e *state*. À direita, as classes são representadas por *world*, *country*, *Saddam Hussein* e *United Nations*.

A configuração dessa figura, ao ter como *cluster* principal aquele referente ao termo *think* corresponde à centralidade que Bush dá a si mesmo nas respostas. Esse foco, quando associada às palavras *force* e *Saudi Arabia*, denota o sistema de crenças que perfaz o processo decisório de Bush e o plano de usar a força a partir da defesa da Arábia Saudita.

Nesses termos, é a consciência de se constituir como Líder Predominante, que os atos de fala de George Bush são representativos de uma agência com a qual busca centralizar o processo decisório. Essa busca decorre do fato de que, ao longo da crise, Bush constitui um grupo de assessores, por meio dos quais obtém as informações necessárias para construir sua decisão, que permeia a construção da imagem do inimigo. Em função disso é possível observar, por exemplo que o cluster à direita é constituído pela relação entre as palavras *World*, *Saddam Hussein* e *United Nations*. Essa relação denota a tentativa do Presidente relacionar Saddam Hussein como um problema de segurança, passível de solução a partir das Nações Unidas.

Abaixo a CHD dessas 94 entrevistas permite o reforço dessa interpretação. O dendrograma é formado a partir de 4.583 segmentos de textos, dos quais, 3.538 (77,2%), são aproveitados para a análise. Da análise extrai-se cinco classes de palavras agrupadas respectivamente conforme Figura 20 abaixo:

Figura 20 - CHD das 94 entrevistas de Bush durante a Crise do Golfo (1990-1991)

Classe 4		Classe 3		Classe 2		Classe 1		Classe 5	
Crise do Golfo	16,4%	Apoio Internacional	18, 2%	Papel do Líder	19,4%	Discurso de Campanha	22,6%	Contas Públicas	23,4%
Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2
Kuwait	892	Europe	167	Think	508	Thank	378	Congress	510
Iraq	538	Freedom	159	Question	222	Great	237	Budget	489
Aggression	364	Nation	158	Answer	127	State	219	Deficit	282
Iraqi	242	World	156	Feel	123	Governor	217	Agreement	260
Saddam Hussein	208	Peace	147	Sanction	103	Outstanding	143	Tax	251
Hostage	194	Weapon	116	Point	82	God	141	Democrat	248
Brutal	159	Oil	111	Statement	59	Senator	121	Republican	162
Security Council	154	Era	91	Coalition	50	Ticket	110	Tough	137
Citizen	147	Nuclear	84	Iran	47	Welcome	109	Control	134

Fonte: Elaboração própria (2021)

Pela disposição dos dados no dendrograma constata-se a existência de dois grupos temáticos que perfazem os discursos de George Bush. O primeiro grupo vinculado ao primeiro ramo do dendrograma é formado pelas Classes 4 (Crise do Golfo), 3 (Apoio Internacional) e 2 (Papel do Líder). Com essas classes a crise na região do Golfo Pérsico ocupa 54% do *corpus*. Entre essas três classes, na Classe 2, é possível observar um termo com forte significância estatística, que permite interpretar o papel que Bush desenvolve durante a crise. A palavra *Think* é um ato de fala do Presidente que, associada ao seu papel na crise, denota além da sua percepção sobre o evento, a sua projeção sobre como os EUA deve atuar para a resolução da crise. Nesse sentido, o *Think* se configura como uma expressão performática atrelada ao ato de fala, porquanto tem a ver com a noção de ato de fala ilocucionário, em que enseja uma ação.

As Classes 5 (Discursos de Campanha) e 1 (Contas Públicas), por sua vez ocupam individualmente grande parte das entrevistas. Quando tomadas individualmente essas classes possuem importância porque demonstram como os discursos de Bush, durante a crise no Oriente Médio, não esquecia a política doméstica, haja vista o período de campanha em que estava inserido. Por isso, há termos com forte significância estatística como *Thank, Governor*, na Classe 1, e *Congress, Budget, Deficit*, na Classe 5. Eles denotam a necessidade de apoio doméstico de Bush à sua inserção na crise do Golfo Pérsico.

Esse papel é pautado desde a lógica que Hermann (1994; 2002) e Hermann e Preston (1994, p. 92-93) concebem para o estilo de liderança que Bush desenvolve. Um estilo que combina a sua liderança com o suporte que o Grupo Simples lhe fornece ao assessorar suas opiniões, algumas vezes conflitantes, sobre a crise. Por isso, ressalta-se que a UDF da política externa dos EUA em relação ao Crise do Golfo é formada eminentemente por George Bush e suportada pelos *Principals* que constitui o Grupo Simples. Isso decorre ao correlacionar os resultados obtidos da análise dos dados acima com a análise do contexto.

Em outros termos, George Bush pode ser identificados como um líder cujo estilo de liderança é denominado *Collegial Style* (JOHNSON, 1974 *apud* HERMAN, 1994, p. 78), que o faz estar no centro do processo decisório. Os traços que permitem essa leitura são (i) o respeito às decisões, dada (ii) a alta complexidade conceitual com a qual analisa e trata o cenário de crise. De tal modo sua motivação é pautada pelo (iii) foco no problema, observado à medida que seu papel se torna cada vez mais importante para a resolução do conflito.

Essa leitura dos traços de liderança, além de corroborar que George Bush possui um papel determinante no desenrolar da crise do Golfo Pérsico, quando observada em função dos dados obtidos pelas entrevistas, indica como caminha para a guerra ao reiterar a necessidade do apoio internacional para suas decisões sobre a crise. Essa relação é observada ao verificar a

interposição entre as Classes 4 e 3, respectivamente denominadas Crise do Golfo e Apoio Internacional.

Além disso, Baker, em entrevista supracitada, deixa claro que o presidente já avançava no processo de negociação com uma decisão praticamente já tomada. Segundo Baker, “ele provavelmente tinha essa visão [de ir à guerra] antes de nós [Principals]. (...). Acho que ele já havia concluído que as sanções econômicas não iriam resolvê-lo”¹²⁴.

Por isso, deduz-se que a percepção de Bush ao apoio internacional, notadamente da Europa, é um fator necessário para a resolução da Crise do Golfo. Dentro do contexto, o comportamento do presidente, na busca por esse apoio, condiz com o objetivo de operar o caminho da guerra com o suporte da comunidade internacional e a legitimidade conferida pelo CSONU.

Importa reiterar, todavia, que o êxito de George Bush não decorre exclusivamente dos seus traços de liderança, mas do papel desempenhado pela sua delegação junto ao CSONU, especialmente aquele desempenhado pelo seu Secretário de Estado, James Baker. Esse papel é analisado aqui a partir dos discursos empregados para construir a percepção de ameaça necessária para validar a Resolução 678. Em que pese isso e dentro da lógica argumentativa construtivista com base na teoria da securitização, a próxima seção tem a importância de verificar a relação coocorrência entre os discursos das delegações que compõem o CSONU e que permite testar a existência de legitimidade fornecida pelas outras delegações.

4.2.2 TEXTOS COMO DADOS: O PAPEL DA DELEGAÇÃO DOS EUA NA CRISE DO GOLFO

Essa etapa da pesquisa é centrada na importância que a Teoria da Securitização dá à audiência. Conforme compreendido no capítulo teórico, a audiência tem a importância de perceber o objeto referente referenciado pelo ator securitizador, mas, também de dar legitimidade à reivindicação de medidas excepcionais para conter um problema dito de segurança.

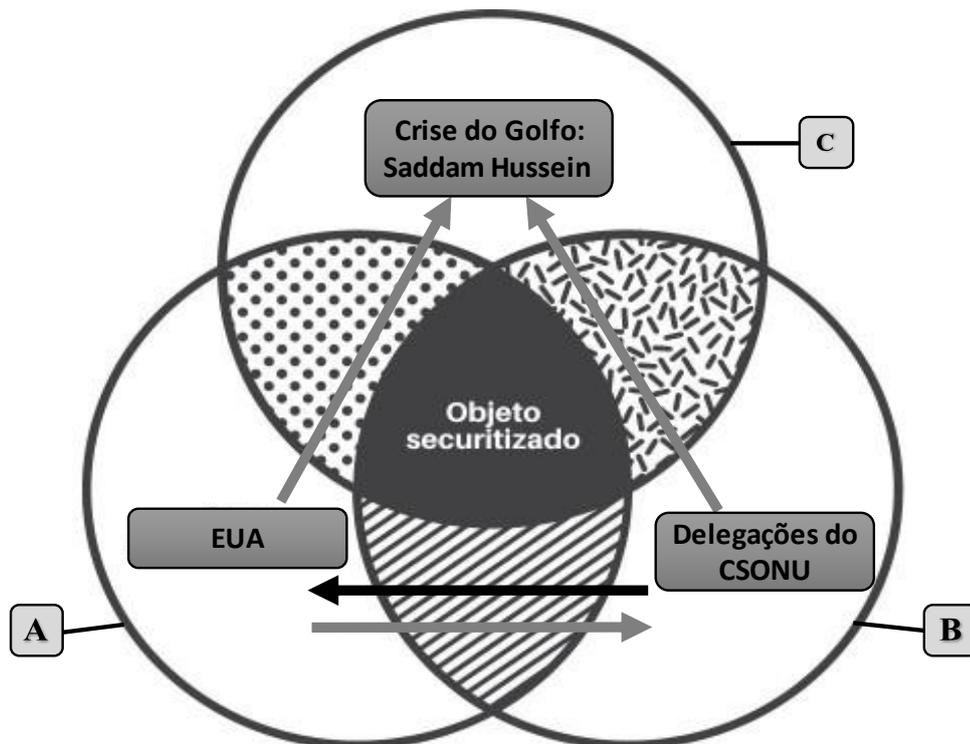
Com essa perspectiva teórica e com base no que até agora é descrito do processo que envolve a crise na região do Golfo Pérsico, o argumento dessa seção é baseado na acusação de que os EUA desempenham um papel dual no processo de resolução da crise: internacionalmente diz atuar pela resolução pacífica, enquanto, no âmbito doméstico, articula para que a crise seja resolvida a partir do exercício da guerra.

¹²⁴ he was probably of that view before the rest of us. (...). I think he had concluded by then that economic sanctions weren't gonna cut it.

Para testar essa dualidade, essa subseção trata dos dados produzidos pelas delegações dos países-membros do CSONU, especialmente da delegação estadunidense. Dentro de tal configuração, estima-se ser possível observar o argumento central da tese sendo operado, porque as delegações que compõem o CSONU, que constituem a audiência, são mobilizadas a partir dos atos de fala dos EUA, representados por sua Delegação e pelo Presidente, que identificam a crise do Golfo Pérsico como um problema de segurança cuja resolução perpassa a instrumentalização de medidas de exceção, como a guerra.

Nessa estrutura de análise a delegação estadunidense desempenha o papel de ator securitizador que projeta, em uma audiência, os interesses dos EUA em securitizar a crise para legitimar o recurso da guerra como meio para resolução. Em outras palavras, o discurso da delegação estadunidense é o mecanismo causal para a legitimidade da guerra. Esse argumento é representado conforme a Figura 21:

Figura 21 - Diagrama de Venn da Teoria da Securitização aplicado à Crise do Golfo Pérsico



Legenda:

A → C: Ato de Fala

A → B: Ato de Fala

B → C: Percepção do objeto referente

B → A: Ressonância e legitimidade do ato de fala

Nesses termos, a análise verifica a coocorrência entre os discursos da delegação dos EUA com as demais que compõem o CSONU de modo a verificar o argumento de Patriota (2010) de que há uma *aquiescência passiva* em torno de uma resolução violenta para a crise. Para testar esse argumento, a pesquisa realiza dois procedimentos: (i) o histórico-descritivo, centrado na dinâmica dentro do CSONU e o (ii) empírico-analítico, com a análise dos *voting records* produzidos durante as sessões de votação para as resoluções.

4.2.2.1 A dinâmica do CSONU para a resolução da crise do Golfo

A crise na região do Golfo Pérsico só passa a fazer parte da agenda política de discussão do CSONU no dia **02 de agosto de 1990**, após a invasão iraquiana no Kuwait, quando é chamada uma reunião de emergência para institucionalizar a agenda *The Situation Between Iraq and Kuwait*. Dentro da agenda de discussão, a crise passa por um processo de politização, quando o comportamento iraquiano passa ser representado como uma violação à paz e segurança não apenas da região do Oriente Médio, mas do cenário internacional.

Nesse momento, no âmbito do CSONU, invoca-se o do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas e os artigos 39 e 40 que ditam, respectivamente:

O Conselho de Segurança deve determinar a existência de qualquer ameaça à paz, violação da paz ou ato de agressão e deve fazer recomendações ou decidir quais medidas devem ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, para manter ou restaurar a paz internacional e segurança¹²⁵.

A fim de prevenir o agravamento da situação, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir sobre as medidas previstas no Artigo 39, solicitar às partes interessadas que cumpram as medidas provisórias que julgar necessárias ou desejáveis. Essas medidas provisórias não prejudicarão os direitos, reivindicações ou posição das partes interessadas. O Conselho de Segurança levará devidamente em conta o descumprimento de tais medidas provisórias¹²⁶.

Ambos são utilizados para alertar o Iraque do contencioso que está a ser formado diante de um *ato de agressão* contra o território de um Estado soberano e membro da ONU (WALKER, G., 1991). Além disso, a reivindicação dos artigos supracitados demonstra como

¹²⁵ The Security Council shall determine the existence of any threat to the peace, breach of the peace, or act of aggression and shall make recommendations, or decide what measures shall be taken in accordance with Articles 41 and 42, to maintain or restore international peace and security.

¹²⁶ In order to prevent an aggravation of the situation, the Security Council may, before making the recommendations or deciding upon the measures provided for in Article 39, call upon the parties concerned to comply with such provisional measures as it deems necessary or desirable. Such provisional measures shall be without prejudice to the rights, claims, or position of the parties concerned. The Security Council shall duly take account of failure to comply with such provisional measures

as delegações dos países membros do CSONU estão a observar o caminho da guerra traçado por Bagdá. Nesses termos, leva-se à determinação, no âmbito do CSONU e a partir da Resolução 660, da retirada imediata e incondicional das forças iraquianas do Kuwait (CSNU, 1990; WALKER, G., 1991; HENRIKSEN, 2007; PATRIOTA, 2010).

A Resolução 660 do CSONU se baseia na Resolução 3314 da Assembleia Geral da ONU de 1974 que define *agressão*. No Art. 1, agressão é definida como “o uso de força armada por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro Estado, ou de qualquer outra forma inconsistente com a Carta das Nações Unidas, conforme estabelecido nesta Definição¹²⁷”.

Ao mesmo tempo, concebe como *ato de agressão*, independentemente de uma *declaração de guerra*, conforme inciso *a* do artigo 3, “a invasão ou ataque pelas forças armadas de um Estado ao território de outro Estado, ou qualquer ocupação militar, mesmo que temporária, resultante de tal invasão ou ataque, ou qualquer anexação pelo uso da força do território de outro Estado ou parte dele¹²⁸”.

É fato relevante notar que após a invasão iraquiana resta claro que várias nações tentam intervir diplomaticamente para alcançar uma solução que não escalone para o conflito direto, apesar da relutância dos Estados Unidos em dialogar com o Iraque (SALINGER, 1995, p. 606). Para Tariq Aziz, essa relutância é um indicativo da mudança dos objetivos da política externa do Estados Unidos para a região. Com a mudança, os EUA abrem mão da estratégia de cooptação para atuar de maneira mais incisiva. Segundo Aziz, “(...) não tínhamos ilusões sobre as intenções militares dos Estados Unidos. Os Estados Unidos estavam fazendo de tudo na direção de uma guerra¹²⁹”.

De tal maneira, em **06 de agosto**, quatro dias após observar o não cumprimento das exigências da Resolução 660, o Conselho de Segurança levanta a Resolução 661. Esse documento, da mesma forma que o anterior, tem como parâmetro a Resolução 3314 da Assembleia Geral da ONU de 1974, especificamente o inciso 2 do Artigo 5, que afirma: “Uma guerra de agressão é um crime contra a paz internacional. A agressão dá origem à *responsabilidade internacional*¹³⁰” (grifo nosso).

¹²⁷ the use of armed force by a State against the sovereignty, territorial integrity or political independence of another State, or in any other manner inconsistent with the Charter of the United Nations, as set out in this Definition. Para mais vide: <http://hrlibrary.umn.edu/instreet/GAres3314.html>

¹²⁸ The invasion or attack by the armed forces of a State of the territory of another State, or any military occupation, however temporary, resulting from such invasion or attack, or any annexation by the use of force of the territory of another State or part thereof;

¹²⁹ We didn't have any illusions about the military intentions of the United States. The United States was doing everything in the direction of a war.

¹³⁰ A war of aggression is a crime against international peace. Aggression gives rise to international responsibility

A Resolução 661 pode ser observada como um marco para a escalada da Guerra, porque decide por sanções econômicas, como o embargo, mas vai além. A partir da noção de *responsabilidade internacional* menciona o Art. 51 do capítulo VII da Carta da ONU. Esse artigo, conforme observado abaixo, versa sobre o direito inerente à legítima defesa individual ou coletiva (WALKER, G., 1991; PATRIOTA, 2010), mas, através dos artigos 41 e 42 da Carta, mantém o tratamento da crise sob o domínio do CSONU (WALKER, G., 1991).

Nada na presente Carta deverá prejudicar o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva se um ataque armado ocorrer contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para manter a paz e a segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício deste direito de legítima defesa devem ser imediatamente comunicadas ao Conselho de Segurança e não devem de forma alguma afetar a autoridade e responsabilidade do Conselho de Segurança nos termos da presente Carta de tomar, a qualquer momento, ações como esta considerar necessário para manter ou restaurar a paz e segurança internacionais¹³¹ ” (ONU, 1945)

Em **8 de agosto**, ou seja, seis dias após a invasão, Saddam Hussein anexa o Kuwait, transformando-o na 19ª província iraquiana. Em **9 de agosto**, é aprovada a Resolução 662, que declara nula e sem valor, a anexação engendrada pelo Iraque. De tal modo, a Resolução clama a todo organismo da comunidade internacional que assim perceba a ação iraquiana (WALKER, 1991).

Nesse momento são identificados, conforme Quadro 17, quatro fatores que afetam o processo de resolução do conflito e, conseqüentemente, a produção das Resoluções no âmbito da CSONU. Dois desses fatores podem ser interpretados como favoráveis à guerra como ferramenta de resolução do conflito, enquanto os outros podem ser observados como contrários ao exercício da guerra com essa finalidade e, conseqüentemente, favoráveis ao emprego de sanções econômicas e diplomáticas.

Quadro 18 - Fatores pacíficos e não-pacíficos para resolução da Crise Iraque-Kuwait

Fatores	Evidências	
<p>Pacíficos: sanções econômicas e diplomáticas</p>	<p>Os debates entre as Delegações, no CSONU,</p>	<p>As resoluções aprovadas para a retirada imediata e incondicional do Iraque do território kuwaitiano</p>

¹³¹ Nothing in the present Charter shall impair the inherent right of individual or collective self-defense if an armed attack occurs against a Member of the United Nations, until the Security Council has taken measures necessary to maintain international peace and security. Measures taken by Members in the exercise of this right of self-defense shall be immediately reported to the Security Council and shall not in any way affect the authority and responsibility of the Security Council under the present Charter to take at any time such action as it deems necessary in order to maintain or restore international peace and security. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>

	para postergar ou evitar a guerra	centradas nas sanções econômicas e diplomáticas
Não-pacífica: Guerra	A hesitação imediata ¹³² de George Bush	As UDF dos EUA

Fonte: Elaboração própria a partir de BRANDS, 2004; HENRIQSEN, 2007; PATRIOTA, 2010.

Além dos dois fatores acima identificados, Patriota (2010) enxerga mais outros dois que fazem com que o fiel da balança incline para uma solução não-pacífica, ou seja, para o recurso da guerra como ferramenta para solução da crise do Golfo Pérsico. No CSONU, identifica uma (i) *convergência de interesses* entre as duas superpotências; e (ii) uma *aquiescência passiva* entre os membros permanentes e não-permanentes do Conselho, então formado por Canadá, Colômbia, Costa do Marfim, Cuba, Etiópia, Finlândia, Malásia, Romênia, Iêmen e Zaire.

Desses dois fatores salientados por Patriota (2010), a evidência do primeiro - *convergência de interesses* – pode ser interpretada a partir da nota conjunta¹³³ de EUA e URSS, divulgada em Helsinque, em pouco mais de 1 mês após a invasão, em **09 de setembro**, que declara: “Estamos unidos na crença de que a agressão do Iraque não deve ser tolerada. Nenhuma ordem internacional pacífica é possível se Estados maiores puderem devorar seus vizinhos menores¹³⁴”.

A evidência do segundo fator – *aquiescência passiva* – é encontrada quando o CSONU autoriza, pela primeira vez com anuência dos cinco membros permanentes, uma operação militar para reverter um ato de agressão. Apesar do Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellas, em um primeiro momento, não autorizar a bandeira da ONU na coalizão que começa a ser formada (PATRIOTA, 2010).

Tem-se aqui, portanto, que ao fim de quase quatro meses de debates no CSONU, a balança decisória passa a pender para o caminho do conflito direto, quando a guerra é apresentada como alternativa mais viável para a resolução imediata da crise. Essa via ocorre devido a três condições:

¹³² Importa registrar que há autores que não concordam com essa interpretação e identificam os EUA como o primeiro país ocidental a responder à invasão iraquiana “*without hesitation*” devido os seus interesses vitais na região. A demora decorre na estrutura organizacional da decisão, que faz com que haja uma relativa demora em responder imediatamente aos eventos de crise (KHADDURI; GHAREBB, 2001, p. 122-123).

¹³³ Soviet Union-United States Joint Statement on the Persian Gulf Crisis

¹³⁴ We are united in the belief that Iraq's aggression must not be tolerated. No peaceful international order is possible if larger states can devour their smaller neighbors. In: Soviet Union-United States Joint Statement on the Persian Gulf Crisis. September 09, 1990. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/soviet-union-united-states-joint-statement-the-persian-gulf-crisis>

- (i) O papel e percepção dos líderes diretamente envolvidos no conflito, Saddam Hussein e George Bush;
- (ii) O efeito das Resoluções, que mesmo depois da imposição de 12 resoluções com sanções econômicas e diplomáticas, não consegue fazer com Bagdá retire suas forças do Kuwait; e
- (iii) O papel desempenhado pela delegação do Estados Unidos no CSONU para resolver a crise.

Importa observar que a terceira condição, pertinente ao papel desempenhado pelos EUA, nesse momento da crise, é desenvolvido em função da interação que se sucede durante a primeira fase da crise. Como já dito acima, antes da invasão iraquiana, Washington opera para manter uma relação de amizade com Bagdá, porém, dada a invasão ao Kuwait, busca desconstruir a imagem de amigo e construir a de inimigo.

Na pesquisa, essa mudança no papel desenvolvido pelos EUA é observada a partir das entrevistas que George Bush fornece ao longo dessa etapa da crise, mas também é possível encontrar evidências dessa política a partir do exercício discursivo operado por sua Delegação no CSONU. No entanto, os fatores que Patriota (2010) elenca para afirmar a existência de um caminho violento para a resolução da crise, calcado na *convergência de interesses* entre as superpotências e na *acquiescência passiva* entre os países-membros do CSONU, não são totalmente corroborados pela análise dos dados encontrados na Agenda *The Situation Between Iraq and Kuwait*.

Em função disso, ao sopesar a relação entre as ações e as possibilidades decisórias dentro de um contexto de jogo de dois níveis, é possível inferir que, apesar da hesitação inicial de George Bush, o seu círculo interno já tinha em mente a inevitabilidade da guerra. De tal forma, atuam para tornar o ambiente do CSONU inclinado aos seus interesses e, conseqüentemente, também favorável ao caminho para a guerra, o que implica o uso da força contra o Iraque.

Segundo Brands (2004), o jogo de dois níveis ocorre quando, no nível doméstico, o Grupo Simples afirma a necessidade de desenvolver uma capacidade ofensiva contra o Iraque de maneira unilateral, enquanto na arena internacional, especificamente nas reuniões da Agenda Iraque-Kuwait no CSONU, busca o endosso multilateral para as ações dos EUA na região. Essa busca pode ser observada a partir dos debates entre as delegações ao votarem as resoluções, encontrados nos *voting records*.

Como exemplo da dualidade da política externa dos EUA, tem-se o S/PV.2932. Esse documento é referente a Resolução 660, através dele observa-se a delegação estadunidense conchamar a todos que “é o tempo da paz e da diplomacia, não o tempo da guerra e da agressão¹³⁵”, na tentativa de sensibilizar a delegação iraquiana para sua retirada do Kuwait. Da mesma forma, após à Resolução 661, que menciona o Art. 51, no S/PV.2934, a Delegação estadunidense passa a mencionar abertamente suas intenções de escalonamento do conflito. Nesse momento, informa, por exemplo, que “a pedido dos governos da região, os Estados Unidos aumentaram sua presença na região¹³⁶”. Suas intenções tornam-se ainda mais cristalinas no discurso da S/PV.2938, referente a Resolução 665, quando assevera o direito que a Carta da ONU fornece ao Conselho de Segurança em utilizar a força armada.

Com o intuito de tornar mais cristalino a percepção da delegação estadunidense em torno do conflito, bem como das outras delegações que compõem o CSONU, a seguir, a pesquisa adentra nos *voting records* para verificar a relação de aproximação ou distanciamento entre os discursos dessas delegações.

4.2.2.2 ACA dos voting records da Crise do Golfo

Destarte, nessa etapa da tese, a pesquisa versa sobre a análise do conteúdo dos *voting records* produzidos durante os debates que cercam a construção das resoluções que o CSONU levanta contra o Iraque. Essas resoluções têm o objetivo geral de fazer com que Saddam Hussein acabe com a agressão e se retire das fronteiras kuwaitianas, porquanto, o processo de construção desses dispositivos é acompanhado de uma série de discussões entre as delegações sobre como tratar a crise.

No entanto, dado o objetivo da pesquisa, importa deter atenção em como essas delegações se comportam em torno dos pronunciamentos da delegação dos Estados Unidos, dado que é esse Estado que apresenta a proposta de resolver a crise a partir de meios violentos. Assim, como ressaltado no capítulo metodológico, dentro dos procedimentos técnicos da ACA são operadas duas técnicas, a CHD e a AFC, para a análise dos dados, para então construir um Quadro que torna os dados produzidos mais cristalinos à compreensão do leitor.

O **primeiro**¹³⁷ documento de análise é o S/PV.2932. Os dados desse documento são constituídos por doze *voting records* pertinentes à Resolução 660. No tratamento desses dados,

¹³⁵ It is the time for peace and diplomacy, not the time for war and aggression

¹³⁶ at the request of Governments in the region, the United States has increased its presence in the area

¹³⁷ Opta-se por deixar em negrito o referencial ordenatório relacionado ao *voting records*. Essa escolha é para facilitar a leitura e compreensão linear dos dados e resultados da pesquisa.

para que seja possível as análises de CHD e AFC, é necessário sair do *default* operado pelo IRAMUTEQ para o Método de Reinert. Assim, reduz-se a 6 o “número de classes terminais 1”. Assim a análise dos dados atinge o percentual equivalente a 83,48% do *corpus*, ou seja, 96 de 115 segmentos de textos que formam o corpus original.

Da análise desse *corpus*, são extraídas seis classes de palavras agrupadas conforme o dendrograma abaixo:

Figura 22 - CHD do S/PV.2932 (Resolução 660)

Classe 5 Linguagem Protocolar	19,8%	Classe 4 Resolução da Crise	19,8%	Classe 3 Segurança Internacional	25%	Classe 2 Ocupação do Kuwait	17,3%	Classe 1 Libertação do Kuwait	15,4%
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
Month	66,42	Effort	29,87	Nation	25,15	Territory	32,07	Order	26,37
Sir	45,24	Crisis	25,94	Security	21,62	Iraqi	24,12	Hope	20,87
Malaysia	40,25	Problem	20,67	Sovereignty	19,02	Kuwait	22,22	Country	16,08
Congratulate	40,25	Mean	16,92			Today	18,09	Free	15,48
Presidency	34,66	Support	16,76			Statement	18,09		
Assumption	29,87	Deal	16,28						
Work	25,94								
Razali	25,94								

Fonte: Elaboração própria (2021)

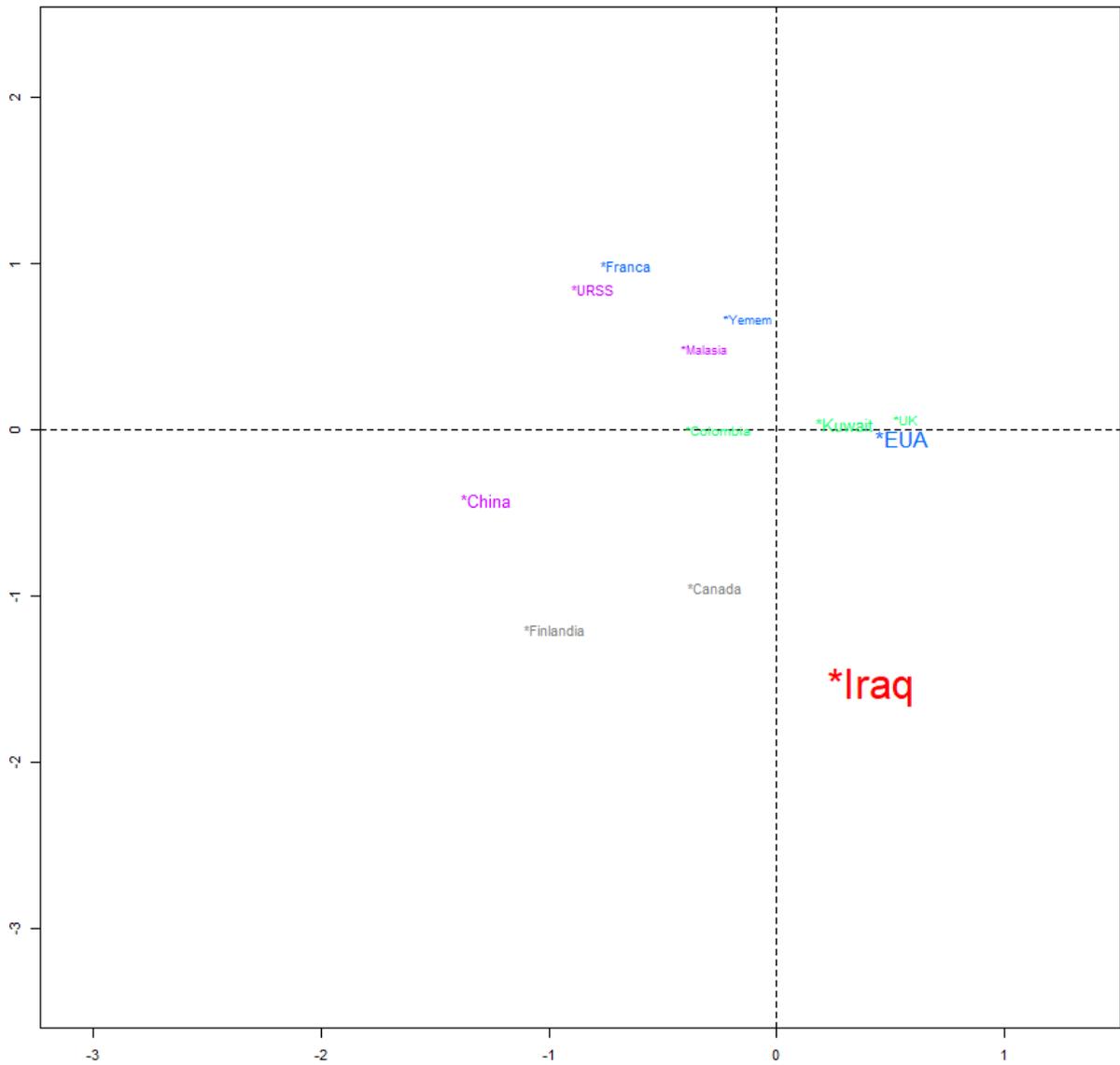
Ao observar essa CHD constata-se que a partir da significância estatística medida pelo χ^2 das palavras no *corpus*, as classes são distribuídas em dois ramos que formam um dendrograma de 5 classes de palavras dispostas da esquerda para a direita na seguinte ordem: Classe 5: Linguagem Protocolar (19,8%); Classe 4: Resolução da Crise (19,8%); Classe 3: Segurança Internacional (25%); Classe 2: Ocupação do Kuwait (17,3%); e Classe 1: Libertação do Kuwait (15,4%).

A Classe 5 faz parte de um dos dois ramos do dendrograma. Ela é vinculada à formalidade discursiva das delegações ao iniciar suas respectivas falas. Por isso duas características são salientes nessa classe: (i) a distância em relação as outras classes e (ii) o uso de termos que congratulam a presidência do CSONU, como *Congratulate Presidency Malaysia* e *Razali*, então presidente do CSONU.

Por seu turno, o segundo ramo do dendrograma versa exatamente sobre a crise. Nesse ramo são observados dois subgrupos de palavras. O primeiro subgrupo é formado pela maior aproximação entre as Classes 4 e 3. Elas fazem referências à segurança internacional e a crise na região como um problema que requisita esforços comuns para sua resolução. Por seu turno, a Classe 2 e 1 são semelhantes no tocante ao objeto da reunião, o Kuwait. Enquanto aquela se preocupa com a ocupação do Kuwait por forças militares iraquianas, esta se atém a conclamar esperança e requerer a libertação daquele país.

Essa interpretação da CHD pode ser avaliada a partir da AFC, quando fica evidente a disposição entre os dados produzidos por cada delegação. Dentro de um plano cartesiano é demonstrado a relação de coocorrência entre os discursos de cada delegação através da distância entre as classes, que passam a representar as delegações, dado que as classes são formadas pelos dados produzidos por esses atores. Dessa maneira deduz-se a atuação e os interesses de cada país na crise.

Figura 23 - AFC do S/PV.2932 (Resolução 660)



Fonte: Elaboração própria (2021)

Para tornar mais didático observar a relação entre a CHD e a AFC, o Quadro 18 categoriza as delegações em função das cores e classes. Assim, tem-se:

Quadro 19 - CHD x AFC do S/PV.2932 (Res. 660)

Classe	Cor	Países	Exemplo
1 Libertação do Kuwait	Vermelho	Iraque	O governo do meu país espera que a ordem seja rapidamente restaurada em kuwait e que os próprios kuwaitis decidam sobre seu futuro, livres de qualquer intervenção externa ¹³⁸

¹³⁸ my country's government hopes that order will be swiftly restored in kuwait and that the kuwaitis themselves will decide upon their future free from any outside intervention

2 Ocupação do Kuwait	Cinza	Canadá	Nossa presença aqui esta manhã, a esta hora da madrugada, é evidência da profunda preocupação dos membros deste conselho e da comunidade internacional sobre a situação perigosa em Kuwait, que foi causada pela invasão nua e crua do Iraque de seu território ¹³⁹
		Finlândia	Instamos o Iraque a retirar suas forças do território que ocupou. Instamos as partes a resolver sua disputa de maneira pacífica ¹⁴⁰
3 Segurança Internacional	Verde	Kuwait	a solução pode ser encontrada nas cartas das nações unidas e da liga árabe e nos princípios do não alinhamento e da retidão e justiça do islamismo ¹⁴¹
		Colômbia	particularmente em um futuro próximo, a soberania e a autodeterminação dos pequenos estados que constituem a maioria dos membros das nações unidas estarão comprometidas se, de uma forma ou de outra, tolerarmos o uso da força para intervir nos assuntos internos de outros estados ¹⁴²
		Reino Unido	Destaco em particular os pontos levantados por nosso colega da Colômbia quando disse que o conselho de segurança deve proteger como uma de suas funções primárias os pequenos, os vulneráveis e os indefesos ¹⁴³
4 Resolução da Crise	Azul	EUA	apoiar um processo de solução negociada para as diferenças entre o Iraque e Kuwait e, particularmente, os esforços que estão sendo realizados pela liga árabe a esse respeito ¹⁴⁴
		Iêmen	apoiamos todos os esforços dos países árabes, individual e coletivamente, para conter a crise que estão ocorrendo agora no Cairo, onde os chanceleres dos países árabes estão se reunindo para tratar do assunto. ¹⁴⁵
		França	saudamos os esforços de mediação árabe e a realização de uma reunião de primeira rodada em Jidá entre as duas partes; na verdade, acreditamos que o diálogo é o único meio possível para resolver a disputa entre o Iraque e Kuwait ¹⁴⁶
5 Linguagem Protocolar	Roxo	China	Antes de mais nada, senhor, permita-me parabenizá-lo por sua assunção da presidência do conselho neste mês. Acreditamos que, sob sua orientação talentosa, o conselho registrará novas conquistas ¹⁴⁷
		URSS	Senhor presidente, permita-me, em primeiro lugar, parabenizá-lo por assumir as responsabilidades de presidente do conselho neste

¹³⁹ our presence here this morning at this early hour is evidence of the deep concern of the members of this council and the international community about the dangerous situation in Kuwait which has been caused by the naked Iraqi invasion of its territory

¹⁴⁰ we urge Iraq to withdraw its forces from the territory it has occupied we urge the parties to settle their dispute in a peaceful manner

¹⁴¹ the solution can be found in the charters of the United Nations and the Arab League and the principles of non-alignment and of Islamic righteousness and justice

¹⁴² particularly in the near future the sovereignty and self-determination of small states which make up the majority of members of the United Nations will be jeopardized if in one fashion or another we were to condone the use of force to intervene in the internal affairs of other states

¹⁴³ I particularly pick out the points made by our colleague from Colombia when he said that the Security Council must protect as one of its primary duties the small, the vulnerable and the defenseless

¹⁴⁴ support a process of negotiated solution to the differences between Iraq and Kuwait and particularly the efforts being undertaken by the Arab League in this regard

¹⁴⁵ we support all efforts by Arab countries individually and collectively to contain the crisis those efforts are going on now in Cairo where the foreign ministers of the Arab countries are meeting to deal with the matter

¹⁴⁶ we had welcomed the efforts at Arab mediation and the holding of a first round meeting at Jiddah between the two parties in fact we believe that dialogue is the only possible means for resolving the dispute between Iraq and Kuwait

¹⁴⁷ first of all sir allow me to congratulate you upon your assumption of the presidency of the Council for this month we believe that under your talented guidance the Council will register new achievements

			momento difícil e desejar-lhe sucesso em seu trabalho responsável ¹⁴⁸
		Malásia	em nome de minha delegação, gostaria de parabenizá-lo, senhor, e expressar nossos melhores votos por sua assunção da presidência do conselho neste mês ¹⁴⁹

Da AFC produzida a partir da ACA sobre os dados decorrentes do S/PV.2932 verifica-se que os discursos das delegações, quando distribuídos no plano cartesiano, estão situados distante uns dos outros. Assim, apesar de existir um ponto de convergência – solucionar a Agenda Iraque-Kuwait – as considerações sobre o evento, nesse momento, ainda não estão em ressonância.

Dada essa característica inicial, também é destaque o fato de que o Iraque é a única delegação representada pela Classe 1, cujas palavras com significância estatística são *Order, Hope, Country, Free*. Essas palavras, quando contextualizadas, representam a percepção iraquiana de buscar resolver o impasse, no CSONU, a partir da mediação, sem que forças estrangeiras afetem o processo de negociação. Como essa classe está relacionada à Classe 2, em que Canadá e Finlândia são representantes, entende-se que a relação decorre do fato dessas delegações buscarem um caminho pacífico sem a interferência estrangeira. Na relação entre as classes 3 e 4, nota-se, com os exemplos apresentados, que a ideia por trás de uma solução autóctone para o conflito permeia todas as delegações, inclusive, nesse momento, a dos EUA. A ideia de construir um cenário de negociação pacífica marca a votação da Resolução 660.

Por fim, a Classe 5, expressa o que é observado como mais significativo abordado pelas delegações de China, URSS e Malásia, a formalidade do seu discurso. Importa reiterar que mesmo que essas delegações relatem surpresa com o comportamento agressivo iraquiano, pela ACA, o que se percebe, como exemplificado, é que seus discursos são mais formais. Não ao acaso, estas delegações estão localizadas na classe referente aos discursos protocolares.

O **segundo** documento em análise é o S/PV.2933 referente a Resolução 661. O corpus referente a esse documento é produzido a partir de 17 discursos que, ao serem tratados, formam 270 segmentos textos. Desses, 81,85% são analisado, ou seja, 221 segmentos de texto. Importa observar que da mesma maneira como ocorre com o primeiro documento, é necessário sair do *default* do Método de Reinert operado no IRAMUTEQ e também reduzir a 6 o “número de classes terminais na fase 1”, para só, então, atingir o percentual válido para análise.

¹⁴⁸ mr president allow me first of all to congratulate you upon your shouldering the responsibilities of president of the council at this difficult hour and to wish you success in your responsible work

¹⁴⁹ on behalf of my delegation i should to congratulate you sir and express our best wishes on your assumption of the presidency of the council for this month

Destarte, a partir desse *corpus* são construídas 3 classes de palavras, conforme figura abaixo:

Figura 24 - CHD do S/PV.2933 (Resolução 661)

Classe 3 Aplicação da Resolução	35,29%	Classe 2 Invasão Iraquiana	29,65%	Classe 1 Segurança Internacional	40,8%
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
Resolution	81,92	Iraqui	53,76	Principle	53,98
Draft	67,89	troop	24,98	Integrity	41,27
Support	21,78	Occupy	22,27	Territorial	38,33
Sponsor	17,2	Invade	18,43	International	32,38
		withdrawal	18,74	Security	31,1
				Peace	29,67
				Sovereignty	24,62
				Law	15,82

Fonte: Elaboração própria

Essa CHD demonstra maior objetividade nos assuntos tratados pelas delegações, pois são formadas apenas três classes de palavras. O primeiro ramo do dendrograma é composto por duas classes, a Classe 3: Aplicação da Resolução e a Classe 2: Invasão Iraquiana. Juntas essas categorias somam 64,94% do corpus. Por seu turno, o segundo ramo do dendrograma é composto pela Classe 1: Segurança Internacional, que ocupa 40,8% do corpus.

Ao interpretar esse dendrograma, observa-se que a composição das Classes 3 e 2 são mais objetivas e tratam do objetivo central da agenda: aplicar os termos da resolução para forçar a retirada das forças iraquianas do território kuwaitiano. Em que pese essa observação, importa lembrar que o corpus em análise é referente à votação da Resolução 661, que trata do “direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva se um ataque armado ocorrer contra um Membro das Nações Unidas” (ONU, 1945), o que implica a possibilidade de uso da força

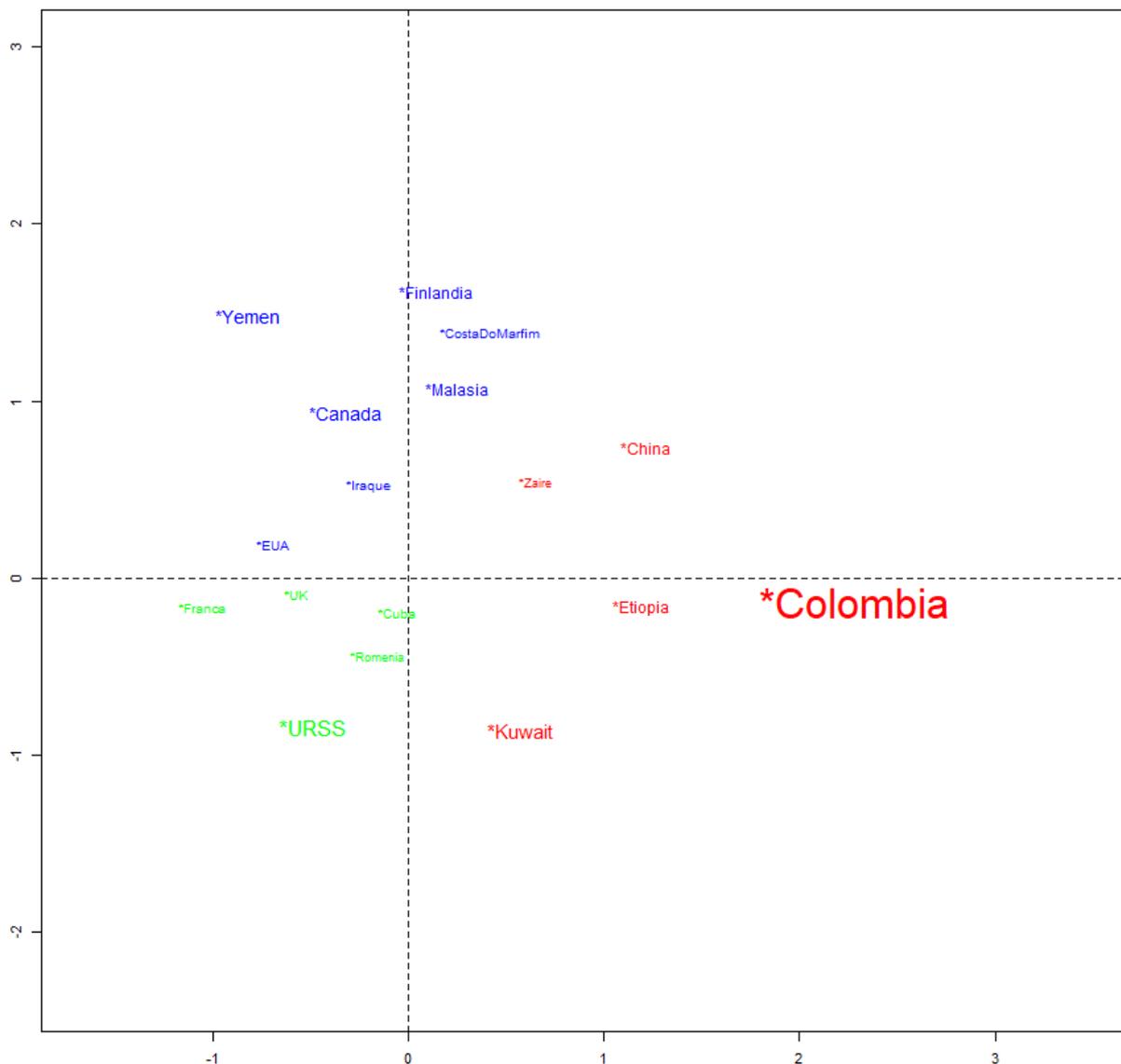
militar para conter os interesses iraquianos, bem como para solucionar imeditamente a crise com a retirada das forças iraquianas do Kuwait.

Dentro dessas classes, especificamente, na Classe 3, o debate gira em torno da possibilidade e forma de restituir a autoridade legítima do governo kuwatiano sobre a integridade do seu território em função da aplicação de medidas excepcionais, como o uso da força por atores estrangeiros.

Por seu turno, a composição da Classe 1 é referente à segurança internacional. Nessa classe, as delegações pertinentes estão a operar um debate em torno da validade do Art. 51 em que pese garantir a restauração da paz e da segurança internacional.

Essa interpretação é otimizada a partir da AFC, ao mensurar e verificar a associação entre os discursos das delegações. Assim, tem-se o seguinte plano cartesiano:

Figura 25 - AFC do S/PV.2933 (Resolução 661)



Fonte: Elaboração própria

Para tornar mais didática a relação entre CHD e a AFC do *voting records* referente à Resolução 661 tem-se o Quadro 19 seguinte:

Quadro 20 - CHD x AFC do S/PV.2933 (Res. 661)

Classe	Cor	Países	Exemplo
1 Segurança Internacional	Vermelho	China	devem ser mantidos os princípios da carta_da_unidade_da_unidade e as normas que regem as relações internacionais e que deve ser combatido o recurso à força ou a ameaça de força de qualquer país para violar a soberania e integridade territorial de outro país ¹⁵⁰
		Colômbia	a colômbia desde a fundação das uniões tem apontado os danos causados pelo exercício desse poder de veto discriminatório e desejamos aproveitar esta oportunidade para exigir o respeito e o cumprimento dos princípios do direito internacional, cuja primazia está na base da convivência, harmonia e paz universal ¹⁵¹
		Zaire	Zaire considera a ocupação pela força de Kuwait pelo Iraque como uma negação clara de todos os princípios do direito internacional de que a invasão constitui uma violação da Carta das Nações Unidas e dos princípios fundamentais nos quais os países non_aligned_movement se baseiam ¹⁵²
		Etiópia	por ser um país muito próximo daquela região, a Etiópia está preocupada com o fato de a situação poder ser ainda mais exacerbada por não atender ao apelo da comunidade internacional para a retirada imediata das forças de ocupação e para a restauração da independência de soberania e integridade territorial de Kuwait ¹⁵³
		Kuwait	o conselho adotou esta resolução porque acredita que uma agressão brutal e não iniciada foi infligida a um dos membros da comunidade internacional. O agressor não se limitou a violar a integridade territorial do estado de kuwait, na verdade, ocupou todo o solo sagrado de kuwait ¹⁵⁴
2	Verde	URSS	A União Soviética também convocou as organizações regionais, especialmente a Liga Árabe, mas também o Movimento dos Não-Alinhados e a Organização da

¹⁵⁰ the principles of the united nations charter and the norms governing international relations must be maintained and that resort to force or the threat of force by any country to violate the sovereignty and territorial integrity of another country must be opposed

¹⁵¹ Colombia has since the founding of the united nations pointed out the harm caused by the exercise of that discriminatory veto power and we wish an take this opportunity to urge respect for and compliance with the principles of international law the primacy of which underlies coexistence harmony and universal peace

¹⁵² Zaire regards the occupation by force of Kuwait by Iraq as a clear cut negation of all the principles of international law that invasion constitutes a violation of the united nations charter and of the fundamental principles on which the Non Aligned Movement countries is based

¹⁵³ as a country in close proximity it that region Ethiopia is concerned that the situation could be further exacerbated by failure to heed the call of the international community for immediate withdrawal of the occupation forces and for the restoration of the sovereignty independence and territorial integrity of Kuwait

¹⁵⁴ the council adopted this resolution because it believes that brutal unwarted aggression has been inflicted on one of the members of the international community the aggressor did not confine itself to violating the territorial integrity of the state of Kuwait indeed it has occupied the entire sacred soil of Kuwait

Invasão Iraquiana			Conferência Islâmica para tomar todas as medidas possíveis para garantir a retirada das tropas iraquianas de Kuwait ¹⁵⁵
		Reino Unido	ao longo de cinco dias, nossas esperanças de conformidade do Iraque com a resolução 660 foram realmente desapontadas, longe de ver uma retirada incondicional, como tantas vezes proclamada, vimos, em vez disso, o fortalecimento das forças iraquianas em Kuwait ¹⁵⁶
		França	A França deu apoio sem reservas à resolução 660 de 1990, adotada em 2 de agosto pelo conselho em nível nacional, condenou a agressão iraquiana contra Kuwait e pediu a retirada imediata e incondicional das tropas iraquianas ¹⁵⁷
		Cuba	minha delegação não tem dúvidas de que a adoção deste projeto de resolução está longe de ajudar a trazer uma solução rápida para este conflito que acreditamos deve ser alcançado por meio da retirada das forças iraquianas e da restauração total da soberania de Kuwait ¹⁵⁸
		Romênia	Estou aberto à correção, mas acredito que a invasão do Iraque é a primeira dos tempos modernos em que um estado árabe invadiu e ocupou o território de um país irmão árabe ¹⁵⁹
3 Aplicação da Resolução	Azul	EUA	meu governo se juntou a outros nove países para patrocinar o projeto de resolução que temos diante de nós hoje, o projeto de resolução é uma resposta à gritante agressão do Iraque contra Kuwait, um estado membro soberano do united_nations ¹⁶⁰
		Iraque	acreditamos, portanto, que este termo permite que uma agressão seja cometida por um terceiro estado da região com todo o respeito pelo conselho e pelos estados que patrocinam o projeto de resolução não posso deixar de frisar um fato que é do conhecimento de todos. ¹⁶¹
		Canadá	as decisões do conselho são obrigatórias para todos os estados membros, incluindo o fracasso do Iraque em cumprir os termos da resolução 660. 1990 deixa este conselho sem alternativa a não ser considerar que medidas adicionais podem ser aplicadas para dar efeito à resolução ¹⁶²
		Malásia	o apoio da Malásia ao projeto de resolução baseia-se na premissa de que removerá a perspectiva de qualquer ação

¹⁵⁵ the Soviet Union also called upon regional organizations particularly the League Arab but also the Non Aligned Movement and the Organization of the Islamic Conference to take all possible steps to ensure the withdrawal of iraqi troops from Kuwait

¹⁵⁶ over five days our hopes of iraqi compliance with resolution 660 have been disappointed indeed far from seeing an unconditional withdrawal as so often trumpeted we have seen instead the further entrenchment of iraqi forces in Kuwait

¹⁵⁷ France gave unreserved support to resolution 660 adopted on 2 august by the council at the national level it condemned the iraqi aggression against Kuwait and called for the immediate and unconditional withdrawal of iraqi troops

¹⁵⁸ my delegation has no doubt that the adoption of this draft resolution far from helping to bring a speedy solution to this conflict which we believe must be achieved through tie withdrawal of iraqi forces and the full restoration of kuwait's sovereignty

¹⁵⁹ i stand open to correction but i believe that the iraqi invasion is the first in modern times in which an arab state has invaded and occupied the territory of a brother arab country we do not despair

¹⁶⁰ my government has joined nine other countries in sponsoring the draft resolution before us today the draft resolution is in response to Iraq's blatant aggression against Kuwait a sovereign state member of the united nations

¹⁶¹ we therefore believe that this term allows fa aggression to be committed by a third state in the region with all due respect for the council and for the states that are sponsoring the draft resolution i cannot fail to stress one fact that is know to everyone

¹⁶² the decisions of the council are binding on all member states including Iraq failure to comply with the terms of resolution 660 leaves this council with no alternative but to consider what further measures can be applied to give effect to the resolution

			militar unilateral ou quase militar na região por potências externas ¹⁶³
		Costa do Marfim	também está patrocinando o novo projeto de resolução que espera restaurar a dignidade da pequena terra de Kuwait e seus dignos filhos e permitir-lhes restabelecer a paz de que a região do golfo tanto precisa ¹⁶⁴
		Finlândia	enfatizamos a importância da implementação das resoluções do conselho, de fato, esperávamos que a resolução 660 fosse implementada, mas até o momento, infelizmente, nada indica a implementação rápida dessa resolução ¹⁶⁵
		Iêmen	por isso rejeitamos totalmente qualquer intervenção estrangeira nos assuntos internos da região, notamos que enquanto discutimos o tema há movimentos militares, esperamos que o projeto de resolução a ser aprovado não seja um pretexto para uma intervenção na área ¹⁶⁶

Dessa configuração e conforme a disposição dos atores no plano cartesiano da AFC é possível observar que os discursos começam a se alinhar. Assim, enquanto na primeira AFC, as delegações estão dispostas ao longo do plano cartesiano, aqui, as mesmas começam a se agrupar. Esse agrupamento, todavia, não é necessariamente de ressonância a uma ideia ou interesse específico, mas pertinente a um debate.

No caso do *voting records* da Resolução 661 o debate está relacionado à discussão em torno da legitimidade do instituto jurídico do Art. 51 da Carta. Indicativo desse debate é o agrupamento das delegações na Classe 3. Nessa classe, como é possível observar nos exemplos apresentados no quadro acima, algumas delegações, como a do Iêmen, deixam claro sua insatisfação em relação a possibilidade de potências estrangeiras apresentarem propostas de uso da força para a resolução de uma crise que também está a ser discutida fóruns regionais como a Liga Árabe.

Ao constatar esse fato, vale lembrar que nesse momento, a delegação estadunidense começa a operar o jogo de dois níveis. Enquanto, na arena externa, a posição estadunidense é de resolver a crise a partir meios não-violentos, no plano doméstico busca apoio para proposta que se desenvolve a partir da articulação entre o Grupo Simples e o Presidente, de resolver a crise a partir da guerra. Em face disso, o termo *Article 51* ainda está ausente no discurso da delegação estadunidense, apesar do debate.

¹⁶³ Malaysia's support for the draft resolution is predicated on the premise that it will remove the prospect of any unilateral military or quasi military action in the region by outside powers

¹⁶⁴ it is also sponsoring the new draft resolution which it hopes will restore the dignity of the little land of kuwait and its worthy sons and enable them to be establish peace which the gulf region so sorely needs

¹⁶⁵ we have emphasized the importance of implementing council resolutions indeed we had hoped that resolution 660 1990 would be implemented however as of now unfortunately nothing indicates the speedy implementation of that resolution

¹⁶⁶ hence we totally reject any foreign intervention in the internal affairs of the region we note that while we are discussing the topic there are military movements we hope that the draft resolution to be adopted will not be a pretext fa intervention in the area

Todavia, as consequências e as possibilidades decorrentes do exercício desse instituto começam a ser discutidas entre alguns países que compõem a Classe 3, dentro da qual está presente os EUA e o Iraque. Importa frisar que esse é apenas o início do debate, ele é mais desenvolvido nos próximos *voting records*. Assim, o debate é gerido mais pela posição contrária à legitimidade do Art. 51, presente na argumentação da delegação iraquiana. No argumento, a delegação acusa que a defesa do Art. 51, além de não seguir a formalidade da Carta das Nações Unidas, representa mais uma tentativa de legitimar um ato de ingerência, a partir de interesses escusos àqueles pertinentes aos países da região do Golfo Pérsico, do que propriamente uma proposta de resolução da crise.

O **terceiro** documento de análise é o S/PV.2934, referente à Resolução 662. Esse documento é constituído por 15 *statements* que formam 214 segmentos de texto. Com ACA, o método de Reinert operado com o IRAMUTEQ segue o default, o que permite a análise de 157 segmentos de texto e corresponde a 73,36% do *corpus*. Com essa análise é formado um dendrograma de 5 classes de palavras dispostas de acordo com a figura abaixo:

Figura 26 - CHD do S/PV.2934 (Resolução 662)

Classe 1 Objetivo da Resolução	17,8%	Classe 2 Segurança Internacional	13,4%	Classe 4 Outros	22,3%	Classe 3 Resolução da Crise: solução árabe	25,5%	Classe 5 Libertação do Kuwait	21%
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
Annex	23,79	Intention	33,45	Member	25,04	Arab	28,32	Sovereignty	57,76
Condemn	18,91	Law	29,55	Security	18	Situation	23,4	Territorial	53,26
Aggression	18,47	Norm	26,58			Effort	17,09	Integrity	48,82
Iraq	18,05	Instrument	26,58					Independence	40,13
Kuwait	16,13	International	17					Authority	18,47
								Restore	18,47
								Unite	15,42
								Colonizer	15,42

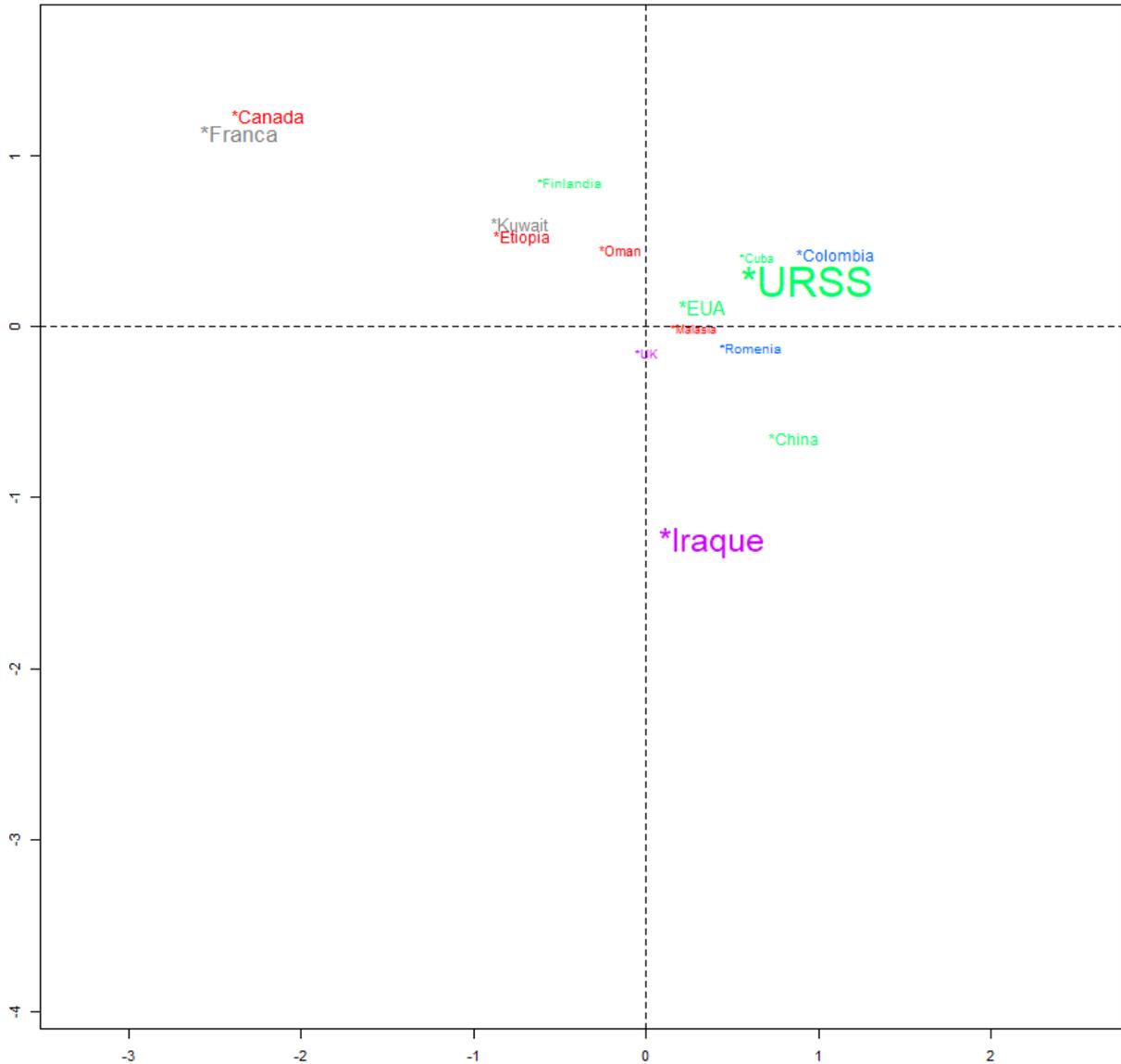
Fonte: Elaboração própria (2021)

No dendrograma acima, as cinco classes de palavras são distribuídas da seguinte forma: o primeiro ramo é formado por duas classes, a Classe 1: Objetivos da Resolução (17,8%) e a Classe 2: Segurança Internacional (13,4%). E o segundo ramo do dendrograma é formado pelas Classe 4: Outros (22,3%) e Classe 3: Resolução da Crise: Solução Árabe (25,5%) que estão ligadas à Classe 5: Libertação do Kuwait (21%). Importa observar que, dada a composição no corpus, as classes inseridas nesse segundo ramo são mais discutidas, já que ocupam 68,8% da discussão. Todavia, a significância estatística dos termos referentes à classe 4 não permitem uma interpretação mais substancial a ponto de observar uma denominação mais precisa a essa classe. Por isso, opta-se pela denominação *Outros* e observar com mais atenção a Classe 3 que trata dos interesses de resolução da crise a partir dos países localizados na região palco da crise.

Por seu turno, a configuração geral do dendrograma denota que os debates produzidos durante a votação da Res. 662 ainda estão centrados na surpresa do ataque iraquiano ao país vizinho. Diante disso, condenam o comportamento iraquiano, interpretado como um ato de agressão a um país soberano e membro da comunidade de nações. Conquanto, um ato que fere os princípios, as normas e o direito internacional, o que leva a ameaçar toda a segurança internacional. Em face dessa leitura, o segundo ramo do dendrograma demarca a importância de solucionar o problema a partir de uma proposta árabe para a crise, para a libertação do Kuwait das forças iraquianas e, conseqüentemente, para restaurar a soberania kuwaitiana.

Em que pese essas discussões, a AFC abaixo permite observar como cada delegação atua em torno do que está a ser discutido no processo de votação para a Resolução 662. Assim, tem-se a seguinte figura:

Figura 27 - AFC do S/PV.2934 (Resolução 662)



Ao relacionar o resultado da CHD com o plano cartesiano produzido da AFC tem-se o Quadro 20 seguinte:

Quadro 21 - CHD x AFC do S/PV.2934 (Res. 662)

Classe	Cor	Países	Exemplos
1 Objetivos da Resolução	Vermelho	Malásia	a malásia está extremamente desapontada e alarmada com a ação iraquiana de anexar kuwait - a ação foi tomada em face das resoluções 660 e 661 do Conselho, levantando questões muito graves sobre os passos a seguir ¹⁶⁷
		Oman	infelizmente, antes de ver qualquer resultado positivo de todos os esforços coletivos da comunidade internacional, ficamos sabendo com consternação da declaração emitida pelo alto

¹⁶⁷ Malaysia is extremely disappointed and alarmed by the iraqi action to annex kuwait the action was taken in the face of council resolutions 660 and 661 raising very grave questions about the steps ahead

			conselho revolucionário do Iraque anexando Kuwait ao Iraque ¹⁶⁸
		Etiópia	condenamos nos termos mais veementes possíveis esta última tentativa de obliteração súbita e forçada do estado de Kuwait por meio da invasão pelo Iraque do estado soberano e pacífico de Kuwait ¹⁶⁹
		Canadá	o anúncio ontem de que o Iraque anexou Kuwait foi feito em desafio a esta condenação internacional é um ato de gravidade excepcional e não pode ser tolerado, portanto, minha delegação votou a favor da resolução 662 ¹⁷⁰
2 Segurança Internacional	Cinza	França	Ontem, o Iraque deu mais um passo ao anunciar a fusão do Iraque e Kuwait, que é uma decisão extremamente séria tomada em violação do direito internacional e a Carta das Nações Unidas exige uma condenação total de nossa parte ¹⁷¹
		Kuwait	este é um princípio que pode, dada sua força, enfrentar a tirania da agressão iraquiana, que mostrou intenções hegemônicas ilimitadas e ameaça a paz e a estabilidade da região ¹⁷²
3 Resolução da Crise: Solução Árabe	Verde	EUA	na verdade, um irmão árabe por um lado e, por outro lado, que um país vizinho ameaçado saudá_arábia pediu ajuda aos estados_unidos e outros amigos, que agora foi fornecida sob o artigo 51 da carta. ¹⁷³
		URSS	a nosso ver, os esforços dos próprios países árabes podem desempenhar um papel especial aqui, evitando que a situação no golfo persa se expanda para um conflito militar ainda maior ¹⁷⁴
		Cuba	minha delegação expressa a esperança de que, dados os esforços conjuntos de todos os estados árabes, eles serão capazes de encontrar uma solução justa e rápida para este conflito e, assim, fechar a porta diante dos imperialistas de hoje e de ontem. ¹⁷⁵
		China	Sempre apoiamos os esforços de mediação dos estados árabes e esperamos que a cúpula tenha resultados positivos para ajudar a alcançar uma solução pacífica para a disputa atual. ¹⁷⁶
		Finlândia	notamos com satisfação que os países árabes não estão medindo esforços para aliviar a situação extremamente

¹⁶⁸ unfortunately before seeing any positive results of all the collective efforts of the international community we learned with dismay of the declaration issued by the high revolutionary council of Iraq annexing Kuwait to Iraq

¹⁶⁹ we condemn in the strongest possible terms this latest attempt at the sudden and forcible obliteration of the state of Kuwait through the invasion by Iraq of the sovereign and peaceful state of Kuwait

¹⁷⁰ the announcement yesterday that Iraq had annexed Kuwait was made in defiance of this international condemnation is an act of exceptional gravity and cannot be tolerated my delegation therefore voted in favor of resolution 662

¹⁷¹ yesterday Iraq took a more step by announcing the merger of Iraq and Kuwait that is an extremely serious decision taken in violation of international law and the United Nations Charter it calls for a total condemnation on our part

¹⁷² this is a principle that can given its strength face up to the tyranny of the Iraqi aggression which has shown boundless hegemonistic intentions and threatens the peace and stability of the region

¹⁷³ indeed an Arab brother on the one hand and secondly that a nearby threatened country Saudi Arabia asked for assistance from the United States and other friends which has now been provided under Article 51 of the Charter

¹⁷⁴ as we see it the efforts of the Arab countries themselves could play a special role here in preventing the situation in the Persian Gulf from expanding into an even larger military conflict

¹⁷⁵ my delegation expresses the hope that given the concerted efforts of all the Arab states they will be able to find a fair and swift solution to this conflict and thus shut the door in the face of today's and yesterday's imperialists

¹⁷⁶ we always support the mediation efforts of the Arab states and hope that the summit will yield positive results so as to help reach a peaceful solution to the current dispute

			perigosa e esperamos resultados positivos da reunião de cúpula convocada para lidar com os acontecimentos. ¹⁷⁷
4 Outros	Azul	Romênia	qualquer nova escalada de força tornaria ainda mais difícil a resolução da situação, que já é particularmente grave, o que é necessário agora é recorrer a ações políticas e manter o diálogo sempre aberto ¹⁷⁸
		Colômbia	Fizemo-lo porque acreditamos que o conselho de segurança deve continuar a desempenhar o papel de liderança e destaque que desempenhou até agora na procura de uma solução pacífica para este conflito que afecta o mundo ¹⁷⁹
5 Libertação do Kuwait	Roxo	Iraque	O Iraque negou essas alegações em um nível muito alto e repetiu que respeita a integridade territorial de todos os estados árabes vizinhos, incluindo o país irmão da Arábia Saudita; no entanto, a intervenção militar na região é de fato o fator para a instabilidade lá ¹⁸⁰
		Reino Unido	Em outras palavras, devo deixar claro que essa saída da crise deve incluir a restauração da independência da soberania e integridade territorial de Kuwait sob seu governo legítimo e a retirada de todas as forças iraquianas incondicionalmente de Kuwait, de acordo com a resolução do conselho 660 ¹⁸¹

Fonte: Elaboração própria (2021)

Dado os exemplos apresentados no quadro acima é possível constatar a conformidade da Classe 1 com os discursos de Malásia Oman Etiópia Canadá ao condenar o processo de anexação do território kuwaitiano ao Iraque. A classe 2 por sua vez é possível observar no discurso do Kuwait a defesa do princípio regulado pelo Artigo 51, propostos na Resolução, ao passo que a França reitera a necessidade de uma resposta contundente à agressão iraquiana. A classe 3 por seu turno tem como tema central a resolução do conflito a partir da própria atuação dos países da região. O ponto discordante dentro dessa classe é o discurso da delegação estadunidense que versa sobre a sua intenção de defender, por um lado, o Kuwait, e por outro a Arábia Saudita.

O discurso da delegação estadunidense nesse *voting records* é marcado pela defesa da Arábia Saudita em função do Artigo 51 da Carta. Em que pese essa dissonância intraclasse, há que pesar também o discurso de Cuba que já começa a marcar um posicionamento contrário.

¹⁷⁷ we note with satisfaction that the arab countries are sparing no effort to alleviate the extremely dangerous situation and we look forward to positive results from the summit meeting convened to deal with the developments

¹⁷⁸ any new escalation of force would make the settlement of the situation which is already particularly serious even more difficult what is necessary now is to resort to political actions and to keep dialogue always open

¹⁷⁹ we did so because we believe that the security council must continue to play the leading and salient role it has played so far in the search for a peaceful solution to this conflict which affects the world

¹⁸⁰ Iraq has denied those allegations at a very high level and repeated that it respects the territorial integrity of all neighboring arab states including the brotherly country of Saudi Arabia nevertheless military intervention in the region is in fact the factor for the instability there

¹⁸¹ put i must also make it clear that such a way out of the crisis must include the restoration of the sovereignty independence and territorial integrity of Kuwait under its legitimate government and the withdrawal of all iraqi forces unconditionally from Kuwait in accordance with council resolution 660

Ao mesmo em que não é notado a mesma distensão em relação aos discursos dos países que possuem assento permanente, notadamente a URSS.

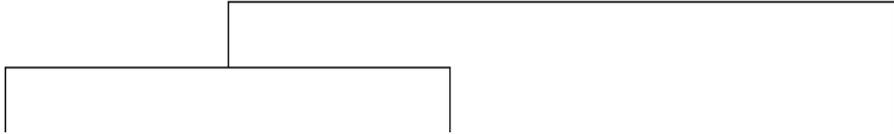
Fato relevante a ser mencionado é a composição da Classe 5 por Reino Unido e Iraque. Essa composição decorre do fato de ambas as delegações reiteraram a importância da integridade territorial do Kuwait; A questão em debate, no entanto, é que a delegação iraquiana defende a posição de Saddam Hussein referente às disputas pela fronteira kuwaitiana rica em petróleo.

Ao fim e ao cabo, o que é compreendido desse *voting records* é que o jogo de dois níveis operado pela política externa dos Estados Unidos não é tão eficiente, já que a posição da sua delegação é marcante em na defesa de um alinhado geoestratégico, a Arábia Saudita. Além disso, nesse documento já começa a ficar evidente que não há uma *aquiescência passiva* no debate entre as superpotências. Cada qual, ao observar a importância geopolítica da região em crise, concebe uma forma diferente de resolver a questão. O Estados Unidos a partir de uma atuação mais direta, com a defesa da Arábia Saudita; a URSS, com a defesa que a crise seja resolvida de maneira pacífica e pelos próprios países que compõem a região.

Destarte, parte-se para o **quarto** *voting records*, o S/PV.2937. Esse documento é referente à Resolução 664 que discute o uso de reféns como escudos humanos por parte das forças militares iraquianas, do fechamento da embaixada e da remoção da imunidade dos diplomatas kuwaitianos. Ele é constituído por 15 *statements* que formam 262 segmentos de texto. Com ACA, o método de Reinert operado com o IRAMUTEQ não segue o default, é necessário reduzir a 9 o Número de Classes Terminais na Fase 1. Com essa alteração, o modelo consegue analisar 190 segmentos de texto, o que corresponde a 72,52% do *corpus*.

Com a análise forma-se um dendrograma de 3 classes de palavras dispostas de acordo com a figura

Figura 28 - CHD do S/PV.2937 (Resolução 664)



Classe 3 Objetivo da Resolução	19,9%	Classe 2 Preocupação com o Kuwait	39,3%	Classe 1 Ferramentas da Resolução	37,4%
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
Solution	39,58	Iraq	53,75	United States	47,67

Problem	34,28	National	52,2	Force	25,33
Peaceful	27,25	Kuwait	44,97	Article 51	23,39
Hope	22,19	Situation	36,77	Resolution	22,82
Effort	19,49	Concern	30,13	Charter	19,88
Settlement	19,26	Foreign	29,01	Implement	17,69
Political	18,29	Country	25,57		
Context	18,28	Citizen	16,41		

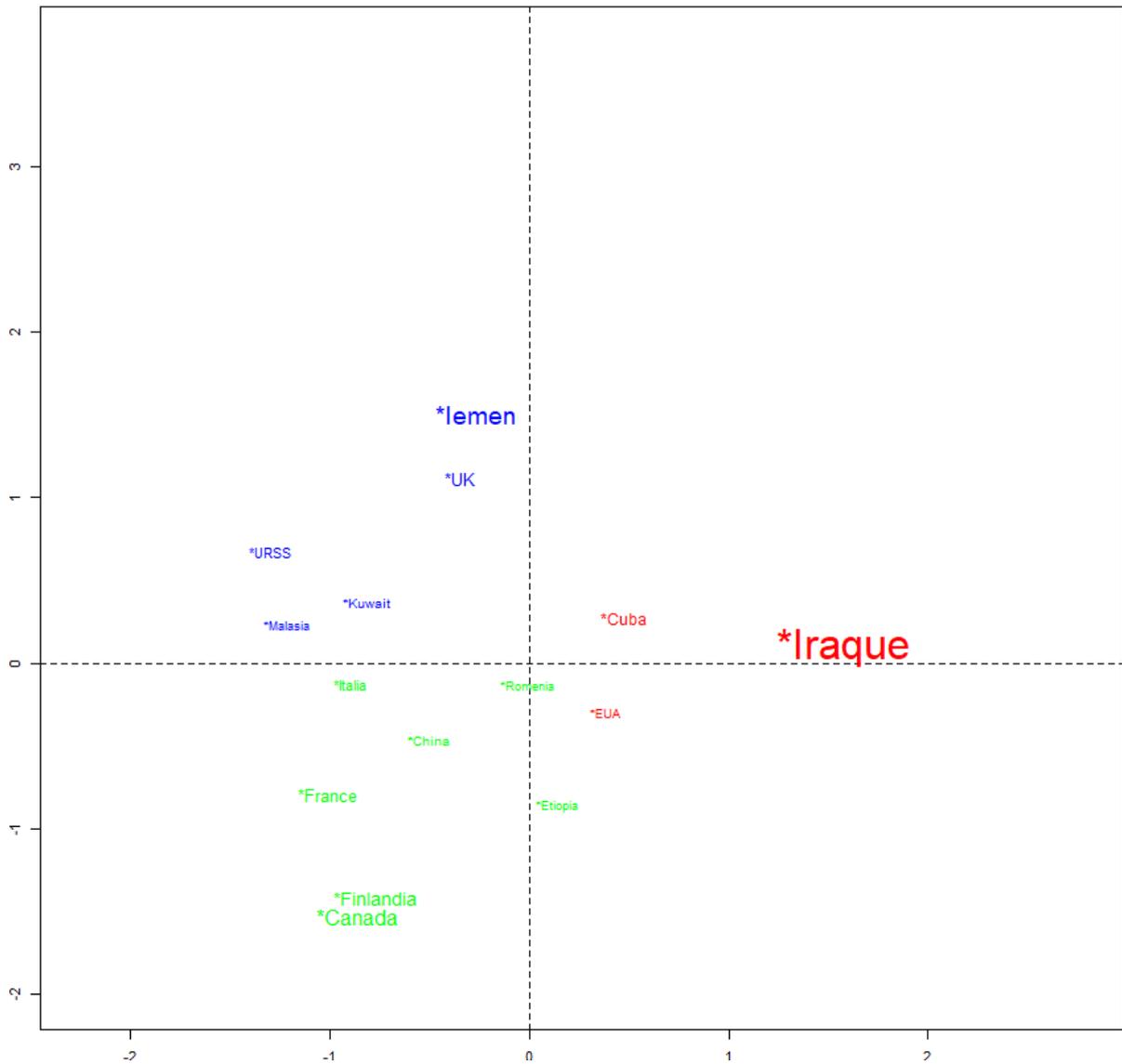
Fonte: Elaboração própria (2021)

O dendrograma formado pelo S/PV.2937 é constituído a partir de três classes de palavras divididas da seguinte forma: Classe 2: Ferramentas da Resolução (40,8%); Classe 1: Objetivo da Resolução (39,3%); e Classe 3: Solução Pacífica (19,9%). Ao interpretar a CHD observa-se que a Classe 2 compõe a maior parte do corpus com 40,8% de magnitude.

Essa importância decorre do debate sobre a legitimidade do Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, que passa a ser reivindicado pelos EUA e é referente à noção de segurança coletiva e ao direito de autodefesa asseverado como meio legitimado pela Carta das Nações Unidas, quando um integrante da comunidade de nações sofre alguma agressão. Dentro desse debate a atuação de três atores tem destaque, EUA, Cuba e Iraque. As Classes 1 e 3, por sua vez, são referentes respectivamente aos objetivos da resolução e a meios pacíficos para a resolução do conflito, o que envolve negociação e a aplicação de sanções econômicas e diplomática e não necessariamente o emprego do dispositivo vinculado à noção de segurança coletiva.

Essa leitura é suplementada pela AFC quando é possível notar a disposição dos atores em função das classes que representam.

Figura 29: AFC do S/PV.2937 (Resolução 664)



Fonte: Elaboração própria (2021)

Os atores no plano cartesiano acima são distribuídos conforme o Quadro 21:

Quadro 22 - CHD x AFC do S/PV.2937 (Res. 664)

Classe	Cor	Países	Exemplos
1 Ferramentas da Resolução	Vermelho	EUA	o primeiro parágrafo diz o seguinte, conforme informei ontem, de acordo com o artigo 51 da Carta das Nações Unidas, desejo, em nome do meu governo, informar que os Estados Unidos desdobraram forças militares para a região do Golfo Pérsico; essas forças foram enviadas no exercício do direito inerente de legítima defesa individual e coletiva reconhecido no artigo 51 em resposta a desenvolvimentos e pedidos de governos da

			região, incluindo pedidos de kuwait e da Arábia Saudita para assistência ¹⁸²
		Iraque	a segurança e a proteção de cidadãos estrangeiros serão garantidas se os Estados Unidos e seus aliados garantirem que não atacam o Iraque ¹⁸³
		Cuba	o conselho adotou a resolução 661 e imediatamente sem qualquer solicitação de qualquer parte, sem qualquer autorização de qualquer lugar, o governo dos estados unidos enviou sua marinha, sua força aérea, seus soldados para a região e passou a garantir a implementação da resolução ¹⁸⁴
2 Preocupação com o Kuwait	Verde	Finlândia	A Finlândia votou a favor da resolução humanitária em consideração a fim de instar o Iraque nos termos mais fortes possíveis a se abster de qualquer ação que possa colocar em risco a segurança e a saúde de estrangeiros e a garantir sua partida e outros direitos de acordo com as normas do direito internacional ¹⁸⁵
		Canadá	as autoridades iraquianas têm consistentemente e repetidamente optado por ignorar as diligências feitas por muitos Estados membros em nome de seus nacionais e é por essa razão que este órgão respondeu de forma rápida e clara à situação de muitos indivíduos ¹⁸⁶
		França	o direito internacional exige que o Iraque não apenas proteja os cidadãos estrangeiros dentro de seu território, mas também garanta sua liberdade de movimento. diligências semelhantes foram feitas por outros países ou grupos de países, bem como pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha ¹⁸⁷
		China	no tratamento desta questão, o país em questão deve respeitar os princípios do direito internacional para garantir a segurança e proteção de todos os cidadãos estrangeiros no Iraque e Kuwait e garantir sua saída segura desses dois países, se essa for sua escolha ¹⁸⁸
		Canadá	o Canadá agradece todos os esforços, em particular os do secretário-geral, para permitir que os nacionais de terceiros países que desejam fazê-lo deixem o Iraque e Kuwait sem demora ¹⁸⁹

¹⁸² the first paragraph of which reads as follows as i informed you yesterday in accordance with article_51 of the charter of the united nations i wish on behalf of my government to report that the united states has deployed military forces to the persian gulf region these forces have been dispatched in exercise of the inherent right of individual and collective self defense recognized in Article 51 in response to developments and requests from governments in the region including requests from kuwait and saudi arabia for assistance

¹⁸³ the security and safety of foreign nationals is guaranteed if the United States and its allies guarantee that they will not attack Iraq

¹⁸⁴ the council adopted resolution 661 and immediately without any request from any quarter without any authorization from anywhere the united states government sent its navy its air force its soldiers to the region and began to guarantee the implementation of the resolution

¹⁸⁵ Finland voted in favor of the humanitarian resolution under consideration in order to urge Iraq in the strongest possible terms to refrain from any action that might endanger the safety and health of foreigners and to guarantee their departure and other rights in accordance with the norms of international law

¹⁸⁶ the iraqi authorities have consistently and repeatedly chosen to ignore the démarches made by many member states on behalf of their nationals and it is for that reason that this body has responded quickly clearly and unanimously to the plight of those many individuals

¹⁸⁷ international law requires Iraq not only to protect foreign citizens within its territory but also to guarantee their freedom of movement similar démarches have been made by other countries or groups of countries as well as by the international committee of the red cross

¹⁸⁸ in its handling of this matter the country concerned should abide by the principles of international law to guarantee the safety and security of all foreign nationals in Iraq and Kuwait and to guarantee their safe exit from those two countries if that is their choice

¹⁸⁹ Canada welcomes all efforts in particular those of the secretary general to enable those third country nationals who wish to do so to leave Iraq and Kuwait without delay

3 Objetivo da Resolução	Azul	Etiópia	não há dúvida de que os estrangeiros presos no Iraque e Kuwait precisam do apoio e proteção do conselho ¹⁹⁰
		Romênia	a delegação da romênia associou-se à expressão de preocupação e ansiedade expressa pelo conselho de segurança em relação à situação dos estrangeiros no Kuwait e no Iraque ¹⁹¹
		Itália	a Itália exige ainda que as autoridades iraquianas não tomem medidas para comprometer a segurança ou a saúde de nossos cidadãos neste contexto. Gostaríamos de lembrar ao Iraque suas obrigações segundo as convenções internacionais que ratificou ¹⁹²
		Malásia	apoiamos a iniciativa tomada pelo secretário geral de enviar seus emissários especiais imediatamente a Bagdá para tratar deste problema humanitário ¹⁹³
		Reino Unido	esperávamos uma solução árabe para o que muitas vezes é chamado de problema árabe, vimos uma atenção especial dada ao papel dos estados da Liga Árabe na resolução 660 e acho que ainda devemos ter algumas esperanças remanescentes ¹⁹⁴
		Iêmen	desde a eclosão da crise, a república do Iêmen pediu uma solução pacífica dentro de um contexto árabe ¹⁹⁵
		Kuwait	atrasos mioopia e preocupação com interesses temporários causarão estragos em todo o mundo de uma forma que é imprevisível nesta fase, portanto, apoiamos totalmente os esforços do secretário-geral no sentido de encontrar uma solução satisfatória para o problema dos detidos ¹⁹⁶
		URSS	a delegação da União Soviética está convencida de que é necessário continuar os esforços para encontrar uma solução rápida para o problema, de acordo com os princípios do humanitarismo e do respeito pelos direitos humanos com base nas normas do direito internacional e na Carta das Nações Unidas ¹⁹⁷

Fonte: Elaboração própria (2021)

A partir da Figura 29, referente à AFC, e o conteúdo das Classes representativas dos discursos das delegações observa-se que a constituição do plano cartesiano apresenta uma disposição, entre as delegações, que é centrada em dois temas centrais que perfazem os dois ramos do Dendograma. O primeiro à esquerda, constituído pelas Classes 2: Preocupação com

¹⁹⁰ there is no doubt that the foreign nationals trapped in Iraq and Kuwait are in need of the council's support and protection

¹⁹¹ the delegation of Romania associated itself with the expression of concern and anxiety voiced by the security council in connection with the situation of foreign nationals in Kuwait and Iraq

¹⁹² Italy further demands that the Iraqi authorities take no action to jeopardize the safety security or health of our citizens in this context we should like to remind Iraq of its obligations under the international conventions it has ratified

¹⁹³ we support the initiative taken by the Secretary General to send his special emissaries immediately to Baghdad to address this humanitarian problem

¹⁹⁴ we had hoped for an arab solution to what has often been called an arab problem we saw particular attention given to the role of the League Arab states in resolution 660 and I think we still must have a few lingering hopes

¹⁹⁵ since the outbreak of the crisis the republic of Yemen has called for a peaceful solution within an arab context

¹⁹⁶ delay shortsightedness and preoccupation with temporary interests will wreak havoc all over the world to an extent that is unpredictable at this stage therefore we fully support the efforts of the secretary general aimed at finding a satisfactory solution for the problem of the detainees

¹⁹⁷ the Soviet Union delegation is convinced that it is necessary to continue efforts to find an early solution to the problem in accordance with the principles of humanitarianism and respect for human rights on the basis of the norms of international law and the charter of the united nations

o Kuwait e a Classe 3: Objetivo da Resolução. Ambas as classes são referentes à segurança tanto do corpo diplomático, bem como de cidadãos estrangeiros presentes na crise. A questão discutida pelas delegações é pertinente à garantia que o Iraque tem de proteger e permitir que esses atores possam sair do país conforme seja sua vontade.

Por seu turno, o tema do Dendograma, e que demarca a posição dos Estados no plano cartesiano é referente à Classe 1: Ferramentas da Resolução, que trata da validade do Art. 51 da Carta das Nações Unidas para a resolução da crise e de como esse instituto está a ser mobilizado pela delegação dos EUA. Em que pese observar essa Classe de palavras, ela é constituída pelas delegações dos EUA, Iraque e Cuba. Sendo que essas duas últimas delegações se fazem críticas a forma como os EUA estão a mobilizar seu discurso em torno da instrumentalização do instituto.

O que se vê na relação desses dados com o que é descrito do contexto da crise é que a partir dessa Resolução, o papel desempenhado pelos *policymakers* estadunidenses passa a ser mais incisivo. No CSONU, a delegação estadunidense passa desempenhar um papel mais ousado e incisivo, enquanto, no plano doméstico George Bush começa a construir um discurso mais forte sobre as medidas necessárias para conter o avanço do Iraque. Isso é visto por exemplo com própria defesa da Arábia Saudita e com a denúncia da delegação cubana em relação ao envio de tropas estadunidenses para a região do Golfo, sem que isso seja uma medida conferida pelas Resoluções até então aprovadas.

Ao que se segue, o **quinto** documento em análise é o S/PV.2938 referente a resolução 665. A análise desse documento, que é constituído por 18 *statements*, segue o *default* do Método de Reinert operado com o IRAMUTEQ. De tal modo, forma um *corpus* de 332 segmentos de textos, dos quais 308 são aproveitados, ou seja, 92,77% do *corpus*. Destarte são extraídas sete classes de palavras que, agrupadas, forma o dendograma disposto na figura abaixo:

Figura 30 - CHD do S/PV.2938 (Resolução 665)

Classe 7 Relatório: Uso da Força	13,64%	Classe 6 Libertação do Kuwait	15,26%	Classe 1 Resolução da Crise: solução árabe	16,23%	Classe 4 Apoio Militar	15,26%	Classe 3 Segurança Internacional	12,34%	Classe 2 Voto para Resolução	13,31%	Classe 5 Carta da ONU	13,96%
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
Report	50,02	Kuwait	101,86	Solution	46,78	Military	32,22	International	52,69	Vote	60,56	Charter	30,22
Force	44,29	Restore	56,37	Arab	41,34	Sanction	31,02	Security	43,39	Favor	58,89	Word	24,98
Specific	38,75	Sovereignty	51,48	Crisis	39,09	Large	22,51	Peace	40,22	Condemnation	21,53	Undermine	24,98
Operate	38,75	Territory	50,48	Peaceful	36,76	Produce	16,82	Community	38,77	Situation	20,7	Relevant	24,98
Command	38,75	Iraqi	46,51	Problem	30,68	United States	15,75	History	28,78	Position	19,11	Avoid	24,52
Secretary General	32,39	National	44,65	Negotiation	26,23			Wish	27,09	Express	18,79	Provision	20,47
Circumstance	32,39	Unconditionally	39,78	President	26,23			Stand	26,39	Resolution	17,29	Reason	19,69
Submit	32,19	Withdrawal	39,09	Soviet Union	25,82			Past	26,39			Sponsor	18,45

Fonte: Elaboração própria (2021)

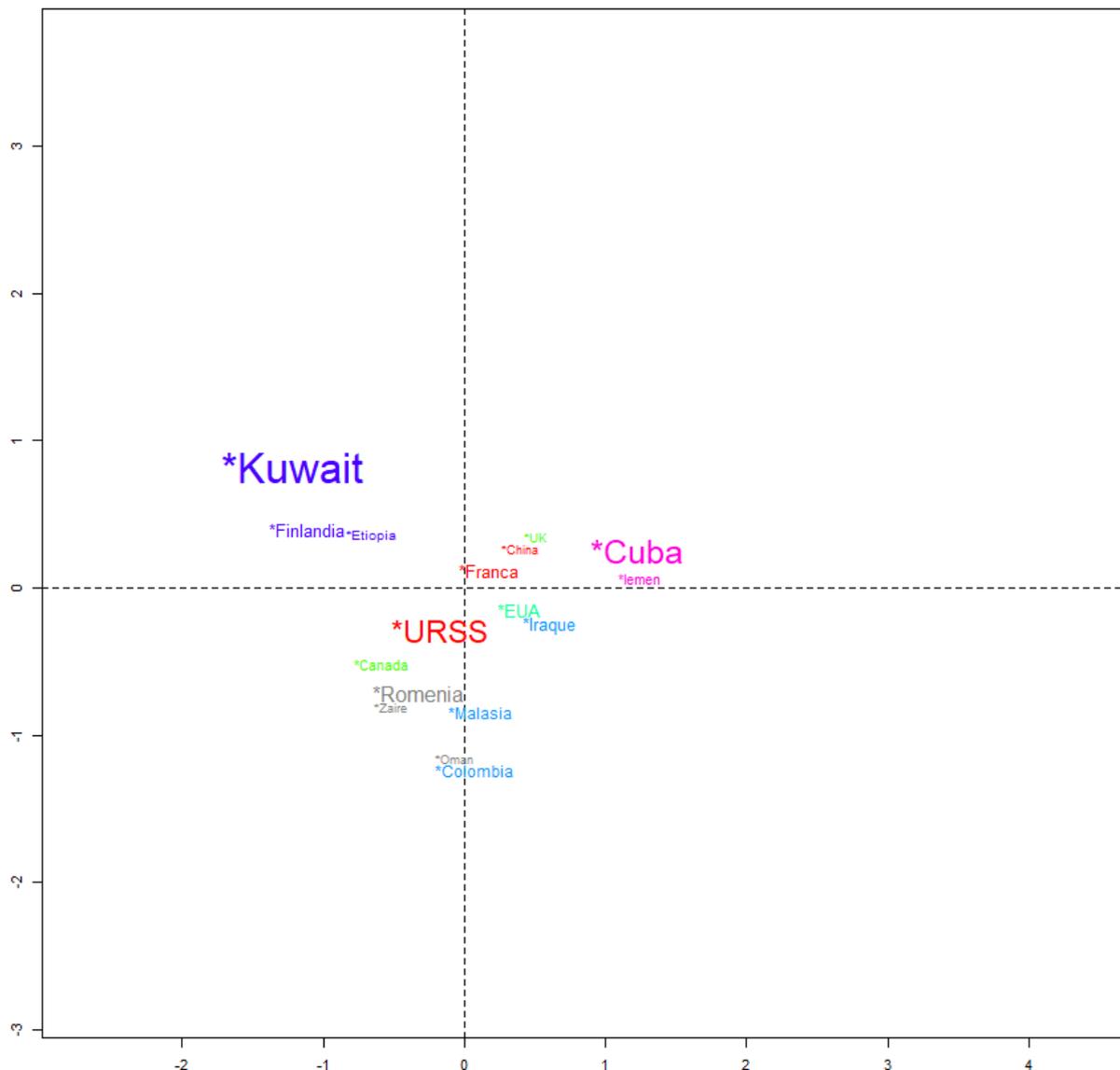
Da esquerda para a direita, as classes que compõem o S/PV.2938 são as Classe 7: Relatório: Uso da Força; Classe 6: Libertação do Kuwait; Classe 1: Resolução da Crise; Classe 4: Apoio Militar; Classe 3: Segurança Internacional; Classe 2: Voto para Resolução; e a Classe 5: Carta da ONU. A disposição dessas classes demonstra que a Classe 7 compõe o primeiro ramo da CHD, o que evidencia a importância do tema nas discussões. Esse tema é referente ao uso da força como meio para a resolução da crise e está presente no Art. 51 da Carta das Nações Unidas.

O segundo ramo do dendrograma, por sua vez, é constituído pelas outras 6 classes de palavras. Essa variedade demonstra que a discussão no CSONU em torno de como resolver a crise está enérgica. Além das seis classes, uma fica evidente devido sua composição individual, a Classe 1: Resolução da Crise: solução árabe, que dispõe de 16,23% do corpus.

Essa classe ao mesmo tempo que versa sobre uma solução árabe para o conflito está associada ao debate dispostos nas classes 4, 3, 2 e 5 que é pertinente a como garantir a segurança internacional em função da aplicação da Carta das nações Unidas, em que pese a possibilidade de uma sanção militar contra o Iraque. Entre essas classes cabe destacar a Classe 4: Apoio Militar que busca garantir a aplicação das resoluções a partir do exercício militar ao forçar o Iraque a seguir o que preza os ditames do Conselho de Segurança. Dessa configuração resta observar que tudo isso circunscreve o objetivo de libertar o Kuwait das forças iraquianas.

Essa leitura pode ser mais bem observada ao levar em consideração quais são as delegações associadas a cada uma dessas classes e como elas estão próximas ou distantes. Para tanto tem-se a AFC abaixo:

Figura 31 - AFC do S/PV.2938 (Resolução 665)



Fonte: Elaboração própria (2021)

A interpretação da AFC, deve-se lembrar, é feita para verificar o argumento de que os EUA estão a mobilizar um ato de fala para legitimar medidas excepcionais contra o Iraque, para tanto, tentar construir uma audiência em função desse interesse. Destarte, as delegações no plano cartesiano estão mais próximas umas das outras e dispostas da seguinte maneira:

Quadro 23 - CHD x AFC do S/PV.2938 (Resolução 665)

Classe	Cor	Países	Exemplos
--------	-----	--------	----------

1 Resolução da Crise: solução árabe	Vermelho	China	apoiamos os países árabes em seus esforços por uma solução política e também respeitamos sua demanda por capacidades reforçadas de defesa ¹⁹⁸
		URSS	a nosso ver, só esta abordagem pode permitir evitar o agravamento da crise e começar a trabalhar em uma solução, além disso, enfatizamos a necessidade de um diálogo contínuo e da busca de soluções políticas por meio de esforços feitos no âmbito das Nações Unidas e no âmbito regional e níveis bilaterais ¹⁹⁹
		França	Em conclusão, embora a comunidade internacional tenha a responsabilidade de garantir o respeito aos princípios universalmente aceitos que regem as relações entre os estados, é no âmbito da comunidade árabe que uma solução concreta pode ser mais bem apresentada para resolver os problemas que levaram ao Iraque Kuwait crise ²⁰⁰
2 Voto para Resolução	Cinza	Romênia	a Delegação da Romênia votou a favor do projeto de resolução contido no documento s 21640 a esse respeito ²⁰¹
		Zaire	por seu voto a favor da resolução 665, Zaire reitera sua firme posição de condenação da invasão de Kuwait, um estado-membro das nações unidas e membro do movimento não-alinhado por um membro dos mesmos organismos internacionais, neste caso, iraque ²⁰²
		Omã	o conselho adotou em muito pouco tempo uma série de resoluções muito importantes destinadas a resolver a situação crítica provocada pela invasão e anexação do Iraque pela força do estado irmão de Kuwait ²⁰³
3 Segurança Internacional	Verde	Reino Unido	Acho que a reação do conselho a esta crise é exemplar e, como outros disseram, mostra um novo espírito não apenas apegado a procedimentos e métodos consagrados do passado, mas também uma abordagem criativa da comunidade internacional para lidar com uma crise sem precedentes ²⁰⁴
		Canadá	a brutal invasão de Kuwait pelo Iraque há mais de três semanas e a escalada do Iraque de suas violações das regras do direito internacional representam uma das ameaças mais sérias à paz e segurança internacionais que a humanidade enfrentou desde a assinatura da Carta das Nações Unidas em 1945 ²⁰⁵
4 Apoio Militar	Anil	EUA	na verdade, em flagrante desafio ao Conselho de Segurança e sua resolução 661, o Iraque agora envia seus navios carregados de petróleo e outro contrabando, seus agentes trabalham para subornar

¹⁹⁸ we support the arab countries in their efforts for a political solution we also respect their demand for strengthened capabilities to defend themselves

¹⁹⁹ in our view only this approach can make it possible to prevent an escalation of the crisis and to start working out a settlement moreover we emphasize the need for continued dialogue and a search for political solutions through efforts made within the United Nations and at the regional and bilateral levels

²⁰⁰ in conclusion while the international community has the responsibility to ensure respect for the universally accepted principles governing relations among states it is within the framework of the arab community that a concrete solution can best be brought to bear on the problems that have led to the Iraq-Kuwait crisis

²⁰¹ the delegation of Romania voted in favor of the draft resolution contained in document s 21640 in this regard

²⁰² by its vote in favor of resolution 665 Zaire reiterates its steadfast position condemnation of the invasion of Kuwait a state member of the United Nations and a member of the Non Aligned Movement by a member of the same international bodies in this case Iraq

²⁰³ the council has in a very short time adopted a number of very important resolutions aimed at resolving the critical situation brought about by the iraqi invasion and annexation by force of the brother state of Kuwait

²⁰⁴ I think the reaction of the council to this crisis is exemplary and as others have said it shows a new spirit not just clinging to time honored procedure and methods of the past but a creative approach of the international community in dealing with an unprecedented crisis

²⁰⁵ the brutal invasion of Kuwait by Iraq more than three weeks ago and Iraq's escalation of its violations of the rules of international law represent one of the most serious threats to international peace and security that mankind has faced since the signing of the United Nations Charter in 1945

			cidadãos de outros países para estimular violações de sanções, até mesmo para obter suprimentos militares do exterior por esta resolução esta noite os membros do conselho enfatizam novamente seu compromisso com as medidas pacíficas já adotadas eles não têm nenhuma intenção de que esta resolução incentive uma escalada militar esta resolução se aplica estritamente aos esforços para assegurar que as sanções não sejam violadas ²⁰⁶
5 Carta da ONU	Azul	Colômbia	por esta razão, acreditamos que após 45 anos o Conselho de Segurança deve finalmente implementar o artigo 43 e, claro, os seguintes artigos da Carta ²⁰⁷
		Malásia	Não foi encontrado exemplo pertinente
		Iraque	estou satisfeito que meu colega, o representante de cuba, tenha destacado o aspecto ilegal dessa resolução, por isso serei muito breve ao explicar por que é ilegal nos termos da carta ²⁰⁸
6: Libertação do Kuwait	Roxo	Kuwait	juntamente com o resto da comunidade internacional, kuwait espera que o regime iraquiano desperte de seu acesso de aventureirismo sem sentido e cumpra racionalmente com a vontade internacional e implemente as resoluções do conselho, retirando-se imediatamente ²⁰⁹
		Finlândia	desde o início, defendemos com firmeza e clareza o uso de métodos políticos para apagar as chamas e garantir a retirada imediata e incondicional das tropas iraquianas de Kuwait ²¹⁰
		Etiópia	é, portanto, imperativo que o conselho de segurança tome as medidas adequadas com o objetivo de garantir a total conformidade do Iraque com as disposições de suas resoluções destinadas a restaurar a soberania e integridade territorial de Kuwait e garantir a manutenção da paz e da segurança na região ²¹¹
7 Relatório: Uso da Força	Rosa	Iêmen	além disso, o recurso a medidas que requeiram algum uso da força pode, por si só, levar a um confronto e ao que sempre tememos a conflagração da guerra na área ²¹²
		Cuba	é feita referência ao uso de forças, mas não se sabe quem são os membros dessas forças, sabemos disso se lermos os jornais, mas ninguém pode saber pela leitura do projeto de resolução que o conselho está prestes a adotar ²¹³

Fonte: Elaboração própria (2021)

²⁰⁶ indeed in blatant defiance of the Security Council and its resolution 661 Iraq now sends its ships to sea laden with oil and other contraband its agents work to suborn citizens of other countries to abet violations of sanctions even to obtain military supplies from abroad

by this resolution tonight the members of the council emphasize again their commitment to the peaceful measures already adopted they have no intention that this resolution encourage a military escalation this resolution applies strictly to efforts to ensure that the sanctions are not violated

²⁰⁷ for this reason we believe that after 45 years the Security Council must finally implement article 43 and of course the following articles of the charter

²⁰⁸ i am pleased that my colleague the representative of Cuba highlighted the illegal aspect of that resolution that is why i shall be very brief in explaining why it is illegal under the charter

²⁰⁹ along with the rest of the international community Kuwait has hoped that the iraqi régime would awaken from its fit of senseless adventurism and comply rationally with the international will and implement the council s resolutions by withdrawing immediately

²¹⁰ from the very outset we firmly and clearly advocated the use of political methods to quench the flames ensure the immediate and unconditional withdrawal of iraqi troops from Kuwait

²¹¹ It is therefore imperative that the Security Council take appropriate action aimed at enforcing full compliance by Iraq with the provisions of its resolutions aimed at restoring the sovereignty and territorial integrity of kuwait and ensuring the maintenance of peace and security in the region

²¹² moreover the recourse to measures which require some use of force may in itself lead to an engagement and what we always fear the conflagration of war in the area

²¹³ reference is made to using forces but it is not known who the members of those forces are we know it if we read the newspapers but no one can know it from a reading of the draft resolution the council is about to adopt

Ao interpretar os dados acima nota-se que: (i) no plano cartesiano da AFC é possível observar, especialmente quando posto em comparação com seus antecessores, que há uma aproximação entre as delegações. Todavia, (ii) essa aproximação não quer dizer convergência ou ressonância de interesses, mas a utilização de termos iguais, mas a partir de ideias opostas. Exemplo para isso é a relação entre EUA e Iraque, próximos na AFC, mas quando faz a associação coma CHD, nota-se que os termos das classes referentes à delegação estadunidense se enquadram às palavras que fornecem suporte à ideia de apoio militar para a implantação das resoluções. Por seu turno, a posição do Iraque é que qualquer apoio militar, fora da norma que constitui a Carta da ONU, é ilegal.

Além disso, importa observar que as delegações com assento permanente no CSONU e mais próxima dos EUA são China, URSS e França. Todavia, essas delegações estão vinculadas à Classe 1: Resolução da Crise: solução árabe, que busca resolver a crise a partir de uma solução proposta pelos países árabes. Distantes dos termos mobilizados pelos EUA estão duas classes, a 7 (Relatório: Uso da Força) e 5 (Carta das Nações Unidas), com exceção do Iraque. Nessas classes, as delegações agrupadas estão a utilizar os termos da Carta da ONU para se posicionar contrários aos interesses dos EUA e à proposta de sanção militar. Importa frisar que a posição dessas delegações não compactua com o comportamento iraquiano no Kuwait, apesar da abstenção de Cuba e Iêmen ao votar a Resolução 665.

O **sexto** documento para a análise é o S/PV.2939, referente à Resolução 666, que trata de reafirmar a Convenção de Genebra para Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra e determinar a necessidade humanitária urgente de fornecer alimentos ao Iraque e Kuwait. A ACA desse documento segue o *default* do IRAMUTEQ para o Método de Reinert. O *corpus*, constituído a partir de 16 *statements*, forma 391 segmentos de texto, dos quais, 298 são analisados, o que configura 76,21% do *corpus*. Com o processamento dos dados, constrói-se um dendrograma de cinco classes de palavras distribuídas conforme a figura abaixo:

Figura 32 - CHD do S/PV.2939 (Resolução 666)

Classe 5 Linguagem Protocolar	13,42%	Classe 3 Questão humanitária: crianças	25,5%	Classe 2 Questão humanitária: alimentação	17,11%	Classe 4 Resolução da crise: integridade	13,09%	Classe 1 Voto para Resolução	30,87%
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
Sir	160,13	National	37,94	Agency	60,56	Mean	46,88	Call	26,45
Representative	101,6	Committee	25,08	Humanitarian	40,4	Republic	46,88	Resolution	26,03
Permanent	94,75	Kuwaiti	25,0	Reach	34,72	Crisis	42,14	Adopt	21,66
Work	81,77	Plight	24,01	Supply	34,66	Yemen	40,73	Council	18,13
Congratulate	80,65	Being	21,78	Foodstuff	32,07	Peaceful	40,66	Favor	16,12
Month	78,48	Vulnerable	20,94	Distribute	29,66	Integrity	26,93		
Presidency	73,67	Result	19,07	Intend	28,85	Independence	26,93		
Assumption	73,67	Child	17,89	Embargo	24,63	Political	26,56		
Romania	66,74	Human	16,64	Supervision	24,63	Contain	26,56		
David Hannay	66,74	Condition	16,63	Distribution	23,78	Achieve	26,56		

Fonte: elaboração própria (2021)

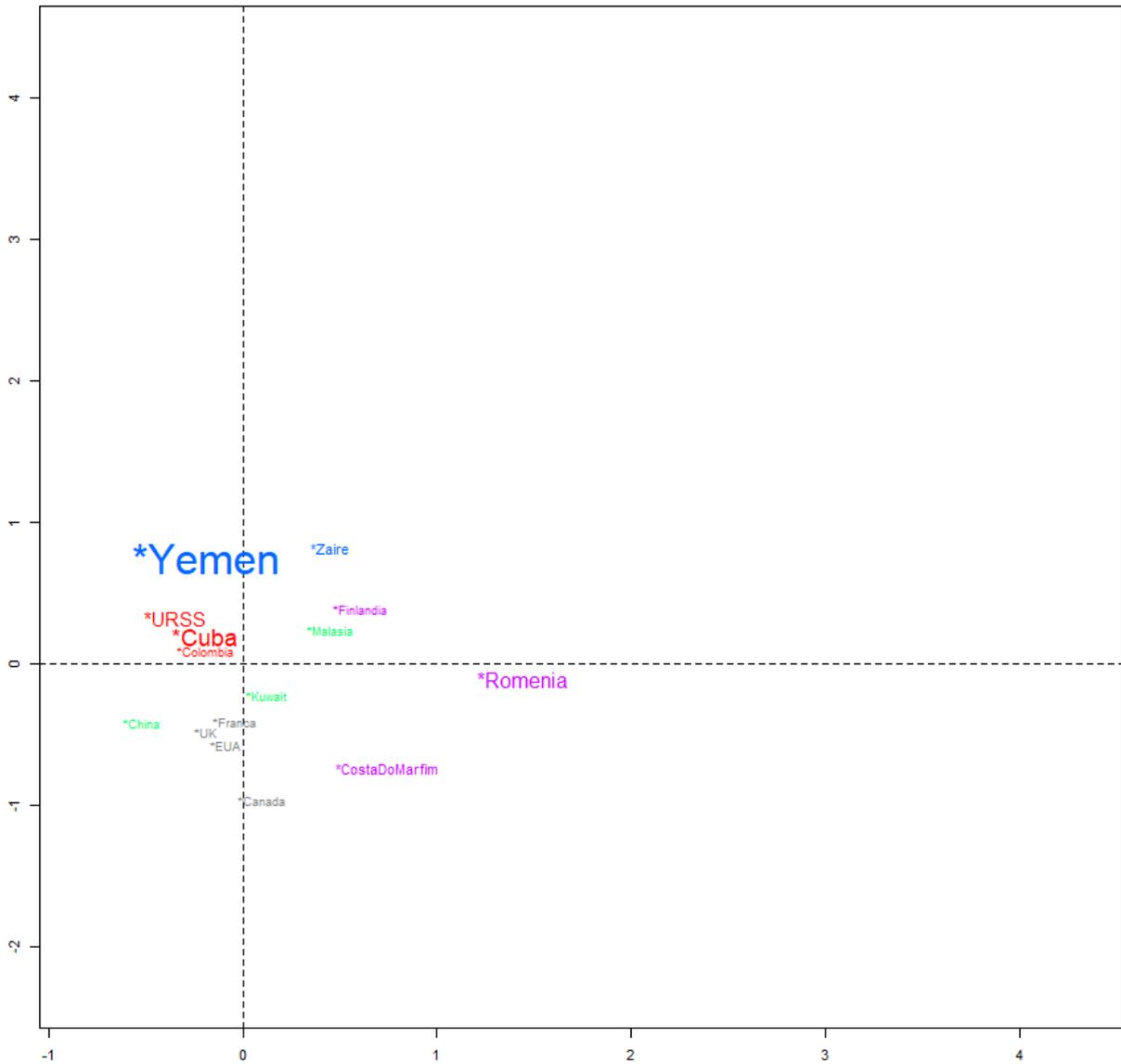
A CHD acima, formada por 5 Classes é constituída por dois ramos. O primeiro ramo forma a Classe 5: Linguagem Protocolar. Essa classe representa 13,42% do *corpus* e está vinculada à formalidade dos discursos de cada delegação. O segundo ramo do dendograma é subdividido dois subgrupos.

O primeiro subgrupo é constituído pelas Classe 3 e 2, referentes a dois temas humanitários, por isso, definidas respectivamente como Questão Humanitária: alimentação e Questão Humanitária: crianças. Esse subgrupo somado constitui 42,61% do *corpus*, ele demarca a atenção que algumas delegações fornecem a um problema humanitário referente à provisão e privação de alimentos resultante tanto do próprio conflito, bem como do efeito colateral decorrentes das sanções econômicas impostas ao Iraque e como esse problema atinge os nacionais iraquianos e kuwaitianos, especialmente crianças.

O segundo subgrupo é formado pelas Classes 4 e 1, respectivamente, Resolução da Crise: Integridade e Voto para Resolução. Essas classes tratam do processo de gerenciamento do conflito, em que pese a manutenção da integridade territorial dos países beligerantes e da necessidade de alcançar um processo de resolução pacífico da crise. Por isso, tratam do conteúdo da resolução tendo em vista garantir que a ONU não autorize a sanção militar almejada pelo EUA. Os termos que indicam essa preocupação são *Peaceful, Integrity, Independence*. Todos eles vinculados à soberania e integridade territorial dos países da região do Golfo Pérsico, o que inclui o Iraque, logicamente. Essas classes somadas compõem 44,77% do *corpus*, o que representa quase a metade do que é discutido pelas delegações durante a elaboração da Resolução 666.

No Gráfico abaixo, referente à AFC, é possível observar como essas classes de palavras estão distribuídas conforme a atenção e importância que as delegações dos países fornecem ao seu tratamento.

Figura 33 - AFC do S/PV.2939 (Resolução 666)



Fonte: Elaboração própria

Da Figura acima tem-se a seguinte relação exposta no Quadro 23:

Quadro 24 - CHD x AFC do S/PV.2939 (Resolução 666)

Classe	Cor	Países	Exemplo
1 Voto para Resolução	Vermelho	Cuba	o conselho não apenas não respondeu a esses apelos, mas agora está convidado a adotar um projeto de resolução que basicamente tornaria ainda mais difícil e distante a possibilidade de esperar que qualquer substância real possa ser dada às nossas chamadas instalações humanitárias ²¹⁴

²¹⁴ not only has the council not responded to those appeals it is now invited to adopt a draft resolution that would basically make even more difficult and distant the possibility of hoping any real substance can be given to our so called humanitarian premises

		URSS	consideramos essa resolução uma alavanca necessária e severa para influenciar coletivamente o Iraque em vista de sua ocupação contínua do estado de Kuwait e de seu desrespeito às normas do direito internacional ²¹⁵
		Colômbia	votamos a favor da resolução 666 que complementa a resolução 661 e preenche algumas de suas lacunas. Gostaríamos que a resolução 666 considerasse um sistema mais eficiente e viável do que aquele que foi incluído nela ²¹⁶
2 Questão Humanitária: alimentação	Cinza	EUA	o governo iraquiano evidentemente considera esses indivíduos dispensáveis, mas os membros do conselho claramente não consideram. Estaremos observando de perto o desempenho do Iraque enquanto as autoridades indianas e as agências humanitárias apropriadas trabalham para distribuir este carregamento de alimentos para indianos e outros cidadãos ²¹⁷
		França	Além disso, a Resolução 661 do Conselho estipula que alimentos podem ser enviados ao Iraque e Kuwait em circunstâncias humanitárias, obviamente, tais suprimentos devem ser entregues em estrito cumprimento com a resolução 661, isto é, não devem infringir o embargo e devem responder verdadeiramente às considerações humanitárias sem risco de desvio ²¹⁸
		Reino Unido	o navio da Índia carregado com suprimentos para os cidadãos asiáticos no Kuwait e no Iraque pode navegar imediatamente, mas quando chegar ao seu destino, sua carga de alimentos deve ser distribuída sob a supervisão das agências humanitárias internacionais para garantir que ensine aqueles a quem se destina ²¹⁹
		Canadá	Na opinião do governo do Canadá, é importante que qualquer alimento enviado para o território do Iraque ou do Kuwait seja fornecido por agências humanitárias apropriadas e distribuído por elas ou sob sua supervisão ²²⁰
3 Questão Humanitária: crianças	Verde	Malásia	o Comitê também irá, ao mesmo tempo, manifestar sua preocupação e sua prontidão para aliviar a situação de milhares de indianos inocentes e infelizes, filipinos sri lankans e outros estrangeiros que definham em condições extremamente difíceis em Kuwait e no Iraque, apelando por uma evacuação internacional de emergência e alívio esforço ²²¹
		Kuwait	a situação do povo kuwaitiano deve ser mantida em mente em qualquer consideração de soluções para as questões humanitárias e

²¹⁵ we considered that resolution to be a necessary and severe lever for collectively influencing Iraq in view of it's continuing occupation of the state of Kuwait and it's flouting of norms of international law

²¹⁶ we voted in favor of resolution 666 which complements resolution 661 and fills some of its gaps we would have wished resolution 666 to have considered a more efficient and feasible system than that which has been included in it

²¹⁷ the iraqi government evidently considers those individuals to be expendable but the members of the council clearly do not we will be watching closely iraqi performance as indian authorities and appropriate humanitarian agencies work to distribute this food shipment to indian and other nationals

²¹⁸ Council Resolution 661 moreover stipulates that foodstuffs can be sent to Iraq and Kuwait in humanitarian circumstances obviously such supplies must be delivered in strict compliance with resolution 661 that is that must not contravene the embargo and must truly respond to humanitarian considerations without risk of diversion

²¹⁹ the India ship loaded with supplies for the asian nationals in Kuwait and Iraq can sail immediately but when it reaches it's destination it's cargo of food must be distributed under the supervision of the international humanitarian agencies to ensure it teaches those for whom it is intended

²²⁰ in the view of the government of Canada it is important it is vital that any foodstuffs sent to the territory of either Iraq or Kuwait be provided through appropriate humanitarian agencies and distributed by them or under their supervision

²²¹ the committee will also at the same time pronounce its concern and its readiness to alleviate the plight of thousands of innocent and hapless Indians filipins sri lankans and other foreign nationals languishing in extremely difficult conditions in Kuwait and Iraq by appealing for an emergency international evacuation and relief effort

			os efeitos da brutalidade do agressor, isso não deve desviar nossa atenção da situação dos nacionais de terceiros países ²²²
		China	em segundo lugar, nenhuma situação deve ocorrer em que residentes iraquianos e kuwaitianos e cidadãos estrangeiros nesses dois países, particularmente crianças, sofrerão de fome. Esta posição é consistente com as disposições relevantes da resolução 661 ²²³
4 Resolução da Crise: Integridade	Azul	Iêmen	a República do Iêmen rejeita categoricamente o uso de qualquer meio para matar de fome cidadãos inocentes do Iraque e Kuwait ou cidadãos de quaisquer outros países, a fim de servir a certos propósitos políticos, não importa o quão nobres eles possam ser ²²⁴
		Zaire	a cada ação realizada pelo conselho na busca por uma solução para a crise do Golfo, o Iraque responde com insolência e medidas de intimidação ²²⁵
5 Linguagem Protocolar	Roxo	Finlândia	em nome da minha delegação, permita-me felicitá-lo, senhor, por sua posse na presidência do conselho para o mês de setembro ²²⁶
		Romênia	sendo esta a primeira ocasião para a minha delegação falar numa reunião formal do conselho, gostaria de lhe dirigir as felicitações da minha delegação por ter assumido a presidência do conselho ²²⁷
		Costa do Marfim	Permita-me primeiro, senhor, felicitá-lo pela sua assunção da presidência do conselho para o mês de setembro. Estou convencido de que as suas qualidades como diplomata profissional e a sua grande experiência garantirão o sucesso do nosso trabalho ²²⁸

Fonte: Elaboração própria (2021)

Ao interpretar a disposição das delegações no plano cartesiano com dados postos como exemplos é possível observar que Classes 2 e 3, que tratam da questão humanitária, são constituídas por quase todos os países que possuem poder de veto no CSONU. A exceção é URSS que não está presente. O tema dessas Classes gira em torno de alertar à comunidade internacional sobre o tratamento conferido por Saddam Hussein à população civil, nacionais ou estrangeiros, diante da crise.

Conforme denunciado no *voting records*, as forças militares iraquianas estão a desviar as doações de alimentos, o que faz com que as delegações passem a reivindicar a necessidade

²²² the plight of the kuwaiti people should be kept in mind in any consideration of solutions to humanitarian questions and the effects of the brutality of the aggressor this should not deflect our attention from the plight of the nationals of third countries

²²³ secondly no situation should occur in which iraqi and kuwaiti residents and foreign nationals in these two countries particularly children will suffer from hunger this position is consistent with the relevant provisions of resolution 661

²²⁴ the Republic of Yemen categorically rejects the use of any means to starve innocent nationals of Iraq and Kuwait or the nationals of any other countries in order to serve certain political purposes no matter how noble they might be

²²⁵ to each action undertaken by the council in the quest for a solution to the gulf crisis Iraq replies with insolence and measures of intimidation

²²⁶ on behalf of my delegation allow me to congratulate you sir on your assumption of the presidency of the council for the month of September

²²⁷ this being the first occasion for my delegation to speak in a formal meeting of the council I should like to address to you sir the congratulations of my delegation on your assumption of the presidency of the council

²²⁸ please allow me first, sir, to congratulate you on your assumption of the presidency of the council for the month of september I am convinced that your qualities as a professional diplomat and your great experience will guarantee the success of our work

de agências humanitárias, como a Cruz Vermelha, para liderar a organizar a distribuição de alimentos àqueles necessitados, notadamente, às crianças. Por seu turno, importa observar que duas delegações, Cuba e Iêmen, denunciam o fato de que as medidas vinculadas à doação de alimentos estão ofuscar interesses políticos orquestrado por trás do processo de construção da Resolução 666.

Ao sopesar as críticas em torno da questão humanitária, resta passível a interpretação de que as delegações representadas pelas Classes 2 e 3 constroem um discurso para gerar ressonância. Dentro do processo de votação da Resolução 666, essas delegações dão destaque à necessidade de implementar com urgência os termos da resolução, dado o caráter ofensivo das forças militares iraquianas em saquear as doações de alimentos e infringir mais danos à população civil kuwaitiana e de países terceiros.

O **sétimo** documento de análise é o S/PV.2940, referente à Resolução 667 cujos termos são pertinentes a condenar o Iraque por atos agressivos e a demandar a garantia de proteção, segurança e liberdade de funções do corpo diplomático e consular de outros países. Esse documento é constituído por um *corpus* de quinze *statements*. Quando tratado pela ACA e pelo *default* do Método de Reinert do IRAMUTEQ, esses dados geram 181 segmentos de textos, dos quais, 138 são analisados, o que corresponde a 76,24% do documento original. Com operação desses dados constrói-se um dendograma de cinco classes de palavras, conforme observado na figura abaixo:

Figura 34 - CDH do S/PV.2940 (Resolução 667)

Classe 4	22,5%	Classe 1	25,4%	Classe 2	22,5%	Classe 3	16,7%	Classe 5	13%
Acusação contra o Iraque		Violação da Convenção de Viena		Voto para Resolução		Comunidade internacional		Condenação da Invasão	
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
Iraqi	30,35	Diplomatic	51,36	Resolution	63,59	Community	34,45	Situation	24,41
Authority	29,31	Consular	34,37	Draft	41,26	Offense	25,94	Concern	24,41
Embassy	19,86	Mission	33,42	Council	32,75	Italy	20,6	Condemnation	20,44
Kuwaiti	17,91	Immunity	21,7	Adopt	21,45	Member	18,37	Continue	18,0
Kuwait	17,01	Personnel	15,85	Comply	16,91	Mr	15,33	Express	15,34

Fonte: Elaboração própria (2021)

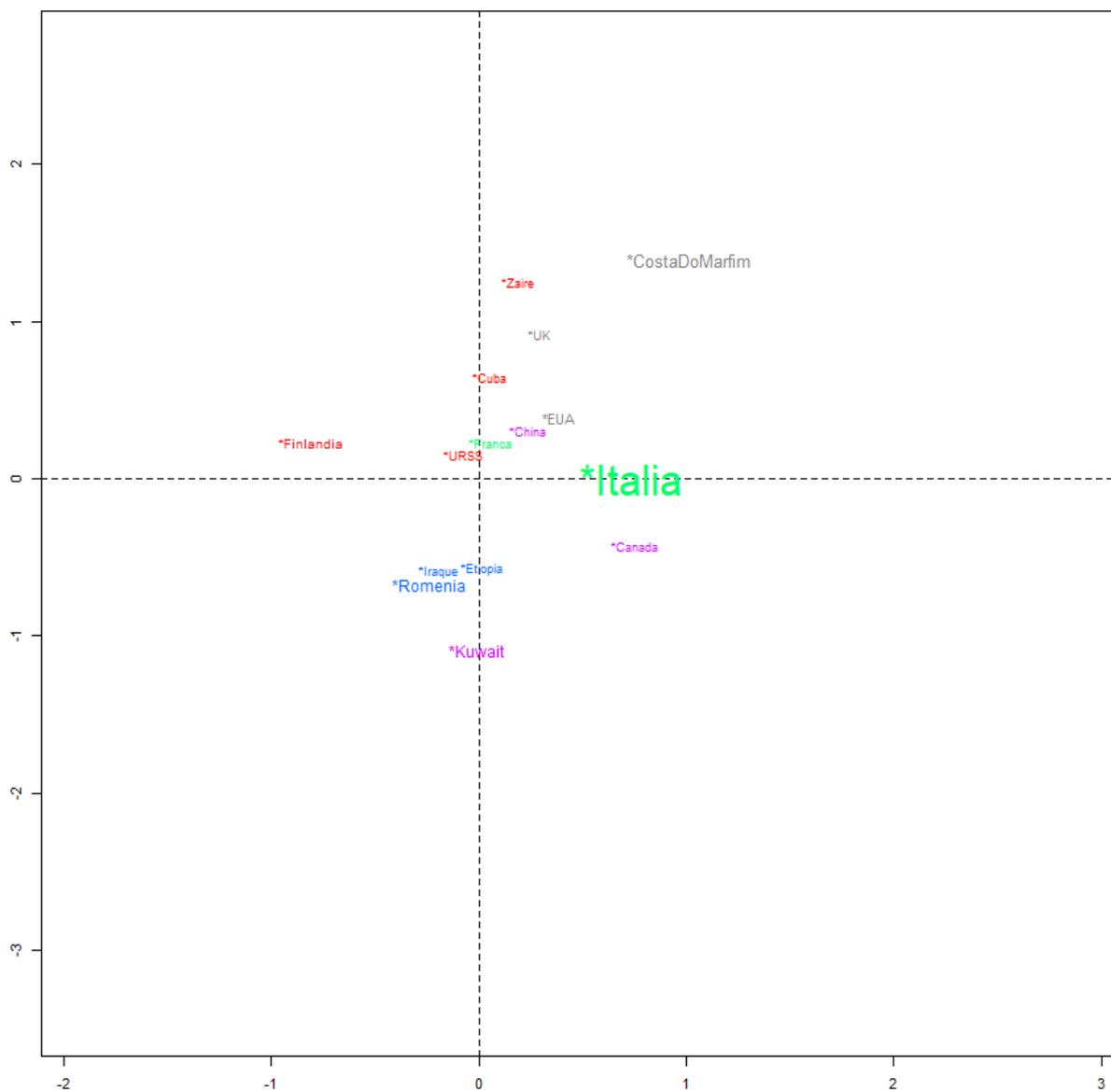
A CHD do S/PV.2940 é formada por cinco classes categorizadas como: Classe 4: Acusação contra o Iraque; Classe 1: Violação da Convenção de Viena; Classe 5: Condenação da Invasão; Classe 3: Comunidade internacional; Classe 2: Voto para Resolução. O resultado dessa composição de classes forma um dendrograma de dois ramos, o primeiro formado pelas Classes 4 e 1, a representar 47,9% do corpus; e o outro ramo, com as classes, 5 e 3 e 2, sendo essas duas últimas classes um subconjunto. Nesse dendrograma, como é possível observar, a quantidade de palavras nas Classes com o $p < 0.0001$ é mais reduzida, quando comparado com os outros dendogramas.

Todavia, fato importante desses dados é observado no primeiro ramo porque versa sobre os acontecimentos pertinentes à agressão iraquiana contra o corpo diplomático de países terceiros. No conflito, o Iraque impede que os diplomatas kuwaitianos saiam do país, o que gera um apelo, no âmbito do CSONU, à salvaguarda da Convenção de Viena, que atribui imunidade diplomática ao corpo estrangeiro presente no país em conflito. Essa demanda já vem acontecendo, como é possível observar nos *voting records* que antecedem essa resolução. Mas aqui, o escalonamento da crise faz com que esse tema seja levado em consideração de forma mais incisiva pelas delegações no CSONU. Em função dessa circunstância, grande parte do que é discutido dentro desse *voting records* é pertinente a esse caso.

É mister observar, todavia, que não se oblitera o fato presente de condenação da agressão iraquiana, que resulta na própria Resolução 667. Para tanto, as três outras classes representam um conjunto de termos referentes a aglutinar apoio da comunidade internacional, especialmente da Comunidade Europeia, para condenar os atos de agressão do Iraque de modo a fazê-lo se retirar do território kuwaitiano. Esse apelo decorre do fato que o Iraque se comporta de modo a sistematicamente violar a Convenção de Viena, e notável que as agressões iraquianas estão a ser escalonadas.

Abaixo o plano cartesiano da AFC demarca a disposição entre os Estados-Membros e observa a composição de seus respectivos discursos.

Figura 35 - AFC do S/PV.2940 (Resolução 667)



Fonte: Elaboração própria (2021)

Desde a análise do gráfico tem-se o quadro abaixo que torna mais didático observar quem são os atores e como estão dispostos em função das Classes da CHD referente.

Quadro 25: CHD x AFC do S/PV.2940 (Resolução 667)

Classe	Cor	Países	Exemplos
1 Violação a Convenção de Viena	Vermelho	URSS	essas ações constituem uma violação flagrante dos princípios e normas fundamentais que regem as relações entre os estados civilizados e das disposições específicas da resolução 664 do conselho, pela qual o Iraque é obrigado a não obstruir as atividades das missões diplomáticas e consulares em Kuwait ²²⁹
		Cuba	minha delegação decidiu, no entanto, votar a favor desta resolução porque concordamos com os principais elementos de sua parte operativa e consideramos absolutamente inaceitáveis as ações que violam a integridade das instalações diplomáticas e do pessoal em Kuwait ²³⁰
		Zaire	ao violar as missões diplomáticas e atacar pessoas que gozam de imunidade diplomática, o Iraque está desconsiderando os compromissos que assumiu livremente quando ratificou as Convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares de 15 de outubro de 1963 e 15 de janeiro de 1970 ²³¹
		Finlândia	há várias semanas, aumentam as preocupações com relação ao destino de diplomatas estrangeiros em Kuwait. Agora, o Iraque intensificou sua ação em total desconsideração de suas obrigações e do direito internacional consuetudinário e das Convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares das quais o Iraque faz parte ²³²
2 Voto para Resolução	Cinza	EUA	esta resolução não exime os membros do conselho de suas obrigações de tomar medidas concretas ²³³
		Reino Unido	O Iraque, por meio do tratamento dispensado a estrangeiros, mostrou que não tem interesse em cumprir suas obrigações internacionais para o bem-estar deles e, por meio da invasão de Kuwait, mostrou que não tem interesse na resolução pacífica de disputas ²³⁴
		Costa do Marfim	minha delegação é patrocinadora do projeto de resolução que mais uma vez reafirma as obrigações pelas quais o Iraque está vinculado, em conformidade com as disposições do direito internacional que regem as relações entre os Estados ²³⁵
3	Verde	Itália	nossa capacidade de dirigir-nos ao senhor presidente para ouvir outros estados e respeitar o ponto de vista de todos se baseia no

²²⁹ those actions constitute a flagrant violation of the fundamental principles and norms governing relations among civilized states and of specific provisions of council resolution 664 by which Iraq is obliged not to obstruct the activities of diplomatic and consular missions in Kuwait

²³⁰ my delegation decided nevertheless to vote in favor of this resolution because we agree with the major elements of its operative part we regard as absolutely unacceptable the actions in violation of the integrity of diplomatic premises and personnel in Kuwait

²³¹ by violating the diplomatic missions and attacking persons enjoying diplomatic immunity Iraq is disregarding the commitments it freely undertook when it ratified the Vienna Conventions on diplomatic and consular relations of 15 october 1963 and 15 january 1970

²³² for several weeks now concern has mounted regarding the fate of foreign diplomats in Kuwait now Iraq has stepped up its action in complete disregard of its obligations and of customary international law and the Vienna Conventions on diplomatic and consular relations to which Iraq is a party

²³³ this resolution does not discharge the members of the council of their obligations to take concrete steps

²³⁴ Iraq by its treatment of foreign nationals has shown that it has no interest in fulfilling its international obligations for their well being and by its invasion of Kuwait has shown that it has no interest in the peaceful resolution of disputes

²³⁵ my delegation is a sponsor of the draft resolution which once again reaffirms the obligations by which Iraq is bound in keeping with the provisions of international law governing relations among states

Comunidade internacional			respeito de todos os membros da comunidade internacional por certas regras de comportamento ²³⁶
		França	é essencial que a comunidade internacional continue a se manter firme contra todas as novas atividades contrárias ao direito internacional e às resoluções do conselho perpetradas pelo Iraque ²³⁷
4 Acusação contra o Iraque	Azul	Iraque	Não foram encontrados dados pertinentes.
		Romênia	a romênia expressou imediatamente após o surgimento deste problema o seu ponto de vista sobre os actos perpetrados pelas autoridades iraquianas contra as missões diplomáticas e consulares em Kuwait, o governo romeno fez um apelo nessa ocasião pelo respeito pelos princípios universalmente aceites do direito internacional e, em particular, do lei diplomática ²³⁸
		Etiópia	vemos a adoção da resolução 667 como um passo inicial para enfrentar as flagrantes violações cometidas pelo Iraque contra missões diplomáticas em kuwait ocupados, visto que esses incidentes que consideramos não são casos isolados, a resolução que acabamos de adotar fornece apenas nossa reação inicial aos graves situação ²³⁹
5 Condenação da Invasão	Rosa	China	China apóia as medidas adequadas tomadas pelos países interessados na proteção de seus cidadãos ²⁴⁰
		Kuwait	essas ações merecem a mais vigorosa condenação do conselho essas ações merecem a adoção de outras medidas para se opor ao invasor iraquiano essas ações são o resultado da ocupação contínua de Kuwait ²⁴¹
		Canadá	Exigiremos sua libertação imediata, bem como a libertação de todos os outros nacionais detidos pela sétima vez desde 2 de agosto de 1990, nosso conselho está se reunindo com urgência para possibilitar que a comunidade internacional expresse sua indignação e condenação ao Iraque ²⁴²

Fonte: Elaboração própria (2021)

Ao observar esse conjunto de dados nota-se que o Iraque faz parte da Classe 4, pertinente à violação a Convenção de Viena. Apesar da ACA não encontrar dados cristalinos que justifiquem a localização do Iraque nessa classe. A posição iraquiana é de defesa contra a acusação de violação à Convenção de Viena. Fora esse detalhe, o que também chama atenção

²³⁶ our ability to address you mr president to listen to other states to respect everybody's point of view rests on respect by all the members of the international community for certain rules of behavior

²³⁷ it is essential that the international community continue to stand firm against all new activities contrary to international law and to the resolutions of the council perpetrated by Iraq

²³⁸ Romania expressed immediately after the emergence of this problem its point of view on the acts perpetrated by iraqi authorities against diplomatic and consular missions in Kuwait the Romanian government made an appeal on that occasion for respect for the universally accepted principles of international law and in particular of diplomatic law

²³⁹ we view the adoption of resolution 667 as an initial step to confront the flagrant violations committed by Iraq against diplomatic missions in occupied Kuwait as these incidents we have considered are not isolated cases the resolution we have just adopted provides only our initial reaction to the serious situation

²⁴⁰ China supports the proper measures taken by the countries concerned in protecting their nationals

²⁴¹ these actions deserve the council most vigorous condemnation these actions deserve the adoption of further measures to oppose the iraqi invader these actions are the result of the continued occupation of Kuwait

²⁴² we will demand their immediate release as well as the release of all other detained nationals for the seventh time since 2 august 1990 our council is meeting urgently to make it possible for the international community to express its indignation and condemnation of Iraq

é o fato que a composição das classes que estão a sustentar a Convenção de Viena contra o Iraque é formada por países que tentam inibir o avanço dos interesses dos Estados Unidos na região, como é o caso de URSS e, especialmente, Cuba.

Por seu turno, as outras classes versam sobre a necessidade do apoio da comunidade internacional, especialmente da Comunidade Europeia, contra a agressão iraquiana. Essas classes são compostas por países com poder de veto, dentre os quais, importa destacar, a China, que compõe a classe denominada Condenação do Iraque.

Em relação aos Estado Unidos, sua delegação está situada na Classe 2, pertinente a conclamar as outras delegações a votar favorável à Resolução 667. Conquanto, está localizado no quadrante superior direito e em direito ao centro do plano cartesiano. Essa posição em direção ao centro demarca a ideia desenvolvida na tese de haver uma relação de coocorrência entre os termos empregados nos atos de fala da delegação estadunidense em torno do objetivo de securitizar o problema. Como um processo, resta cada vez mais evidente que o discurso da delegação estadunidense, que uma vez trabalhou com a noção de uma resolução pacífica, passa a se enveredar por uma proposta que tenha a ver com “tomar medidas concretas”.

Com o avançar da crise e sua não resolução adentra-se agora no próximo documento para análise. O S/PV.2943 é o **oitavo** documento, ele é referente à Resolução 670 que trata da limitação do acesso ao espaço aéreo iraquiano e kuwaitiano, salvo autorizado pelo Conselho de Segurança. Esse documento é constituído por 17 *statements* que, tratados com ACA, formam um *corpus* de 452 segmentos de texto, do quais, 407 são operados pelo *software*, o que corresponde a 90,04% do *corpus* original. Com essa estrutura, a análise por CHD produz um dendrograma com seis classes de palavras observado conforme figura abaixo:

Figura 36 - CHD do S/PV.2943 (Resolução 670)

Classe 6 Segurança Internacional	19,4%	Classe 1 Ferramentas para Resolução	17,2%	Classe 4 Libertação do Kuwait	14%	Classe 3 Comunidade Internacional	16,5%	Classe 2 Resolução da Crise	19,7%	Classe 5 Linguagem protocolar	13,3%
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
Law	44,07	Resolution	85,22	Draft	36,6	World	63,42	Region	56,94	Secretaty	59,22
State	43,6	Adoption	64,81	Kuwait	34,59	Order	42,23	Question	37,62	Meet	48
Sovereight	38,21	Council	48,65	Troop	30,41	Last	25,69	Solution	32,7	Friend	33,09
National	36,95	Iraq	38,21	Person	29,49	Understand	16,87	Require	27,93	Foreing ministers	32,49
Unite	33,88	Effective	37,97	withdrawal	28,47	Confrontation	16,87	Effort	27,31	Mark	32,49
Integrity	33,88	Today	20,94	Legitimate	25,21	Year	15,76	Achieve	25,42	level	28,67
Force	32,55	Sanction	19,46	Iraqi	25,02	Future	15,65	Peace	20,74	undertake	26,41
Respect	30,6	Article 50	19,45	hour	24,81	Prove	15,34	Option	20,69	Javier Perez de Cuellar	26,41
Neighbor	29,57	Entrust	19,45	Leave	24,3	factor	15,34	crisis	18,11	word	25,98
Small	28,15	Comply	19,45	government	20,44	dash	15,34	maintenance	16,51	opportunity	20,94

Fonte: Elaboração própria (2021)

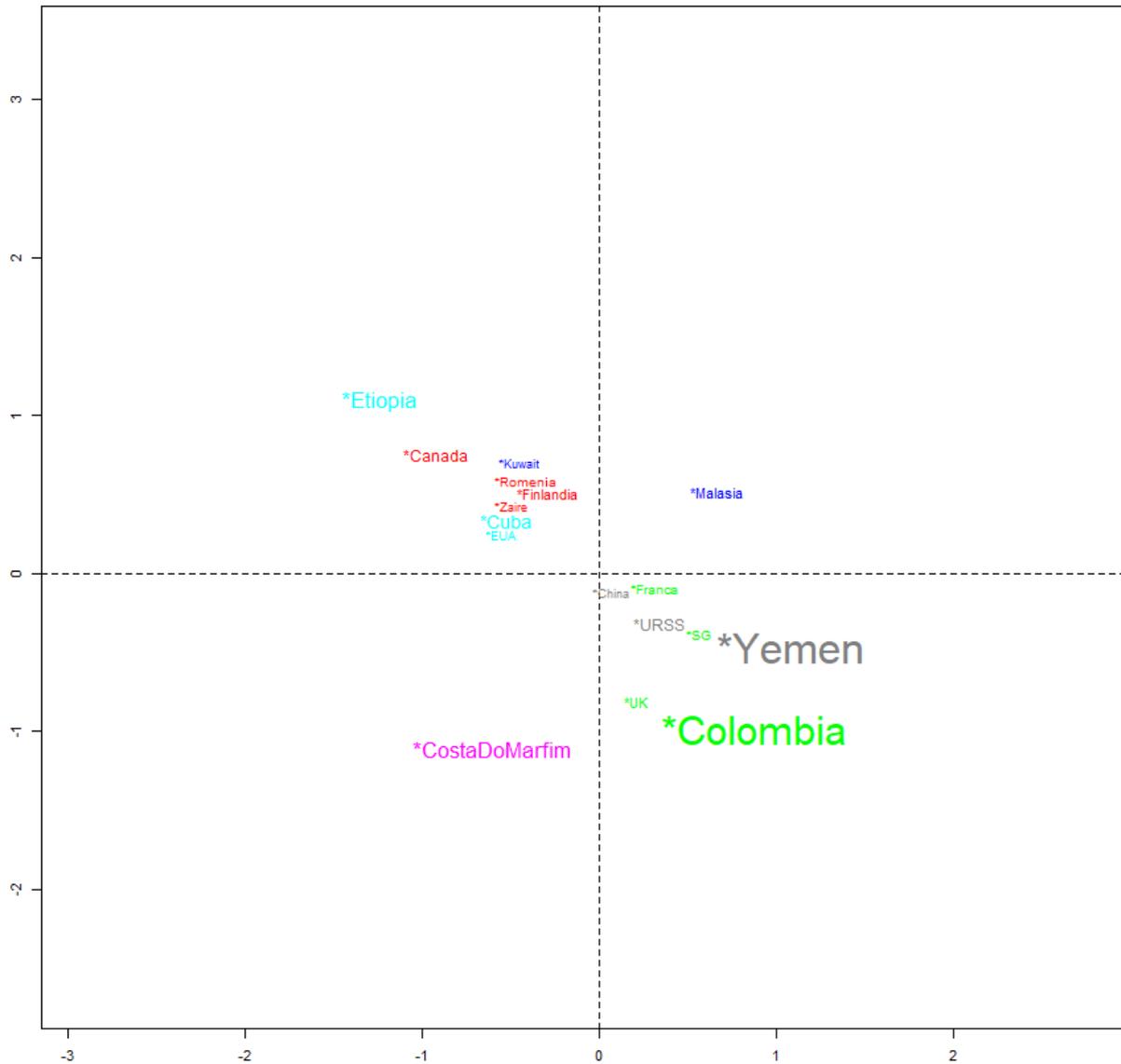
A CHD do S/PV.2943 é constituída por seis classes de palavras que formam um dendrograma cujos ramos são igualmente divididos em quantidade de clusters de palavras. Todavia, a composição do primeiro ramo é de 50,6% do *corpus* e é formado pelas classes 6: Segurança Internacional; 1: Ferramentas para Resolução; e 4: Libertação do Kuwait. O segundo ramo, por sua vez, é composto pelas classes 3: Comunidade Internacional; 2: Resolução da Crise; e 5: Linguagem protocolar.

Da constituição desse dendrograma observa-se que o objeto pertinente ao debate que constitui o S/PV. 2943, a limitação do acesso ao espaço aéreo iraquiano e kuwaitiano, enseja objetivamente o caminho que as delegações estão caminhando para impetrar a decisão pela guerra. Esse caminho, no entanto, como um processo, não pode ser observado sem que o contexto seja lembrado. Nesse contexto, o período retratado tem como evidência a reunião, na Casa Branca, no dia **24 de setembro** em que Bush, Scowcroft, Cheney e Powell tratam de qual estratégia é mais eficiente para conter o Iraque: a dissuasão, através das sanções econômicas ou o exercício da violência, através de uma ofensiva militar. Da reunião, é mister lembrar a resposta de Bush que reitera a possibilidade de efetivar qualquer ação, se as sanções econômicas não resultarem no efeito esperado.

Dada essa contextualização, importa observar que, conforme, a AFC abaixo e o quadro que apresenta a relação entre o plano cartesiano e as classes da CHD, os discursos que são operados pelas delegações que compõem o CSONU cada vez mais se alinham às prerrogativas da política externa de Bush. Notadamente daquela construída pelo Grupo Simples.

As exceções desse processo de ressonância com discurso da delegação estadunidense são as representações que estão associadas à Classe 2: Resolução da Crise, formada por China, URSS e Iêmen. Além dessas, Cuba, a única delegação que vota contra à Resolução 670, que limita o espaço aéreo de Iraque e Kuwait. Dentro dessa interpretação importa observar que esse voting records demarca uma evento inusitado, quando o Secretário Geral da Assembleia Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, demarca a posição da Organização pela defesa da paz e não apenas na busca pela sua restauração.

Figura 37 - AFC do S/PV.2943 (Resolução 670)



Quadro 26 - CHD x AFC do S/PV.2940 (Resolução 667)

Classe	Cor	País	Exemplos
1 Ferramentas para Resolução	Vermelho	Canadá	a resolução que adotamos hoje endurece as sanções impostas contra o Iraque e estabelece os meios pelos quais sua eficácia deve ser garantida, mas faz mais do que isso sublinha ao governo do Iraque que o seu descumprimento contínuo das resoluções deste conselho pode levar a novas ações por parte do conselho de acordo com o estatuto das nações unidas, com consequências potencialmente graves ²⁴³

²⁴³ the resolution we have adopted today tightens the sanctions imposed against Iraq and sets out the means by which their effectiveness is to be assured but it does more than that underlines to the government of Iraq that its continued failure to comply with the resolutions of this council could lead to further action by the council under the charter of the united nations with potentially severe consequences

		Finlândia	em nossa opinião, a adoção da resolução de hoje dará um sinal claro da determinação do conselho em continuar a defender e fortalecer o princípio da segurança coletiva ²⁴⁴
		Romênia	a resolução contém uma série de disposições de longo alcance com a clara intenção de obrigar o Iraque a colocar em vigor as resoluções anteriores do conselho ²⁴⁵
		Zaire	pela resolução que acabamos de adotar, zaire não deseja colocar o Iraque de joelhos, mas sim garantir que nenhum Estado, por mais poderoso que seja, pretenda no futuro usar força militar brutal para esmagar os fracos ²⁴⁶
2 Resolução da Crise	Cinza	China	para manter a paz mundial e restaurar a paz e a segurança na região do golfo, o governo chinês defende que a atual crise do golfo seja resolvida politicamente e por meios pacíficos ²⁴⁷
		URSS	devemos, sem demora, de forma coletiva, nos preocupar em curar as outras antigas feridas daquela região, antes de mais nada, através da solução dos problemas da Palestina e do Líbano. ²⁴⁸
		Iêmen	os princípios e as leis não devem servir a interesses nacionais mesquinhos. a aplicação prática das novas regras que devem reger as relações internacionais exige que determinemos de antemão qual das duas opções de paz ou guerra devemos escolher para enfrentar a crise atual na região do Golfo. ²⁴⁹
3 Comunidade Internacional	Verde	Colômbia	em 2 de agosto deste ano, o mundo ficou surpreso ao ver suas esperanças adiadas por uma paz duradoura e estável e um período de desenvolvimento acelerado. A invasão de Kuwait pelo Iraque destruiu essas esperanças e provocou uma reação de toda a comunidade internacional ²⁵⁰
		França	o mundo árabe também deve garantir que as condições que deram origem à crise não voltem a ocorrer ²⁵¹
		Secretário Geral	o conselho vê sua responsabilidade não apenas como a de restaurar a paz, mas também de defender e manter a paz com justiça ²⁵²
		Reino Unido	ao fazer isso, não apenas fazemos justiça a Kuwait, podemos fortalecer as esperanças de uma ordem mundial mais segura, uma ordem baseada na implementação das resoluções deste conselho, em vez de sua rejeição seja no Oriente Médio ou em qualquer outro lugar ²⁵³

²⁴⁴ in our view the adoption of today's resolution will give a clear signal of the determination of the council to continue to uphold and strengthen the principle of collective security

²⁴⁵ the resolution contains a number of provisions of a far reaching nature with a clear intent to oblige Iraq to put into effect earlier resolutions of the council

²⁴⁶ by the resolution we have just adopted Zaire does not wish to bring Iraq to its knees but rather wishes to make sure that no state no matter how powerful intends in the future to use brutal military force to crush the weak

²⁴⁷ in order to maintain world peace and restore peace and security in the gulf region the chinese government advocates that the current gulf crisis be resolved politically and by peaceful means

²⁴⁸ we should without delay on a collective basis concern ourselves with healing the other age old wounds of that region first and foremost through a solution of the problems of palestine and of Lebanon

²⁴⁹ principles and laws should not be made to serve narrow national interests. the practical application of the new rules that should govern international relations requires that we should determine beforehand which of the two options of peace or war we shall opt for in addressing the current crisis in the gulf region

²⁵⁰ on 2 august this year the world was surprised to see its hopes deferred for a lasting and stable peace and a period of accelerated development the invasion of Kuwait by Iraq dashed those hopes and brought about a reaction from the entire international Community

²⁵¹ the arab world must also ensure that the conditions which gave rise to the crisis do not occur again

²⁵² the council views its responsibility as not only that of restoring peace but of upholding and maintaining peace with justice

²⁵³ in doing this we do not just do justice to Kuwait we can strengthen hopes of a more secure world order an order based on the implementation of the resolutions of this council rather than their rejection whether in the Middle East or elsewhere

4 Libertação do Kuwait	Anil	Cuba	o projeto de resolução que temos diante de nós não apenas contém ameaças claras de que outras medidas militares, suponho, serão usadas contra o Iraque, mas também ataca qualquer estado que possa desconsiderar as resoluções já adotadas ²⁵⁴
		EUA	há ampla evidência de que esse direito pode ser exercido se a ocupação ilegal de Kuwait continuar, é importante enfatizar que as sanções que adotamos têm como objetivo reverter as políticas agressivas do governo iraquiano ²⁵⁵
		Etiópia	Lamentavelmente, o Iraque desafiou de forma consistente e sem cerimônia o consenso internacional sobre a remoção de suas forças de Kuwait, mesmo enquanto falamos, não há indicação de que o Iraque esteja inclinado a mudar sua posição e cumprir os requisitos da resolução 660 ²⁵⁶
5 Linguagem protocolar	Azul	Kuwait	tenho o dever de dizer algumas palavras ao meu amigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Sua Excelência Javier Perez de Cuellar, foi corajoso e fiel, ajudou com direito e justiça ²⁵⁷
		Malásia	reunir-se neste nível para pesar e se pronunciar sobre questões importantes e críticas como essa questão nos reúne hoje, mas nossa reunião não deve ser interpretada como significando que estamos nos unindo e fechando as portas para o Iraque ²⁵⁸
6 Segurança Internacional	Rosa	Costa do Marfim	Estados como o nosso só podem garantir a sua existência entre as nações através do respeito escrupuloso do direito internacional, portanto, não podem aceitar o recurso à força para resolver qualquer disputa, independentemente da gravidade ²⁵⁹

Fonte: Elaboração própria (2021)

Dado o exposto parte-se para a análise do **nono** documento, o S/PV.2951 referente à Resolução 674. Os debates observados dentro desse documento têm como base o preposto da resolução que versa sobre o “cessar da tomada de refêns civis e pessoas de outros Estados, bem como a garantia de acesso a água, alimentos e serviços básicos aos kuaitianos e cidadãos de terceiros Estados” (BRECHER, 2008), além da recompensação financeira decorrente da invasão.

Esse documento é constituído por 16 *statements* que formam um corpus com 453 st. Ao tratar o documento a partir do Método de Reinert, que produz a CHD e AFC necessárias para a interpretação dos dados, observa-se necessidade de sair do *default* que o IRAMUTEQ utiliza

²⁵⁴ the draft resolution before us not only contains clear threats that other measures military measures I presume will be used against Iraq but also lashes out against any state that might disregard resolutions already adopted

²⁵⁵ there is ample evidence that this right can be exercised it will be if the illegal occupation of Kuwait continues it is important I think to emphasize that the sanctions we have adopted are aimed at reversing the aggressive policies of the iraqi government

²⁵⁶ regrettably Iraq has consistently and unceremoniously defied the international consensus on the removal of its forces from Kuwait even as we speak there is no indication that Iraq is inclined to change its position and fulfil the requirements of resolution 660

²⁵⁷ I am in duty bound to say a few words to my friend the Secretary General of the United Nations his excellency Javier Perez de Cuellar he has been courageous and faithful he has aided with right and justice

²⁵⁸ meet at this level to weigh and pronounce on important and critical issues such an issue brings us together today but our meeting must not be taken to mean that we are ganging up and that we are closing the door on Iraq

²⁵⁹ states such as ours can guarantee their existence among nations only through scrupulous respect for international law therefore they cannot accept recourse to force to settle any dispute regardless how serious

para operar o documento, isso porque a análise padrão estava a gerar uma análise de 301 segmentos de texto, o que corresponde a 66,45%.

Esse percentual de análise para o *corpus* não é estatisticamente válido, conforme observar Camargo (2018). A porcentagem válida é de 75% do *corpus*. Com isso decide-se alterar o *default* para tentar alcançar um resultado válido, porém, sem sucesso. O máximo alterado para reduzir o número de classes na fase terminal 1 foi ao limite e julgou-se a possibilidade do software realizar uma operação espúria, sem pertinência à pesquisa. Dessa maneira, opta-se por abdicar do tratamento realizado pela ACA do IRAMUTEQ nos dados referentes ao S/PV.2951.

De tal forma parte-se para análise do **décimo** *voting records*. Esse documento é o S/PV.2962, referente à Resolução 677 que trata das operações militares iraquianas contra o povo kuwaitiano, bem como de sua atividade em destruir os registros civis kuwaitianos e apagar sua história documental. Todavia, no processo de análise constata-se que o documento não cumpre o critério principal de seleção: a existência de um *statement* da delegação dos EUA. Por causa disso, opta-se também por não contabilizar esse dado, haja vista a possibilidade de criar um viés na análise.

Assim, parte-se para análise do **décimo primeiro** documento, o S/PV.2963, referente à Resolução 678. Esse é o último documento pertinente à relação entre os atos de fala do ator securitizador e o seu resultado na audiência. Além disso, ainda assume uma relevância maior porque se trata do ultimato que o CSONU dá ao Iraque para cumprir todas as resoluções, se retirar do Kuwait e restituir as fronteiras kuwaitianas ao período anterior à invasão. Dada essa importância, estima-se ser possível observar aqui uma associação mais cristalina entre os atos de fala das delegações, notadamente, uma maior aproximação entre os discursos das potências que possuem poder de veto no CSONU com o discurso dos EUA.

Destarte, esse documento é constituído por 18 *statements*, os quais, através do Método de Reinert operacionalizado pelo IRAMUTEQ, reverberam 626 segmentos de textos. Desses, 525 são aproveitados para a análise, ou seja, 83,87% do *corpus* original. Com o *default* operado pelo *software*, a análise de CHD gera um dendrograma de 4 *clusters* de palavras. Esse dendrograma é disposto conforme a Figura 38:

Figura 38 - CHD do S/PV.2963 (Resolução 678)

Classe 2	20,2%	Classe 1	22,1%	Classe 3	20,4%	Classe 4	37,3%
Segurança Internacional		Objetivo da Resolução		Resolução da Crise		Interesse Americano	
Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2	Palavras	χ^2
International	55,47	Resolution	48,11	Peaceful	90,74	World	35,35
Community	55,03	Case	47,0	Solution	53,41	Middle East	18,86
Kuwait	33,23	Force	46,88	Settlement	49,66	Era	18,86
Collective	30,42	Authorize	38,18	Crisis	42,42	Interest	16,86
Law	25,06	Council	36,9	Negotiation	31,74	Deal	15,5
Show	24,15	Adopt	27,9	President	30,01	American	15,22
Regional	19,95	Early	23,73	Dialogue	30,01		
Iraqi	17,77	Comply	23,02	Secretary General	27,72		

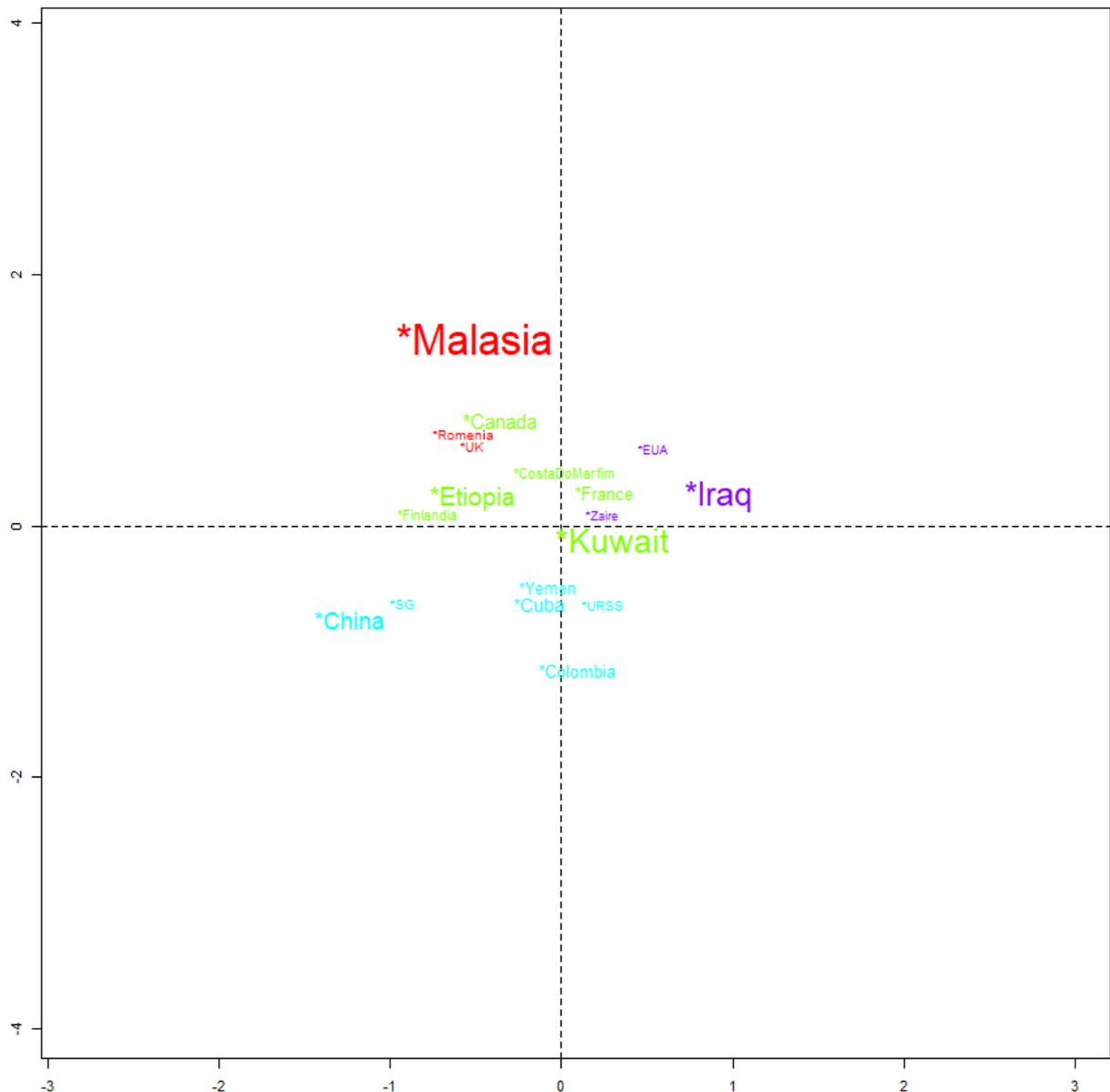
Fonte: Elaboração própria (2021)

Ao observar a CHD do S/PV.2963 constata-se que o dendrograma é composto pelas seguintes classes de palavras, Classe 1: Objetivo do Resolução (22,1%); Classe 2: Segurança Internacional (20,2%); Classe 3: Resolução da Crise (20,4%); e Classe 4: Interesse dos EUA (37, 3%). Essas classes estão dispostas em dois ramos, sendo o primeiro é constituído pela relação entre as Classes 2 e 1 e destas com a Classe 3. O segundo ramo do dendrograma é formado unicamente pela Classe 4, o que denota uma discussão à parte daquela que, somada, configura como o maior interesse do debate que ocorre dentro do *voting records*.

Assim, a relação entre as Classes 2 e 1 perfaz, respectivamente, a questão da segurança coletiva e o direito à autodefesa postulado pela comunidade internacional e a discussão em relação ao uso da força, desde que com autorização do Conselho de Segurança. A Classe 3, por sua vez, reitera a importância de implantar meios pacíficos de resolução, como a negociação e o diálogo. Enquanto isso, a Classe 4, a partir da contextualização desenvolvida na pesquisa, é referente aos interesses dos EUA na região do Oriente Médio, o que constitui objeto da classe.

Essa leitura é otimizada com a AFC que estima a posição de cada delegação dentro do plano cartesiano.

Figura 39 - AFC do S/PV.2963 (Resolução 678)



Fonte: Elaboração própria (2021)

A partir da Análise entre a CHD e AFC é possível observar que EUA, Iraque e Zaire estão alocados no mesmo quadrante e são representados pela Classe 4, que demarca a discussão em relação aos interesses dos Estados Unidos na região. Todavia, o que mais chama atenção no plano cartesiano é a disposição entre as delegações. Aqui, diferentemente do que ocorre nas outras AFCs, as delegações estão mais próximas umas das outras. A exceção são aquelas

delegações representadas pela Classe 3: Resolução da Crise, em que se encontra dois países com assento permanente no CSONU, a China e a URSS.

Para observar essa exceção, bem como os pontos de convergência, importa observar as evidências discursivas que permitem a constituição de uma maior aproximação de coocorrência entre os atos de fala das delegações. Para tanto, abaixo segue o Quadro 26 em que estão presentes as de evidência da AFC

Quadro 27 - CHD x AFC do S/PV.2963 (Resolução 678)

Classe	Cor	País	Exemplos
1 Objetivo do Resolução	Vermelho	Malásia	mesmo com a presente resolução, a mais séria da história do conselho, é a esperança da malásia de que a força não precisa ser inevitável, pois ainda há tempo para o Iraque obedecer e que a região ainda pode ser poupada da guerra ²⁶⁰
		Reino Unido	não há ambigüidade sobre o que o conselho exige nesta resolução e em resoluções anteriores exigimos que o Iraque cumpra integralmente os termos da resolução 660 e todas as resoluções posteriores e retire todas as suas forças incondicionalmente para as posições em que estavam em 1º de agosto ²⁶¹
		Romênia	expressamos a esperança de que a resolução que acabamos de aprovar e as declarações aqui feitas sejam interpretadas de forma responsável por todos os interessados, que finalmente provarão ter a sabedoria política necessária ²⁶²
2 Segurança Internacional	Verde	Canadá	Esperamos que o Iraque aproveite a oportunidade que esta resolução oferece e, por total conformidade, retome seu lugar como um membro responsável da comunidade internacional com base no pleno respeito ao direito internacional ²⁶³
		Costa do Marfim	portanto, esperamos que a resolução que o conselho acaba de adotar seja percebida pelos líderes do Iraque como um reflexo da determinação da comunidade internacional de garantir o respeito por todos os meios necessários para os grandes propósitos e princípios da carta ²⁶⁴
		Etiópia	com o benefício de uma visão retrospectiva, muitas vezes é afirmado, talvez corretamente, que se a Liga das Nações tivesse agido com mais força e em uníssono naquele momento crítico

²⁶⁰ even with the present resolution the most serious in the history of the council it is Malaysia's hope that force does not have to be inevitable that there is yet time for Iraq to comply and that the region can still be spared from war

²⁶¹ there is no ambiguity about what the council requires in this resolution and in previous resolutions we require that Iraq comply fully with the terms of resolution 660 and all later resolutions and withdraw all its forces unconditionally to the positions on which they stood on 1 august

²⁶² we express the hope that the resolution just adopted and the statements made here will be responsibly interpreted by all concerned who will finally prove to have the necessary political wisdom

²⁶³ we hope Iraq will take the opportunity that this resolution offers and by full compliance resume its place as a responsible member of the international community on the basis of full respect for international law

²⁶⁴ we therefore hope that the resolution which the council has just adopted will be perceived by Iraq's leaders as a reflection of the international community's determination to ensure respect by all necessary means for the great purposes and principles of the charter

			na defesa da legalidade internacional, o curso da história teria sido diferente ²⁶⁵
		França	visto que nossos apelos caíram em ouvidos surdos, somos compelidos a recorrer a um nível mais alto de pressão em face do desafio contínuo para a comunidade internacional, este é o significado da resolução que acabamos de aprovar ²⁶⁶
		Finlândia	de acordo com a carta, se o conselho considerar que as medidas econômicas e diplomáticas se provaram inadequadas, ele poderá tomar as medidas necessárias para restaurar a paz e a segurança internacionais, agindo de acordo com essas disposições ²⁶⁷
3 Resolução da Crise	Azul	China	isto vai contra a posição consistente do governo chinês, nomeadamente de tentar ao máximo procurar uma solução pacífica, pelo que a delegação chinesa tem dificuldade em votar a favor deste projecto de resolução ²⁶⁸
		Colômbia	para agir positivamente no sentido de alcançar uma solução pacífica, se hoje estamos abrindo o caminho para a opção de usar a força, façamos também para a opção de paz ²⁶⁹
		Cuba	nas últimas semanas, a delegação cubana ao conselho, juntamente com os da malásia e do Iêmen, têm trabalhado na iniciativa colombiana com o objetivo de alcançar, mais que um projeto de resolução para uma solução pacífica do conflito, as próprias bases que poderiam iniciar tal solução ²⁷⁰
		Iêmen	desde o início, o Iêmen declarou que tomaria uma posição neutra no conflito, a fim de poder contribuir para a busca de uma solução árabe pacífica para esse conflito ²⁷¹
		Secretário Geral	o conselho de segurança tomou uma decisão de imenso portento. Gostaria de enfatizar que mesmo com a leitura mais rigorosa, a resolução que acaba de ser adotada prevê pelo menos 45 dias de esforço sério para alcançar uma solução pacífica para a crise ²⁷²
		URSS	hoje começamos a contagem regressiva da pausa de boa vontade, estamos confiantes de que antes que o tempo acabe os eventos darão uma guinada em direção à paz e que a pausa dará início a uma transição para um acordo político ²⁷³
4 Interesse dos EUA	Roxo	Iraque	nosso povo está bem ciente do fato de que alguns membros deste órgão e da organização mundial estão preocupados com as manifestações de hegemonia dentro do conselho, pretendendo

²⁶⁵ with the benefit of hindsight it is often asserted perhaps rightly that had the League of Nations acted more forcefully and in unison at that critical time in defense of international legality the course of history would have been different

²⁶⁶ since our calls have fallen on deaf ears we are compelled to resort to a higher level of pressure in the face of the continuing challenge to the international community this is the meaning of the resolution we have just adopted

²⁶⁷ according to the charter should the council consider that the economic and diplomatic measures have proved to be inadequate it may take further action as may be necessary to restore international peace and security acting under these provisions

²⁶⁸ this runs counter to the consistent position of the chinese government namely to try our utmost to seek a peaceful solution therefore the chinese delegation has difficulty voting in favor of this draft resolution

²⁶⁹ to take positive action towards achieving a peaceful settlement if today we are opening the way for the option of using force let us do so also for the peace option

²⁷⁰ in recent weeks the cuban delegation to the council together with those of Malaysia and Yemen have been working on the colombian initiative with a view to achieving rather than a draft resolution on a peaceful settlement of the conflict the very bases that could initiate such a settlement

²⁷¹ from the very outset Yemen declared that it would take a neutral stand on the conflict in order to be able to contribute to the search for a peaceful arab solution to that conflict

²⁷² the security council has taken a decision of immense portento i should like to stress that even on the most stringent reading the resolution just adopted envisages at least 45 days of earnest effort to achieve a peaceful solution of the crisis

²⁷³ today we have started the count down of the pause of goodwill we are confident that before the time is up events will take a turn towards peace and that the pause will usher in a transition to a political settlement

			fazer de suas resoluções a única expressão da opinião da comunidade internacional como um todo ²⁷⁴
		EUA	um país outrora seguro foi aterrorizado, as nações do mundo não ficaram paradas, tomamos medidas políticas, econômicas e militares para colocar o Iraque em quarentena e conter sua agressão ²⁷⁵
		Zaire	O Iraque deve lembrar o compromisso que assumiu em 24 de abril de 1955 in Bandung ao assinar o Comunicado Final da Conferência Asiático-Africano que reafirmou os princípios fundamentais da autodeterminação dos direitos humanos e da promoção da paz e da cooperação no mundo ²⁷⁶

Fonte: Elaboração própria (2021)

Como salientado anteriormente, o S/PV.2963, referente à Resolução 678, possui importância central para verificar a coocorrência entre os atos de fala das delegações que compõem o CSONU. Destarte, ao levar em consideração a AFC com o que é apresentado no Quadro 26, constata-se que é possível observar uma maior aproximação entre os discursos das delegações, notadamente em convergência com os interesses dos Estados Unidos pela estratégia vinculada ao exercício da guerra.

O que se vê, por exemplo, é manutenção da associação com entre aqueles países que são historicamente aliados aos EUA, como o Reino Unido. A delegação inglesa, mesmo presente na Classe 1, difere dos outros integrantes, Malásia e Romênia, que ainda estão esperançosos em, dado o ultimato da resolução, solucionar a crise a partir de meios pacíficos.

Da mesma forma, os discursos das delegações que são localizadas nas Classe 2, notadamente a França, restam claros mais próximos aos interesses estadunidenses. Esses discursos são pertinentes ao tema de segurança e da garantia do exercício do direito internacional. Dentro dessa chave temática opera-se os atos de fala em torno de dar legitimidade e autorização ao uso força como estratégia para a resolução da crise.

Porém, essa aproximação dos atos de fala em uma relação de coocorrência não expõe uma forte associação entre todos os países membros do Conselho que possuem poder de veto. Duas evidências para isso são: (i) a China, encontrada na Classe 3, que tem seu discurso marcado por uma posição contrária à resolução, embora não tenha votado contra a mesma,

²⁷⁴ our people are well aware of the fact that some members of this body and in the world organization are concerned about the manifestations of hegemony within the council purporting to make its resolutions the sole expression of the opinion of the international community as a whole

²⁷⁵ a once secure country has been terrorized the nations of the world have not stood idly by we have taken political economic and military measures to quarantine Iraq and contain its aggression

²⁷⁶ Iraq should remember the commitment it entered into on 24 april 1955 in Bandung when it signed the Final Communiqué of the Asian African Conference which reaffirmed the fundamental principles of human rights self determination and the promotion of peace and cooperation in the world

apenas se absteve; e (ii) a URSS, que continua relutante ao emprego da força e busca uma alternativa que seja pacífica, apesar de ter votado favorável à Resolução 678.

Com os dados apresentados e analisados à guisa de encontrar as evidências para testar o argumento central da tese, bem como a teoria que dá suporte ao argumento, a pesquisa se depara com necessidade de apresentar, na próxima subseção, o destrinchar referente a aplicação da Resolução 678 que é o terceiro momento-chave da crise, quando o território iraquiano se transformar em um cenário de guerra.

4.3 DA TEMPESTADE NO DESERTO AO FIM DA GUERRA

A segunda fase da Guerra do Golfo, aqui tratada como o terceiro momento-chave da crise, é quando o território iraquiano se transforma em palco para o exercício de guerra. Essa fase é iniciada **em 16 de janeiro de 1991**, quando a Operação Tempestade no Deserto, uma coalizão de países liderada pelos EUA, sob a bandeira da ONU, entra no teatro de operações do conflito. A Guerra do Golfo propriamente dita dura cerca de 30 dias, quando termina em 28 de fevereiro de 1991, depois que consegue forçar o Iraque a se retirar do Kuwait (MATTHEWS, 2004).

Na Operação Tempestade no Deserto, armas modernas são empregadas em uma tática de guerra denominada *guerra cirúrgica*, quando diz que somente alvos específicos não-civis são atingidos. O emprego de F-15 e F-117 junto a um aparato televisivo torna a Operação um espetáculo (MATTHEWS, 2004). Cada imagem, captada pelas câmeras de televisão, é única. Nesse sentido, por mais que todo e qualquer conflito ou guerra possua suas idiossincrasias, a Guerra do Golfo é um palco em que os EUA demonstram ao mundo sua força e poderio bélico.

Segundo Cheney²⁷⁷, em entrevista à Rede PBS, seu maior receio foi em relação à primeira noite de bombardeio, quando a defesa iraquiana estaria completa. No entanto, o resultado foi “*just a phenomenal result*”, porque os EUA só perderam uma aeronave. Então, já nos primeiros bombardeios, iniciados em **17 de janeiro de 1991**, as forças militares iraquianas são incapacitadas e em pouco mais de 30 dias de campanha aérea, Saddam Hussein sofre uma humilhação sem precedentes. Em **24 de fevereiro**, sem que a fase terrestre da Operação dure 100 horas, as forças estadunidenses esmagam qualquer possibilidade defensiva que ainda restava depois de 39 dias de bombardeios (HENRIKSEN, 2007).

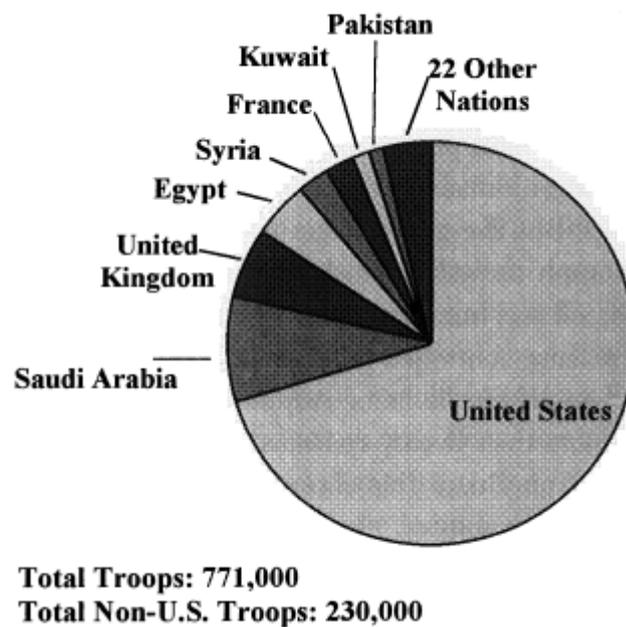
²⁷⁷Para mais vide: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/cheney/1.html>

O emprego da força, na magnitude operacionalizada com essa operação, é significativo para a posição dos Estados Unidos no novo cenário que emerge na política internacional. E George Bush é taxativo quanto a isso:

Do ponto de vista da política externa americana, procuramos responder de uma maneira que ganhasse amplo apoio interno e que, tanto quanto possível, pudesse ser aplicado universalmente a outras crises. Em termos internacionais, tentamos estabelecer um modelo para o uso da força (BUSH; SCOWCROFT, 1999, p. 612)

Fato marcante para isso é, por exemplo, o emprego militar das forças estadunidenses nas operações militares quando comparado com as outras nações envolvidas. Abaixo, o Gráfico 9 é representativo dessa disposição de forças

Gráfico 9 - Participação Militar nas operações da Guerra do Golfo



Fonte: BRZEZINSKY, 2007, p. 71

É válido observar que, em meio aos bombardeios, **em 29 de janeiro de 1991**, George Bush lança sua mensagem ao Congresso através do discurso *State of the Union*, e ao cenário internacional, através Assembleia Geral da ONU. Em ambos chama por uma *nova ordem mundial*. Uma ordem liberal marcada para “alcançar aspirações universais da humanidade – paz e segurança, liberdade e Estado de Direito²⁷⁸”.

²⁷⁸ to achieve the universal aspirations of mankind – peace and security, freedom, and the rule of law

Dentro dessa ordem, a tese da paz democrática começa a engendrar forte apoio para consolidação do papel dos Estados Unidos como um líder natural desse novo momento das relações internacionais. Uma natureza que retoma e é pautada no excepcionalismo americano, que coloca os EUA como um farol a guiar a comunidade internacional (SPANOS, 2013). Desde essa premissa²⁷⁹, os Estados Unidos precisam reformular seus objetivos, calcular comportamentos e prever novas ameaças.

Desse ponto de vista, a escalada, operação e término da Primeira Guerra do Golfo, como um problema de política externa dos EUA, demonstra que o papel desempenhado pelo Grupo Simples e por George Bush ao se envolver na crise do Golfo Pérsico vai além de buscar a resolução do problema. Ao ser colocado como uma representação de ameaça à segurança e paz internacionais, o problema é operado como um roteiro de controle político da crise através do uso de atos de fala de segurança que servem construir uma audiência e, a o fim, legitimar a projeção de poder estadunidense nessa região do Oriente Médio (SCHWAB, 2008).

Essa projeção também não é ao acaso, mas dentro de uma lógica geopolítica que ascende em função de uma nova conjuntura que reivindica a mudança rápida dos objetivos de política externa para que uma liderança na política internacional se faça presente e atuante na dinâmica de regiões consideradas de interesse vital. Assim, oficialmente, a Operação Tempestade no Deserto acaba quando a coalizão liderada pelos EUA consegue retirar o Iraque do Kuwait, em **28 de fevereiro de 1991**.

Em que pese os resultados do conflito, é fato notório que a Guerra do Golfo transforma a região e o cenário internacional, porquanto, se configura como um ponto de inflexão na encruzilhada que demarca dois períodos históricos, a Guerra Fria e o Pós-Guerra Fria. Dentre os efeitos da Guerra do Golfo visualiza-se (i) a consolidação da ascensão dos EUA, (ii) a confirmação do hiato de poder da superpotência em relação a todos os outros países juntos e (iii) prenuncia as intervenções humanitárias como instrumento retórico para operar mecanismos de segurança coletiva.

Essa leitura é possível de ser constatada a partir do que foi exposto ao longo da tese, mas a declaração de Cheney²⁸⁰, ao ser indagado sobre o que acha sobre o resultado da guerra, torna ainda mais cristalino as intenções dos EUA na segunda fase da crise, quando passam a

²⁷⁹ A paz democrática ocorre num momento em que a distribuição de poder concentrada nos EUA facilita um cenário em que as democracias raramente entram em guerra entre si, porque (i) compreendem outros meios para resolução de conflitos e, portanto, não necessitam lutar entre si, o que implica a (ii) formação de zonas de paz que são (iii) regidas por normas, instituições e uma cultura que reforça internacional e domesticamente meios pacíficos de resolução de conflitos (RUSSETT, 1993).

²⁸⁰ <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/chenev/1.html>

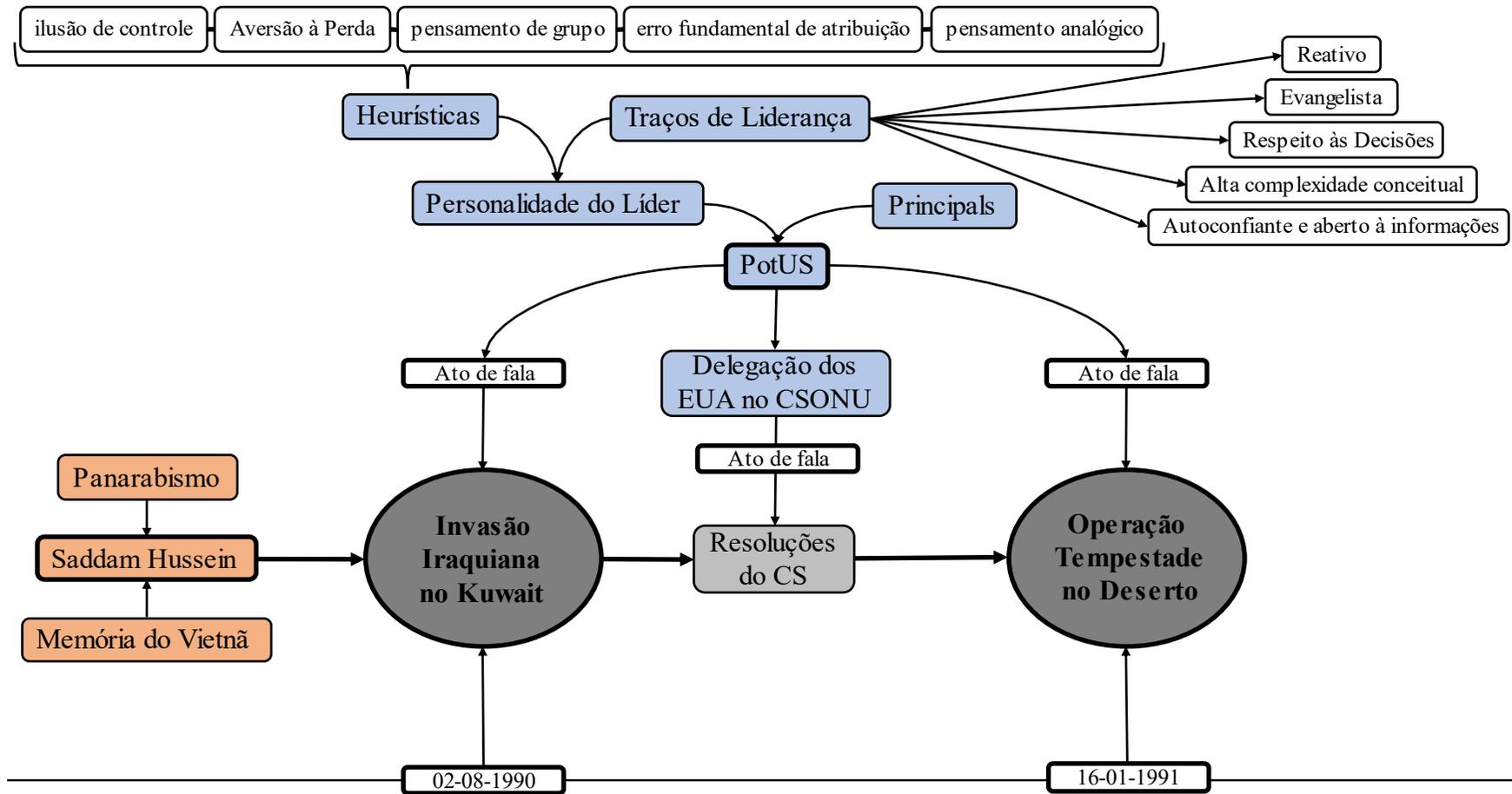
atuar em conformidade com seus interesses geopolíticos. Para Cheney, o fim da guerra permite colocar um ponto final na inserção da URSS na região do Oriente Médio e do seu apoio ao governo de Bashar al Assad, na Síria.

Além disso,

(...) Teve o efeito de mostrar a todos os nossos amigos, não só no Oriente Médio, mas em todo o mundo que os Estados Unidos falavam sério, que quando assumimos compromissos, os cumprimos, que temos a capacidade de enviar força para defender nossos interesses onde quer que estejam ameaçados, e que estamos preparados para isso (CHENEY, s.d.).

Por fim, o mapa mental da Figura 40 sintetiza o tracejamento histórico com as evidências que estão de acordo com o referencial teórico e a análise descritiva do processo de crise na região do Golfo Pérsico. Em que pese essas evidências, elas são tratadas como OPCs encadeadas a partir do mecanismo causal – os atos de fala de segurança – que a pesquisa elenca como condição necessária para o desenvolvimento e escalonamento da crise e a consequente inevitabilidade da guerra.

Figura 40 - Mapa Mental da Invasão do Iraque à Tempestade no Deserto



Fonte: Elaboração própria (2021)

Ao interpretar a figura tem-se que o mecanismo causal do contexto da crise da Guerra do Golfo é o ato de fala de segurança produzido pelo presidente dos Estados Unidos durante o percurso entre os dois eventos elencados, a invasão iraquiana até a invasão estadunidense com a Operação Tempestade no Deserto. Esses atos de fala facilitam o encadeamento das evidências encontradas durante o processo descritivo, como as heurísticas e vieses utilizadas por George Bush, bem como o Grupo Simples que o assessora para a resolução da crise.

Em torno dessas heurísticas, que constroem o comportamento de Bush, corrobora-se o argumento defendido nessa pesquisa de que os *atos de fala de segurança, decorrentes da percepção da unidade decisória final dos EUA, são o mecanismo causal para a construção de ameaças*. Esses atos são vistos a partir da própria atuação de George Bush, mas também a partir de como o Grupo Simples articula os interesses dos Estados Unidos na Crise e, especialmente, a partir da atuação da Delegação estadunidense no CSONU.

Ao longo da descrição da crise que se sucedeu após a invasão iraquiana no Kuwait, o presidente dos Estados Unidos, em função do seu estilo de liderança, atuou de forma concernente às heurísticas que possuía. Mas, a partir do processo de interação com líderes, bem como com o seu círculo interno, outros vieses passaram a determinar o tipo de comportamento para resolver a crise. Então, se em um primeiro momento observou-se a possibilidade de uma resolução pacífica, no segundo momento, a forma como interagiu com outros atores deu sustentação para o surgimento de novas heurísticas com as quais fez uso para iniciar o processo de securitização da crise da Região do Golfo.

Com os *votings records*, embora a relação de coocorrência entre os termos e ideias das delegações não tenha ficado tão cristalina. O último documento, aquele que versa sobre a Resolução 678 foi possível observar algo diferente. Ao contextualizar a construção da resolução, deve-se levar em conta a articulação dos interesses dos Estados Unidos na região, porque construída a partir da atuação do até então Secretário de Estado James Baker durante sua atuação na Delegação estadunidense no CSONU. Com essa atuação, a relação de coocorrência entre as delegações ficou mais evidente. Com exceção da China que apresentou um comportamento diferente, apesar de ter apenas se isentado durante a votação da Resolução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação teve como problema de pesquisa a seguinte questão: Como a Política Externa dos Estados Unidos provoca a securitização de Estados? Em torno de responder essa indagação, a tese partiu do seguinte argumento: *os atos de fala de segurança, decorrentes da percepção da unidade decisória final dos EUA, são o mecanismo causal para a construção de ameaças.*

Porém, para testar esse argumento foi necessário ultrapassar quatro obstáculos centrais encontrados durante a pesquisa:

- (i) Construir uma robustez teórica capaz de tornar compreensível a lógica argumentativa;
- (ii) Encontrar um caso em que estivesse presente os fatores teóricos;
- (iii) Compreender o contexto de modo a encontrar evidências que permitissem o encadeamento lógico-argumentativo para o estabelecimento da relação de causa e resultado vinculado ao pressuposto teórico; e
- (iv) Usar um método capaz de auferir a relação entre os atos de fala de um ator e sua audiência.

Para tanto, procurou-se trabalhar com um estudo de caso que pudesse tornar evidente as características e fatores necessários para que a política externa dos Estados Unidos conseguisse juntar elementos suficientes para caracterizar um objeto referente como ameaça. Isso ocorreu ao ser elencado como observação um evento dentro de um contexto crítico da política internacional. Nesse contexto, compreendido como um ponto de inflexão, foi determinado que a Guerra do Golfo poderia ser tratada como essa observação capaz de testar o argumento. Além disso, o caso também serviu para observar como os atores envolvidos decidem se a guerra é uma medida válida para a resolução de conflitos. Na pesquisa, esse momento foi denominado como *Prelúdio à Tempestade*.

Em torno de compreender esse momento e de como ele é pertinente ao argumento, o desenho da pesquisa trabalhou com necessidade de dirimir os obstáculos supracitados. Assim, para resolver o primeiro, a primeira seção da tese abarca três capítulos que foram construídos para dar substrato à argumentação, bem como fornecer ao leitor a lógica teórica para

compreender o argumento central da tese e entender o encadeamento das evidências, que ocorre na análise descritiva do caso, produzida ao longo do Capítulo 5.

Por suposto, a primeira seção também possui um capítulo metodológico que confere ao leitor as técnicas utilizadas na análise dos dados e assim, garante que tenha a capacidade de compreender os dados gerados pela ACA e consiga observar a relação de coocorrência entre as delegações que compõe o CSONU.

Para dirimir os outros obstáculos, a pesquisa determinou cinco objetivos específicos, quais sejam: (i) contextualizar o período final da Guerra Fria; (ii) identificar as condições necessárias que levam o Iraque a invadir o Kuwait; (iii) descrever o percurso entre a invasão iraquiana até a Operação Tempestade no Deserto; (iv) Caracterizar os papéis do presidente dos EUA e de sua Delegação, no CSONU, durante a crise na região do Golfo Pérsico; e v) Verificar a associação entre os discursos dos países-membros do Conselho de Segurança com o dos EUA.

Com esses objetivos, a pesquisa seguiu para operacionalização de um estudo de caso, *ex post facto*, da Guerra do Golfo, especificamente do interregno entre a invasão iraquiana no Kuwait e a decisão do CSONU que permitiu a formação de uma coalização, liderada pelos EUA, e sua entrada no cenário de conflito para retirar o Iraque de dentro das fronteiras kuwaitianas e encerrar a crise na região.

Assim, com a análise descritiva em profundidade tornou-se cristalino o encadeamento das seguintes evidências como causas, dentro de uma estrutura multinível, da securitização da crise: o fim da URSS, as percepções de Saddam Hussein e de George Bush sobre a crise, a existência de um Grupo Simples a formular os interesses de política externa dos EUA; e a relação de coocorrência entre os discursos das delegações que compõem o CSONU, que ressoou o movimento de securitização engendrado pela política externa dos EUA e permitiu um efeito positivo do caso, o que securitizou a crise.

Por isso, essas evidências demarcam o processo de securitização a envolver a crise na região do Golfo Pérsico e o papel desempenhado pelos EUA em sua busca por enfrentar a representação de uma ameaça onde for necessário para garantir sua segurança e interesses vitais. Nesses termos, a pesquisa se depara com algumas constatações que foram observadas ao longo da sua elaboração e no processo de conclusão. Essas constatações circunscrevem os três aspectos da pesquisa: teórico, metodológico e o caso propriamente dito.

Em relação ao especto teórico, o suporte da base construtivista por meio da qual foi operada a APE, permitiu engendrar na análise o campo de estudos da Psicologia Política que, associada aos ESI, especialmente, a teoria da securitização, forneceu a robustez teórica necessária para analisar o caso. A partir desse suporte, a figura do líder, no caso em tela, o

Presidente George Bush, passou a ser central na análise. É através da sua atuação que torna-se possível ler o processo decisório, compreender as decisões e entender o porquê de certas decisões terem sido tomadas.

Sendo assim, foi possível observar Goerge Bush operar seus sistemas de crença e traços de liderança em função de um contexto. Em torno deles, discursos foram analisados de modo a tornar evidente ao leitor que o recurso a palavras específicas não é ao acaso, mas faz parte de uma engenharia discursiva, cujos objetivos são o controle político de atores sociais, bem como a construção de objetivos que estejam de acordo com as diretrizes de política externa e a produção de um comportamento que desempenha um papel importante quando operado na arena internacional.

Em face de ter alcançado essa compreensão, a pesquisa deixa claro que é possível ultrapassar fronteiras geográficas para avaliar os aspectos cognitivos dos tomadores de decisão e comparar processos decisórios em cenários de crise. Com isso, julga-se que a pesquisa consegue suplementar os estudos de segurança que envolvem APE, ao conseguir se enveredar para o ramo da psicologia política e apresentar uma análise empírica para os estudos de Política Externa e Segurança Internacional.

Consoante a isso, o recurso teórico da teoria da securitização permitiu trabalhar com uma lógica em que palavras específicas são detectadas na construção de uma ameaça. Além disso, através da teoria da securitização, observou-se que importa o aspecto relacional entre os atores, porque é audiência que confere legitimidade à tomada de decisão na qual estão contidas medidas excepcionais.

Porém, como ficou evidente no caso em tela, os EUA consegue avançar o movimento de securitização, mas não é de todo eficiente. O contexto importa mais do que propriamente o discurso, que, somente na última resolução levantada, consegue angariar uma ressonância mais significativa entre o ator securitizador e a audiência.

Por isso, importa ter como parâmetro outras observações para comparação. Porque, ao fim, restou evidente que a lógica por trás do processo de securitização, nesse caso, não conseguiu constranger o comportamento de algumas potências, como a China, que não *aceitou*, o ato de fala de segurança estadunidense. Posição que é visível quando a China se abstém na votação para a Resolução 678, que autoriza o exercício da força e da coalização liderada pelos Estados Unidos para conter e retirar o Iraque das fronteiras kuwaitianas.

Com isso, importa observar as constatações de caráter metodológico. Esse estudo de caso pode ter um melhor resultado se trabalhado com mais de uma observação. Isso porque, julga-se, uma observação não foi suficiente para testar o argumento de maneira a ultrapassar

em definitivo a dúvida razoável e alcançar a inferência à melhor explicação. Essa constatação, no entanto, é relativa, porque pertinente ao modelo de análise que vai sempre reivindicar uma melhor resposta à pergunta.

Todavia, a escolha pela comparação torna possível observar que enquanto em um primeiro conflito a guerra é considerado legítima, em um segundo evento, não. Esse é o caso, por exemplo, de comparar, em uma agenda de pesquisa, a Guerra do Golfo de 1990-1991 com a Guerra do Iraque de 2002 e outras guerras. As diferenças e semelhanças entre esses eventos possibilita investigar quais fatores são necessários para a construção da legitimidade que marca a Primeira Guerra do Golfo e que está ausente no segundo evento. Além disso, permite testar outro argumento ao tornar o indivíduo peça-chave na comparação.

Assim, o modelo teórico, ao ser útil para compreensão do caso, permite o emprego de um método que gera resultados falseáveis, na medida em que pode ser replicado, desde que seguindo os mesmos parâmetros para sua operacionalização. Importa reiterar, no entanto, que a utilidade do método de ACA decorre do fato que limita, mas não abandona, a subjetividade do pesquisador, a qual se torna o diferencial do emprego dessa ferramenta metodológica.

Sobre a ferramenta, *per si*, ao reivindicar muita esforço e tempo para o tratamento dos dados, é possível de ser melhorada em função do aperfeiçoamento ou surgimento de novas tecnologias para análise de dados textuais. De tal maneira, a diferença no resultado da análise está em função do aspecto subjetivo da mesma, que se encontra no investigador. Por isso, reitera-se que é possível a replicação dos dados e resultados, desde que teoricamente orientada e dentro dos limites de uma melhor explicação.

Por isso, julga-se, que a investigação consegue responder parcialmente a pergunta da pesquisa, dada sua característica explanatória. A dificuldade em precisar uma resposta decorre da própria condição de um Estudo de Caso e desse modelo ter se enveredado para um tipo *single-n*, o que reitera a importância e necessidade de comparação.

Por fim, julga-se que a tese contribui com os aspectos sociais e científicos da investigação científica no país, ao demonstrar que o exercício de fala não é apenas retórico, mas operacional e condizente com os anseios de política externa de um Estado e dos tomadores de decisão. Porquanto, quando o modelo é utilizado no campo de política externa torna evidente os aspectos cognitivos dos tomadores de decisão. E, ainda mais importante, quando palavras assumem uma função material em um cenário de crise, como em uma guerra, é possível mensurar como e até que ponto uma audiência é *seduzida* a ponto de legitimar medidas excepcionais.

Dado o aspecto de incompletude, a pesquisa se configura como uma passo inicial para uma agenda de pesquisa no Brasil que envolve a interseção entre três áreas de Estudo: a ESI, APE e a Psicologia Política. Essa última como uma frutífera contribuição para os tempos atuais, em que discursos extremados estão a ser mobilizados para auferir legitimidade a ações que estão fora das regras normais do jogo político nacional e internacional.

Decerto, o caso da Guerra do Golfo não apresenta concretamente a execução de um estado de exceção, em que se torna usual o exercício de um espaço juridicamente vazio para procedimentos de segurança que estão para além das regras do jogo político. Nesse cenário, a normalidade do estado de exceção faz com que ele independa da ameaça de segurança que, *a priori*, o justifica, para entrar em um cenário de securitização, em que se habitua ultrapassar os procedimentos operacionais padrão e lançar mão da securitização, para então decidir em cima de um cenário em que são permitidas medidas excepcionais.

Essa consideração decorre do fato de que por mais que os EUA tenham instrumentalizado escolhas para que, domesticamente, o Iraque tenha sido enquadrado como objeto referente. É somente no âmbito das discussões que se sucederam no CSONU, apesar da aquiescência passiva, que se observa a posição das delegações. Como a análise dos dados pôde demonstrar, as delegações não convergiam totalmente aos anseios dos Estados Unidos, sendo possível de observar uma convergência mais cristalina apenas na última resolução adotada contra a invasão iraquiana. Fato marcante para isso decorre da pluralidade de resoluções e das tentativas de resolução pacífica do conflito operadas durante a primeira fase da crise.

Assim, por mais que seja possível notar os atos de fala operados em conjunto com o sistema de crenças das UDFs estadunidenses como mecanismos causais para tratar o Iraque e o líder iraquiano como ameaças, o contexto importa. Então, é a junção desses mecanismos em um contexto específico que o processo de securitização tem sucesso. No caso em tela, a atuação de George Bush e do seu Grupo Simples tem sucesso haja visto a operacionalização da Resolução 678.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova*, nº 47, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000200011> . Acesso em 15 jul. 21
- ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. The Domestic sources of foreign policy. In: *Foreign Policy Analysis: new approaches*. Nova York: Routledge, 2017.
- ALMEIDA, Rafael. Maquiavel e as relações internacionais. IN: *Relações Internacionais na Filosofia Política Moderna (Séculos XVI – XVIII)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – USP, 2009.
- ALVES, V. A Guerra do Golfo. *Tensões Mundiais*, v. 6, nº 10, pp. 191-211, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/690/569> Acesso em 15 jul. 21
- AGIUS, Christine. Social Constructivism. In: COLLINS, Allan. *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013
- ANDERSON, Perry. *A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANGELL, Norman. A Grande Ilusão. In: *A Grande Ilusão*. Brasília: Ed. UnB, IPRI, 2002.
- ANGSTROM, Jan. Introduction: Debating the nature of modern war. In: ANGSTROM, Jan; DUYVESTHEY, Isabelle. *Rethinking the Nature of War*. Nova York: Frank Cass, 2004.
- ART, Robert. *A Grand Strategy for America*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- ASHLEY, Richard. The Poverty of Neorealism. *International Organization*, vol. 38, nº 2, 1984, pp. 225-286. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706440> .Acesso em 15 jul. 21
- AUSTIN, J.L. Performativos e Constativos. In: *Quando Dizer é Fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul. 1990

AXELROD, Robert. The Problem of Cooperation. In: *The Evolution of Cooperation*. Nova York: Basic Book Inc., 1984.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert. Achieving Cooperation Under Anarchy: strategies and institutions. *World Politics*, Vol. 38, No. 1, p. 226-254, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2010357> Acesso em 15 jul. 21

AYERBE, Luís Fernando. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 2, 2005, pp. 331-368.

AZIZ, Tariq. Frontline/BBC Gulf War Oral History Interviews. S.D. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/aziz/1.html> Acesso em 15 jul. 21

BAGBY, Lurie. The Use and Abuse of Thucydides in International Relations. *International Organization*. Vol. 48, nº1, 1994, pp. 131-153. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706917> Acesso em 15 jul. 21

BAKER, James. *Frontline/BBC Gulf War Oral History Interviews*. S.D. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/baker/1.html> Acesso em 15 jul. 21

BALDWIN, David. The Concept of Security. *Review of International Studies*, vol, 23, pp 5-26, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20097464> Acesso em 15 jul. 21

BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: political agency, audience and context. *European Journal of International Relations*, vol. 11, nº 2, 2005, p. 171–201. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066105052960> Acesso em 15 jul. 21

BALZACQ, Thierry. Constructivism and Securitization Studies. In: CAVELTY, Myriam; MAUER, Victor. *The Routledge Handbook of Security Studies*. Londres: Routledge, 2010.

BALZACQ, Thierry. *Securitization Theory: how security problems emerge and dissolve*. Nova York: Routledge, 2011.

BANCO MUNDIAL. *Mind, Society and Behavior*. Washington: World Bank Group, 2015. Disponível em: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Publications/WDR/WDR%202015/Overview-Portuguese.pdf> Acesso em 15 jul. 21

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BARBER, James. Presidential Character and How to Foresee it; George Bush: the world view dilemma. In: *The Presidential Character: predicting performance in the White House*. Nova York: Roudledge, 2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARNABÉ, Gabriel. Thomas Hobbes: entre a guerra e a paz. In: *Guerra Externa em Hobbes, Locke e Grotius*. Dissertação de Mestrado apresentado na Unicamp, 2006, p.13-133.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus. Process-Tracing in the Social Sciences. In: *Process-tracing methods: foundations and guidelines*. Ann Arbor: Michigan University Press, 2016.

BEASLEY, Ryan; SNARR, Michael. Domestic and International Influences on Foreign Policy: a comparative perspective. In: *Foreign Policy in Comparative Perspective: domestic and international influences on state behavior*. Londres: SAGE, 2013.

BEDIN, Gilmar Antônio. O Realismo Político e as Relações Internacionais: algumas reflexões sobre o paradigma tradicional das relações internacionais. In: BEDIN, Gilmar Antônio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo, realismo, dependência, interdependência*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000

BENNETT, Andrew. Case Study Methods: design, use, and comparative advantages. IN: SPRINZ, Detlef; WOLINSKY-NHAMIAS, Yael. *Models, Numbers, and Cases: methods for studying international relations*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Collin. Case Study Methods in the International Relations Subfield. *Comparative Political Studies*, vol.40, n° 2, 2007, pp. 170-195. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414006296346> Acesso em 15 jul. 21

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. The Foundation of Knowledge in Everyday Life; Institutionalization. In: *The Social Construction of Reality: a treatise in the sociology of knowledge*. Londres: Penguin Books, 1991

BOBBIO, Noberto; BOVERO, Michelangelo. *Estado e Sociedade na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BRANDS, Hal. Introduction: the meaning and challenge of Grand Strategy. In: *What Good is Grand Strategy: power and purpose in american statecraft from Truman to W. Bush*. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

BREUNING, Marijke. *Foreign Policy Analysis: comparative introduction*, Nova York: Palgrave MacMillan, 2007.

BROOKS, Stephen G.; WOHLFORTH, William C. Power, Globalization, and the End of the Cold War: reevaluating a landmark case for ideas. IN: GOERTZ, Gary; LEVY, Jack S. (org). *Explaining War and Peace: Case Studies and Necessary Condition Counterfactuals*, Nova York: Routledge; Taylor & Francis e-Library, 2007.

BRZEZINSKY, Zbigniew. Hegemony of a New Type. In: *The Grand Chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*, 1998.

BRZEZINSKY, Zbigniew. The Challenge of Global Leadership; The Mists of Victory (and the spawning of clashing historical visions) In: *Second Chance: three presidents and the crisis of American superpower*. Nova York: Basic Books, 2007.

BULL, Hedley A Guerra e a Ordem Internacional In: *A Sociedade Anárquica*. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2002

BURCHILL, Scoot et al. *Theories of International Relations*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2005.

BUZAN, Barry; JONES, Charles e LITTLE, Richard. Rethinking System and Structure. In. *The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism*. Nova York: Columbia University Press, 1993.

BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. *Cooperation and Conflict*, vol. 32, nº 5, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45084375> Acesso em 15 jul. 21

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*, 1998.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: UNESP, 2012.

CAMARGO, Brígido; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia*, vol. 21, nº 2, 513-518, 2013a. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 15 jul. 21

CAMARGO, Brígido. Tutorial para Uso do Software de Análise Textual IRAMUTEQ, 2013b. Disponível em: www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais Acesso em 15 jul. 21

CAMPBELL, David. *Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CAMPOS, Claudinei. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, vol. 57, nº 5, pp. 611-4, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019> Acesso em 15 jul. 21

CAREGNATO, Rita Catalina; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso Versus Análise de Conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, vol. 15, nº 4, pp. 679-684, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017> Acesso em 15 jul. 21

CARLOMAGNO, Márcio; ROCHA, Leonardo. Como Criar e Classificar Categorias para Fazer Análise de Conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 7, nº 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771> Acesso em 15 jul. 21

CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. *Handbook of International Relations*. Londres: SAGE Publications, 2013.

CARLSNAES, Walter. Actors, Structures, and Foreign Policy Analysis. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. *Foreign Policy: theories, actors, cases*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CARR, Edward. A Ciência da Política Internacional. In: *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ed. UnB, IPRI, 2001.

CASARÕES, Guilherme. Qual o Lugar da Democracia nas Relações Internacionais? uma narrativa teórica. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 34, nº 1, 2012, p. 43-77. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100002> Acesso em 15 jul. 21

CERVI, Emerson. *Análise de Conteúdo Automatizada para Conversações em Redes Sociais Online*: uma proposta metodológica. Trabalho Apresentado no 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt17-22/11253-analise-de-conteudo-automatizada-para-conversacoes-em-redes-sociais-online-uma-proposta-metodologica/file> Acesso em 15 jul. 21

CHECKEL, Jeffrey. The Constructivist Turn in International Relations Theory. *World Politics*, nº 50, pp.324-348, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25054040> Acesso em 15 jul. 21

CHECKEL, Jeffrey. Social Construction and European Integration. In: CHRISTIANSEN, Thomas; JORGENSEN, Knud; WIENER, Antje. *The Social Construction of Europe*. Londres: SAGE Publications, 2001.

CHECKEL, Jeffrey. Tracing Causal Mechanisms. *International Studies Review*, Vol. 8, pp. 362–370, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2006.00598.2.x> Acesso em 15 jul. 21

CHECKEL, Jeffrey. Methods in Constructivist Approaches to International Security. In. *Simons Papers Papers in Security and Development*, nº 55, 2017. Disponível em: <http://summit.sfu.ca/system/files/iritems1/16812/SimonsWorkingPaper55.pdf>. Acesso em 15 jul. 21

CHENEY, Richard. *Frontline/BBC Gulf War Oral History Interviews*. S.D. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/chenev/1.html> Acesso em 15 jul. 21

CHEVALIER, Jean-Jacques. O Príncipe de Maquiavel (1513). In: *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1999, p. 17-49.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CODAGNONE, Cristiano *et al.* Nudging in the World of International Policy Making. In: *The Behavioral Economics Guide*, p. 51-58, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264933250_Nudging_in_the_World_of_International_Policy_Making Acesso em 15 jul. 21

COLLIER, David; BRADY, Henry E.; SEAWRIGHT, Jason. Introduction: A Sea Change in Political Methodology; The Quest for Standards KKV's DSI. In: BRADY, Henry; COLLIER, David. *Rethinking Social Inquiry: diverse tools, shared standards*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

COLLIER, David. Understanding Process Tracing. *PS: Political Science and Politics*, Vol. 44, nº 4, pp. 823-830, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/understanding-process-tracing/183A057AD6A36783E678CB37440346D1> Acesso em 15 jul. 21

COLLINS, Allan. Introduction: What is Security Studies: In: COLLINS, Allan (org.). *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CÔTÉ, Adam. Securitization Theory and Foreign Policy Decision-Making: Areas for Collaboration? Trabalho apresentado no Encontro anual da Associação Canadense de Ciência Política, 2014. Disponível em: [ftp://209.183.10.27/cpsa-acsp\(/\)/2014event/Cote.pdf](ftp://209.183.10.27/cpsa-acsp(/)/2014event/Cote.pdf) Acesso em 15 jul. 21

CÔTÉ, Allan. Agents without Agency: assessing the role of the audience in securitization theory. *Security Dialogue*, vol 47, 2016, pp. 1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0967010616672150> Acesso em 15 jul. 21

CRUZ, Sebastião Velasco. *Os Estados Unidos no Desconcerto do Mundo: ensaios e interpretação*. São Paulo: UNESP, 2012.

CUNHA, Eleonora; ARAÚJO, Carmem. Alguns Fundamentos que Sustentam o Método. In: *Process Tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade*, 2018.

DAHL, Robert. The Concept of Power. *Behavioral Science*, vol.2, nº 3, 1957. Disponível em: http://folk.uio.no/arneal/Concept%20of%20Power_r-dahl.pdf Acesso em 15 jul. 21

DESSLER, David. Constructivism within a Positivist Social Science. *Review of International Studies*, vol. 25, nº. 1, 1999, pp. 123-137. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0260210599001230> Acesso em 15 jul. 21

DINIZ, Eugênio. Epistemologia, História e Estudos Estratégicos: Clausewitz versus Keegan. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 32, no 1, pp. 39-90, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000100002> Acesso em 15 jul. 21

DINIZ, Eugênio. O Realismo Estrutural de Kenneth Waltz. In: *Política Internacional: guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2007.

DRISKO, James; MASCHI, Tina. *Analysis Content*. Nova York: Oxford University Press, 2016.

EDWARDS, J. A. Defining the Enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton's Foreign Policy Discourse in Somalia and Haiti. *International Journal of Communication*, v.2, 2008, p.830-47. Disponível em: https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1014&context=commstud_fac. Acesso em 23 out. 21

EMMERS, Ralf. Securitization. In: COLLINS, Allan. *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ESTADOS UNIDOS. National Security Strategy. 1987, 1988, 1990, 1991. Disponível em: <http://nssarchive.us/> Acesso em 15 jul. 21

EYSENCK, Michael; KEANE, Mark. Abordagens da Cognição Humana; Julgamento e Tomada de Decisão. In: *Manual de Psicologia Cognitiva*. 7ªed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

FARREL, Theo. Constructivist Security Studies: portrait of a research program. *International Studies Review*, Vol. 4, nº 1, pp. 49-72, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3186274> Acesso em 15 jul. 21

FEMIA, Joseph V. Machiavelli. In: BOUCHER, David e KELLY, Paul. *Political Thinkers: from Socrates to the present*. New York: Oxford University Press, 2005

FERREIRA, Oliveiros. Clausewitz e a Política. Lua Nova, nº 34, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000300003> Acesso em 15 jul. 21

FERREIRA, Marcos S. V. *Análise de Política Externa em Perspectivas: atores, instituições e novos temas*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020.

FINLAN, Alastair. *The Gulf War 1991*. Londres: Routledge, 2003.

FIORI, J. L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 11-64.

FLOCKHART, Trine. Constructivism and Foreign Policy. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. *Foreign Policy: theories, actors, cases*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FOUCAULT, Michel. As Regularidades Discursivas. In: *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed, 2008.

FRIEDMAN, Gil; STARR, Harvey. *Agency, Structure and International Politics*. Nova York: Ed. Routledge. 2004.

FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da Vinha. Política Externa: modelos, actores e dinâmicas. In: *Política Externa: as relações internacionais em mudança*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

GADDIS, John Lewis. Toward the Post-Cold War World. *Foreign Affairs*, Vol. 70, nº 2, pp. 102-122, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20044712> Acesso em 15 jul. 21

GADDIS, John Lewis. *What is Grand Strategy?* 2009. Trabalho produzido para a Conferência “American Grand Strategy after War”. Disponível em: <https://indianstrategicknowledgeonline.com/web/grandstrategypaper.pdf> Acesso em 15 jul. 21

GADDIS, John Lewis. *Crossing the Hellespont*. In: *On Grand Strategy*. Nova York: Penguin Press, 2018.

GATES, Robert. *Frontline/BBC Gulf War Oral History Interviews*. S.D. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/gates/1.html> Acesso em 15 jul. 21

GEORGE, Alexander; BENNETT, Andrew. IN: *Case Studies and Theory Development in Social Sciences*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

GILBERT, Felix. Machiavelli: the renaissance of the art of war. In: PARET, Peter [org]. *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: University Princeton Press, 1986, p.11- 31.

GOERTZ, Gary; LEVY, Jack. Causal Explanation, Necessary Conditions and case studies. In: GOERTZ, Gary; LEVY, Jack S. (org) *Explaining War and Peace: case studies and necessary conditions counterfactuals*. Nova York: Routledge, 2007.

GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. *A Tale of Two Cultures: qualitative and quantitative research in the social sciences*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2012.

GOLDGEIER, James. Psychology and Security. *Security Studies*, vol. 6, nº 4. p. 137-66, 1997. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636419708429325?journalCode=fsst20>
Acesso em 15 jul. 21

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert. Ideas and Foreign Policy: an analytical framework. In: GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (org.) *Ideas and Foreign Policy: belief, institutions and political change*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

GRIMMER, Justin; STEWART, Brandon. Text as Data: the promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. *Political Analysis*, vol. 21, 2013, p.267-297. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24572662> Acesso em 15 jul. 21

GUZZINI, Stefano. Securitization as a Causal Mechanism. *Security Dialogue*, vol. 42, pp. 329–341, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26301792> Acesso em 15 jul. 21

GUZZINI, Stefano. Uma Reconstrução do Construtivismo nas Relações Internacionais. *Monções*, Dourados, vol. 2, nº 3, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3109> Acesso em 15 jul. 21

HAAS, Ernest. Why Collaborate? Issue-linkage and international regimes. *World Politics*, Vol. 32, No. 3, 1980, pp. 357-405. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010109>
Acesso em 15 jul. 21

HAAS, Ernest. Does Constructivism Subsume Neo-functionalism? In. *The Social Construction of Europe*. Londres: SAGE Publications, 2001.

HALLIDAY, Fred. The Gulf War 1990-1991 and the study of international relations. *Review of International Studies*, vol. 20, pp. 109-130, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20097363> Acesso em 15 jul. 21

HALLIDAY, Fred. As Relações Internacionais e o “Fim da História”. In: *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

HERMANN, Margaret. Explaining Foreign Policy Behavior Using the Personal Characteristics of Political Leaders, *International Studies Quarterly*, Vol. 24, No. 1, pp. 7-46, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600126> Acesso em 15 jul. 21

HERMANN, Margaret; HERMANN, Charles. Who Makes Foreign Policy Decisions and How: an empirical inquiry. *International Studies Quarterly*, Vol. 33, No. 4, pp. 361-387, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600518> Acesso em 15 jul. 21

HERMANN, Margaret; PRESTON, Thomas. Presidents, Advisers, and Foreign Policy: The Effect of Leadership Style on Executive Arrangements. *Political Psychology*, vol. 15, nº 1, 1994, pp. 75-96. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3791440> Acesso em 15 jul. 21

HERMANN, Margaret; HAGAN, Joe D. International Decision Making: leaders matters. *Foreign Policy*, nº 110, 1998, pp. 124-137. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1149281> Acesso em 15 jul. 21

HERMANN, Margaret. How Decisions Units Shape Foreign Policy: a theoretical framework. *International Studies Review*, vol. 3, nº. 2, 2001, pp. 47-81. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=1521-9488%28200122%293%3A2%3C47%3AHDUSFP%3E2.0.CO%3B2-4> Acesso em 15 jul. 21

HERMANN, Margaret. Assessing Leadership Style: a trait analysis. *Social Science Automation*, 2002. Disponível em: <https://socialscience.net/docs/LTA.pdf> Acesso em 15 jul. 21

HERMANN, Richard; LEBOW, Richard. What Was the Cold War? When and Why Did it End? IN: LEBOW, Richard; HERMANN, Richard. *Ending the Cold War: interpretations, causation and the study of international relations*. Nova York: Palgrave, 2004.

HERRMANN, Richard. US Policy in the Conflict. IN: DANCHEV, Alex; KEOHANE, Dan. *International Perspective on the Gulf Conflict, 1990-91*. Nova York: Palgrave, 1994.

HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, vol. 2, nº 2, 1950), pp. 157-180. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2009187> Acesso em 15 jul. 21

HERZ, Mônica. Análise Cognitiva e Política Externa. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 16, nº 1, 1994, p. 75-89.

HILL, Christopher. *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. Nova York: Palgrave, 2015.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford: University of Oxford, 1998.

HOFFMANN, David; DROZDIK, William. Baker and Aziz arrive in Geneva. Washington Post, 1991. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1991/01/09/baker-and-aziz-arrive-in-geneva/585e554f-ffb9-4576-9bb7-86ec42640575/> Acesso em 15 jul. 21

HOLSTI, Kalevi. Thinking about War in International Politics. In: *War, State and State of War*. Cambridge: Cambridge University, 2004.

HOLSTI, Ole. *Making American Foreign Policy*. Nova York: Routledge, 2006.

HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher S. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. *Mershon International Studies Review*, Vol. 39, No. 2, 1995, pp. 209-238.

Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/222751> Acesso em 15 jul. 21

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Decision-Making: a touchstone for IR in the 21 century. In: SYDER, Richard; BRUCK, H.W.; SAPIN, Burton. *Policy Decision-Making (Revisited)*. Nova York: Palgrave Macmillian, 2002.

HUDSON, Valeri. Foreign Policy Analysis: actor-specific theory and the ground of international relations. *Foreign Policy Analysis*, n° 1, pp. 1–30, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/331946/mod_resource/content/1/Hudson-2005-Foreign_Policy_Analysis.pdf Acesso em 15 jul. 21

HUDSON, Valerie. The Individual Decisionmaker: the political psychology of world leaders. In: *Foreign Policy Analysis: classic and contemporary theory*. 2ª ed. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014.

HUDSON, Valerie. The History and Evolution of Foreign Policy Analysis. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. *Foreign Policy: theories, actors, cases*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

HUNTIGTON, Samuel. Why International Primacy Matters. *International Security*, Vol. 17, n° 4, pp. 68-83, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539022> Acesso em 15 jul. 21

HUNTINGTON, Samuel. *Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1998.

HUNTINGTON, Samuel. The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, vol. 78, n° 2, 1999, pp. 35-49. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20049207> Acesso em 15 jul. 21

IKENBERRY, John. Varieties of Order: balance of power, hegemonic and constitutional. In: *After Victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

IZUMI, Maurício; MOREIRA, Davi. O Texto como Dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais. *BIB*, São Paulo, n. 86, 2018, pp. 138-174. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-86/11215-o-texto-como-dado-desafios-e-oportunidades-para-as-ciencias-sociais/file> Acesso em 15 jul. 21

JANIS, Irving. O Problema da Validação da Análise de Conteúdo. In: LASSWELL, Harold e KAPLAN, Abraham. *A Linguagem da Política*. Brasília: UnB, 1979.

JEPPEPERSON, Ronald; WENDT, Alexander; KATENSTEIN, Peter. Norms, Identity and Culture in National Security. IN: KATENSTEIN, Peter, *The Culture of National Security: norms and identity in world politics*. Nova York: Columbia University Press, 1996.

JERVIS, Robert. Security Regimes. *International Organization*, Vol. 36, No. 2, 1982, pp. 357-378. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706526> Acesso em 15 jul. 21

JERVIS, Robert. Leadership, Post-Cold War Politics, and Psychology. *Political Psychology*, vol. 15, nº 4, 1994, pp. 769-777. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3791635> Acesso em 15 jul. 21

JERVIS, Robert. Perception and the Level of Analysis Problem. In: *Perception and Misperception in International Politics*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2010.

JESUS, Diego Santos Vieira de. A Essência de uma Subárea: os 60 anos da Análise de Política Externa. *Estudos Internacionais*, vol. 2, nº 1, 2014, p. 81-100. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6827> Acesso em 15 jul. 21

KAARBO, Juliet; HERMANN, Margaret. Leadership Styles of Prime Ministers: how individual difference affect the foreign policymaking process. *Leadership Quarterly*, vol. 9, nº 3, pp. 243-263, 1998.

KAARBO, Juliet, LANTIS, Jeffrey, BEASLEY, Ryant. *Foreign Policy in Comparative Perspective: domestic and international influences on state behavior*. Londres: SAGE, 2013.

KACOWICZ, Arie M. Case Study in International Security Studies. IN: SPRINZ, Detlef; WOLINSKY-NHAMIAS, Yael. *Models, Numbers, and Cases: methods for studying international relations*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

KAGAN, Robert. Benevolent Empire. *Foreign Policy*, 1998. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/1998/06/01/benevolent-empire-pub-275> Acesso em 15 jul. 21

KAHNEMAN, Daniel. Dois Sistemas. In: *Rápido e Devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KATZENSTEIN, Peter. Introduction: Alternative Perspectives on National Security. In: *The Culture of National Security: norms and identity in world politics*. Noa York: Columbia University Press, 1996.

KEEGAN, John. A Guerra na História da Humanidade: In: *Uma História da Guerra*. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KELLSTEDT, Paul; WHITTEN, Guy. *Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política*. São Paulo: Blucher, 2015.

KEOHANE, Robert. The Demand of International Regimes. *International Organization*, Vol. 36, No. 2, 1982, pp.325-355. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706525> Acesso em 15 jul. 21

KEOHANE, Robert. Cooperation and International Regimes. In: *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*, 1984.

KEOHANE, Robert; MARTIN, Lisa. The Promise of Institutional Theory. *International Security*, Vol. 20, No. 1, 1995, pp. 39-51. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539214> Acesso em 15 jul. 21

KHADDURI, Majid; GHAREEB, Edmund. *War in the Gulf, 1990-91: the Iraq-Kuwait conflict and its implications*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KLOTZ, Audie; LYNCH, Cecelia. *Strategies for Research in Constructivist International Relations*. Londres: M.E. Sharpe, 2007.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research*. West Sussex: Princeton University Press, 1995.

KRASNER, Stephen. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, nº 42, p. 93-110, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000200008> Acesso em 15 jul. 21

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs*, vol. 70, nº. 1, 1990/91, pp. 23-33. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20044692> Acesso em 15 jul. 21

KRIPPENDORFF, Klaus. *Content Analysis: an introduction to its methodology*. Londres: Sage Publications, 2004.

KEAT, Russel; URRY, John. Realist philosophy of Science. In: *Social Theory as Science*. Londres: Routledge, 2010.

KELLSTEDT, Paul; WHITTEN, Guy. *Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política*. São Paulo: Blucher, 2015.

KENNAN, George. The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, Vol. 25, nº. 4, 1947, pp. 566-582. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20030065> Acesso em 15 jul. 21

LAKOFF, George. Metaphor and War: the metaphor system used to justify war in the gulf. *Peace Research*, vol. 23, nº 2/3, pp. 25-32, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/23609916> Acesso em 15 jul. 21

LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham. *A Linguagem da Política*. Brasília: UnB, 1979.

LAVIER, Michael; BENOIT, Kenneth; GARRY, John. Extraing Policy Positions from Political Texts Using Words Data. *The American Political Science Review*, vol. 97, nº. 2, 2003, pp. 311-331. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3118211> Acesso em 15 jul. 21

LAYNE, Christopher. *The Unipolar Illusion: why new great powers will rise*. *International Security*, Vol. 17, No. 4 (Spring, 1993), pp. 5-51. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539020> Acesso em 15 jul. 21

LEBOW, Richard. *Why Nations Fight: past and future motives of war*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEITE, Lucas A. B. *A Construção do Inimigo nos Discursos Presidenciais Norte-americanos do pós-Guerra Fria*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013

LEUNG, Janice. Machiavelli and International Relations Theory. *Glendon Journal of International Studies*, vol. 1, 2000. Disponível em: <http://pi.library.yorku.ca/ojs/index.php/gjis/article/view/35136/31881> Acesso em 15 jul. 21

LEVY, Jack. Political Psychology and Foreign Policy. IN: *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

LEVY, Jack. Introduction to the Study of War. In: LEVY, Jack; THOMPSON, William. *Causes of War*. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

LEWICKI, Roy; SAUNDERS, David; BARRY, Bruce. *Fundamentos de Negociação*. Porto Alegre: AMGH, 2014.

LITTLE, Richard. Metaphors and the Balance of Power. In: *The Balance of Power in International Relations: metaphors, myths and models*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio Editora, 1988.

MAHONEY, James. The elaboration model and necessary causes. In: *Explaining War and Peace: case studies and necessary conditions counterfactuals*. Nova York: Routledge, 2007.

MAHONEY, James. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*, vol. 62, nº. 1, 120–47, 2010.

MAHONEY, James. Process Tracing and Historical Explanation. *Security Studies*, vol. 24, pp. 200-218, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09636412.2015.1036610>

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1989.

MATTHEWS, Ken. Crisis: The provocation and the Protagonists. In: *The Gulf Conflict and International Relations*, Londres: Routledge, 1993.

MARIANO, Karina. O Neoliberalismo Institucionalista: um modelo teórico para integração regional. São Paulo. *Cadernos CEDEC*, nº 50. São Paulo: Cedec, 1995. Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD50.pdf Acesso em 15 jul. 21

MARKS, Michael. *Metaphors in International Relations*. Nova York: Palgrave, 2011.

MCDONALD, Matt. Constructivism. IN: WILLIAMS, Paul. *Security Studies: an introduction*. Londres: Routledge, 2008.

MCGRAW, Kathleen. Why and How Psychology Matters. In: GOODIN, Robert; TILLY, Charles. *The Oxford of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MEAD, Walter R. Ascensão e Retraimento da Nova Ordem Mundial. In: *Uma Orientação Especial: a política externa norte-americana e sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

MESQUITA, Murilo. *A Reestruturação Conceitual e Taxonômica dos Weak e Rogue States: securitização do subdesenvolvimento e instrumentalização política*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba, 2013. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3020> Acesso em 15 jul. 21

MILANI, Carlos. Política Externa é Política Pública? *Insight Inteligência*, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/download/13715/13511>.

MONROE, Burt; SCHRODT, Philip. Introduction to the Special Issue: the statistical analysis of political text. *Political Analysis*, vol. 16, pp. 351-355, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pan/mpn017>

MORGENTHAU, Hans. Uma Teoria Realista da Política Internacional. In: *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Unb, 2003.

MOTTA, Bárbara. *Securitização e Política de Exceção: o excepcionalismo internacionalista americano na segunda guerra do Iraque*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/111154/000787023.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 15 jul. 21

MEARSHIEMER, John. *A Tragédia das Grandes Potências*. Lisboa: Gradiva, 2007.

NEUENDORF, Kimbely *The Content Analysis Guidebook*, California: SAGE publications, 2002.

NYE JR, Joseph. American Strategy after Bipolarity. *International Affairs*. Vol. 66, nº 3, pp. 513-521, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2623071> Acesso em 15 jul. 21

NYE JR, Joseph. What New World Order. *Foreign Affairs*, Vol. 71, nº 2, 1992, pp. 83-96. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20045126> Acesso em 15 jul. 21

NYE JR, Joseph. O Colosso Americano. In: *O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode seguir isolada*. São Paulo, ed. UNESP, 2002

NYE JR, Joseph. Soft Power and American Foreign Policy. In: *Soft Power: to means to success in world politics*. Nova York: Public Affairs, 2004

NYE JR. Joseph. *O Futuro do Poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

NYE, Joseph; WELCH, David. Cold War. In: *Understanding Global Conflict & Cooperation: Intro to Theory & History*, 9ª Ed. Londres: Pearson, 2014.

PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B.; ROCHA, Enivaldo C.. Causalidade e Mecanismos em Ciência Política. *Mediações*, Londrina, v. 18, nº 2, p. 10-27, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/29613> Acesso em 15 jul. 21

PASSOS, Rodrigo D. F. dos. *Clausewitz e a Política: uma leitura de Da Guerra*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122008-161644/publico/TESE_RODRIGO_DUARTE_FERNANDES_DOS_PASSOS.pdf Acesso em 15 jul. 21

PATRIOTA, Antônio. Estados Unidos no Mundo: percepções. In: FUNAG. *Estados Unidos: presente e desafios*, 2007.

PATRIOTA, Antônio. A Guerra do Golfo e o Ressurgimento de Interesse pelo Paradigma de Segurança Coletiva da Carta da ONU. In: *O Conselho de Segurança Após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PECEQUILO, Cristina. *Os Estados Unidos e o Século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PECEQUILO, Cristina. Geopolítica e Geoeconomia: história e atualidade no pensamento de Zbigniew Brzezinski. *R. Esc. Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, pp. 554-588, 2017.

PORTA, Donatella della; KEATING, Michael. How Many Approaches in the Social Sciences? An epistemological introduction. IN: PORTA, Donatella della; KEATING, Michael. *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: a pluralist perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

POWELL, Colin. Entrevista dada ao site Frontline/BBC interviews. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/powell/1.html> Acesso em 15 jul. 21

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, Vol. 42, No. 3, pp. 427-460, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706785> Acesso em 15 jul. 21

REUS-SMIT, Christian. Constructivism. In: BURCHILL, Scoot et al. *Theories of International Relations*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2005.

RAGIN, Charles. Introduction: cases of "What is a Case"? IN: RAGIN, Charles; BECKER, Howard. *What is a Case: exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RICHE, Flávio. Teoria Social da Política Internacional: Wendt I. IN: *A Guinada Quântica no Pensamento de Alexander Wendt e suas Implicações para a Teoria de Relações Internacionais*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11754/1/2012_FlavioEliasRiche.pdf Acesso em 15 jul. 21

RICHE, Flávio. Notas Sobre a Teoria Social da Política Internacional de Alexander Wendt. *Século XXI*, vol. 6, nº 1, 2015. Disponível em: <https://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/106> Acesso em 15 jul. 21

RISSE-KAPPEN, Thomas. Public Opinion, Domestic Structure and Foreign Policy in Liberal Democracies. *World Politics*. vol 43, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2010534> Acesso em 15 jul. 21

REHSHON, Jonathan; KAHNEMAN, Daniel. Hawkish Biases and the Interdisciplinary Study of Conflict Decision-Making. IN: YETIV, Steve; JAMES, Patrick. *Advancing Interdisciplinary Approaches to International Relations*. Los Angeles: Palgrave MacMillan, 2017.

REZENDE, Flávio. Razões Emergentes para a Validade dos Estudos de Caso na Ciência Política Comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 297-337. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200012> Acesso em 15 jul. 21

REZENDE, Flávio. O Pluralismo Inferencial na Ciência Política Pós-KKV (2005- 2015): argumento e evidências. *Revista Política Hoje*, vol. 26, nº 1, 2017, p. 241-277. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/12839> Acesso em 15 jul. 21

ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. *The Politics of United States Foreign Policy*. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2011.

ROSENAU, James. Comparative Foreign Policy: fad, fantasy or field? *International Studies Quarterly*, Vol. 12, nº. 3, pp. 296-329, 1968. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3013508> Acesso em 15 jul. 21

RUSSETT, Bruce. The Fact of Democratic Peace; Why Democratic Peace? In: *Grasping the Democratic Peace: principles for a post-cold war world*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

SAINT-PIERRE, Hector Luís. Defesa ou Segurança? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. *Contexto Internacional*, vol. 33, n. 2, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000200006> Acesso em 15 jul. 21

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. As “Novas Ameaças” às Democracias Latino-americanas: uma abordagem teórico-conceitual. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007, pp. 59-81.

SALINGER, Pierre. The United States, the United Nations and the Gulf War. *Middle East Journal*, vol. 49, nº 4, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/4328866> Acesso em 15 jul. 21

SALVADOR, Pétala et al. Uso Do *Software Iramuteq* Nas Pesquisas Brasileiras Da Área Da Saúde: Uma *Scoping Review*, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/download/8645/pdf> Acesso em 15 jul. 21

SCHAFFER, Mark; WALKER, Stephen. Operational Code Analysis at a Distance: the verbs in context system of content analysis. In: SCHAFFER, Mark; WALKER, Stephen. *Beliefs and Leadership in World Politics: methods and applications of operational code analysis*, 2006.

SCOWCROFT, Brent. Frontline/BBC Gulf War Oral History Interviews. S.D. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/scowcroft/1.html> Acesso em 15 jul. 21

SEARS, David; HUDDY, Leonie; JERVIS, Robert. The Psychology Underlying Political Psychology. In: SEARS, David; HUDDY, Leonie; JERVIS, Robert. *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SHEHAAN, Michael. Military Security. In: COLLINS, Allan. *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SMITH, Steve. Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations Theories: discipline and diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SNIDAL, Duncan. Relative Gains and the Pattern of International Cooperation. *The American Political Science Review*, vol. 85, n.º 3, 1991, pp. 701-726. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1963847> Acesso em 15 jul. 21

SOARES, Gláucio. O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 48, 2005, pp. 27-52. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/192/1/SOCIOLOGIA48_cap03.pdf Acesso em 15 jul. 21

SPANOS, William. American Exceptionalism in the post 9-11 Era. *Symplokē*, vol. 21, n.º 1-2, pp. 291-324, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.5250/symploke.21.1-2.0291> Acesso em 15 jul. 21

SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. Environmental Factors in the Study of International Politics. *Conflict Resolution*, vol. 1, n.º 4, 1957. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/172942> Acesso em 15 jul. 21

STARR, Harvey. Introduction: The Future Study of International Relations, Two-Level Games, and Internal-External Linkages. In: *Approaches, Levels, and Methods of Analysis in International Politics*. Nova York: Ed. Palgrave, 2006

STEIN, Janice Gross. Foreign Policy Decision Making: rational, psychological and neurological models. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. *Foreign Policy: theories, actors, cases*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

STEMLER, Steve. An overview of content analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, vol. 7, nº17, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.7275/z6fm-2e34> Acesso em 15 jul. 21

STEWART, Richard. *War in Persian Gulf: operations Desert Shield and Desert Storm August 1990-March 1991*. Washington: Center of Military United States Army, 2010.

STOCHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). Trends in World Military Expenditure 2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2018/sipri-fact-sheets/trends-world-military-expenditure-2017> Acesso em 15 jul. 21

STOCHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). Military Expenditure Database. 2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>

TANNEWALD, Nina. Process Tracing and Security Studies. *Security Studies*, vol. 24, nº 2, pp. 219-227, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09636412.2015.1036614> Acesso em 15 jul. 21

TETLOCK, Philip; MCGUIRE JR, Charles. Cognitive Perspectives on Foreign Policy. *Political Behavior Annual*, Vol. 1, 1986. Disponível em: <http://faculty.haas.berkeley.edu/tetlock/vita/Philip%20Tetlock/Phil%20Tetlock/1984-1987/1986%20Cognitive%20Perspectives%20On%20Foreign%20Policy.pdf> Acesso em 15 jul. 21

TILLY, Charles. Como a Guerra Fez os Estados, e Vice-Versa. In: *Coerção Capital e Estados Europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

TUATHAIL, Gearóid Ó; AGNEW, John. Geopolitics and Discourse: practical geopolitical reasoning in american foreign policy, 1992. In: TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. Nova York: Routledge, 2003.

TUCÍDIDES. *A História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 2001.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under Uncertainty: heuristics and biases. IN: KAHNEMAN, Daniel; SLOVIC, Paul; TVERSKY, Amos. *Judgment under Uncertainty: heuristics and biases*. 8 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VASQUEZ, John. Conceptualizing War; Power Politics and War. IN: *The War Puzzle Revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VILLA, Rafael Duarte. Segurança Internacional: novos atores e ampliação da agenda. *Lua Nova*, nº 34, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000300006>
Acesso em 15 jul. 21

WAEVER, Ole. Securitização e Dessecuritização Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.4. n. 8, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> Acesso em 15 jul. 21

WALDNER, David. Process tracing and causal mechanisms. In: KINCAID, Harold. *The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

WALKER, George. The Crisis over Kuwait, August 1990 - February 1991. *Duke Journal Of Comparative & International Law*, vol. 1, 1991. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62547866.pdf> Acesso em 15 jul. 21

WALKER, Rob B. J. International Relations as Political Theory. IN: *Inside-Outside: international relations as political theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WALKER, Stephen; SCHAFER, Mark. Belief Systems as Causal Mechanisms in World Politics: an overview of operational code analysis. In: WALKER, Stephen; SCHAFER, Mark. *Beliefs and Leadership in World Politics: methods and applications of operational code analysis*, 2006.

WALTZ, Kenneth. *Man, the State and War: a theoretical analysis*. Nova York: Columbia University Press, 2001.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. Sobre o Conceito Básico de Sociologia e o “Sentido de Conduta Social”. In: *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

WEBER, Max. A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.2 São Paulo: Ed. UnB, 2004

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. *International Security*, vol. 20, nº 1, 1995, pp. 71-81. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539217> Acesso em 15 jul. 21

WENDT, Alexander. On Constitution and Causation in International Relations. *Review of International Studies*, vol. 24, pp. 101-117, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20097563> Acesso em 15 jul. 21

WENDT, Alexander. A Anarquia é o que os Estados Fazem dela: a construção social da política de poder. *International Organization*, vol. 46, n. 2, 1992, p. 391-425. Trad. ESTRADA, Rodrigo Duque, Monções, Dourados, v.2. n.3, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2188> Acesso em 15 jul. 21

WENDT, Alexander. *Teoria Social da Política Internacional*. Rio de Janeiro: EdPUC-Rio, 2014.

WEINTRAUB, Walter. Verbal Behavior and Personality Assessment. IN: POST, Jerrold M. *The Psychological Assessment of Political Leaders with Profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton*. Michigan: University Michigan Press, 2003.

WILLIAMS, Michael. Words, Images, Enemies: securitization and international politics. *International Studies Quarterly*, nº 47, 2003, pp. 511–531. Disponível em: <https://doi.org/10.1046/j.0020-8833.2003.00277.x> Acesso em 15 jul. 21

WILLIAMS, Paul. Security Studies: an introduction; War. IN: *Securities Studies: an introduction*. Nova York: Routledge, 2008.

WINHAN, Gilbert. Quantitative Methods in Foreign Policy Analysis. *Canadian Journal of Political Science*, nº 2, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3231499> Acesso em 15 jul. 21

WOHLFORTH, William. The Stability of Unipolarity. *International Security*, Vol. 24, No. 1, 1999, pp. 5–41. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539346> Acesso em 15 jul. 21

WRIGHT, Quincy. Scope and Organization of the Study. IN: *The Study of War*. Vol. 1. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

YETIV, Steve. The Bush Administration and Constructive Engagement. In: *The Absence of Grand Strategy: the United States in the Persian Gulf – 1972-2005*. Baltimore. Ed: John Hopkins University Press, 2008.

YETIV, Steve. When Psychology meets Decision Making. IN: *Through a Cockeyed Lens: how cognitive bias impact U.S. Foreign Policy*. Baltimore. Ed: John Hopkins University Press, 2013.